

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

MOVIMENTO AFRO-BRASILEIRO PRÓ-LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MABLA) -
“UM AMPLO MOVIMENTO”: RELAÇÃO BRASIL E ANGOLA DE 1960 A 1975.

MESTRADO EM HISTÓRIA

PUC/SP
SÃO PAULO
2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTÍFICA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC/SP

JOSÉ FRANCISCO DOS SANTOS

MOVIMENTO AFRO-BRASILEIRO PRÓ-LIBERTAÇÃO DE ANGOLA (MABLA) -
“UM AMPLO MOVIMENTO”: RELAÇÃO BRASIL E ANGOLA DE 1960 A 1975.

Dissertação apresentada a Banca Examinadora do Programa de Pós Graduação em História Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo como exigência parcial de título de Mestre em História Social, sob orientação Profa. Dra. Maria Antonieta Martines Antonacci (PUC/SP); Co-orientações Prof. Titular. José Maria Nunes Pereira da Conceição (UCAM) e Prof. Titular Fernando Augusto Albuquerque Mourão. (USP)

PUC/SP
São Paulo
2010

Banca Examinadora

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta [Dissertação ou Tese](#) por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **Local e Data:**

DEDICATÓRIA

Para meus pais dona Chica e Chico e meu irmão Ailton. Com todo meu carinho
Aos meus mestres Fernando Augusto Albuquerque Mourão e José Maria Nunes
Pereira da Conceição. Com todo meu apreço

AGRADECIMENTOS

Antes de iniciar a pesquisa, nunca imaginei que a parte mais difícil seriam os agradecimentos, pois por mais que o trabalho de pesquisa seja um trabalho solitário, este projeto não seria realizado sem o companheirismo, solidariedade, amizade e cumplicidade de muitas pessoas que ao longo deste trabalho me acompanharam e cruzaram a minha vida. Sem ajuda de vocês esta pesquisa não seria realizada.

Ao professor Sérgio Augusto Queiroz Norte e sua companheira Silvania, o meu muito obrigado pelo voto de confiança que sempre depositaram acreditando desde graduação na minha capacidade, se não fosse vocês não teria dado o ponta pé inicial muito Axé Baba!!!

O meu muito obrigado a Professora Tânia Macedo que no meu primeiro ano de graduação com sua palestra sobre Angola fez com que me encantasse por essa História, além das sugestões de leituras e força ao longo da pesquisa.

Aos Professores, Wanderson Fabio Melo, Marcelo Bittencourt, Cláudio Oliveira Ribeiro, Pio Penna, Carlos Serrano, Lincoln Secco, Vera Vieira, Antônio Rago Filho agradeço pelas sugestões e materiais fornecidos estendo esse agradecimento ao Eng. Sylvio Band, aos Embaixadores Ovídio de Andrade Melo e Alberto da Costa e Silva.

Aos amigos de sempre Alex Lauriano, Ronaldo Francisco, Reginaldo Martins, Shirley Yamashiro, Alex Bejamin, Priscila Oliveira, David Pereira, Cristiane Santana e os amigos que construí dentro desses dois anos de mestrado Washington (carioca), sem você a pesquisa ficaria pela metade, Joana D'arc como é bom ter sua amizade, Jussaramar, Vitorino, Mauricio, Cristina, André. Aos amigos da Pós Latu Sensu Eder Vespoli, Luciano Deppa, Tatiane Brondi, Dani Dadário, Kelma, Roger, Joyce Porto, Fabio (santista) Paula Deppa, Marcos, Ligia, agradeço pela alegria e força que sempre me deram.

Aos amigos de Caucaia do Alto, Dona Yara Oliveira, Fernando Manuel Mourão, Leda, Amarilda e Patrícia muito obrigado pela força e a recepção sempre acalorada e cordial.

A todos entrevistados que contribuíram para esse trabalho, José Manuel Gonçalves Rosas, Ildfonso Severino Garcia, Luis Botelho, Maria Herminia Tavares. Muito obrigado.

Agradeço também ao CNPq pelo financiamento da minha pesquisa.

O meu agradecimento especial a minha orientadora Maria Antonieta Martines Antonacci por ter encarado o desafio dessa orientação acreditando no meu trabalho e sempre me orientando com paciência e alegria.

Quanto aos erros e eventuais equívocos presentes, a responsabilidade é inteiramente minha.

ABREVIATURAS.

ANPUH	Associação Nacional de Professores Universitários de História.
AP	Ação Popular
CBARA	Comitê Brasileiro de Ajuda aos Refugiados Angolanos.
CEI	Casa dos Estudantes do Império.
CENIMAR	Centro de Informação da Marinha.
CM	Correio da Manhã.
CVAAR	Corpo Voluntário Angolano de Ajuda aos Refugiados.
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social.
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola.
FNL	Frente Nacional de Libertação.
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
IPM	Inquérito Policial Militar.
MABLA	Movimento Afro-brasileiro Pró-libertação de Angola.
MPLA	Movimento Popular Libertação de Angola.
OESP	O Estado de S. Paulo.
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas.
OPA	Operação Pan-Americana.
OTAN	Organização do Atlântico Norte.
PAIGCV	Partido de Independência da Guiné-bissau e Cabo-Verde.
PCB	Partido Comunista Brasileiro.
PCP	Partido Comunista Português
PEI	Política Externa Independente.
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado.
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSP	Partido Socialista Português
UEE	União Estadual de Estudante.
UDP	União Democrática Português.
UGEAN	União Geral dos Estudantes da África Negra.
UNE	União Nacional dos Estudantes.
UH	Última Hora.
USP	Universidade de São Paulo.
UPA	União Para Libertação de Angola

RESUMO

A pesquisa apresentada registra o relacionamento entre Brasil e Angola, entre a década de 1960 e 1970 por meio do Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA). Movimento que envolveu diversos setores da sociedade tanto nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. As ações desse Movimento manifestaram-se no sentido de sensibilizar a opinião pública brasileira para os problemas enfrentados pelas então colônias portuguesas em África. Mormente nessa pesquisa vão ser trabalhadas as ações em prol da independência de Angola, por parte do Brasil.

Os ônus enfrentados foram grandes, visto que o processo de independência de Angola estava inserido na conjuntura da Guerra-Fria, tendo como agravante que estava sobre domínio do regime português salazarista estabelecido em 1926 e já muito anacrônico. Regime com o qual o Brasil teve relações estreitas até quase seu termino, em 1974, com a Revolução dos Cravos.

O MABLA estabeleceu laços com o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), movimento esse que, com passar do tempo estreitou relações com a União Soviética e Cuba. Conduto com o Golpe Civil-Militar de 1 de Abril de 1964, que alinha o Brasil com os Estados Unidos, alguns militantes do MABLA foram presos.

Esse mesmo regime Civil-Militar foi o primeiro a reconhecer a independência de Angola, em 11 de novembro de 1975, tendo a frente o MPLA. A pesquisa, portanto, analisa o desenvolvimento das relações entre, Brasil e Angola, procurando entender as conjunturas da década de 1960 a 1970, tendo em vistas suas transformações.

Palavras Chaves: Anticolonialista, Guerra-Fria, MABLA, MPLA.

ABSTRACT

The research records the relationship between Brazil and Angola, between the period of 1960 and 1970, analyzing the Afro-Brazilian Movement Pro-Liberation of Angola (MABLA); a movement that involves various sectors of the society in Sao Paulo and Rio de Janeiro. The aim of this movement was to create awareness to the Brazilian public about the problems faced by the Portuguese colonies in Africa; this research focused especially on the actions leading on to the independence of Angola.

There were many burdens because Angola's independence happened in the middle of the Cold War, and an aggravating factor was the Salazar's regime which was established in Portugal in 1926 and was very anachronistic. This regime had close links to Brazil almost till the end, in 1974, with the Carnation Revolution.

MABLA had established relationship with the Popular Movement for Angola's Liberation (MPLA), a movement which had closed ties to the Soviet Union and Cuba. In the *coup d'état* of April 1, 1964, the Civil-Military regime aligned with the United States, some militants of MABL were arrested.

This same Civil-Military regime was the first to recognize Angola's independence on November 11, 1975, led by MPLA. Therefore, the research examines the development of relationships between two countries, trying to understand the contexts of the decade 1960 to 1970 regarding its transformations.

Keywords: Anti-colonialism, Cold War, MABLA, MPLA.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - A RELAÇÃO BRASIL, ANGOLA	40
1. Formação da Elite das colônias: A Casa dos Estudantes do Império (CEI).....	41
2. Formação do MABLA.....	47
3. Participação da Imprensa: MABLA e o <i>Portugal – Democrático</i>	53
4. Outros meios na divulgação do colonialismo português	64
5. Escritores, Editoras e os Centros de Estudos no Eixo Brasil/África.....	68
6. Atos de solidariedade a Angola	89
CAPÍTULO II - O MABLA, OS ANGOLANOS E AÇÕES JUNTO AO ITAMARATY E A REPRESSÃO CIVIL-MILITAR	99
1. Ligações Políticas dos angolanos a controvérsias na Imprensa.....	115
2. A repressão contra militantes pró-independência de Angola	129
CAPÍTULO III – CONTRADIÇÕES DO REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: RECONHECIMENTO DA INDEPENDENCIA DE ANGOLA	134
1. Ações de denuncia por meio do <i>Portugal - Democrático</i> após o Golpe de 1964	135
2. Mundanas na Política Externa em África – A influência da diplomacia e seus colaboradores.....	142
3. O reconhecimento da Independência Angolana pelo governo brasileiro, o preço pago pelos autores do ineditismo.....	158
ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES	180
FONTES	185
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	187

INTRODUÇÃO

Ao pesquisar a atuação do Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), criado em 1961, na cidade de São Paulo, em apoio ao Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), pretendemos, através das atividades desse movimento, associadas às análises da política externa brasileira na época, apreender expressões da opinião pública brasileira, totalmente refratária à África, um continente desconhecido. Da importância relativa das atividades de organizações como o MABLA e de parte incipiente da imprensa nacional, correlacionada às novas motivações da política externa brasileira – que passam atingir enfoque até então não alcançados - ,emergem novos caminhos de inserção do Brasil na política e nas relações internacionais.

Com a independência de nações africanas, delineou-se um campo novo para o Brasil que, durante mais de um século de independência, ocupara-se, prioritariamente, da consolidação de suas fronteiras. O MABLA, a partir desta pesquisa, permite percebermos que se caracterizou como um movimento, agrupando os mais variados apoiadores da luta angolana, segundo diretrizes próprias a cada um daqueles grupos. A imprensa da época, *O Estado de S Paulo*, *O Globo*, *Portugal - Democrático*, *Última Hora* e *Correio da Manhã*, no período de 1960 a 1975 revelaram-se rica, pois vários dados históricos relacionados aos processos de independências das ex-colônias portuguesas foram relatados, embora evidenciando posições ideológicas dessa imprensa.

Os periódicos relacionados são trabalhados por motivos pertinentes a pesquisa, *O Estado de S. Paulo* teve a frente o diretor jornalista Júlio de Mesquita Filho, liberal e anti-salazista entre seus editores estavam o hoje Prof. Fernando Mourão e o jornalista Miguel Urbano Rodrigues, ambos ligado ao MABLA. O jornal *O Globo* que atingia o mesmo público que o *OESP* era declaradamente pró-salazarista, em suas reportagens sobre o colonialismo português era notório apologia ao regime salazarista. O *Portugal – Democrático* ligado à colônia portuguesa de São Paulo contrário ao salazarismo e ao colonialismo lusitano foi um dos principais veículo de publicações de texto dos membros do MABLA de protesto contra o colonialismo português em África. O jornal *Última Hora* e o *Correio da Manhã* que eram publicados no Rio de Janeiro contribuíram com reportagens que registraram as prisões de membros da luta pró-libertação das

colônias africanas, dando verões diferentes do jornal *O Globo* e denunciando as torturas cometidas pelos agentes da repressão. Outros periódicos não foram utilizados, apesar de noticiar reportagens sobre o colonialismo português, pois os assuntos pertinentes para pesquisa estavam mais bem contemplados por esses periódico, como *OESP*, *Portugal – Democrático*, *Última Hora* e *Correio da Manhã* que tinha ligações com membros do MABLA e *O Globo* ligado ao lobby português pró-salazarista.

Percebemos que a maior parte da documentação sobre MABLA desapareceu. Em entrevistas com alguns dos responsáveis por estes movimentos, obtivemos informação que a maioria da documentação do MABLA foi destruída, quando as polícias políticas passaram a deter seus integrantes. Contudo, conseguimos obter um ou outro documento com certa importância.

Documentações de origens das Forças Armadas Brasileira e policial, tais como Polícia Internacional e de Defesa do Estado – PIDE¹ (portuguesa), documentação relativa a processo de expulsão do Brasil de elementos do MABLA, Inquérito Policial Militar (IPM) e Centro de Informação da Marinha (CENIMAR)² foram examinados.

Todavia, entre as fontes utilizadas para esta pesquisa contamos com depoimentos orais de pessoas que participaram do Movimento Afro-brasileiro Pro- Libertação de Angola (MABLA), cabendo destacar entrevista de Sylvio Band, engenheiro e empresário brasileiro; José Manuel Gonçalves, economista e Jornalista angolano; José Maria Nunes Pereira, professor titular da Universidade Cândido Mendes brasileiro; Fernando Augusto Albuquerque Mourão, professor titular de Sociologia na Universidade de São Paulo brasileiro; Maria Herminia Tavares de Almeida, professora de Ciências Políticas na Universidade de São Paulo brasileira; Alberto da Costa e Silva, Embaixador brasileiro; Ildefonso Severino Garcia, empresário português; Luís Botelho, Secretário do Clube Português de São Paulo, português.

¹ A PIDE – Polícia Internacional e de Defesa do Estado (polícia secreta portuguesa da época de Salazar) que agia tanto dentro como fora do Estado português com o intuito de coibir ações que fossem contrários ao regime salazarista. Esses documentos foram cedidos pelo Prof. José Maria Nunes Pereira da Conceição, que tem como procedência a Torre do Tombo, em Portugal. O Inquérito Político Militar (IPM) também foi concedido pelo mesmo.

² Documento do Centro de Informação da Marinha (CENIMAR) extraído da obra de Marcio Moreira Alves, *Torturas e Torturados*, 1966:39-41 e 143-187.

Sendo assim este trabalho de pesquisa encaminhou-se recorrendo a tipos de fontes: bibliográficas, jornalística, memorialísticas e entrevistas orais.

Para conhecer e analisar o contexto em que se organizou e atuou o MABLA procuramos obras de natureza histórica, política, econômica, memorialistas etc. Por exemplo, o livro em que o jornalista português - Miguel Urbano Rodrigues, *Tempos e o Espaço que Vivi (2004)*, narra o período que esteve no Brasil e participou da formação do MABLA e atuou no jornal *O Estado de S. Paulo e Portugal – Democrático*; ou os livros da militante angolana, Deolinda Rodrigues, *Cartas de Langidila e outros documentos (2004)*, como do militante e atual deputado em Angola pelo MPLA, Fernando da Costa Andrade, intitulado *Adobes da Memória (2004)*. Recentemente falecido.

Para entender o que foi e como organizou-se o MPLA, suas propostas, recorreremos igualmente a obras de natureza política, histórica, econômica, etc. Procurando adensar compreensões em torno dos processos de independência que ocorreram no continente africano a partir do final da Segunda Guerra Mundial, neste sentido, destacamos a Conferência de Bandung, onde pensadores dos países colonizados, e não só, desenvolveram toda uma argumentação contrária à colonização.

Frantz Fanon serve de referência para alcançarmos manifestações dos povos colonizados, do continente africano. Em sua obra, *Os Condenados da Terra*, Fanon argumentou que o caminho para independência teria que ser tomado pelo próprio povo colonizado e sem ficar à espera de concessões por parte de europeus, que subestimavam a capacidade de autonomia e organização desses povos.

Em Angola, Fanon apoiou diretamente, a primeiro momento, a União Para Libertação de Angola (UPA), ligada a Holden Roberto, que aconselhado por Fanon mudou o nome da sigla para Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA). Para Fanon deveria haver uma união de toda a nação angolana. Todavia, a FNLA, mais ligada à etnia dos Bakongos, via outras etnias e brancos angolanos com desconfiança ou como inferiores.

Na prática, o MPLA foi quem melhor absorveu as idéias de Fanon, visando agregar a todos que fossem contra o jugo português. Nas palavras de

Lúcio Lara³ tornou-se um “amplo movimento” e as tese de Fanon foram marcantes no início do período pós independências de Angola.

Outro martiniquense, que desenvolveu um pensamento importante no campo anticolonialista foi Aimé Césaire, que escreveu na revista *Présence Africaine*, onde publicou o *Discurso sobre o colonialismo*, em que produziu críticas ao discurso do pensamento ocidental em torno da “civilização”, incluindo paternalismos do Partido Comunista Francês perante as ressalvas feitas aos processos de independências das colônias. Ambos os pensadores, influenciaram os movimentos, que, nas Áfricas de língua portuguesa, eclodiram com força no final dos anos 1950 e meados dos 1960, não só em Angola. No caso de Angola as revoltas camponeses, mormente da Baixa Cassanje, o massacre da Baixa de Kassaji, (ambos janeiro a fevereiro de 1961) no ataque as prisões políticas, em Luanda 4 de fevereiro de 1961 são exemplos dessas ações.⁴

Temos Georges Balandier que em suas reflexões trata do fato colonial e “situação” colonial em vários textos, enfatizado que a sociedade colonial e a colonização era sem dúvida o grande tema dos estudos sociais do século XX. Para ele, a sociedade colonial não é homogênea. O sistema colonial é aprendido por meio de laços de dominação. Através da perspectiva de uma sociologia dinâmica, ele estudou os vários processos de colonizações e as formas específicas da descolonização, como um processo de ordem dialética que eclodiu no século XX. Balandier um dos criadores, se não o principal da expressão “Terceiro Mundo”, põe em evidencia a contribuição do continente africano, do fato colonial, como explicativo das novas tendências teóricas.⁵

Registra o fato que Jean-Paul Satre a partir de um dado momento de sua vida também começou a construir sua obra de natureza política a partir das denúncias que fez a propósito da Guerra da Argélia.

O recorte desta pesquisa abrange a década de 1960 a 1970 na perspectiva que desde meados do século XX muitas mudanças ocorreram Com relação às colônias portuguesas em África. Percorremos caminho abertos por pensadores como Frantz Fanon, Aimé Césaire e Georges Balandier, sendo que

³ Lucio Lara um dos líderes do MPLA, hoje em Angola criou com os filhos e amigos próximos o Centro de Memória sobre a documentação levantada por ele. O termo Amplo Movimento é título do livro, que Lara escreveu em 1997, Intitulado: *Um amplo movimento: Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*.

⁴ História do MPLA, 2008: 153-157.

⁵ BALANDIER, 1971:03-39.

Fanon justificou o uso da violência, para as colônias desencadearem seus processos de libertação, tendo em vista que o colono branco, em África, ao assumir lutas de independência, reproduziria práticas dos colonizadores.

Importa lembrar que como todo processo de libertação aquele período, no continente africano ocorreram conexões com a Guerra-Fria. Os movimentos acabaram assumindo posicionamentos, e o MPLA obteve ajuda gradual da União Soviética e de Cuba, a FNLA obteve ajuda dos Estados Unidos, Zaire (atual Congo) e China e a UNITA dos Estados Unidos, África do Sul, inicialmente alguns colonos portugueses inconformados e da China. Não obstante, outros setores e conjunturas governamentais imergiram naquelas lutas, como apreendemos nesta pesquisa. O Brasil, a partir do Presidente Jânio Quadros, com a PEI abriu espaço para grupos insatisfeitos com as violentas arbitrariedades dos processos de colonização africana, favorecendo a constituição de outros apoios, para independência de países africanos.

O objetivo desta pesquisa pretende acompanhar o estreitamento das relações de ambos os países, Brasil e Angola. Como ocorreu esse processo? Para uma ação direta que se manifestaram na imprensa, em contatos com o público acadêmico e setores anticolonialista etc. Outra concepção e de que um acompanhamento persistente, não ruidoso, junto à sociedade política e ao Estado seria o caminho a tomar. No MABLA essas duas posições, além de outras manifestaram-se.

Em suma estas duas correntes – não se verificaram durante o processo que tenham entrado em conflito muito pelo contrário atuaram juntas, mas com estilos próprios.

Quando o governo brasileiro do presidente Jânio Quadros instituiu a Política Externa Independente (PEI), em política pro autonomia e aproximações com o continente africano, houve destaque para atuação do Ministério das Relações Exteriores. Com a criação de embaixadas e representações no continente africano, como parte daquele intercâmbio houve a implementação da política de bolsas de estudos para que estudantes do continente africano se profissionalizasse no Brasil. O projeto brasileiro de aproximação do continente africano determinou a realização de várias visitas de prospecção levadas a cabo por diplomatas brasileiros, além das organizadas por entidades como o CNPq e etc. Essas viagens de prospecção gradualmente tornaram-s seletivas. É curioso

registrar que praticamente a maioria dos países que faziam fronteiras com colônias portuguesas foram visitadas.

Sendo assim, trabalhamos na perspectiva que tal política viabilizou a criação de movimentos voluntaristas, a exemplo do que está sendo estudado nesta pesquisa, o MABLA.

A combinação institucional e a mobilização de estudantes brasileiros e angolanos, entre outros membros da sociedade, incidiram nos primeiros arranjos, num processo de aproximação. Mesmo não sendo grande em termos numéricos, o MABLA influenciou com uma das bases para estreitamento de relações do Brasil com o continente africano. O MABLA desde sua fundação em 1961 fez se sentir em vários campos da sociedade brasileira ajudando, de forma direta, diversas estratégias de aproximação entre o Brasil e os povos africanos de língua portuguesa.

Importa ter presente que, durante esse período, centros de estudos foram organizados na Bahia, Rio de Janeiro e São Paulo, com o intuito de estudar a África e a presença negra, campos de estudos até então marginalizados. A África tornou-se mais próxima e conhecida, iniciando percurso para desmistificação de um continente que até hoje no Brasil, continua enigmático.

Pensando na conjuntura histórica dos anos de 1960 e 1970, com o Brasil governado pelo regime de exceção Civil-Militar, ligado aos EUA no início, pretendemos trazer abordagens que permitam melhor compreender como o Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, liderada pelo MPLA, que no momento mantinha estreito relacionamento com União Soviética e Cuba, países em confrontos ideológicos com os EUA. Daí a perspectiva deste estudo em torno das aproximações, do Estado brasileiro em relação diplomática com Angola, procurando ampliar conhecimentos relacionados aos benefícios desta aproximação, culminando com o inédito reconhecimento da autonomia angolana.

O trabalho de análise das fontes, que são variadas e constituídas por diferentes linguagens – discursos, imprensa, memórias, depoimentos foi ajustado no intuito de aproximar o melhor possível dos acontecimentos, pois, mesmo sabendo que muito que é trazido do passado nos chega de maneira parcial, fragmentária e subjetiva.

Cabe ao historiador cruzar informações adquiridas, realizar análises de experiências sociais vivenciadas e que deixaram diferentes registros e expressões como Alberto da Costa e Silva considerou em relação a análises do passado: “O Historiador tem que ter imaginação, pois não tem como ter História sem imaginação”.⁶ Neste sentido, ainda são relevantes reflexões de Beatriz Sarlo, pesquisadora argentina que argumenta no texto, *Paisagens Imaginárias*, que nem tudo ainda foi dito. Sarlo discorre:

(...) restituir uma noção concreta de tempo que o esquecimento oblitera num fluxo de desastres cuja repetição os condena a perderem seu caráter individual e, portanto, a se integrarem num relato convencional, repetitivo, hipercodificado: uma narração cuja letra conhecida destrói o estranhamento e a distância.

A questão, portanto, por uma nova materialidade que o detalhe acumula sobre a morte conhecida e em processo de esquecimento. Mesmo quando pensamos saber, nessa certeza há um mal-entendido: sobre esse ponto, sobre o holocausto, nunca se pode saber tudo, nem nunca podemos nos resignar a um saber parcial e ao mesmo tempo inevitável (como o de toda prática) e inimigo da memória. Aceitando-se “saber menos”, aceitar a possibilidade de esquecer. E aceitando-se a possibilidade de esquecer, o passo seguinte não é a repetição (pode até ser, ou não) (...). Voltar à questão não é, portanto, mero exercício da memória factual, mas da memória das razões da condenação. Os detalhes lutam pela presentificação do passado para tornar presente os valores que nesse passado, foram atacados por uns e defendidos por outros. (...).⁷

Sem restringir o campo de pesquisa apenas à exposição de fatos, trabalhamos personalizando aqueles eventos para trazer contribuições mais densas para o presente. Para tanto recorreremos ao primeiro historiador que propôs aproximações Brasil e África, que foi José Honório Rodrigues, em seu livro *Brasil e África outro horizonte*, onde criticou a política brasileira estabelecida em relação ao continente africano e à aproximação de Portugal. O outro estudioso das relações externas entre Brasil, Angola e Portugal trata-se de José Flávio Sombra Saraiva que segundo Amado Cervo⁸, retorna ao estudo de J.H. Rodrigues, após mais de 30 anos trabalhando desde década 1990.

Para aprofundar este estudo, sem limitá-lo tão somente as relações dos três países, alcançando o campo das relações internacionais propriamente ditas,

⁶ Entrevista dada ao autor no Rio de Janeiro, 15/01/2009.

⁷ SARLO, 2005:41-42.

⁸ Cervo faz essa consideração na orelha do livro de SARAIVA, 1996.

trouxemos para o debate Jean-Baptiste Duroselle que, em seu livro *Todo Império Perecerá*, posicionou-se sobre as ciências humanas:

É melhor, de uma vez por todas compreender que ciências humanas não devem seguir o modelo das ciências naturais; e que se deve procurar para elas um método próprio. A verdade científica, qualquer que seja o objeto, é racional. Devemos, pois estudar cientificamente o homem; este, porém é um mistura de racional e irracional.⁹

O pensamento de Duroselle vai ao encontro do desenrolar das relações entre os três países, ao longo de uma história de cerca de 500 anos, permitindo perceber que atitudes superam o campo do racional, inserindo-se em jogos de forças políticas e institucionais, atento a sucessões, evoluções, analogias e regularidade.¹⁰

Cumprir observar, nesta trajetória, a relevância da utilização de periódicos como fonte para estudos, principalmente para historiadores, cujo interesse aumentou consideravelmente a partir da década de 1970 e 1980. Importa, porém, perceber que as abordagens desse tipo de fonte variam sendo que hoje a imprensa vem sendo tratado essencialmente, como objeto de pesquisa, já que o status da imprensa também se alterou neste intervalo. Desde a década de 1930 os jornais, progressivamente, deixaram de ser uma atividade de cunho artesanal para transformarem-se numa indústria, organizada em moldes empresariais, havendo uma crescente segmentação da imprensa destinada a públicos e setores sociais cada vez mais específicos.

Observa-se, ainda, que houve profundas mudanças em relação à estrutura interna das publicações. Se antes este tipo de material era visto como depositário de dados e informações que dispensam as conclusões do pesquisador, atualmente abriu – se espaço para estudos que evidenciam, por meio de análise do discurso, a parcialidade das informações e o quanto os órgãos de imprensa estão subordinados a interesses de grupos variados.¹¹

Esta pesquisa, recorrendo a depoimentos orais, mas conjuntamente com outras fontes escritas, no sentido de trazer percepções e referências em torno do

⁹ DUROSELLE, 2000:21.

¹⁰ *Ib. ibid.*, 2000, p. 27-40.

¹¹ Para mais informações, consultar: RÉMOND, R. 1996; LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luisa., 2006; SODRÉ, Nelson. Wernneck., 1996.

MABLA e do apoio a Angola. Mesmo sem desenvolvemos reflexões mais aprofundadas em relação a memórias sociais temos clareza que, os depoimentos reúnem lembranças, rememorações de experiências de agentes históricos conforme suas inserções sociais, políticas e culturais nas lutas de ontem e de hoje.

O recurso a depoimentos orais, nos tempos contemporâneos tem suma importância, pois evidenciam vivências, pensamentos, sentimentos frente acontecimentos que, muitas vezes, alteram sentidos e significados de lutas em curso, como da própria inserção dos sujeitos históricos que se dispuseram a partilhar recordações de processos que marcaram suas vidas de maneira inverossímil.

Para além da veracidade dos fatos ocorridos, nos testemunhos orais emergem ângulos dos acontecimentos que nunca foram tratados por inserirem-se nas dobras do registro e explicitando, escapando de suportes convencionais.

A História Oral, inicialmente muito criticada justamente por trabalhar com subjetividades históricas, hoje é amplamente levada em considerações por historiadores e outros estudiosos cientes das representações com que são vividas processos e acontecimentos. Portelli, pesquisador italiano, faz importantes considerações em torno do potencial de registro orais: *a depreciação e a supervalorização das fontes orais terminam por cancelar as qualidades específicas, tornando estas fontes ou meros suportes para fontes tradicionais escritas.*¹² Como valorizar então a fontes orais? Conforme Portelli:

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele, como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos checado sua credibilidade factual com todos os critérios estabelecidos do criticismo filológico e verificação factual, que são requeridos por todos os tipos em qualquer circunstância, a diversidade da história oral consiste no fato de que afirmativas “erradas” são ainda psicologicamente “concretas”, e que esta verdade pode ser igualmente tão importante quanto registro factual confiáveis.¹³

¹² PORTELLI, 1997:26.

¹³ Id Ibid., 1997:32

Neste estudo, o recurso a depoimentos orais vem acompanhado de uma pesquisa criteriosa, em que contrariedades com expressões advindo de outras fontes podem ser valorizadas de modo a reforçar a credibilidade. Portelli ainda chama atenção sobre a visão dos outros documentos como fonte e o papel do Historiador:

Muito mais que documentos escritos, que frequentemente carregam a aura impessoal das instituições que os editaram – mesmo se naturalmente composto por indivíduos de quem sabemos pouco ou nada – as fontes orais envolvem o relato inteiro em sua própria subjetividade. Junto à primeira pessoa do entrevistado se situa a primeira pessoa do historiador, sem o qual não haveria entrevista. Ambos os discursos, do informante e do historiador são em forma narrativa, que raramente é o caso dos documentos de arquivo. Informantes são historiadores, de certo modo; e o historiador é algumas vezes, uma parte da fonte.¹⁴

As considerações em relação a testemunhos orais são importantes nesse trabalho pelo uso constante de depoimentos, fundamentais nessa pesquisa, tendo em vista a importância de trazer relatos que ainda não foram trabalhados por outros historiadores e que não são encontrados em documentos oficiais, ou mesmo, quando localizados, trazem narrativas parciais. Portanto, tornou-se essencial para o avanço desta pesquisa ouvir e analisar esses depoimentos.

Como tratamos de período da História em que os países africanos estavam procurando afirmarem-se como nações, recorremos a argumentos que inspiraram e respaldaram os movimentos de independência. Pensadores como Frantz Fanon, Amié Cesarié, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, Agostinho Neto trouxeram aos militantes africanos outras percepções e legados que reforçaram reivindicações por autonomia e independência.

Trazemos o pensamento de Frantz Fanon, que tem uma História de vida ligada profundos combates ao colonialismo europeu, que participando diretamente do processo de independência da Argélia legitimou o recurso à violência no combate a todas as formas de colonialismo.

Para além de Fanon, outros intelectuais e militantes produziram reflexões sob os efeitos do colonialismo, a preocupação já fora assumida por Jean-Paul

¹⁴ Ib.Ibid., 1997:37-38.

Sartre.¹⁵ A dissertação da pesquisadora Claudia Raquel Espinha Cardoso descreve a percepção da mensagem de Frantz Fanon:

(...) de maneira interessante que encaixa com a percepção daqueles fizeram o movimento pro-libertação de Angola.

A mensagem de Fanon sobre o mundo colonial e seu remédio, a descolonização, é transmitida em tom profético e, por vezes, fatalista. Entretanto, vale lembrar que a mensagem está calcada na experiência de vida do médico psiquiatra, que sofreu com o racismo e com as mazelas da guerra colonial. Fanon acreditava, sobretudo que a libertação, mais do que os povos submissos, também liberta o indivíduo, “uma descolonização do ser”.¹⁶

A obra de Frantz Fanon não traz somente reflexões ao continente africano. Percebemos uma preocupação com todos os continentes, que de maneira direta ou indireta sofreram com a exploração colonial européia. Discutindo a respeito das relações do poder e de domínio cultural citou a América Latina, inclusive o Brasil, da seguinte maneira:

(...) A burguesia nacional organiza centros de férias e de repouso, temporadas de prazer para burguesia ocidental. Essa atividade tomará o nome de turismo e será assimilada a uma indústria nacional. Se quisermos uma prova dessa eventual transformação dos elementos da burguesia ex-colonizada em organizadores de festas para a burguesia ocidental, vale a pena evocar o que aconteceu com a América latina. Os cassinos de Havana, do México, as praias do Rio, as meninas brasileiras, as meninas mexicanas, as mestiças de treze anos, Acapulco, Copacabana são os estigmas dessa depravação da burguesia nacional.¹⁷

Nesta introdução, visamos, entre outros objetivos pertinentes à dissertação, produzir uma síntese da política externa brasileira, em fase anterior e posterior ao MABLA, para a localizarmos esse movimento. Deixamos de abordar as controvérsias da política externa brasileira, tendo em vista não ser este o eixo de nossa proposta, além de tratar-se de um trabalho recoberto por uma ampla bibliografia da qual mencionaremos livros e artigos pertinentes.

¹⁵ (...) basta(...) que os recém-nascidos (dos países do Terceiro Mundo) tenham que temer a vida um pouco mais que a morte, e a torrente da violência rompe todas as barreiras(...)É o momento do boomerang, o terceiro tempo da violência; volta-se contra nós, atinge-nos e, como de costume, não compreendemos que é nossa. (SARTRE,prefacio a Frantz Fanon in *Os Condenados da Terra*)
Id. Ibid, Op.Cit

¹⁶ FANON, 2006:369.Apud CARDOSO, 2008:72.

¹⁷ FANON, 2005:82-83.

A partir da Segunda-Guerra Mundial, a política externa brasileira passou a ser mais reativa no cenário internacional. Anteriormente, caracterizara-se pela defesa das fronteiras nacionais, sendo que a principal novidade ocorreu quando o chanceler Visconde do Rio Branco, no final do século XIX e início do XX, aproximou-se dos EUA, intuindo que o poder internacional estava passando da Inglaterra para os EUA. O Brasil só aparecera, com algum relevo, registrado em matérias jornalísticas de política internacional, a partir a Segunda-Guerra Mundial.

Após o término desta, o mundo sofreu intensas mudanças em termos políticos, econômicos, ideológicos e culturais. Alterando o Mapa-Múndi, teve início o processo de descolonização, visto não haver mais condições “morais” para a manutenção do colonialismo. Foi nesse período que sistemas como nazismo, fascismo, franquismo, salazarismo e ilações no peronismo e getulismo deram o tom da contradição com os princípios democráticos.

Valores liberais, após a Segunda-Guerra, tornaram-se essenciais, resultando, em 24 de outubro de 1945, na criação da Organização das Nações Unidas – ONU, que veio ocupar o espaço multilateral da extinta Liga das Nações. Promovendo uma reordenação das relações internacionais, criando mecanismos em relação a intervenções em conflitos entre as nações, buscando uma ordem internacional mais adequada à época, a ONU abrigou discussões de relevância internacional na passagem do eurocentralismo ao eurocidentalismo. Enfatiza-se que no eurocidentalismo insere-se no período da bipolaridade (URSS E EUA), com a Conferência de Bandung (1955) que se define, em primeiro lugar, como “Não Alinhada”, tornado a realidade internacional mais complexa.

Sob outro ângulo de abordagem, a Segunda Guerra Mundial permitiu construir outras relações eurocidentais com o continente africano. Quanto ao Brasil, como expõe J.H. Rodrigues, ao evidenciar enfaticamente a importância das bases norte-americanas¹⁸ no Nordeste brasileiro - sem a qual não teria sido possível a vitória de El Alamein,¹⁹ nem a invasão da Europa,²⁰ emergiram

¹⁸ Na Segunda Guerra Mundial os EUA estabeleceram bases estratégicas em Natal, Recife e Fortaleza, na política aliada em relação à Dacar e à África francesa, à invasão do Marrocos e à campanha da África do Norte. Cf. COSTA E SILVA, 2003:240.

¹⁹ A segunda Batalha de El Alamein será sempre lembrada como o início da derrocada das forças do Eixo na África do Norte e um dos marcos decisivos na Segunda Guerra Mundial. A vitória britânica em El-Alamein levou o primeiro-ministro Sir Winston Churchill a afirmar que "este não é o

possibilidades de inserções na política internacional, até então inviáveis. Desde então, segundo J.H. Rodrigues, estudiosos brasileiros vêm chamando atenção para importância estratégica da África.

Com o advento do final da Segunda Guerra Mundial, o mundo entrou em nova conjuntura internacional, denominada Guerra-Fria, disputa ideológica entre Estados Unidos e União Soviética, entre o capitalismo e comunismo. Em sua citada obra, J.H. Rodrigues expõe ideias do coronel Golbery do Couto e Silva, em que este adverte sobre a importância estratégica do continente africano, apontando que o Brasil devia realizar uma geopolítica da paz, impedindo influências ideológicas comunistas do outro lado do Atlântico, pois isso colocaria não só o Brasil, mas o continente americano, em perigo.²¹

O Brasil participou da Segunda Guerra Mundial sob a presidência de Getúlio Dornelles Vargas, no período do Estado Novo²². Sua política tinha como intuito a modernização do Brasil e uma maior participação e autonomia na política externa. Para apoiar os aliados na Guerra, Vargas negociara o financiamento da Siderúrgica de Volta Redonda com os EUA.

Outro fator relevante, no período desta guerra, foi que pessoas insatisfeitas com o regime do Estado Novo de Getúlio Vargas acabaram saindo do Brasil. Entre estes, destacamos o proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo*, Júlio de Mesquita Filho, como também outros liberais, que se exilaram em

fim, não é nem o começo do fim, mas é, talvez, o fim o começo". El Alamein foi uma vitória essencialmente do Reino Unido e das tropas da Commonwealth.

²⁰ RODRIGUES, J.H. 1964:370.

²¹ As ideias aqui apresentadas foram defendidas no livro *Geopolítica, do Brasil* (1966) do Coronel Golbery do Couto e Silva. Apresentou uma política militar para o Atlântico que impedisse a influência de países comunistas como União Soviética e China no processo de descolonização africano, em que após sua independência tinha o temor que o Brasil fosse atacado. RODRIGUES, J.H 1964:370.

²² O termo Estado Novo foi a denominação dada aos Estados de cunho totalitários. Como Portugal (Salazarismo) Espanha, (Franquismo), Itália (Fascismo) e Alemanha (Nazismo) em 1937 foi instituído o Estado Novo no Brasil, no governo Getúlio Vargas com alegação de que o Brasil precisaria de um Estado forte para impedir ameaça comunista, que estava contido no Plano Cohen (que até hoje não foi bem explicado). O Estado Novo foi arquitetado como um Estado e modernizador que deveria durar muitos anos. No entanto, seu tempo de vida acabou sendo curto não chegou a oito anos. Com a ida em meado de agosto de 1942 da Força Expedicionária Brasileira – (FEB) para combater o regime Fascista na Itália iniciaram protestos da sociedade brasileira. A primeira manifestação ostensiva nesse sentido foi o Manifesto dos Mineiros, datado de 24 de outubro de 1943. Não por acaso a data comemorava a vitória da Revolução de 1930. Com isso, os assinantes do manifesto queriam demonstrar que não pretendiam voltar às práticas políticas existentes na Primeira República, assinalando, ao mesmo tempo, sua percepção de que a Revolução de 1930 fora desviada de seus objetivos democráticos. CF.BORIS, Fausto. 1994:340 – 389.

Portugal. Neste mesmo período, tem-se registros que opositores ao regime de Estado Novo de Salazar, exilaram-se no Brasil, constituindo outro campo de forças entre Brasil e Portugal.

Quanto à política externa estabelecida por Vargas, segundo José Sombra Saraiva, em 1943, tendo como ministro das Relações Exteriores Oswaldo Aranha, criaram-se bases para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento industrial do país, visando iniciar a substituição de importações e criar mecanismo de integração com a América do Sul.

Não obstante, esses planos não foram adiante, pois Ásia e Europa estavam mais envolvidas, após a Segunda Guerra Mundial, com a chamada “ameaça comunista”, capitalizando atenções dos EUA, que investiu, por meio do plano Marshall, na Europa, ficando América do Sul em segundo plano.

O governo de Eurico Gaspar Dutra posicionou-se, claramente, a favor da política externa norte-americana: perseguiu os comunistas e declarou o Partido Comunista Brasileiro ilegal. Logo após, com o retorno de Getúlio Vargas, em outro cenário, na década de 1950, ocorreu a abertura do Brasil ao capital de investidores estrangeiros. Todavia, uma elite crítica a sua política centralizadora e estatizante, fez-lhe oposições e, em agosto de 1954, Getúlio Vargas suicidou-se.

Segundo José Sombra Saraiva, a política externa do segundo Governo Vargas (1951-1954) procurou centrar-se em melhores relações com os Estados Unidos, nos períodos dos governos estadunidenses de Truman (1945-1953) e Eisenhower (1953-1961). Neste governo Vargas foi assinado o Tratado de Cooperação e Amizade entre Brasil e Portugal (1953), quando ministro das Relações Exteriores Vicente Rao. O Tratado, como veremos, atendeu mais aos interesses de Portugal e foi elaborado em um período onde ficou em evidência certa importância histórica das relações Brasil e Portugal. À época, a presença de uma comunidade portuguesa relevante e com voz em alguns veículos de imprensa, levou o governo brasileiro a se conter no campo da política externa. Todavia, registraram-se vozes discordantes no cenário político brasileiro, entre setores da diplomacia brasileira, enquanto alguns deputados e senadores defenderam que o Brasil deveria aproximar-se da África.

Ao assumir a presidência, Juscelino Kubitschek traçou uma política de modernização para o Brasil, mormente no setor industrial, criando, entre outros, a indústria automobilista e procurando atrair investimentos estrangeiros. Reforçou a

política econômica difundida pela Comissão Econômica para América Latina da ONU – CEPAL, cabendo registrar naquele contexto o lançamento da Operação Pan-Americana (OPA)²³, visando fortalecer a nova política externa brasileira.²⁴

O presidente JK prometeu grande desenvolvimento, em curto espaço de tempo, “cinquenta anos em cinco”, procurando investir na indústria de base e na infra-estrutura. Em relação à política externa, Kubitschek visou uma política exterior autônoma, ligada aos grandes mercados internacionais, como Europa, Estados Unidos e também América do Sul.

O plano era atrair capitais estrangeiros para compensar a contínua queda das exportações, de 1951 a 1958. Naquele momento, a Europa estava em franca recuperação iniciando disputas, por mercados, com os Estados Unidos, resultando na vinda, para o Brasil, das montadoras alemãs DKW e Volkswagen. Só depois seguidas por empresas americanas²⁵.

Externamente, o Brasil alinhou-se ao bloco político-diplomático ocidental e, segundo J.H. Rodrigues: “A OPA obscureceu o mais importante fenômeno do processo histórico mundial, entre 1958-1960: a liberdade africana”.²⁶ Esta frase de J.H. Rodrigues expõe uma insatisfação em relação à postura do país, que não demonstrou, inicialmente, nenhum interesse em relação a cenários africanos e asiáticos.

Entre estes, a partir da década de 1950, registraram-se conferências englobando nações até então excluídas, outrora subestimadas por seus colonizadores europeus. O marco foi a Conferência de Bandung, em outubro de 1955, na Indonésia, em que se reuniram países asiáticos, alguns países africanos e delegações entre quais Argentina. O Brasil esteve como observador.

²³ OPA – Operação Pan-Americana era uma proposta de cooperação internacional de âmbito hemisférico, insistiram na tese de que o desenvolvimento e o fim da miséria seriam os meios mais eficazes que se apresentavam, como soluções, para países atrasados. A OPA foi lançada em uma conjuntura adequada, em 1958, imediatamente após a mal sucedida viagem do então vice-presidente Nixon à América Latina, oportunidade em que antiamericanismo dos sul-americanos ficou sobejamente evidenciado nos incidentes de Lima e Caracas. Esta parte da América ficara à margem do Plano Marshall. Carente de divisas, não conheceu o benefício das cooperações então vigentes em outras áreas do Globo. As relações entre os Estados Unidos e a América Latina pediam revisão. A proposta de JK voltou-se para uma atualização das relações entre os dois segmentos do continente. Cf. CERVO e BUENO, 2008:290.

²⁴ SARAIVA, 1996: 31-32.

²⁵ VIZENTINI, 1996:232.

²⁶ RODRIGUES, J.H. 1964:372

O conceito de Terceiro Mundo, cunhado por Alfred Sauwy e Georges Balandier, passou a ser central desde a Conferência de Bandung e constituiu-se em bandeira de reivindicação por independências²⁷. Secundou o processo de independência das colônias francesas, inglesas e belgas, enquanto o Brasil prosseguiu, formalmente, uma política externa que ainda não refletia os novos ventos. Esta ausência do Brasil, no cenário anticolonialismo foi alvo de explicações por parte de J.H. Rodrigues:

O Brasil, acrescentava-se, não deve transigir a respeito deles, mas transformar-se num fator de medida e bom senso. Acusava-se o grupo de Bandung de basear-se na intolerância racial e nos preconceitos raciais, lastima-se que muitos latino-americanos se tivessem unido a este grupo, introduzido o espírito de Bandung no Hemisfério Ocidental. A Delegação do Brasil acreditava permanecer eqüidistante das partes e poder assumir atitudes conciliatórias, imparciais, discretas. Levava-se, assim, para a política externa, a velha teoria da conciliação e do compromisso, que tem na área internacional, como na nacional, os mesmos aspectos negativos. Elas atendem aos privilegiados e busca a conformação dos oprimidos, e se evita o conflito ou perpetua o *status quo*, faz malograr ou retardar as vitórias dos dominados.²⁸

Era crença que aquela conferência estivesse encobrendo interesses da União Soviética e da China, embora esta se designasse integrante dos países “não alinhados”²⁹ com os interesses do capitalismo (EUA) e do comunismo (União Soviética e China), procurando caminhos alternativos.

A diplomacia brasileira, que na época ainda refletia uma proximidade com os países ocidentais, mormente os EUA, não acompanhou e não deu a devida importância à Conferência de Bandung. A imprensa brasileira registrou o evento como uma ação ou proposta revolucionária. Entretanto, esta Conferência

²⁷ A expressão Terceiro Mundo surgiu com um artigo de Alfred Sauwy, em Revista IBGE Brasileira [s.n.t.], em que o autor falava de três mundos. O dois primeiros, desenvolvidos e caracterizados por ideologias diferentes, e um terceiro que, a exemplo do “terceiro Estado”, pretendia a igualdade. A noção propagou-se a partir da publicação de um número especial da revista do Institut National d'Études Démographiques, editado sob direção de Georges Balandier. Cf. GT: Relações Internacionais e Políticas Externas, comunicação: África do continentalismo á fase das conversações globais. Conferência proferida pelo Prof. Fernando Mourão, no VIII Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro. 24/10/84.

²⁸ RODRIGUES, J.H. 1964: 422-423.

²⁹ “Não Alinhado” termo que foi usado pelos países da Conferência de Bandung no intuito de não se envolverem na guerra entre os EUA e URSS, a Guerra-Fria. Contudo, alguns países auto designados de “não alinhado” foram forçados pela conjuntura internacional, a se posicionarem nesse cenário. Após o término da Guerra-Fria, países, em especial do continente africano, passaram a desenvolver ações comerciais comuns ao capitalismo.

constituiu-se em um marco, no sentido de proclamar a legitimidade dos povos coloniais, de acelerar os processos de independências, ao mesmo tempo posicionando-se eqüidistante do bloco comunista (até certo ponto China), assim como do bloco ocidental, EUA e Europa Ocidental.

Importantes figuras do marxismo e intelectuais como Jean Paul Sartre, sem romperem com o marxismo passaram a apoiar posturas nacionalistas, tais como a proposta do Front National de Liberation (FNL), em sua luta de libertação da Argélia. Foi nessa época que ocorreu a aproximação entre Jean-Paul Sartre e Frantz Fanon, militante da independência e autonomia da Argélia.

No Brasil, conforme Sombra Saraiva registrou, alguns diplomatas e intelectuais apontaram novos rumos para a diplomacia brasileira:

Oswaldo Aranha, Álvaro Lins, Gilberto Amado, José Honório Rodrigues, Adolpho Justo Bezerra de Menezes, Tristão de Athayde, Eduardo Portella, entre outros eram partidários, na segunda metade dos 1950, de um novo *rapprochement* para África, mais progressista e realista que o desenvolvido pelo governo Kubitschek.³⁰

Não se pode deixar de destacar a participação do embaixador Adolpho Justo Bezerra de Menezes, altura secretário na Embaixada de Jacarta, como observador na conferência de Bandung. Segundo Sombra Saraiva, o livro de Bezerra de Menezes *O Brasil e o mundo Ásio-africano*, constituiu uma “*Obra complexa, foi o primeiro livro escrito por um diplomata brasileiro voltado para o estudo específico dos dois continentes*”³¹.

Bezerra de Menezes apontou para desinformação da diplomacia brasileira, cujo pouco que sabia sobre o continente africano vinha justamente dos canais de informação das metrópoles coloniais européias. Bezerra de Menezes, em entrevista ao pesquisador Pio Penna, (10/01/1993), apontou: “*A vida “vegetativa e contemplativa” da política exterior brasileira, de pouca ação e alinhamento com os Estados Unidos e a Europa, deveria ceder lugar a um novo conceito, voltado para o Atlântico e para a África*”.³²

³⁰ SARAIVA, *Op cit.* 43.

³¹ Id. *Ibid.op.cit.*48.

³² Id. *Ibid.op.cit.*49

A postura do embaixador Bezerra de Menezes traduz a discordância que havia, entre setores da *intelligentsia* brasileira, sobre adotar uma política autônoma para África. No mesmo sentido, leia-se Eduardo Portella que considerou: “*conservadora, estática e racista*”, onde, “*além do desinteresse oficial, os países africanos e asiáticos eram considerados, pela carreira diplomática, postos de sacrifícios*”.³³

A maioria dos diplomatas brasileiros, mais antigos na carreira, não compartilhava da postura do embaixador Bezerra de Menezes em relação ao processo de independência das colônias africanas. Importa refletir que a Conferência de Bandung foi formada por grupos de países revolucionários de terceiro mundo, mas não necessariamente marxistas. Com o advento da Guerra-Fria, alguns desses países tiveram que optar por um lado (capitalismo – EUA – ou comunismo – URSS e China). As obras de certos autores como Frantz Fanon, Jean Paul-Sartre e Georges Balandier foram o cordão para construir um teoria relativa à espoliação dos povos colonizados.

Em relação às colônias portuguesas, que na década de 1960 ainda detinha, só em África, cinco colônias: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe, registravam críticas esparsas ao regime salazarista, que se perpetuou de 1928 até 25 de abril de 1974³⁴. Campos diplomáticos europeus, desde antes da Segunda Guerra apontaram anacronismos do regime salazarista, condenado em conferências, mormente na ONU, por seguir uma política de manutenção das colônias, em África, Ásia e Oceania.³⁵

Em função daquela situação, o governo português procurou apoio no Brasil para seguir com sua política colonialista em África. Em 1953 assinou, com

³³ Id. *Ibid.op.cit.*49.

³⁴ A partir de 1926 a República sofreu um golpe e um regime de exceção foi estabelecido. O professor de finanças da Universidade de Coimbra, Antonio Oliveira Salazar em 1928 foi nomeado como ministro da finanças e depois, Primeiro Ministro. Com Salazar a administração tornou-se tão egocêntrica que denomina-se doravante salazarismo. Ver (SECCO, 2004), (MAXWELL,2006), (SILVA, 2006), (RAMOS, 2004).

³⁵ . O historiador Francisco Martinho expõe que no início da guerra anti-colonial, registra que o Brasil, o Vaticano e a Espanha pediram a Salazar para abrir mão de suas colônias, e este retrucou: “*Estamos cada vez mais orgulhosamente sós*”. Ver: MARTINHO, Francisco Palomares. “*Um país Tropical na Guerra Fria*”. *REVISTA DA BIBLIOTECA NACIONAL*. Rio de Janeiro, ano 2, nº 19, abril 2007. p. 62.

o Brasil, o Tratado de Cooperação e Amizade³⁶. Segundo o professor José Maria Nunes Pereira, o Tratado, por parte de Portugal, visava obter, especificamente, respaldo do Brasil nas Nações Unidas.³⁷ Neste sentido, o embaixador Alberto da Costa e Silva, em depoimento, relatou que o Tratado de Cooperação e Amizade, assinado com Portugal, não incluía as “províncias ultramarinas”³⁸, restringindo-se à metrópole.

O Brasil nunca aceitou esse tratado em relação às províncias, somente num momento, na época de Castello Branco, nem na época do Juscelino foi aceito e não há nenhum documento da época de Juscelino que se refira às colônias como “Províncias Ultramarinas”. Há no governo, o único é Castello Branco*, mas já no governo de Costa e Silva não há mais. Ele [Costa e Silva] mandou uma missão composta por Luís Souto Maior, Ítalo Zappa e por mim, a Portugal para desmanchar os acordos feitos na época por Castello Branco que faziam menção as “Províncias Ultramarinas”.³⁹

Registra-se que o Embaixador Alberto da Costa e Silva chama atenção para o fato que o governo brasileiro nunca aceitou a expressão “Províncias Ultramarinas, continuando a utilizar a designação colônias.

As “notas interpretativas”, em um texto confidencial anexo ao Tratado, estabeleciam que a “Comunidade Luso-brasileira” não incluía as “Províncias Ultramarinas” de Portugal. Tais notas foram criticadas por alguns diplomatas, como Álvaro Lins e Bezerra de Menezes, pois ao não incluir as “Províncias Ultramarinas”, o tratado distanciava o Brasil da tendência natural de aproximação

³⁶ Concebido no tempo de João Neves da Fontoura no Ministério das Relações Exteriores, o Tratado de Amizade e Consulta entre Portugal e o Brasil foi assinado pelo novo ministro Vicente Raó, no Rio de Janeiro, em 16 de novembro. Ratificado um ano depois e promulgado pelo governo brasileiro em janeiro de 1955, o tratado tinha nove artigos estabelecendo consulta mútua entre os dois países em matérias internacionais. Dois desses artigos mostram como estavam próximas as relações entre Portugal e Brasil. O primeiro dizia que a partir de então todos os problemas internacionais, que tivessem interesse comum, seriam objeto de consultas prévias. O artigo oitavo afirmava que partes contratantes deveriam desenvolver, de forma harmoniosa, o prestígio da comunidade luso-brasileira no mundo. Apud. SARAIVA, 1996:55.

³⁷ Entrevista concedida em sua residência. Rio de Janeiro, 16/01/2009.

³⁸ O termo colônia foi utilizado desde início do processo de colonização até o período liberal, quando Portugal passou a usar a designação “Província Ultramarina”. Com o advento da República, 1910, voltou a se usar o termo colônia até a promulgação do Ato Colonial, já no regime salazarista, quando retornou usar, em 1951, o termo “Províncias Ultramarinas”. GONÇALVES, 1994:107-108.

* Castello Branco insistiu na idéia que a política brasileira em relação a África tinha que levar em conta a tradicional “afeição” brasileira por Portugal. Defendeu a formação gradual de uma comunidade Afro-luso-brasileira.

³⁹ Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro, 15/01/2009.

em relação às colônias portuguesas em África⁴⁰, Bezerra de Menezes e Álvaro Lins evidencia que a inclusão das “Províncias Ultramarinas” no texto principal do acordo, demonstrou a preocupação da diplomacia de Lisboa de evitar que o Brasil viesse a tratar desse assunto.

O embaixador Alberto da Costa e Silva enfatizou: “*O Brasil nunca aceitou esse Tratado em relação às Províncias*”, pondo em evidência que no governo Juscelino Kubitschek, não se encontra, em nenhum documento, a utilização do termo “Províncias Ultramarinas”, sendo usada expressamente a designação de colônias.

Estas considerações do embaixador Costa e Silva expressam opinião divergente sobre aquele Tratado. Os livros que abordam o assunto sempre mostram a ligação estreita entre a não intervenção do Brasil, em relação às “Províncias Ultramarinas”, no período da presidência de Juscelino Kubitschek, quando o Brasil ainda era fortemente agrário, com uma produção de café importante tal como Angola. Mas importa ter clareza que a hipótese de tal Tratado a trazer benefícios ao Brasil, não ocorreu.

A produção do café angolano era vista como uma competição negativa, tanto que Getúlio Vargas já mandara denunciar, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), que Portugal utilizava mão – de – obra escrava na produção de café. E como nos conta o Prof. Fernando Mourão, em relação à participação brasileira na reunião da OIT ressalta um fato que lhe foi contado pelo Prof. Miguel Reale:

Este foi chamado por Getúlio Vargas para ir a Geneve com a orientação expressa de denunciar o trabalho escravos nas plantações de café em Angola. Miguel Reale recordou que na ocasião recebeu orientações explícitas de Getulio Vargas no sentido de viajar para Geneve, sem dar conhecimento a ninguém das orientações recebidas do Presidente Vargas, isto possivelmente para evitar que a diplomacia portuguesa ficasse sabendo, intenta cooptar a diplomacia brasileira.⁴¹

⁴⁰ SARAIVA, *Op cit.* 55.

⁴¹ Depoimento fornecido em sua residência 19/01/2010. Caucaia do Alto – SP.

Sobre a questão econômica do Brasil em relação a produção de Angola, o embaixador, Costa e Silva relatou:

(...) O Brasil não tinha interesse nenhum em Angola, nem em Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau; deveria ter, mas não tinha, e não tinha por um motivo muito simples: é que desde a independência do Brasil, Portugal impediu a presença do Brasil em Angola, Moçambique, Cabo Verde, Guiné-Bissau e São Tomé e Príncipe; o Brasil não conseguia sequer ter um cônsul. O Brasil terá o primeiro cônsul de carreira em Angola bem depois. Teve um no século XIX por pouco tempo, de tal maneira que foi hostilizado. Frederico Niterói. O primeiro cônsul de carreira em Luanda será Frederico Carlos Carnaúva, em 1961. Quando eu fui com Negrão de Lima e Sérgio Martins Moreira a Angola, numa viagem de investigação sobre a guerra que estava acontecendo, depois de eclodir as manifestações dos bakongos, no Congo português, movimento liderado por Holden Roberto, houve a revolta dos presídios de Luanda organizada pelo MPLA. O governo Jânio Quadros mandou uma missão em 1961, para Angola, para ter o retrato da situação. Foi chefiada pelo Negrão de Lima e o professor Sérgio Martins Moreira, que era um intelectual e escritor conhecido aqui no Brasil, e eu. Chegamos lá juntamente com Carlos Carnaúva, que era o cônsul em Luanda. Levou mais ou menos uns vinte dias para elaborar o relatório da visita. Mas, dizer que o Brasil tinha comércio “mais intenso” tinha coisa nenhuma e, “mais intenso” é maneira de dizer; com a África do Sul (...).⁴²

Este Tratado, na afirmação de Afonso Arinos, ministro das Relações Exteriores no governo Jânio Quadros, foi “nocivo” para política internacional brasileira. Por outro lado, registra comportamentos que “mexiam com as vaidades” dos diplomatas brasileiros:

(...) Mas, por grande que seja nossa amizade e nossa simpatia, não podemos, como nação, manter, em face de Portugal, uma atitude sentimental, como se fossemos uma criança de calças curtas diante de um vovô de barbas brancas.(..) Tem sido invocado, ultimamente, um Tratado de Amizade e Consulta, que nos colocaria numas tantas obrigações incomodas para com Portugal. Quando se anuncia uma atitude do governo brasileiro que discrepe da velha conduta filial do Itamarati, onde há sempre gente de olho na Embaixada de Lisboa e nas condecorações portuguesas, alguém grita: “Olha o Tratado! Isso é contra o Tratado! Vejam....” Então, esse tratado é antibrasileiro, isto é, um trambolho que impede de formular uma política própria, sem subordinação ao Palácio das Necessidades. Temos já idade para não sermos tutelados. Denuncie-se o Tratado em questão, se ele

⁴² Entrevista concedida em sua residência, no Rio de Janeiro, 15/01/2009.

nos impede a autonomia, a liberdade de movimento, que se faz necessária para que o Itamarati desenvolva a sua nova política, uma política que faça o Brasil aparecer no mundo como uma nação autônoma, soberana, independente, capaz de escolher os seus próprios caminhos.⁴³

A opinião de Afonso Arinos, participante da chamada Política Externa Independente, juntamente com San Thiago Dantas entre outros, fortaleceu a idéia da subordinação do Brasil aos interesses portugueses. As condecorações dadas aos diplomatas brasileiros, apontados por Arinos, foi criticada na época, por J.H. Rodrigues, que teceu comentários pessoais sobre os abusos do Tratado, incluindo o próprio ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos:

O Trado Luso-brasileiro teve esse singular e estranho efeito: converter nosso Ministro do Exterior em uma espécie de comendador português, sempre em visita à corte, em consulta ao seu Chefe, correndo para a antiga Metrópole. Por que não aguardar, com a grega virtude da moderação, que o Sr. Salazar e o Sr. Franco Nogueira venham a nós? Se acreditam em Comunidade, a cabeça está aqui. Não é possível submeter uma nação continental de 79 milhões de habitantes, às consultas de um chefe autocrático de 9 milhões e meio de habitantes. Não pensou assim ao consentir que o Sr. Negrão de Lima, Embaixador em Portugal, fosse o observador brasileiro em Angola.⁴⁴

O Brasil não obteve nenhum benefício econômico e político com este Tratado. A não-intervenção estava ligada à enorme pressão que a colônia luso-brasileira tinha no Brasil. Pensando hoje, parece estranho, mas em meados do século XX, a presença portuguesa era forte e exercia influência sobre a política brasileira. Por mais que o Brasil fosse um país anti-colonial, não conseguiu apoiar, de maneira eficiente, o processo inicial das independências das colônias africanas. Em relação à postura do Presidente Juscelino Kubitschek, o embaixador Costa e Silva esclareceu:

O Juscelino me disse que os brasileiros não aceitariam uma posição política contrária, que fosse um desarranjo a Portugal. Podemos não gostar do colonialismo português, dizia ele, mas

⁴³ ARINOS, FILHO, Afonso, 2001:199

⁴⁴ RODRIGUES, J.H. *Op cit.* 384

não podemos fazer nada que machuque Portugal. A opinião pública brasileira não aceita isto. Curiosamente, quando Jânio sobe ao poder dinamizou extraordinariamente a relação com à África. Foi quando abriu novas embaixadas, enviou missões de reconhecimento à África, da qual fiz parte, colocou o problema da colonização, das colônias portuguesas, nas Nações Unidas. Na primeira votação, o Brasil votou contra Portugal (1961), mas, na segunda votação, votou a favor dos portugueses; o que aconteceu entre o primeiro o segundo voto?

A opinião pública no Brasil se levantou [contrário], então, ele não pode enfrentar a oposição política. Tinha os que diziam que era impossível votar contra Portugal. Jânio Quadros tinha posição a favor da independência negociada, e era o que dominava na época. Eu e o Antonio Houaiss achávamos que o colonialismo português não tinha futuro. A idéia era de que o Brasil estivesse atrelado e, eu acho que o Brasil nunca se atrelou a uma relação mais combativa.

Vendo do ponto de vista, não do futuro, mas do presente daquela época, tenho que te confessar que éramos minoria. Toda a imprensa era a favor de Portugal, somente o comentarista Paulo de Castro, do *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro era contrário. A imprensa que tinha cacife era anticolonialista, mas no caso de Portugal era especial: era Portugal que tinha que resolver. Visto como memória, é diferente de visto como história, mas não se sabe exatamente como foram os fatos, se vocês vão fazer uma investigação sobre isso, o que vocês podem fazer é percorrer a imprensa da época, vai ver com muita clareza que existe muita coisa. (...).⁴⁵

O Brasil passou a adotar mecanismos que proporcionaram uma aproximação com os países africanos independentes, o que incluía um propósito de melhor conhecer e se preparar para entrar em uma fase de aproximações com os movimentos independentistas das colônias portuguesas. O Ministério das Relações Exteriores passou a conceder bolsas de estudo para que estudantes africanos pudessem estudar no Brasil e, curiosamente, a escolha dos bolsistas recaiu não só entre originários de países africanos independentes, mas igualmente beneficiando estudantes das colônias portuguesas que, à época, viviam em países independentes⁴⁶.

O governo do presidente Jânio Quadros, de curta duração (cerca de oito meses no poder), cedeu lugar, de forma conturbada, a seu vice João Goulart.

⁴⁵ .Entrevista concedida em sua Residência, Rio de Janeiro, 15/01/2009.

⁴⁶ As bolsas de estudos foram criadas pelo Ministério das Relações Exteriores, segundo Honório Rodrigues era descontado dos diplomatas 20% dos salários, que fossem iguais ou superior a 400 dólares, para manutenção dessas bolsas. J.H.RODRIGUES, 1964:337.

Obrigado a aceitar um sistema político parlamentarista, seu governo não resistiu às fortes pressões de oposição a suas políticas de reformas internas.

No que se refere à política externa brasileira, o presidente João Goulart manteve a Política Externa Independente (PEI) com aproximação ao continente africano. Não houve avanços na PEI devido ao acirramento das tensões com setores das elites brasileiras, que viam no presidente João Goulart alguém próximo ao socialismo, em função de seu governo defender projetos de reformas de base, como a polêmica reforma agrária.

Devido aos confrontos no campo da política interna, o continente africano passou a segundo plano. Com o Golpe Civil-Militar⁴⁷, de 1 de abril de 1964, os movimentos sociais foram perseguidos e quadros ligados ao MABLA foram detidos. Posteriormente, estudantes africanos, que vislumbravam o Brasil como terreno fértil para mobilizações em prol da libertação das colônias portuguesas em África, migraram para outros países.

O governo do presidente General Castello Branco implementou uma política de estreitamento de relações com EUA, registra-se o fato de que Portugal mantinha um acordo na época pelo qual cedia uma base, localizada estrategicamente no Oceano Atlântico, base de Lajes, no arquipélago dos Açores para o EUA, período que o governo salazarista aventou a hipótese de oferecer portos em suas colônias em África, em troca de maior apoio ao seu regime de exceção. Em contrapartida, o Brasil deveria ficar equidistante das colônias africanas e apoiar Portugal na ONU, pois havia, por parte do governo Civil-Militar, receio de um avanço da União Soviética, através dos países africanos localizados no outro lado do Atlântico. Com o término do governo do presidente Castello Branco, as articulações luso-brasileiras levadas a cabo foram desfeitas na gestão do presidente Artur da Costa e Silva.

Todavia, no governo do presidente Médici, em 1972, na comemoração da independência do Brasil, foi enviada uma missão prospecção política à África, chefiada pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, que visitou vários países⁴⁸.

⁴⁷ O termo Civil-Militar usado aqui é pensando no intuito de não esquecer que para o golpe acontecer teve a contribuição civil, como a "Macha com Deus e povo", ocorrida em São Paulo com a participação de mais de meio milhão de pessoas, nas vésperas do golpe de 1 de abril de 1964.

⁴⁸ BARBOZA, 2007:399.

A escolha desta data foi cuidadosamente pensada. Segundo o embaixador Costa e Silva: “a idéia era o Brasil mostrar sua postura anticolonialista realizando uma visita ao continente africano, no período das comemorações da independência brasileira”.⁴⁹ Esta atitude da diplomacia brasileira sofreu críticas da imprensa brasileira, da comunidade lusitana, de políticos extremistas de direita e do governo português.

Devido ao processo de independência, em curso nas colônias portuguesas africanas, a visita do ministro das Relações Exteriores foi recebida, pelos grupos mencionados, com receio, já que as aproximações daquelas colônias, com o Estado brasileiro poderiam trazer conseqüências no sentido de apoio as suas independências.

Cabe registrar que o ministro Mário Gibson Barboza mostrou-se favorável à independência das colônias portuguesas, em seu livro de memórias *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida*, onde narra episódio em que teve discussões com o presidente da Petrobras, na época general Ernesto Geisel⁵⁰. As questões giraram em torno da possibilidade da Petrobras firmar uma parceria com o governo português, para explorar as reservas petrolíferas no enclave de Cabinda, em Angola. O ministro Gibson Barboza argumentava que o investimento de risco, em Cabinda, não valia a pena, que a independência de Angola era questão de tempo, enquanto o general Ernesto Geisel insistia no projeto. O Presidente da República, na época General Médici, acabou por optar pelos argumentos do ministro Gibson Barboza.

Tempos depois, quando o diplomata Gibson Barboza assumiu a embaixada em Atenas e o general Ernesto Geisel, a presidência do Brasil, encontraram-se em outro contexto. O General Geisel confidenciou ao então embaixador Gibson Barboza: “Foi muito bom realmente que não tivéssemos feito aquele acordo com Portugal.”⁵¹

Na década de 1970, o Itamaraty criou o Departamento da África, Ásia e Oceania. O diplomata Ítalo Zappa, encarregado do posto, enviou junto ao cenário político de Angola, em 1975, como representante do Brasil, o diplomata Ovídio de

⁴⁹ Entrevista, concedida ao autor em sua residência, Rio de Janeiro, 15/01/2009.

⁵⁰ BARBOZA, 2007:355-358.

⁵¹ Id. Ibid.op.cit: 355.

Andrade Mello⁵², que acompanhou de perto o processo de independência em Angola, envolvendo os três movimentos: Movimento de Libertação de Angola (MPLA), criado em 1956 que, aos poucos, ligou-se à então União Soviética e Cuba, consolidando como líder o médico e poeta Agostinho Neto; a Frente de Libertação de Angola (FNLA), criada em 1961 e ligada aos interesses do Zaire e dos Estados Unidos, sob a liderança de líder Holden Roberto e, por fim, a União de Libertação Total de Angola (UNITA), de 1966, ligada aos interesses da África do Sul, China e portugueses e, inconformados com o processo de independência e também Estados Unidos⁵³.

O diplomata Ovídio de Andrade Mello recomendou apoiar o MPLA, argumentando: *“era isso ou tira o time de campo”*,⁵⁴ mesmo estando o MPLA, naquele momento, ligado à URSS e Cuba. O governo brasileiro, sob presidência do general Ernesto Geisel, outrora contrário a qualquer apoio a processos de independências das colônias africanas de Portugal, teve como ministro das Relações Exteriores, Azeredo da Silveira, favorável à independência das colônias africanas. Nessa altura Geisel já tinha posição favorável às independências.

Segundo Prof. Fernando Mourão, o apoio ao processo de independência angolano e das demais colônias portuguesa, teve continuidade nos quadros diplomáticos da Política Externa Independente, que viram-se ampliado por uma série de jovens diplomatas que adotaram a mesma postura. Paulatinamente, dezenas de diplomatas de hoje bastante conhecidos, reformados ou não, apostaram firmemente não só na mudança da política externa brasileira, mas na sua manutenção. Haja em vista, que após o reconhecimento diplomático da independência de Angola o apoio do Brasil passou a ser uma constante no país com maior ou menor intensidade.

Prof. Fernando Mourão recorda os nomes dos diplomatas que contribuíram para essa nova postura do Itamaraty: Alberto da Costa e Silva, Carlos Alberto de Leite Barbosa, Rubens Ricupero, Genaro Antonio Mucciolo (falecido) Luís Vinhaes da Costa, Ronaldo Mota Sardenberg, Vladimir W Murtinho, Manuel Pessanha Viegas, Affonso Celso Ouro Preto, Paulo Roberto de Almeida,

⁵² GASPARI, 2004:136-140.

⁵³ MENESES, 2000:34.

⁵⁴ GASPARI, 2004:142. Em depoimento, o embaixador Ovídio de Andrade acrescenta que a frase foi dita dentro de um contexto específico, em Agosto de 1975, onde já era dado que o MPLA seria o líder da independência. Rio de Janeiro 23/10/2009.

Bernardo Pericás Neto, João Cabral de Melo Neto, Paulo Tasso Flexa de Lima, Roberto Abdenur entre outros.

Foram esses diplomatas que gestaram, na prática novos, procedimentos, hora influenciando seus superiores, pondo em prática com plenitude ordens superiores, influenciando membros do governo, membros da Câmara e do Senado em relação ao tema da descolonização.⁵⁵

Não obstante, o pensamento pró-independência das colônias não era unânime. Na conjuntura de Guerra-Fria, aliados a setores extremistas do regime Civil-Militar exerceram forte pressão, como o general Sylvio Frota, Ministro do Exército, uma das vozes que discordara da linha pragmática na política externa, adotada pelo governo Geisel⁵⁶.

A mudança, de forma mais evidente, teve início no governo do presidente Médici, segundo Paulo Vinentini (1998), pois a multilateralização intuía uma política econômica menos dependente dos EUA, estabelecendo contatos comerciais externos independentes da conduta ideológica. Essa política ganhou corpo no governo do presidente Ernesto Geisel, a ponto do governo brasileiro ser o primeiro país ocidental a reconhecer a independência angolana, em 11 de novembro de 1975, mesmo que liderada pelo MPLA, então ligado à URSS e Cuba. O processo de apoio à independência de Angola foi importante do ponto de vista diplomático uma vez que o Brasil vinha de um histórico de apoio político a Portugal e as ex-colônias tinham desconfianças em relação a um contato mais próximo com o Brasil.

O fato da independência do Brasil (1822) ter acontecido por vontade nacionalista de brancos de origem portuguesa e também por motivos dinásticos da coroa portuguesa, levantou desconfiança. Para líderes africanos a independências do Brasil é vista com restrições, ao perceberem que o modelo de independências brasileira não se adaptava ao processo das independências africanas. Até por que, as quase totalidades das populações dessas colônias, em luta foram de povos e culturas negras.

Os colonos portugueses eram de fato uma minoria. Desses, uma minoria de uma minoria, aderiram à causa da independência, mormente ao MPLA. Os que aderiram a UNITA o fizeram na esperança de manter seus privilégios.

⁵⁵ Segundo entrevista Prof. Fernando Mourão. 01/03/2010. Caucaia do Alto - SP

⁵⁶ FROTA, 2006:185-191.

Ao ser o primeiro país a reconhecer a independência, o governo brasileiro retomou um processo de reaproximação abandonado em meados da década 1960. Promoveu contatos políticos e culturais com países ex-colônias de Portugal em alianças que se mantêm até hoje. Desde 2002, o comércio com Angola vem crescendo.⁵⁷

⁵⁷ Sobre o crescimento comercial entre Brasil e Angola ver. Relações “Políticas-Comerciais Brasil-África. (1985-2006)” (2007)..Cláudio Ribeiro.

Capítulo I

A RELAÇÃO BRASIL E ANGOLA.

Tendo em vista os processos e movimentos referentes às relações internacionais do Brasil após a Segunda Guerra Mundial, doravante abordaremos questões ligadas aos ônus que levaram o Brasil a apoiar o MPLA, inclusive nos dois momentos, apoio que não veio somente do Estado do Brasil, mas de representações da sociedade civil¹.

Torna-se possível considerar que Brasil e Angola mantêm relações desde que ocupados por portugueses. Ao longo da história, envolveram-se de formas latentes, outras vezes de forma direta, como na vinda de povos escravizados na região de Angola para o Brasil trazendo suas culturas. Em contrapartida, brasileiros foram para Angola, enquanto mercadores, comerciando de escravos e de alimentos, como a mandioca indígena brasileira, que melhorou em muito as condições nutritivas dos povos escravizados que vieram para o Brasil².

O comércio entre Brasil e Angola por vezes era mais intenso que com a metrópole, Portugal. Para vislumbrar melhores esses dados destaca-se segundo Fernando Mourão: (...) *enquanto as exportações de Angola para o Brasil representava quatro quintos, para Portugal era de apenas um quinto. Quanto às importações, 16% vinham de Portugal, e o restante do Brasil.*³ Esse comércio foi particularmente importante nos últimos séculos XVII e nos primeiros anos do século XIX começando a declinar com a independência do Brasil.

Esse recuo na história faz justamente pensar como dois países, que tiveram suas origens ligadas à exploração portuguesa e sempre mantiveram contatos, hoje suas conexões são pouco conhecidas no Brasil. Aliás, o que sabemos de África? Como já considerado em páginas anteriores, o cerne deste

¹ RODRIGUES, 2004:21

² ALENCASTRO, 2000: 247-323

³ MOURÃO, 2006:79.

trabalho é pensar sobre a conjuntura de 1960 a 1975, um período de história presente⁴, onde houve uma tríade, Angola, Brasil e Portugal. Quando menciono tríade é justamente o envolvimento dos três continentes (África, Europa e América), onde é necessário avaliar para melhor compreender o processo de independência angolano.

Portugal, desde 1926, convivia com um regime autoritário, que teve como protagonista, a partir de 1928, a figura maior de António Oliveira Salazar⁵, tanto que o regime estabelecido foi denominado salazarismo. A característica deste regime autoritário deixou marcas, de conservadorismo, opressão, repressão e manutenção das colônias em África. Essa manutenção política das colônias foi essencial, pois a partir delas colônias Portugal conseguiu manter suas bases econômicas explorando-as, para que produzissem gêneros agrícolas. Inclusive Angola, no período da década de 1950, competia com o Brasil pelo mercado de café, além de ter grandes reservas minerais, como diamantes e petróleo⁶.

FORMAÇÃO DA ELITE DAS COLÔNIAS: A CASA DOS ESTUDANTES DO IMPÉRIO (CEI)

A população branca portuguesa, nessas colônias, era diminuta e mesmo com uma política de desvalorização da população local, houve o surgimento de uma burguesia colonial, que queria instruir-se. Dessa maneira muitos filhos dessa burguesia foram para Portugal, estudando em cidades como Lisboa, Coimbra e Porto⁷.

O intuito do regime salazarista era controlar os passos desses estudantes, sendo criada a Casa dos Estudantes do Império, nas mesmas cidades, onde residiam estudantes vindos de Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Macau, Timor Leste e a chamada Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu).

Esses estudantes começaram a formar grupos que analisavam suas próprias realidades, pois, apesar de serem africanos poucos conheciam suas

⁴ Ver. HOBBSAWN, 1995 e RÉMOND, 1996

⁵ MAXWELL, 2006:34

⁶ VIZENTINI, 1996: 233.

⁷ ROCHA, 2002: 90.

histórias. A partir de discussões universitárias, começaram a fomentar ideias de independência e movimentos organizados foram surgindo em Portugal⁸.

Entre os estudantes africanos havia brasileiros, como José Maria Nunes Pereira da Conceição, que foi para Portugal estudar Medicina, em Porto, e Fernando Augusto Albuquerque Mourão, que foi estudar Direito em Coimbra. Ambos moraram, respectivamente na Casa dos Estudantes do Império, das cidades correspondentes.⁹

Em depoimento, o agora professor Titular da Universidade Cândido Mendes, Dr. José Maria Nunes Pereira, relatou que no período que residiu na Casa dos Estudantes do Império dava aulas a moradores e freqüentadores do da Casa, sendo que tais estudantes pouco sabiam da sua história.¹⁰ Não muito diferente, o atual professor e sociólogo da Universidade de São Paulo, Dr. Fernando Albuquerque Mourão relatou em palestra proferida em 2007, na Casa das Áfricas¹¹, que os estudantes pouco sabiam de tradições de suas terras. O Prof. Fernando Mourão observa sobre as atividades da CEI:

Um dos primeiros alvos da CEI, antes de se passar a uma ação mais de natureza política foi a de reciclar os conhecimentos e pensamentos dos jovens africanos, utilizando-se da divulgação de obras relativas ao mundo sócio-cultural africano, mormente pelas leituras das obras editadas pela *Preséance Africaine*, de obras clássicas relativas ao pensamento africanos, de obras já recobrando ações de natureza política nos países já independentes, não se esquecendo de lançar mão de leituras dos principais autores do período do Pan – Africanismo – antilhas e norte americano - . A proposta foi a de preparar os jovens estudantes africanos para um entendimento mais críticos do mundo em que estavam implantados. Este movimento levado a cabo pela CEI, tinha sido procedido pela criação do Centro de Estudos Africanos, uma primeira institucionalização desses valores, posteriormente ao chamado período nativista.

O processo de criação dos centros de estudos africanos no Brasil posteriormente e de certo modo recobriu a experiência dos centros de estudos africanos, de Lisboa e da CEI, a par de aproximação de modelos clássicos da universidades inglesas e francesas. Notadamente do Centro de Estudos Africanos da USP e o Centro Afro-Asiático da UCAM

⁸ ALBERTI e PEREIRA: 2007.

⁹ Dados fornecidos por ROCHA, (2002) e entrevista fornecida por Prof. José Maria (ALBERTI e PEREIRA, 2007: 126-127 e ao autor no Rio de Janeiro, 10 de Julho de 2008.

¹⁰ . Entrevista concedida ao autor no Rio de Janeiro, no dia 10 de junho de 2008.

¹¹ . A Palestra foi gravada e encontra-se a disposição, na Casa das Áfricas.

denotam, até pela formação dos seus principais fundadores, o espírito do processo que ocorreu na CEI de Coimbra, Lisboa e Porto.¹²

A Casa dos Estudantes do Império começou a servir de referência para africanos inconformados com o jugo português em seus países; nelas, passaram os principais líderes das independências das colônias, como Agostinho Neto, Amílcar Cabral, Mário Pinto de Andrade, entre outros¹³.

Desconfiada de movimentações desses lugares, principalmente por que integrantes de organizações ligadas à esquerda e anti-salazaristas freqüentavam a casa, como o Partido Comunista Português (PCP), a PIDE iniciou um processo de investigação. Chegou mesmo a ponto de pessoas que moravam ou freqüentavam a casa serem presas e interrogadas, no final da década de 1950 a inícios de 1960, quando o regime salazarista ficou mais rígido devido a manifestações contrárias, tanto interna como externamente. Prof. José Maria Nunes¹⁴, teve que voltar de navio para o Brasil, visto que já fora preso uma vez e tinha notícias que iam prendê-lo de novo, situação que também aconteceu com Prof. Fernando Mourão¹⁵.

Cumprir observar que em Portugal além dos dois estudantes brasileiros (Fernando Mourão e José Maria Nunes) temos a presença de Noémio Weniger, médico psiquiatra brasileiro, humanista de formação positivista, que foi estagiar no Hospital Júlio de Matos em Lisboa, onde conheceu Eduardo Cortesão¹⁶ vários anti-salazaristas e acabou entrando em contato com os estudantes da CEI, e alta cúpula do PCP e Partido Socialista Português (PSP), aonde acaba conhecendo Fernando Mourão, nascendo uma grande amizade.¹⁷

¹² Depoimento ao autor fornecido em sua residência, 19/01/2010. Caucaia do Alto - SP.

¹³ ROCHA, 2002: 90

¹⁴. Em entrevista fornecida por Prof. José Maria (ALBERTI e PEREIRA,2007: 126-127) e também a mim no Rio de Janeiro, no dia 10 de Julho de 2008.

¹⁵ Sobre então estudante de direito Fernando Mourão cumpre citar um trecho, do escritor angolano Arnaldo Santos, quando estudante morador da CEI [Estava de passagem pela casa, segundo Prof.. Fernando Mourão] "(...) E nisso tudo o Fernando Mourão (hoje, catedrático na Universidade de São Paulo – Brasil), era o personagem misterioso que urdia a maioria desses actos sigilosos que, na altura, suspeitei como absolutamente essenciais para essa missões. Estes, os casos narrados não são , obviamente os casos exemplares. Mas foram muitos os que naquela época optaram por viver perigosamente como filhos da Casa, a serem homens do Império. São hoje, alguns deles, Homens da História dos seus países".SANTOS In Borges 1994: 100.

¹⁶ O medico psiquiatra renomado em Portugal. Cf. Depoimento ao autor do Professor Fernando Mourão 08/09/2009 em sua residência, em Caucaia do Alto – SP.

¹⁷ Ib. Ibid.

Nesse período houve preocupações, em Portugal, a respeito da formação de elites coloniais, uma vez que pais com condições financeiras, mandavam seus filhos para estudar na metrópole portuguesa ou, alguns na França. Além de que entidades ligadas às Igrejas protestantes, financiaram o ensino de estudantes de classes médias, filhos de professores primários e pastores ligados à Igreja Metodista e outros de designação batistas. Registra-se o fato de que certas entidades administrativas do período colonial, como por exemplo a Câmara Municipal de Luanda também forneceram bolsa de estudos.¹⁸

Esse foi o caso da militante considerada heroína em Angola, Deolinda Rodrigues, que estudou no Brasil na Faculdade Metodista de São Paulo, agora Universidade Metodista de São Paulo, localizada na cidade de São Bernardo do Campo, no ABC paulista, em final da década de 1950 até início de 1960. Seu nome de guerra foi Langilda, que significa na língua kimbundu “vigilante” ou “sentinela”. Nasceu em Catete a 10 de fevereiro de 1939, filha de um casal de professores primários, seu pai, além de trabalho docente, era pastor evangélico. Na infância foi estudar em Luanda, como seus irmãos onde foi cuidada pela mãe do depois líder do MPLA, Agostinho Neto.

No período da juventude, pertenceu à Organização Juvenil Evangélica que promovia atividades esportivas e conferências. Em 1959, obteve da Missão Evangélica uma bolsa para estudar Sociologia no Brasil, mas depois de um ano e meio no país foi obrigada a sair¹⁹. Foi então para Illinois, EUA, onde continuou os seus estudos, incrementando os seus contatos políticos com pessoas que passavam pela Universidade e com diplomatas de diversos países africanos.²⁰ Nas correspondências, depois de ir ao EUA, nesse país e no Brasil expressa uma grande insatisfação com o comportamento das pessoas:

Desde que aqui cheguei tendo aprendido várias verdades, algumas muito surpreendentes. Não digamos muito ao Brasil, mas vejamos o que os Estados Unidos, que se arvoram em campeão da democracia, faz no sentido político. As nações agem baseadas num egoísmo, inveja e hipocrisia de espantar menina, e por isso mesmo é que a partir dum certo ponto

¹⁸ Cf. Depoimento ao autor do Prof. Fernando Mourão, 19/01/2010. Caucaia do Alto - SP.

¹⁹ Conforme estar relatado em seu livro a sua saída do Brasil foi porque os governos de Portugal e Brasil assinaram um tratado de extradição. Ver. RODRIGUES, Deolinda, 2004:21-26

²⁰ Id. Ibid, 2004:21-26.

temos nada a esperar dos canalhas brasileiros, americanos, ou seja, lá quem for.²¹

Em outras cartas, Deolinda mostrou-se cética sobre a ajuda que o Brasil poderia dar a causa de Angola, pois o país estava muito ligado a Portugal, embora os militantes que aqui estavam procurassem dar toda força para continuar a persuadir o governo e a sociedade brasileira. A militante Deolinda tornou-se exemplar no sentido de que a luta pela independência não foi realizada por parte das elites insatisfeitas de Angola e que a Igreja, principalmente evangélica Metodista, contribuiu para formar angolanos na luta pela independência, visto que a Igreja Católica ficou do lado dos colonizadores portugueses. Com algumas exceções²² do clero de origem angolana, mas nessa época sem poder.

Não obstante, vale ter presente que a Igreja Católica tem formação a partir de várias tendências. O hoje economista e professor José Manuel Gonçalves, por exemplo, foi estudante secundarista em Angola, na década de 1950 e em depoimento falou que participou da Juventude Estudantil Católica (JEC), ligada à esquerda que era contrária a perpetuação da colonização portuguesa, em solo angolano. Relatou que a influência brasileira, naquele momento era forte, no meio estudantil angolano, principalmente pelo envio de livros de literatura brasileiro, remetidos pelo editor da Revista Sul, Salim Miguel, o primeiro a editar no Brasil literatura africana das colônias portuguesas, como Angola e Moçambique.²³

José Gonçalves considera que a cultura brasileira foi muito admirada em Angola e que as obras literárias foram amplamente lidas nos meios estudantis. Ressalta que, inicialmente, o movimento era mais cultural, ligado a elementos da literatura e também do futebol²⁴; todavia, com a expansão dos movimentos

²¹ Id.Ibid, 2004:90.

²² Cf. Prof. Fernando Mourão, depoimento em sua residência. 28/02/2010. Caucaia do Alto - SP.

²³ Cf. José Manuel Gonçalves, depoimento, ao autor 20/01/2008, em sua residência, Rio de Janeiro.

²⁴ A respeito do futebol, o historiador Bittencourt escreve: As referências em Angola se fariam sentir ainda por uma outra ligação às redes clandestinas de contestação ao poder colonial. Nos anos 1950, um dos locais dessa agitação seria o Botafogo. O clube era local de encontro que permitia fazer algum trabalho clandestino de conscientização política. O nome era devido ao clube carioca e se dedicava na sua área desportiva quase integralmente ao futebol. O Botafogo era um clube de musseque que chegou a disputar jogos com os clubes da cidade de asfalto, os clubes dos colonos. Comportava nomes ligados ao nacionalismo angolano e

nacionalistas começaram a surgir envolvimento com o meio secundarista. Sobre o seu envolvimento José Gonçalves narra:

O movimento em Angola era mais de alunos secundarista porque a maioria dos universitários estavam em Portugal e acabam tornando-se líderes importantes em Angola até hoje.

Todos que fizeram manifestações contrárias a Portugal foram perseguidos eu acabei vindo pro Brasil. Eu fui beneficiado pela política de Jânio Quadros por meio de contatos de advogados dos direitos humanos conseguimos vir para o Brasil.

O grupo que eu fazia parte tinha um perfil de esquerda ligado a Igreja Católica e quando cheguei ao Brasil procurei entrar em contato com o grupo estudantil que também fazia parte da juventude católica entre os quais um importante líder da Ação Popular.²⁵

A sua chegada, o importante líder da Ação Popular (AP) ao que José Gonçalves faz alusão, é o atual governador de São Paulo, José Serra, naquele momento presidente da União Estadual de Estudante de São Paulo (UEE). José Serra foi militante estudantil ligado à Igreja Católica, por meio da Ação Popular.

Alguns membros da Casa dos Estudantes do Império (CEI), protestantes ligados à Igreja Metodista, católicos, entre outros, encontraram no Brasil da década de 1960, no governo do presidente Jânio Quadros, um local fértil para lutar contra o colonialismo português em África.

facilitava a circulação dos livros brasileiros. (...). O clube possuía também um serviço de assistência gratuita para consulta médica. Em 1961, o Botafogo seria fechado pelas forças coloniais. BITTENCOURT, 2006:91. In: MACÊDO [et. al.]. A respeito dos clubes, o livro do Prof. Fernando Mourão. *Continuidades e descontinuidades de um Processo Colônia através de um Leitura de Luanda (2006)*. Surgem os clubes esportivos. O Atlético foi o mais importante, não só no campo dos esporte, mas pelo papel que teve no âmbito do processo nacionalista. Nos musseques podemos registrar um sem numero de clubes esportivos, com nomes tirados dos principais clubes da metrópoles (Belenenses de Catumbo, no Lixeira, Futebol Clube do Porto de Cassoneca,... no Mota, Sporting Clube do Rangel, etc) e com nomes tirados dos clubes esportivos brasileiros (Santista Futebol clube e Botafogo, no Cemitério Novo; Vasco da Gama, no Bairro Operário. MOURÃO, 2006:255.

²⁵ Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro, 20/01/2009.

FORMAÇÃO DO MABLA.

A chegada de Fernando Mourão e José Maria Nunes ao Brasil, em início da década de 1960, coincidiu com o governo do Presidente Jânio Quadros, que no poder implementou a Política Externa Independente (PEI), que tinha como meta estreitar as relações com o continente africano, em específico, de língua portuguesa²⁶.

O diplomata Vasco Mariz, em seu livro *Temas da Política Internacional* vislumbra alguns motivos para o interesse que o presidente Quadros teria nesse estreitamento de relacionamento com as colônias portuguesas em África. Jânio Quadros pediu ao seu ministro de Relações Exteriores, Afonso Arinos para designar um homem de pulso firme para ocupar o cargo de cônsul em Angola, o diplomata era Frederico Carnaúba.

Esse por sua vez, após a saída da reunião ficou preocupado com os contornos que poderia tomar a sua carreira, tendo em vista que Jânio Quadros havia pedido para que ver se a possibilidade de ocupar ou melhor anexar Angola ao Brasil. Quadros ficou sabendo que Angola queria a independência de Portugal. Mariz narra:

O diplomata regressou de Brasília muito assustado e abriu-se com o chefe de gabinete de Arinos, Mário Gibson Barboza, demonstrando a maior preocupação com o Futuro de sua carreira. Jânio Quadros teria dito a Carnaúba que era tempo de o Brasil incorporar Angola de uma vez por todas, já que naquela época a colônia procurava independentizar-se de Portugal. Lembrou-lhe as estreitas ligações históricas com o Brasil na época colonial, falou-lhe de André Vital de Negreiros, que foi governador de Angola a reconquistar por Salvador Correa de Sá da região então ocupada pelos holandeses, apontou para as riquezas minerais da colônia portuguesa, o petróleo de Cabinda, etc.²⁷

Registra-se que essa posição atribuída a Jânio Quadros só aparece no texto de Mariz. Outros autores que trataram da posição de Jânio Quadros entre eles Carlos Alberto Leite Barboza (*Desafio Inacabado: A política externa*) não fazem qualquer referência a esse fato. Lembre-se que Jânio Quadros tinha por

²⁶ RIBEIRO, 2002:53-58

²⁷ MARIZ, 2008:171.

hábito ao tratar de algum assunto de fazer intróitos que, necessariamente não significavam uma posição política. Eram de natureza, meras referências.

Declarando que o Brasil era um país anticolonial e não votaria conjuntamente com Portugal, no que se referissem as colônias africanas, Jânio Quadros ainda estabeleceu uma política de bolsas a estudantes africanos, no Brasil. Com essa gradual mudança de postura, que culminou no seu mandato presidencial, pode-se inferir que acabou dando subsídio para a formação de grupos contrários à colonização portuguesa na África. Foi nesse contexto que surgiu, em São Paulo, o MABLA.

Formalmente é difícil de indicar o fundador, ou melhor, a fundação do MABLA. Vários eventos e articulações ocorreram simultaneamente com as mais variadas formações, envolvendo indivíduos e entidades, engajamentos na luta anticolonial.

O MABLA como apontado no texto constituiu um movimento diversificado, plural e com uma organização sem hierarquia e, por conseguinte não monolítico como relatado pelo Prof. Fernando Mourão, sendo que o contato ia desde Partido Comunista Brasileiro (PC B) a União Democrática Nacional (UDN). Todavia dentro do grupo havia pontos de vistas divergentes no sentido de como mobilizar a opinião pública e o Estado Brasileiro.

Embora todos concordassem na luta para libertação das colônias portuguesa em África, o MABLA, de certa forma, tornou-se uma sigla que congregou a todos que eram contrários ao jugo colonial português. Por meio de entrevistas, com o eng. Sylvio Band, Prof. Fernando Mourão e Prof. José Maria Nunes Pereira, nomes mencionados no periódico *Portugal – Democrático* e no livro de memória do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, criou-se um quadro de nomes e tendências políticas e ideológicas. Mesmo arriscando não mencionar alguns nomes ou fazer qualquer injustiça é importante destacar.

Muitos dos nomes mencionados não foram trabalhados ao longo desta pesquisa por terem falecido ou não obter contatos e por falta de documentos que mencionassem mais fatos. No entanto, as fontes citadas (os depoentes, Mourão, Band, Conceição e Rodrigues) revelam a participações dos mesmos.

Havia o grupo ligados ao PCP e ao *Portugal – Democrático*, composto pelo jornalista Miguel Urbano Rodrigues, Alexandre Pereira, Augusto Aragão, João Ziccard, Maria Herminia Tavares, Virginia Maestri, Dona Miari, Delio

Eduardo Vichi, Américo Orlando da Costa, José Alves da Costa, Victor Cunha Rego(PSP), Manuel Myre Dores, Fenando Lemos, Sylvio Band entre outros.

Os primeiros africanos que chegaram para estudar foram para a Faculdade Metodista de São Paulo, atual Universidade Metodista de São Paulo; nomeadamente Paulo Matoso, Jacinto Fortunato, Francisco Raimundo Sousa e Santos. Logo após vieram para estudar em outras instituições, os angolanos José Manoel Gonçalves, José Lima de Azevedo, Fernando Costa Andrade, Alberto de Almeida, David Costa Lopes, Igor Costa Lopes, Rui Costa Lopes. Brasão Farinha, José Maria Valadares e do angolano ligado FNLA, Mateus da Silva²⁸ todos angolanos. Há também os moçambicanos; Orlando Dourado e Soares Guedes; o camaronês Paul Koume Ewane; guineense Fidélis Cabral (PAIGC). Que se juntaram a outros africanos que estavam no Brasil.

Acadêmicos, em grande parte ligada à USP, Ruy Galvão Andrada Coelho, Dirceu Lino Matos, Lourival Gomes Machado, Eurípides Simões de Paulo, Florestan Fernandes, Fabio D`Mattia, Sergio Buarque de Hollanda, Oliveiros Ferreira, Antonio Candido, Mario Shemberg, Rocha Barros.

Jornalistas; Vladimir Hezorg, Ydeo ONaga (ambos da revista *Visão*). Samuel Weiner (*Última Hora*); Júlio de Mesquita Filho, Ruy Mesquita, Paulo Duarte(depois diretor da revista Anhembi) Cláudio Abramo, Perseu Abramo, Fernando Pacheco Jordão (*O Estado de S. Paulo*).

No Rio de Janeiro, José Maria Nunes Pereira da Conceição, Antonio Louro (português), além dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel Gonçalves²⁹, entre outros.

Em torno da psiquiatria Nóemio Weniger, ligada ao Clube Positivista e a Igreja Positivista do Rio de Janeiro alguns médicos de renome e militares passaram a apoiar o movimento. Entre os médicos citam-se Isaias Melshon, Prof. Aníbal da Silveira, Arno Eng entre outros. Entre os militares, Almirante

²⁸ A respeito de Mateus da Silva, que a altura fazia especialização de medicina tropical, ligado ideologicamente a FNLA foi convidado para atuações pró-independência de Angola. Segundo Prof. Fernando Mourão, Mateus da Silva era fundamentalmente um patriota e o fato de estar ligado a FNLA, possivelmente por razões de natureza cultural, não impediu de apoiar algumas das ações do MABLA. Entrevista ao autor em sua residência, 01/03/2010. Caucaia do Alto.

²⁹ José Manuel Gonçalves Rosas em entrevista mencionou que quando foi morar no Rio de Janeiro já estava distante do movimento de pró-independência, embora mantivesse contatos com pessoas ligadas à militância. Fato que o levou a ser preso com o golpe Civil-Militar. 20/01/2009.

Alfredo de Moraes, almirante Boiateau, general Euclides Zerbini. Entre os positivistas, Hildebrando Barboza foi um apoiador constante.

Através do Dr. Noémio Weniger vários elementos da colônia judaica vieram a apoiar o MABLA, exemplo a esposa do escritor português Fernando Correa da Silva, Rosa, Ivonne Felman³⁰, que também era ligada ao PCB.³¹

Políticos como Afonso Arinos, San Tiago Dantas, Miguel Arais, Cid Franco, Leonel Brizola, Darcy Ribeiro, Abreu Sodré, entre outros.

Estudantes na época ligados a POLOP Emir Sader, Eder Sader, Renato Pompeu, Eliana Salvia Trindade, Luis Roberto Salinas Fortes. Há também outros estudantes ligados a outros grupos ideológicos como Boris Fausto, Carlos Quilherme Mota, Yara de Oliveira entre outros.

Este quadro não constitui a plenitude de colaboradores do MABLA e de apoiadores de movimentos de pró-libertação dos países africanos. O intuito foi demonstrar a pluralidade étnica, ideológica, cultural, religiosa que envolveu esses atores históricos relacionados ao decorrer do trabalho, vai-se evidenciando.

O movimento pró-independência de Angola conseguiu congrega entre seus quadros, como vimos pessoas das mais diversas formações em sentido amplo, o que ajuda a compreender as características diferenciadas de formas de atuar.

Esse movimento, até hoje pouco estudado segundo versões dos entrevistados dão algumas interpretações para o surgimento do movimento. Como relata Sylvio Band³²: teve sua fundação em São Paulo, quando estudante da Poli, na USP, foi procurado pelo jornalista Miguel Urbano, redator de *O Estado de S Paulo* e membro do PCP, para divulgar uma palestra com o general português Humberto Delgado, que fora candidato a presidente da República em Portugal, e vivia exilado no Brasil.³³

³⁰ Esposa de Victor Cunha Rego

³¹ Depoimento, Prof. Fernando Mourão, 28/02/2010. Caucaia do Alto – SP.

³² Entrevista concedida ao autor em sua casa, São Paulo, 11 de fevereiro de 2009.

³³ Em 1950, o general Humberto Delgado aceitou o convite da oposição democrática e foi lançado candidato às eleições presidenciais. Sua campanha eleitoral adquiriu forte repercussão a partir da frase “Obviamente demito-o”, em resposta a um jornalista que lhe perguntara qual o destino que daria a Salazar no caso de ganhar as eleições. O carisma do “general sem medo” transformou completamente o processo eleitoral, desencadeando, pela primeira vez em três décadas de ditadura, uma campanha que logrou empolgar a opinião pública e forjar uma unidade oposicionista. Com a ajuda do embaixador Álvaro Lins exila-se no Brasil. Ver. RAMOS,2004.

A palestra serviu para alertar, a comunidade universitária, sobre os horrores do regime salazarista e sua política colonialista. No término da palestra, Sylvio Band³⁴ e Miguel Urbano³⁵ propuseram um movimento de apoio à luta anti-colonial, daí advindo o MABLA³⁶.

Ainda sobre sua fundação, José Gonçalves comenta:

Quando cheguei aqui já havia angolanos e pensamos o que podemos fazer para ter mais visibilidade, começamos a fazer programa de TV e ai surgiu à idéia de criar o MABLA – Movimento Afro-brasileiro Pró-independência de Angola, que ocorreu na UEE. O grupo era composto por intelectuais, pessoas de esquerda. Nessa altura o grupo não era muito ligado à questão ideológica.³⁷

O Movimento teve amplo apoio da União dos Estudantes Estaduais de São Paulo (UEE), que inclusive concedeu espaço para sede do movimento, na Rua Santo Amaro, no centro da cidade de São Paulo. A partir daí, estudantes africanos bolsista da política de Jânio Quadros, como outros africanos estudantes não bolsistas, começaram a participar. Cumpre observar, o que a Profa. Maria Herminia Tavares relatou:

(...) as reuniões do MABLA das quais participei eram em geral na sede da UEE. A UEE tinha forte atuação de apoio à revolução cubana e aos movimentos de libertação africanos. Fazia parte do clima da época. Acho o MABLA que também se reunia na sede do Partido Socialista, na Praça Carlos Gomes. (...) ³⁸

Maria Herminia Tavares relata que as reuniões que participou, onde em sua maioria eram na UEE, além das reuniões na sede do Partido Socialista,

³⁴ A respeito do eng. Sylvio Band, o Prof^o Fernando Mourão relata que foi de fato, uns dos principais articuladores das bases do MABLA, nas palavras do Prof^o Mourão: “um conciliador”, pessoa de caráter depreendido de obter qualquer vantagem. Depoimento concedido em sua residência. 20/01/2010. Caucaia do Alto- SP.

³⁵ Miguel Urbano Rodrigues e o em. Sylvio Band destaca-se como articuladores do MABLA a partir do Jornal Portugal – Democrático.

³⁶ Em entrevista com o Prof. Fernando Mourão sobre a formação do MABLA, relatou que na realidade no dia anterior havia conversado com o psicanalista Noémio Weniger sobre a formação de um movimento e que foi tomar um café com Sylvio Band comentou sobre o nome e logo após houve a mesa como ex-general Humberto Delgado, foi por essa altura que surge o MALBA, com várias origens, em datas que não se lembra. Entrevista concedida em sua casa, dia 1 de fevereiro de 2009.

³⁷ Entrevista concedida em sua residência no Rio de Janeiro, 20/01/2009.

³⁸ Entrevista ao autor concedida por e-mail, 24/03/2009.

apesar de não ter a precisão ao certo das reuniões, aponta um fato relevante que foi a disposição dos jovens ligados ao movimento estudantil à mobilização em prol de movimentos de libertação africanos.

Segundo o Prof. José Maria Nunes, que a sua chegada ao Brasil fixara residência no Rio de Janeiro, fora designado a formar uma célula do MPLA. Ao chegar, procurou a União Nacional de Estudantes (UNE), a fim de divulgar a luta de independência de Angola, em que defendia as idéias do MPLA³⁹.

O movimento organizado no Rio de Janeiro utilizava o nome de MABLA. Em entrevista recente, o Prof. José Maria declarou que o MABLA era mais ligado a São Paulo, sendo no Rio de Janeiro usado como forma de encobrir outros grupos, como a própria UNE e o MPLA.

O próprio Prof. José Maria Nunes Pereira revela, claramente as dificuldades para poder se registrar a formação do MABLA, chegando a determinada altura dizer: “cheguei acreditar que eu fui o fundador”.⁴⁰

Prof. Fernando Mourão, recém chegado ao Brasil nessa época foi trabalhar no jornal O Estado de S. Paulo e vivia no apartamento do Dr. Noémio Weniger na rua Maria Antonia, por onde passaram, mais tarde, os angolanos José Lima de Azevedo e Fernando Costa Andrade. José Lima de Azevedo deslocou-se para o Rio de Janeiro e Costa Andrade alugou um apartamento, onde viveu com sua esposa.

Fernando Mourão juntamente com Weniger aglutinou uma série de apoiadores do grupo positivista do Rio de Janeiro e de São Paulo, intelectuais e professores universitários, entre outros. Tendo Fernando Mourão com o apoio de Weniger e Paul Koume Ewane entre outros, dando início a uma aproximação paulatina com políticos de todos os partidos, governadores como de São Paulo e Pernambuco e ainda com diplomatas membros do governo brasileiro, com fito de aos poucos conseguir algum tipo de apoio à independência de Angola por parte do Estado Brasileiro.

Uma boa parte desses elementos atuou conjuntamente, em algumas ocasiões, ligado a formação do MABLA e vice-versa. Concretamente tivemos ocasião de encontrar num documento relativo à formação do Comitê Brasileiro

³⁹ ALBERTI e PEREIRA, 2007: 127.

⁴⁰ Depoimento em sua residência, 15/05/2009. Rio de Janeiro.

de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA). Esse documento leva a crer que foi criado no apartamento do Dr, Noémio Weniger.⁴¹

O que importa salientar é que, mesmo não se podendo indicar uma data precisa para formação do MABLA. O movimento tornou-se uma realidade, encampando por pessoas e por apoio de diversas organizações políticas.

PARTICIPAÇÃO DA IMPRENSA: O MABLA E O PORTUGAL-DEMOCRÁTICO.

Na década de 1960, a luta de independência de Angola teve apoio de alguns setores da mídia, *O Estado de S Paulo*, *Portugal-Democrático*⁴², *Última Hora* entre outros.

O Estado S Paulo, na época dirigido por Julio de Mesquita Filho, que durante o regime de Vargas precisou exilar-se por um tempo em Portugal, descontente com o tratamento recebido naquele país, publicou editoriais que criticaram o regime salazarista e sua política colonialista⁴³. Entre seus redatores estavam Fernando Mourão e Miguel Urbano, ambos ligados ao MABLA, que contribuíram para que o jornal desse ênfase e criticasse a guerra colonial.

Dentre outros nomes que trabalhavam no *O Estado de S. Paulo*, temos Oliveiros S. Ferreira que teve várias ocupações no jornal, ao fim da carreira foi Diretor – responsável deste periódico, além de ter seguido conjuntamente a função de professor universitário, hoje aposentado pela Universidade de São Paulo e leciona atualmente na Pós-graduação do Departamento de Política da PUC-SP. Em seu livro *A crise na política externa: Autonomia ou subordinação?* (2001) escreve sobre o apoio do jornal à independência das colônias africanas.

Não se o acuse, nem à sua Chancelaria, de haver mal equacionado o problema africano. Teria sido fácil – como por ocasião da gesta do “Santa Maria”, solicitei, juntamente com Ruy Mesquita, ao presidente Jânio Quadros – romper com o regime, a fim de ter prestígio junto aos países africanos que então já contavam como força política nos foros internacionais. Teria também sido, no entanto, um gesto meramente de intenção, sem efeito prático algum, nem ao menos o de nos habilitar a ser parceiro das grandes potências que orientam,

⁴¹ Depoimento, Prof. Fernando Mourão, 28/02/2010. Caucaia do Alto – SP.

⁴² Sobre o periódico Portugal – Democrático ver o livro de (SILVA, 2006) e (Rodrigues, 2004).

⁴³ RIBEIRO, 2002: 60

quando não financiam e armam, os movimentos de libertação na África Portuguesa.⁴⁴

Como o regime salazarista acirrou o cerco aos opositores à sua política, na década de 1950 muitos fugiram do país e acabaram vindo para o Brasil. Assim, no final de 1956, criaram em São Paulo, o jornal *Portugal- Democrático*, que reuniu diversos grupos de oposição ao salazarismo, destacando-se o Partido Comunista Português - PCP, União Democrática Portuguesa - UDP e Partido Socialista Português - PSP⁴⁵. Esses grupos reunidos criaram o *Portugal - Democrático*, veículo de comunicação que denunciava os abusos do governo português. A partir de 1960, o jornal começou a denunciar arbitrariedades da luta colonial, em 1961, o MABLA utilizou espaço do jornal para noticiar os efeitos sobre da luta em Angola e o genocídio cometido pelo governo português.

O jornal era divulgado na Europa e África. A militante Deolinda chegou a agradecer por ter recebido um exemplar do mês de junho de 1961, no qual destaca os conteúdos, onde há denúncias sobre o que acontecia nas colônias portuguesas, “(...) *parabéns pelo trabalho óptimo que estais a efectuar ai. Se a opinião publica brasileira estiver consciente da realidade de Angola e das outras colônias portuguesas, vai ser mais outra mortalha para os nossos carrascos*”⁴⁶.

Deolinda fez elogios ao periódico e também ao MABLA, em uma carta enviada para Sousa.⁴⁷ “*É uma organização muito boa mesmo, devem insistir junto do governo ai para nos apoiar, também queremos que os nossos jovens que estão no Congo possam estudar no Brasil – precisamos de bolsas de estudos*”⁴⁸.

Percebe-se que o MABLA tinha boa repercussão no periódico, a ponto de em um dos números o jornal abordar a quantidade de pessoas procurando

⁴⁴ FERREIRA, 2001:61.

⁴⁵ SILVA, 2006: 26.

⁴⁶ Esse comentário foi escrito para Kanhamena, (Jarcinto Fortunato) nome dado para confundir os agentes tanto da PIDE como do DOPS, RODRIGUES, Deolinda, 2004:116.

⁴⁷ . Seu nome completos é Francisco Raimundo de Santos Sousa, que veio ao Brasil estudar teologia, na Faculdade Metodista, com bolsa de estudo da Igreja Metodista. Deolinda veio antes da implementação da política de bolsas a estudantes africanos instituída no Jânio Quadros, foi do MABLA e contribuiu no *Portugal - Democrático*. Pelas correspondências trocadas, veio antes de Deolinda para o Brasil.

⁴⁸ RODRIGUES, Deolinda, Op. Cit:109.

obter maiores informações acrescentando o endereço da sede e nomes de membros que poderiam se procurados:

Ziccardi, Sylvio Band, Virginia Maestri, Dona Miari (secretaria em exercício) Maria Herminia, Paulo Matoso, José M. Gonçalves, Francisco R de Sousa e Santos, Jacinto P. Fortunato, Délio Eduardo Vichi, América Orlando da Costa, José Alves da Costa e assessorados pelo jornalista Miguel Urbano Rodrigues e pelo Engenheiro Manuel Myre Dóres. *(PORTUGAL-DEMOCRATICO, 1961)*⁴⁹

Sabe-se ainda mais, o MABLA, em São Paulo, promoveu debates, como o anunciado pelo *Portugal-Democrático*:

...dia 13 de Junho de 1961, às 20h30min, no Centro de Estudos Políticos Econômicos e Sociais de Santo André com o apoio da Frente Negra de Santo André, o local era na Rua Oliveira Lima, 279, palestra ministrada por Paulo Matoso, angolano membro do MABLA e MPLA. *(PORTUGAL-DEMOCRATICO, 1961)*

Houve inclusive, aproximações entre o governo Goulart e o MABLA, conforme uma carta de apoio do Presidente João Goulart ao movimento, publicada no Jornal, em agradecimento a saudações por sua posse, permitindo melhor avaliar a importância das questões em jogo:

JANGO AGRADECE AO MABLA.

Em resposta às saudações que lhe enviou(sic) por ocasião da posse, o presidente da República enviou ao MABLA, o seguinte telegrama: “Sinceros agradecimentos pelas felicitações enviadas por motivos de minha investidura. Atenciosas

⁴⁹ Maria Herminia Taveres de Almeida atualmente, Profa. de Ciência Política na USP, relatou como foi seu ingresso no movimento: Eu estava terminando o colegial, em 1960, e me preparando para ingressar no curso de C. Sociais, na USP, quando entrei no grupo trotskista Partido Operário Revolucionário – POR(t), levada por meu colega de colégio Tullo Vigevani, que por sua vez fora recrutado por Davi Lerer. Os trotskistas eram um grupo mínimo e muito ativo, que congregava, basicamente estudantes universitários. Provavelmente, por esta razão, sua militância se concentrava em atividades que envolviam estudantes, entre elas as que giravam em torno da UEE. A principal delas era o Comitê de apoio à revolução cubana (não lembro o nome exato). A participação no MABLA seguiu essa lógica. Como trotskista não atuei por muito tempo no movimento estudantil. Assim, minha relação com o MABLA foi curta.

saudações João Goulart, presidente da República.
(*PORTUGAL-DEMOCRATICO*, 1961)

O periódico que cedeu espaço para o MABLA espelha, em muitas de suas notícias, denúncias feitas pelos membros do movimento. Em sua edição de junho de 1961 reproduziu um pronunciamento do MABLA:

Pronunciamento do M.A.B.L.A.

O Movimento Afro-brasileiro pela Libertação de Angola distribuiu a seguinte nota:

“Em face da resolução do Conselho de Segurança da ONU do dia 10 de junho de 1961 que visa fazer um levantamento da atual situação dos funestos eventos provocados pelo trabalho – já condenado pelo mundo de nossos dias – do colonialismo português em Angola, o MABLA comunica seu total apoio a essa iniciativa, uma vez que é legítima sob todos os aspectos, considerado que:

1) devem ser enviados todos os esforços a fim de que se mobilize a opinião pública com o objetivo de se desmascarar definitivamente o prosseguimento das barbaridades inumanas e antidemocráticas perpetradas pelo salazarismo;

2) a política exterior de nosso governo deverá se orientar cada vez mais no sentido de apoiar o esforço de libertação dos povos espoliados pelo colonialismo, em fase de dissolução.

O MABLA, de acordo com seus objetivos, exige ainda do espírito democrático de Sua Excelência, Sr. presidente da República a integral solidariedade às referidas medidas, através de seus representantes naquela organização, uma vez que elas correspondem ao sentimento unânime do povo brasileiro”.⁵⁰

Registra-se que o Prof. Miguel Reale, como destacado na introdução por solicitação do presidente Getúlio Vargas foi à OIT denunciar os maus tratos que os trabalhadores angolanos sofriam, exercendo trabalho escravo. Importa salientar que tais denúncias da época estavam relacionadas com o interesses de cafeicultores brasileiros que competiram com dificuldade em relação aos cafeicultores de Angola. A produção angolana era de custo menor atrelado a modernização da produção do café solúvel. O café angolano conseguia ser mais competitivo⁵¹. Sobre essa questão o Prof. Fernando Mourão registra:

Recorreu-se à imprensa, entidades e pessoas que se pretendia sensibilizar e conquistar o seu apoio à luta anticolonial de atrocidades cometidas pela repressão e exploração colonial portuguesa dos trabalhadores etc. Contudo

⁵⁰ *Portugal - Democrático*, junho de 1961.

⁵¹ Ver. GONÇALVES, 1994.308-336.

alguns temas de natureza econômica foram fundamentais como, por exemplo, o tratamento da questão do café. Durante o governo de Getúlio Vargas citamos o fato de Getúlio Vargas denunciar em Genebra por meio do Prof. Miguel Reale, o trabalho escravo nas plantações de café em Angola o que causava prejuízos de natureza concorrencial com o preço do café praticado no Brasil.

San Tiago Dantas, advogado de cafeicultores em São Paulo e diretor do *Jornal do Comércio*, do Rio de Janeiro que denunciava o trabalho escravo, no periódico. Em conversa com advogado San Tiago Dantas ou quando Ministro das Finanças de Jango por vezes com seu assessor Fabio D`Mattia, hoje professor Titular da faculdade de Direito da USP, a necessidade de apoiar o MPLA foi várias vezes tema de troca de ideias. Registra-se diálogos de aproximação com os governadores Abreu Sodré, ligados a cafeicultura e Paulo Egidio Martins.⁵²

Membros do MABLA ligado ao *Portugal – Democrático* sempre estavam atentos à campanha do lobby salazarista, que alguns jornais brasileiros faziam, em setembro de 1961, registra-se a seguinte reportagem:

Atividades do MABLA

O generoso movimento de universitários paulistas em favor da independência de Angola, ganha cada dia maior ímpeto. Eis alguns de suas iniciativas:

Ao Povo Brasileiro

Informações diretamente enviadas de Angola ao MABLA dão conta da péssima repercussão causada entre o povo angolano e pela recente visita do jornalista brasileiro Alves Pinheiro.

Sendo aquele profissional de imprensa um dos instrumentos mais ativos da propaganda da ditadura portuguesa no Brasil, a serie de reportagens que publicou num vespertino carioca mais não é do que a repetição de todos os argumentos do colonialismo luso em defesa das suas anacrônicas e criminosas teses.

Daí a nenhuma audiência dessas reportagens junto da opinião publica brasileira que está na sua imensa maioria ao lado dos patriotas que em Angola são diariamente chacinados pelo Exercito Português na luta que travam pela independência de sua pátria.

⁵² Depoimento fornecido em sua residência, 19/01/2010. Caucaia do Alto.

Entretanto, como a imprensa democrática brasileira não chega a Angola e os serviços da propaganda lusa asseguram a mais larga difusão aos escritos do plumitativo em referência, o colonialismo português com visita e os artigos do Sr. Pinheiro atingir parcialmente o objetivo que visava, isto é dar a impressão a amplos setores da população angolana de que o Brasil apóia a monstruosa campanha de genocídio em curso na colônia e que admite a tese segundo a qual Angola é uma “província ultramarina”.

Conhecedor da solidariedade da nação brasileira para com a causa, o MABLA convida os intelectuais e escritores do Brasil, as associações de estudantes e sindicatos a manifestarem publicamente a sua repulsa pela atitude do Sr. Alves Pinheiro, o qual prontificando-se a deformar a verdade para servir ao colonialismo português, não só traiu a sua condição de jornalista profissional com o comprometeu o nome do Brasil aos olhos do martirizado e heróico povo de Angola.”

Pelo MABLA: Sylvio Band, Cleusa Viera, João Ziccard, Dora Miari, Maria Herminia.⁵³

O vespertino carioca mencionado é o jornal *O Globo*, que sempre apoio o regime salazarista, exaltando a importância da presença portuguesa em solo africano e refletia o lobby português na imprensa brasileira. O jornalista citado na reportagem, Alves Pinheiro era, além de jornalista policial que começou a trabalhar no jornal *O Globo* na década de 1930 até 1980. No jornal tinha uma coluna semanal em que escrevia das belezas das colônias portuguesa e como a ocupação por português era importantes para as colônias.

O MABLA procurou sensibilizar os embaixadores, dos EUA e Inglaterra na edição de agosto de 1961 publicando:

O M.A.B.L.A. alerta a N.A.T.O.

O grupo de Trabalho do MABLA enviou aos embaixadores dos EUA e da Grã-Bretanha no Brasil o seguinte telegrama:

“Tomando conhecimento de que o núcleo principal da Força Aérea Portuguesa integrado na NATO, por ela equipado e colocado sob o comando da SHAPE, vai ser arbitrariamente desviado das suas funções e transferido para Luanda, afim de participar do massacre do povo angolano, levando a efeito pela ditadura portuguesa, o Movimento Afro-Brasileiro Pró -

⁵³ *Portugal - Democrático*, setembro de 1961.

Libertação de Angola, MABLA, interpretando os sentimento da nação brasileira, solicita respeitosamente se digne comunica ao governo de V Exa. A nossa profunda apreensão, e a esperança que nos anima de que o seu País na sua própria qualidade de membro da NATO se oponha ao criminoso desígnio do ditador português.”⁵⁴

A matéria, refere-se às manobras do governo português para utilizar o Tratado do Atlântico Norte(OTAN), a NATO(sigla em inglês) para coação às manifestações de independências, que ocorriam em Angola. Os dois países citados tinham seus próprios interesses na colônia portuguesa, rica em mineiras como o petróleo e diamantes. O EUA mantinha base estratégica no arquipélago dos Açores.

O empenho tanto do jornal *Portugal – Democrático*, com do MABLA era reconhecido pelo, MPLA:

Angola Agradece ao Brasil.

O Movimento Afro-Brasileiro Pro - Libertação de Angola acaba de receber a seguinte mensagem do Sr. Mário de Andrade, presidente do Movimento Popular de Libertação de Angola, MPLA.

“Na luta difícil que nos foi imposta pelo colonialismo português, entre as forças que ajudando decisivamente o movimento de emancipação nacional do povo angolano, quero dirigir uma saudação especial ao Movimento Afro-Brasileiro de Libertação de Angola.

E, pois com júbilo que como presidente do MPLA cumpro o dever de saudar o MABLA. E, em nome do povo angolano fazer testemunho do seu indefectível reconhecimento.

Ao povo brasileiro a que estamos indissoluvelmente ligados por laços históricos tão estreitos, endereço uma saudação amiga pela sua solidariedade ativa que contribuiu para o êxito da “Semana de Angola”.⁵⁵

Mário de Andrade, que naquela época exercia a presidência do MPLA, cumprimenta o MABLA pela iniciativa da Semana de Angola, evidenciando aproximações culturais e históricas. O pronunciamento só fortalece o

⁵⁴ *Portugal – Democrático*, Agosto de 1961.

⁵⁵ *Portugal - Democrático*, setembro de 1961.

conhecimento do MABLA pelo MPLA que nas palavras do jornalista Urbano Rodrigues, tinha no Brasil a representação a cargo de Paulo Matoso, entre outros.⁵⁶

O jornal contribuiu muito para a luta anticolonialista, sendo aliás, que não sofreu com a censura prévia na ditadura Civil-Militar brasileira. É importante chamar a atenção para um fato relevante desse período, como já mencionado anteriormente: hoje, poucos sabemos de África, na década de 1960, o periódico *Portugal - Democrático* publicava muitas matérias sobre o continente africano, principalmente, regiões de língua portuguesa.

Embora tenha sido farto o material divulgado no Jornal *Portugal - Democrático*, como os editoriais e reportagens no *O Estado S Paulo*, no seu livro de memórias de Urbano Rodrigues chama atenção:

A ignorância sobre os assuntos africanos era tamanha que antes de uma sessão da Politécnica, quando Sylvio Band se esforçava nos corredores para mobilizar assistentes, um estudante comentou:

- Não sei inglês, seria perder tempo escutar o que vai contar da guerra esse angolano que está com o Miguel Urbano (...)⁵⁷.

Pelo exposto, pode-se imaginar que não foi tarefa fácil, para aqueles jovens estudantes e colaboradores da causa angolana, conseguirem apoio. Mas o que podemos inferir sobre os apoios recebidos foi justamente sobre o período vivido, em que havia mobilizações em vários setores da sociedade, como de estudantes, que constituíam os grupos mais significativos para o MABLA, além do meio sindical.⁵⁸

⁵⁶ A respeito da afirmação do Urbano Rodrigues de que Paulo Matos representava o MPLA no Brasil, em livro de História do MPLA tem o seguinte quatro para o Departamento dos Assuntos Exteriores. Entre outros os nomes de Jacinto Fortunato, Paulo Matoso, e João Gonçalves [José Manuel Gonçalves Rosas]. Departamento de Propaganda e Cultura Francisco de Sousa e Santos. Todos estavam no Brasil na época. HISTÓRIA MPLA, 2008:183-184. A indicação dos nomes acima como quadros integrantes da direção do MPLA, sem que nunca tenham estado em Conakry, reflete uma tática do MPLA de incluir nomes ligados a Igreja Metodista, (salvo José Manuel Gonçalves Rosas) certamente no sentido de abrir espaços a Igreja, alias, o pai de Agostinho Netto foi pastor, visando aumentar a penetração do MPLA no interior de Angola, onde a Igreja era representativa.

⁵⁷ O angolano, que Rodrigues se refere era é Paulo Matoso, que participa do movimento e tinha ligações com a MPLA. RODRIGUES, 2004:22.

⁵⁸ Ver (GASPARI, 2002).

Cuba, por exemplo, após três anos de Revolução colocava-se como um regime socialista, influenciando mobilizações de jovens em todo mundo, sendo que seu principal ícone, Ernesto Che Guevara foi a África organizar a luta contra o jugo europeu no Congo. Como o próprio Sylvio Band relatou em entrevista, até hoje usa barba inspirado nos “barbudos da Revolução cubana”.

O MABLA organizou diversas manifestações de apoio à causa angolana, que ao longo do texto vão aparecendo. Como era um movimento de jovens, não poderia faltar a irreverência comum à juventude, que o MABLA utilizou em um jogo de hóquei, entre a seleção de Portugal e São Paulo, no ginásio do Ibirapuera promovido pela comunidade lusitana de São Paulo e embaixada portuguesa. O grupo do MABLA, mais membros do PCP e do jornal *Portugal – Democrático*, foram ao jogo a fim de realizar uma manifestação contrária ao regime salazarista. Haja vista que a maioria dos jogadores de Portugal eram angolanos.

Fizeram às pressas uma bandeira do MPLA e panfletos com denúncias das abritariedades; no entanto quando iam estender a bandeira foram presos por agentes do Departamento de Ordem Política e Social – DOPS. Rodrigues conta que não foi preso; no entanto, o angolano Paulo Matoso foi levado por agentes do DOPS. O deputado estadual, Cid Franco dirigiu-se para o local em que Matoso fora preso. O relato de Rodrigues, sobre a prisão, mostra as dificuldades que os angolanos atravessaram.

Passava da meia-noite. Fomos recebidos cortesmente. Numa sala, o Paulo estava a ser interrogado por um agente.
A cena que presenciamos merece o qualificativo de inesquecível.
Sentado frente a uma máquina de escrever, o esbirro repetia, incansável, a mesma pergunta:
- Nacionalidade?
O Paulo, calmo, com a sua voz nasalada, respondia:
- Angolano.
O energúmeno empunhava então uma pesada régua e dava-lhe pancadas na cabeça enquanto comentava:
- Essa nacionalidade não existe. Diga português, seu negro filho da puta!⁵⁹

O relato de Rodrigues sobre a prisão de Matoso faz com que pensemos com mais atenção, a contraditória relação entre Brasil e Portugal. Apesar das

⁵⁹ RODRIGUES, 2004: 26.

mudanças ocorridas no governo de Jânio em relação ao continente africano, a mentalidade e as ações de órgãos institucionais não tinham se alterado, como visto acima, levando a indagarmos sobre a ligação estreita entre órgãos de repressão brasileiro e português. Bem como pensar a questão de nacionalidade, como no caso de Paulo Matoso que, mesmo sendo agredido, não admitiu ser português. O sentimento não era de pertencimento, visto que as políticas instituídas em seu território, Angola, sempre trataram os negros como uma sub-raça em uma subcategoria humana, assim como dos agentes de repressão do DOPS, ao gritarem “Diga português; seu filho da puta!”.

O assunto da repressão vai ser mais trabalhado adiante, aproveitando a ação de intervenção, em entrevista, com Band, que narra um episódio envolvendo Carlos Lacerda, que veio a São Paulo para falar num programa de televisão, sobre o regime salazarista e seus benefícios às denominadas “províncias ultramarinas”, principalmente as africanas.

O evento que o jornalista e governador da Guanabara, Carlos Lacerda participou, foi no Teatro Cultura Artística. Membros do MABLA foram ao local para manifestarem-se contra o pronunciamento de Lacerda. O fato interessante neste episódio é que Band narrou ter ido à cidade de Carapicuíba, pagando para pessoas que trabalhavam no lixão da cidade recolherem urubus e os amarrarem num saco. Quando e a fala de Lacerda no programa de Televisão iriam soltar os urubus⁶⁰. No entanto, agentes do DOPS, não permitiram a soltura das aves. Em negociação com os representantes da repressão ficaram sentados até o final da apresentação. O Teatro estava muito cheio não sendo retirados de pronto, pois iria chamar muita atenção. Permitiriam que os membros do MABLA realizassem perguntas após o termino do pronunciamento. O que não aconteceu, pois ao final do evento um dos membros subiu para falar ao microfone, sendo impedido.

⁶⁰ Essa ação foi inspirada em outra, que aconteceu na década de 1950, na Igreja do Rosário dos Homens Pretos, no Largo do Paissandu. Na época, morreu na Argentina, Antipafalev, por volta de 1958 a 1959, um criminoso nazista que tinha sido gonlaite (colaboracionista) da Croácia com os nazistas um padre Croata foi fazer uma missa de 7º dia pela sua morte na Igreja Alguns membros da juventude judaica, liderados por Sylvio Band, foram para Carapicuíba e pagaram para pessoas da comunidade pegar urubus que foram soltos na missa que, por final não teve continuidade, pois a Igreja ficou infestada de urubus. Relato de Sylvio Band, ao autor 11 de Fevereiro de 2009.

Sobre esse acontecimento, Rodrigues narrou:

Lacerda convidou os jovens presentes a debaterem democraticamente a sua intervenção. O público permaneceu mudo. Frustrado, o orador invectivou a platéia e o balcão, sublinhando que bem sabia estar falando para gente covarde, porque os comunistas são uns covardes, sem fibra, repetidores de slogans.

Um estudante levantou-se do lugar; galgou o fosso da orquestra e caiu no palco.

Tanto bastou para que lépidos dois agentes do DOPS emergissem dos bastidores e levassem o jovem preso. Era Zaratini, um futuro engenheiro que, por defender a democracia contra a ditadura militar, foi forçado anos depois a exilar-se⁶¹.

Os episódios aqui relatados por Band e Rodrigues mudam, em algumas partes, como no livro de memória de Rodrigues, em que a procura pelos urubus foi em Santos e não foram encontrados; enquanto para Band a procura foi na cidade de Carapicuíba e foram encontrados. O único impedimento para soltar as “famigeradas” aves decorreu, conforme Band relatou acima, da ação dos agentes do DOPS.

Apesar destas controvérsias, vemos em primeiro lugar que esses jovens da classe média de São Paulo, em grande parte universitários, eram contrários à colonização portuguesa e como Rodrigues expõe, em seu livro contrário à figura política de Carlos Lacerda. “Desde o regresso de África, eu mantinha contacto permanente com elementos do movimento estudantil paulista, cuja aversão a Carlos Lacerda era público e ostensiva.”⁶²

Presenciar esse ato custou caro a Rodrigues:

Evoco essa jornada porque paguei um preço alto pela presença. Passei pelo *Estado* – situado a umas centenas de metros do Teatro – quando a sessão terminou. Com surpresa minha, porque era tarde, a direcção em peso reunida à volta de um televisor colocado na grande sala da redacção.

Ruy Mesquita, um dos filhos de Júlio de Mesquita Filho, adiantou-se veio ao meu encontro e, marcando bem a palavras, disparou:

- Nós te vimos entre a canalha comunista que foi insultar o Carlos Lacerda. Você não esqueça de que em Espanha, os senhoritos também souberam bater-se.

⁶¹ .RODRIGUES, 2004:30.

⁶² Id Ibid, Op. Cit: 30.

As nossas relações ficaram, a partir dessa noite, irremediavelmente estragadas.
Dias depois, Jânio renunciou⁶³.

Este relato de Rodrigues chama atenção para a postura do periódico *O Estado de S. Paulo*, que apoiou a luta pelas independências em África, em editoriais e artigos contrários ao salazarismo e ao seu colonialismo, em África; apoiava, o governador Carlos Lacerda, sendo inclusivé, o preferido do jornal para as próximas eleições presidência da República, que ocorreriam, em 1965. A saída de Jânio Quadros da presidência acontecimento, quase que simultâneo, este fato ilustra o que já dissemos: *OESP* apesar de ser um jornal conservador-liberal, não se colocou a serviço do colonialismo português, como no caso do jornal *O Globo*.

Como sabemos houve resistência de setores da sociedade brasileira, para que o vice eleito não assumisse a presidência. Todavia, a forte campanha do governador Leonel Brizola do Rio Grande dos Sul, cunhado do vice-presidente João Goulart, conseguiu enfrentar as pressões políticas internas e este assumiu a presidência, com ressalva desde que o regime fosse alterado para parlamentarista, diminuindo os poderes do executivo.

OUTROS MEIOS NA DIVULGAÇÃO DO COLONIALISMO PORTUGUÊS

A atuação de outros periódicos, como *O Estado de S. Paulo* e *Última Hora*, do Rio de Janeiro e São Paulo, foi secundada por outros veículos de informação que o movimento procurou junto à televisão, onde Fernando Mourão era editor da TV Excelsior, no programa tele jornalístico “A Marcha do Mundo”, cuidava da parte ligada a notícias internacionais⁶⁴.

Em seu livro de memórias, Urbano Rodrigues se lembra de debates que foram promovidos, em programas de televisão sobre a questão colonial, denunciando o colonialismo português. Por tais injunções percebe-se que o

⁶³ Id. Ibid, Op. Cit: 30-31.

⁶⁴ O Professor Mourão conta que por no ar reportagens que denunciava a guerra do governo português, em África, um dos patrocinadores do programa ameaçou tirar seu anúncio caso o programa continuasse passar reportagens sob a guerra colonial que mostrassem a parte negativa do regime salazarista fato que não ocorreu, pois a presidência do grupo da Excelsior não aceitou a pressão. Depoimento ao autor do dia 09 de maio de 2009, em sua residência.

MABLA tinha uma boa articulação, pois conseguia contatos, fosse junto à imprensa escrita e imprensa televisiva. Sobre essa última, Urbano Rodrigues refere-se a um programa de televisão em que participou. Apesar da referência extensa não poderia deixar de transcrevê-la.

A televisão acabou por se interessar por essa guerra numa colónia onde se falava português.

Após um programa conduzido pelo jornalista Silveira Sampaio em que fui entrevistado, um dos principais canais de São Paulo promoveu uma mesa redonda de confrontação entre adversários e defensores do colonialismo português.

Numa bancada estavam Lourival Gomes Machado, catedrático de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, e ex-embaixador na Unesco, personalidade destacada da *intelligentisa* brasileira; Myre Dores, Paulo Matoso e eu. Do outro lado oposto um obscuro professor da Universidade Católica, um cidadão de Goa e um aventureiro português de nome Rodrigo Leal Rodrigues, que então comandava nos jornais da colónia lusitana uma campanha de calúnias contra a oposição antifasista.

Essa mesa redonda teve ampla audiência e fez muito barulho.

O Rodrigo, que após o 25 de Abril mudou de campo recebeu prebendas e foi recebido no regaço do Partido Socialista como esforçado democrata, abriu as hostilidades acusado, em manobra de diversão, Vitor Cunha Rego de ser um perigoso comunista. Inventou uma estória que findou com a leitura de um endereço misterioso, supostamente do Vítor. Seria o de uma sede em Paris do Partido Comunista Francês. Aquilo nada tinha a ver com Angola, mas foi esclarecido que a morada citada era na realidade a do correspondente do *Estado*, em França, Novaes Teixeira, um velho republicano, alias anticomunista.

Rodrigo Leal Rodrigues não acusou o golpe. Abriu uma pasta, retirou dela abundante documentação, e dirigindo-se ao moderador, informou que iria dar em primeira mão ao povo brasileiro uma informação importante. Criando o *suspense*, silabado as palavras, fez a sua declaração:

“Neste momento, ao largo da costa angolano, navega uma esquadra russa cujo navio almirante é um porta-aviões. A sua missão é levar armas para os bandos...”etc.,etc.

Interrompi. Lembrei que a marinha soviética não dispunha na época de porta-aviões. A mentira, por si só, definia o nível ético do seu autor. Alíás, essa esquadra fantasma somente existia na imaginação do Rodrigo.

Mas o homem não se atrapalhou. Ergueu-se, estendeu um dedo acusado na minha direcção e bradou:

“Senhores telespectadores, registrem como ele conhece bem a composição da marinha da Rússia comunista”.⁶⁵

⁶⁵ Id.Ibid, 2004:23-24.

Urbano Rodrigues demonstra como foi organizado o lobby português pró-regime salazarista, inculcando, na população brasileira, a sensação de medo tão comum naqueles tempos, em relação ao comunismo usual na Guerra-Fria. Rodrigo Leal Rodrigues⁶⁶ acusou Urbano Rodrigues de ter contato com os comunistas russos.

O jornal *Última Hora*, segundo o Prof. José Maria contribuiu com a campanha anticolonialista, publicando artigos, editoriais e notícias contrários ao salazarismo. Todavia, os periódicos aqui mencionados não refletem a realidade da imprensa brasileira, que foi totalmente contrária à campanha de independência angolana e demais colônias, denominadas pelo regime salazarista “províncias ultramarinas”. O jornal *O Globo*, por exemplo, em suas reportagem exaltava a harmonia do povo português e brasileiro, deixando a idéia do lusotropicalismo amplamente difundida, nos anos de 1940 a 1950, conforme interesses salazaristas.⁶⁷

Reunido a esse racismo à brasileira ou lusotropicalista, temos o lobby português, que nesse período foi muito forte. Pensando nos dias atuais, fica difícil imaginar esse impacto; no entanto, naquela época, havia uma grande colônia de portugueses que fazia pressão junto ao governo brasileiro e à imprensa. O embaixador Alberto da Costa e Silva, em depoimento, apontou que desde o governo Juscelino Kubitschek de Oliveira, havia como que uma reserva. Em suas palavras, o presidente Juscelino dizia: “*não podemos entrar em conflitos com uma nação irmã*”.

Em reportagens do jornal *O Globo*, apareciam sempre declarações de agradecimento a serviços prestados à comunidade portuguesa do Rio de

⁶⁶ Em depoimento, a Profa. Maria Herminia Tavares relata que não tinha muita certeza sobre o lobby português, mas que a deputada Conceição da Costa Neves (que era casada com Rodrigo Leal Rodrigues), do PSD, era conhecida por suas ligações com o Salazarismo. Entrevista concedida por e-mail 23/03/2009.

⁶⁷ . O termo é usado pelo sociólogo Gilberto Freyre, que recebeu financiamento do governo português e desenvolveu a tese que o colonialismo lusitano foi benéfico para o Brasil, portanto também poderia ser para a África lusófona. Sendo assim Portugal deveria continuar em África a fim de civilizá-los, a exemplo que aconteceu com o Brasil. Cf. PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e os “Cães de Guarda” de Trajetória do Lusotropicalismo, nas práticas institucionais dos ideólogos do colonialismo Português nas Décadas de 1940-1960. Comunicação Anais da ANPUH - Rio de Janeiro de 2002.

Janeiro, bem como o tom usado pelo jornal, para criticar o governo português, era tênue. Em depoimento, o Prof. José Maria expõe que o lobby era exercido não apenas por ser uma colônia grande, mas por exercer uma forte influência no setor atacadista, com destaque para, as mercearias, dominadas por portugueses.⁶⁸

A partir de 1964 com o advento do golpe da ditadura Civil-Militar, as manifestações ligadas à independência não foram vistas pelo novo sistema político, com bons olhos. A repressão ao grupo ligado ao MPLA-MABLA, no Rio de Janeiro foi detida por membros da PIDE, conforme reportagem do jornal *Ultima Hora* sob a manchete: “Agente de Salazar está caçando portugueses no Brasil”.⁶⁹

Sobre esse episódio, o Prof. José Maria relembra que a entrada de membros da PIDE ocorreu não por meio de autorização do governo federal, mas do governador do Estado da Guanabara, Carlos Lacerda, que recebia apoio da comunidade portuguesa.

A partir do depoimento do Prof. José Maria, sobre atuação de membros da PIDE, e a prisão das pessoas envolvidas no movimento de libertação de Angola, após o golpe Civil-Militar de 1964, vem à tona. Por meio de documentos da própria PIDE sob sua ação no Brasil a longa data, emergem várias intervenções policiais, em que não fica muito claro quais são os interesses da policia brasileira. Em sua tese, Bittencourt expõe a prisão das pessoas que queriam a libertação de Angola:

Para além da pressão sobre as autoridades governamentais brasileiras, um dos grupos de apoio ao MPLA sediado no Brasil, contando com a presença dentre outros, dos angolanos José Lima de Azevedo e José Manuel e dois brasileiros José Maria Nunes Pereira e Fernando Mourão, buscou alargar seus contatos no meio sindical, através de nomes de peso da política nacional, como os deputados Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco da Silva. Com essa ligação o grupo ambicionava concretizar ações de boicotes a produtos portugueses desembarcados nos portos brasileiros. As negociações ainda mais agudas e o fechamentos políticos se estabelece no país. (O Globo, 24-9-1964).

⁶⁸ Entrevista concedida no Rio de Janeiro, no dia 10 de junho de 2008.

⁶⁹ ALVES, 1966:143-187.

O golpe militar de 1964 deitaria por terra outras iniciativas em fase de elaboração, como a de obter o apoio do Itamaraty para o transporte, pela Força Aérea Brasileira, de medicamentos para os homens do MPLA e a tentativa de boicote às transferências monetárias realizadas pela vasta colônia portuguesa residente no Brasil. Logo em seguida, seriam detidos os principais articuladores dessa rede, sob a acusação de “agitadores comunistas internacionais”, (interessante falar que eram agentes da PIDE) só retomando a liberdade meses depois, fruto da mobilização dos amigos e das embaixadas africanas no Brasil. Os angolanos do grupo, no entanto, seriam despachados para alguns países africanos.⁷⁰

Foram presos, na casa do Prof. José Maria, além dele, José Manuel Gonçalves, José Lima de Azevedo e Antonio Louro (o português) do PCP. Todos do Rio de Janeiro; o único preso que era membro do MABLA de São Paulo, era Fernando da Costa Andrade e o Prof. Fernando Mourão, que foi convocado a prestar depoimento.

ESCRITORES, EDITORAS E CENTRO DE ESTUDOS AFRICANOS NO EIXO BRASIL ÁFRICA

José Manuel Gonçalves Rosas, em seu depoimento, relatou sobre a influência dos escritores brasileiros, na formação intelectual dos angolanos, que fora divulgada, segundo ele, pela Revista Sul, editada em Santa Catarina por Salim Miguel, em meados dos 1950. A respeito desse assunto é importante perceber como foi feita a divulgação tanto do trabalho literário e de denúncias da guerra civil, nas colônias portuguesas, em África.

O jornalista, Miguel Urbano em seu livro de memória aborda a iniciativa dos membros do MABLA e do periódico *Portugal - Democrático*, na divulgação de conhecimento sobre a África, além das editoras brasileiras, como Anhembi, Civilização Brasileira, Arquimedes Editora, Felman-Rêgo, Brasileinse, ou mesmo institucionais, como Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos, ligado à Presidência da República, na década de 1960, no Governo Jânio Quadros e João Goulart.

Tanto, nos livros que são lidos em Angola ou os livros editados no Brasil, para um melhor conhecimento de África é notória a participação de pessoas

⁷⁰ BITTENCOURT 2002:162-163.

ligadas indireta ou diretamente ao MABLA. José Gonçalves expõe que quando aluno secundarista, em Angola o grupo que fazia parte adorava ler literatura brasileira, de autores como Graciliano Ramos, Jorge Amado entre outros. No livro organizado por Salim Miguel, *Cartas D` África e Alguma poesia*, as trocas de correspondências com escritores, africanos ficou evidente essa inspiração e admiração pelos autores brasileiros. O próprio Mario Pinto de Andrade, que na época foi um grande líder do MPLA, em seus livros *Origens do Nacionalismo Africano*, e *Mario Pinto de Andrade. Uma entrevista*, menciona a influência da literatura brasileira em sua formação⁷¹.

Salim Miguel, em seu livro *Cartas D` África e Alguma poesia*, contou como iniciou essa relação entre escritores africanos e brasileiros. Em contato feito inicialmente, em 1948, por Marques Rabelo, que queria fazer uma exposição de arte contemporânea, apresentou os jovens, Manuel Pinto, poeta português e o grauvinista Augusto dos Santos Abranches, de Moçambique.⁷²

Esse contato possibilitou que escritores africanos editassem seus escritos na *Revista Sul*, embora fosse em Santa Catarina, longe dos outros centros tradicionais da cultura africana, como Salvador ou Rio de Janeiro⁷³. A revista teve, primeiramente, colaborações de escritores de Moçambique, Angola e Guiné-Bissau. No número 30 da revista, José Graça, hoje conhecido como Luandino Vieira, renomado escritor angolano, também escreveu.⁷⁴

O período que esses escritores escreveram década de 1950, foi um momento de grande repressão do regime salazarista, nesta década foi editado a lei do indigenato, que separava as pessoas em subclasses, os que sabia ler e

⁷¹ (...) – E do Brasil, com certeza, nós tínhamos já alargado as nossas leituras. É preciso dizer, aliás, que líamos os mesmos livros: Jorge Amado, José Lins do Rego, Graciliano Ramos, todos os grandes escritores brasileiros realistas, o neorealismo...(…) Cf. ANDRADE, Mário P., 1997:77.

⁷² MIGUEL, 2005:8

⁷³ A respeito da Revista Sul cumpre expor o seguinte trecho de Bittencourt: O contato foi estabelecido com o Grupo Sul, criado por jovens de Florianópolis em 1947, que num primeiro momento receberia o nome de Círculo de Arte Moderna. Entre artes plástica, música e teatro, o grupo navegaria por diferentes áreas até 1948 lança a revista *Sul*. Com o passar do tempo, a publicação receberia a colaboração de jovens portugueses e africanos que tinham os seus caminhos fechados pela ditadura salazarista. É dessa forma que as relações se estreitam e um espaço de troca de idéias, textos e debates se estabelece. Como afirma Tânia Macedo, o extraordinário é que a revista cumpriu ao mesmo tempo o papel de resistência e resgate. Pois, por um lado, manteve um canal aberto de expressão para os angolanos e, por outro constitui hoje um repositório de textos até então pouco ou nada conhecidos. BITTECOURT, 2006:90. In: MACEDO [et al].

⁷⁴ MIGUEL, 2005:8.

escrever em português eram considerados civilizados e os que não sabiam eram tutelados pelo Estado português e não tinham acesso à cidadania plena.

O órgão de repressão portuguesa, a PIDE, exercia controle sobre o material escrito que circulava pelas colônias e Salim Miguel narra um episódio:

A meu ver, o melhor exemplo da repressão em Portugal e suas então colônias é uma carta cujo conteúdo não posso esquecer. Ela tinha data e assinatura era um rabisco, embora tenha quase certeza ser de Antonio Jacinto. O remetente queria um manual de economia política. Dizia: “se não for encontrado em Florianópolis, veja se me consegue um exemplar em Porto Alegre ou em Montevidéu”, pois sabia que a Livraria Monteiro Lobato, de Montevidéu distribuía a Sul. Concluía “Caso consiga o livro não pode mandá-lo como recebeu. Terá de retirar a capa, a folha de rosto com o título, separar o miolo de cem em cem paginas, embrulha-la em jornais ou revistas de variedades e despachar cada pacote em separado, porque só assim poderemos ter a sorte de receber os livros”.⁷⁵

O exemplo dado, por Salim Miguel, além de tornar patente a repressão sofrida pelos estudantes africanos, demonstra o esforço para obterem livros, que contribuísse para sua formação intelectual. No relato que Salim Miguel registra para além de obras de literatura, os seus correspondentes insistiam na obtenção de livros técnicos e de análise histórica, econômica e política, como o “manual de economia”. Qual era o medo do regime salazarista, em reprimir a leitura de tais livros?

O mesmo Antonio Jacinto⁷⁶, suposto autor do bilhete, segundo Salim Miguel tece comentários sobre o falecimento do escritor Graciliano Ramos, levando Salim Miguel a escrever artigo para *Revista Sul*.

(...) sobre Graciliano Ramos. Meus parabéns com a expressão de quanto o apreciei pela clareza de exposição e pela lucidez de espírito e senso crítico. A Humanidade perdeu Graciliano. Tudo que se acaba é triste e lamentável. Para mim tomo que não se perdeu o escritor porque tal obra-a dele- em nos não morre, que não se perdeu o Homem porquanto vós outros aí estais para seguir e ultrapassar. E no meio de nossa sentida e sincera dor, esta esperançada certeza é consolada.⁷⁷

⁷⁵ Id Ibid, Op. Cit:10.

⁷⁶ Segundo, Prof. Bittencourt durante muito tempo o grupo era conhecido como “amigos do Antonio Jacinto”. BITTECOURT, 2006:98.

⁷⁷ Carta Antonio Jacinto do Amaral Martins, Luanda, 24/09/1952. Cf. Id Ibid, Op. Cit:22

Pelas cartas infere-se que a *Revista Sul* contribuiu para a divulgação de autores brasileiros, em África, assim como de outras notícias que o órgão de repressão portuguesa não permitiu ser noticiadas. José Graça (Luandino Vieira) em carta ao amigo Salim Miguel escreve que a coleção da *Revista Sul* passa de mão em mão e faz grande sucesso entre os jovens de Luanda, apesar de fazer a ressalva de ser difícil por causa da censura de imprensa.⁷⁸

Temos o contato de uma editora angolana que queria entrar no mercado brasileiros, em 30 de março 1963, em carta endereçado a Salim Miguel. Nessa carta, Garibaldi de Andrade demonstra o seu interesse de editar livros no Brasil, menciona um representante - João Alves das Neves - nas suas palavras um “delegado para todo Brasil”, em que traz até o endereço CP 1107 São Paulo. Relata que desde janeiro de 1960 edita a “Coleção Imbondeiro”.⁷⁹

A coleção que seria de livretos de cerca de 30 páginas incluindo novelas ou contos, contava com a colaboração de escritores brasileiros, como Lygia Fagundes Telles⁸⁰, Reinaldo Castro, Antonio D`Elia e Jorge Medauar, segundo Garibaldi de Andrade, com cerca de 3000 exemplares.⁸¹

⁷⁸ Texto baseado no trecho Id Ibid, Op. Cit:32. Sobre esse assunto tem uma carta de Viriato da Cruz a Salim Miguel deixa claro que a troca não era somente literária. Permitti-me enviar-lhe um cheque cujo valor, em Cruzeiros deve andar à roda de duzentos e qualquer coisa. É para o meu amigo fazer-me o favor de adquirir na Agência Farroupilha os seguintes livros, que vão por ordem do interesse que lhes tenho: *Dialética de la Natureza*, de Engels; *O marxismo e o problema nacional e colonial*, de Stálin; *El Método dialético marxista*, de Rosental (Iudin) *Dicionário Filosófico marxista*, idem, *Sobre os fundamentos de leninismo*, de Stálin; *Lenin e o Leninismo*, idem *Sobre o problema da China*, idem; *Marxismo e Liberalismo*, idem; *Lênin, Stalin e a Paz*, idem; e *Luta contra trotskismo*, idem.- Para reduzir ao mínimo as possíveis complicações, peço-lhe diligenciar para que os livros não venham como encomenda da livraria em forem adquiridos, mas sim como encomenda particular, oferta de amigos. Se possível, deverão ser vestido com capas de outros livros vulgares. E finalmente, os embrulhos, que deverão se pouco volumosos, convém sejam feitos de papel forte. –Claro: se o primeiro livro daquela lista custar todo o dinheiro que lhe mandei, adquira esse e mais nenhum. Os outros, comprá-los-ei oportunamente Cf. Id Ibid, Op. Cit:42-43.

⁷⁹ Id Ibid, Op. Cit:48.

⁸⁰ O Prof. Fernando Mourão, em depoimento recordou que a escritora foi colaboradora do MABLA, Entrevista concedida em sua casa, 29/05/2009. Importa lembrar que a editora Imbondeiro é citado em seu livro *A sociedade Angolana através da Literatura* (1978):

”Bandeira sem cores Tremulando ao vento...

Passa um camião onde vozes cantam

São homens que voltam.

E o sonoro canto vai longe... longe...

As cubatas sós onde mães esperam...

Bandeiras-desejos

Tremulando ao vento...

E as vozes deixado a esteira dura Com o pó da estrada

Cantos de renúncia.

E tremulando sempre

A carta de Garibaldi inclui na negociação a troca de livros literários por pedagógicos⁸². Vê novamente, que no caso, os angolanos sofrem com o déficit de conhecimentos técnicos e procuram justamente com os contatos no Brasil suprir essa deficiência. Sobre esse assunto, em outra carta a Salim Miguel, Garibaldi de Andrade reforçou a necessidade de livros pedagógicos, citando até as editoras brasileiras que gostariam que os livros fossem adquiridos como Fundo de Cultura, Cultrix e Atualidade Pedagógica.

Expressa a necessidade de livros técnicos e científicos e salienta a falta de catálogos para a escolha; no entanto pediu ao amigo, Salim Miguel seu envio mesmo assim. Os livros pedagógicos que tanto Garibaldi reivindica tinha um sentido prático, que era ter material pedagógico para uma “Escola do Magistério Primário”, que Garibaldi explicita que não tinha nenhum material.⁸³

A *Revista Sul* contribuiu não só com a formação intelectual desses escritores, e com a estrutura de ensino básico. Demonstra também a ineficiência do Estado salazarista, na formação educacional de suas colônias, haja vista que os conteúdos pedidos não eram somente de livros ditos “subversivos”, mas de estrutura básica de ensino.

O Estado não se interessava na formação educacional nem básica de seus habitantes, justamente porque a lei do indigenato,⁸⁴ dava atributos de

Bandeiras sem cores agitam desejos.

Nascem vagidos novos na Senzalas! MOURÃO, 1978:45. Apud. Bandeira, Sá da. *Antologia da Poesia Angolana*. Coleção Imbondeiro. p 83.

⁸¹ Id Ibid, Op. Cit:48.

⁸² Sobre a troca : “Estamos, por outro lado, em conseguir assinantes no Brasil e em trocarmos livros nossos por livros pedagógicos brasileiros, nas base de 60\$00 de livros nossas = a livro pedagógicos. As assinaturas das nossa coleções são da ordem dos 60\$00, respectivamente: Col. Imbondeiro – 12n°; Mákuá – 4 n. °; Imbondeiro Gigante – 2n°. O livro de Bolso Imbondeiro – 6 n°. Essas assinaturas poderão também ser pagos em livros pedagógicos. Poderá o camarada valer-nos nestas nossas pretensões? Poderá o camarada interessar algum livreiro nesta troca, vantajosa para os dois lados? Cf. Id Ibid, Op. Cit:49

⁸³ Id Ibid, Op. Cit:51.

⁸⁴ Sobre o indigenato cumpre expor o que Mário Pinto de Andrade escreve: Na base da necessidade concreta da subjugação econômica, fundamentou-se a justificação teórica da superioridade racial, correspondendo o binômio branco/negro à acção de comando/obediência e, como seu corolário, o paternalismo tutelar Ao administrador colonial incumbiria a autoridade firme e paternal sobre os *indígenas*, a fim de os colocar ao serviço dos colonos e das empresas. Oliveira Martins aderiria a esta ideologia racista que revela do “darwinismo social”. Com o advento da República, em 1910, elaborou-se a primeira lei orgânica sobre a administração civil das província do ultramar, a qual introduziu as duas categorias de indígenas – *civilizados* e não *civilizados*, ficando estes últimos sob a autoridade directa da administração colonial. Outros diplomas definiram posteriormente o Estatuto dos “Indígenas

cidadão aqueles alfabetizados. Além da já conhecida frase que um povo desinformado ser mais fácil de controlar. A falta de investimentos teve uma significação mais perversa, pois sem alfabetização, a exploração era legitimada, com o argumento de que pelo serviço “laborial” civilizaria esses “indígenas”. Na década de 1950, o lusotropicalismo de Gilberto Freyre dava legitimidade ao regime de exploração lusitana, em África.

Importa apontar que a carta enviada por Garibaldi data de 1963, período de governo de João Goulart, que mantém a política de aproximação das colônias portuguesa em África. Conforme demonstrado no telegrama que o presidente João Goulart, envia em agradecimentos as felicitações que o MABLA apresentou por sua posse e que foi publicado pelo periódico *Portugal – Democrático*. É nesse período que o representante da editora angolana, no Brasil, João Alves da Neves, decidiu residir justamente em São Paulo, local de atuação do MABLA.

A *Revista Sul*, pelos relatos e cartas mostrados no livro, organizado por Salim Miguel contribuiu para a formação intelectual de muitos que depois foram líderes no processo de independência de Angola, Como José Graça que participou do MPLA, hoje conhecido como Luandino Vieira, Viriato da Cruz, um dos fundadores do MPLA e líder que após rompeu com o movimento por divergências entre outras pessoas.

Em a *Sociedade Angolana através da Literatura* (1978), o Prof. Fernando Mourão chama atenção da importância da literatura para formação do nacionalismo angolano, ao longo do século XX, em especial a nas décadas de 30, 40 e 50. Portanto a troca feita entre escritores brasileiros e angolanos na

não civilizados” nomeadamente os decretos de 23 de Outubro de 1926 e de 06 de fevereiro de 1929 para a Guiné, Angola e Moçambique.

A ditadura militar marcou o restabelecimento da autoridade do poder central sobre os territórios ultramarinos. A década de 30 ficou assinalada por uma intensa actividade de codificação das leis que iriam reger o Império, leis que sofreriam adaptações e arranjos no aspecto formal, em função da conjuntura internacional, ou melhor, das incidências de uma opinião pública mundial, acusatória do anacronismo das praticas do colonialismo português.

O fio condutor a visão do colonizador e simetricamente a construção da representação ideal do colonizador apreende-se no discurso explicito do aparelho jurídico, reflectido nos preâmbulos das leis colônias e nos sucessivos regulamentos do “trabalho indígenas” cuja elaboração iniciada pelo regime monárquico foi aperfeiçoada na primeira Republica e ajustada pelo Estado Novo”. ANDRADE, Mario P., 1998:26. Na data de 1963 a lei do indigenato já havia sido extinta. Mas suas conseqüências estavam presentes, como o historiador Bittencourt expõe: (...) O longo período de expropriação a que haviam sido expostos impedia-os de agora usufruir da igualdade jurídica. Os poucos que conseguiram tal feito eram em número tão irrelevante que só confirmavam a discriminação. BITTECOURT, 2006:87. In: MACEDO [et al].

década de 1950 influenciou a formação de alguma forma do nacionalismo angolano.

No Brasil, além da iniciativa da *Revista Sul* nos anos de 1950, que promoveu a literatura produzida nas colônias portuguesa africanas, nos anos de 1960, surgiram editoras que mantinham relações estreitas com grupos ligados a movimentos de pró – libertação das colônias africanas, como o MABLA e o periódico *Portugal – Democrático* e PCP. No seu livro de memórias de Urbano Rodrigues (*O Tempo e o Espaço e que Vivi*) escreveu sobre o apoio que as editoras deram à divulgação das atrocidades decorrentes do salazarismo.

Paulo Duarte, que naquela época era editor chefe da revista *Anhemi*, exercia a presidência do Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados de Angola (CBARA), que fazia parte do MABLA. Era dono da editora Anhemi, Urbano Rodrigues narra um episódio, em que conseguiu a edição de um livro *Quando os Lobos Uivam*, de Aquilino Ribeiro, que havia sido proibido de ser editado em Portugal e o mesmo na França, Urbano Rodrigues vislumbra atuação da PIDE fora de solo lusitano.

Quando se soube em São Paulo que a PIDE proibira a venda do livro, procedendo à sua apreensão, escrevi a Aquilino pedindo-lhe carta branca para lançar a obra no Brasil. Ele concordou logo. A Difusão Européia do Livro, uma editora média de grande prestígio, assumiu a responsabilidade pela iniciativa. Entretanto, a poucos dias da data prevista para o lançamento, Monteil, o director e principal accionista da editora, chamou-me e, envergonhado, contou que havia recebido pressões no sentido de renunciar à publicação do livro de Aquilino Ribeiro. Motivo: a difusão estava comercialmente ligada à Bertrand e poderiam daí resultar problemas. Não ficou claro que pressões tinham sido exercidas sobre ele, nem qual a sua origem. Não tentei aprofundar o assunto, porque o próprio Monteil havia já resolvido a questão principal. O livro estava pronto; apenas faltavam a encadernação e a capa. Monteil falara com Paulo Duarte e *Quando os Lobos Uivam* seria apresentado sob a responsabilidade da editora Anhemi(sic), dirigida por aquele destacado escritor e professor universitário, um dos intelectuais brasileiros mais detestados pelo fascismo português pelo seu combate permanente à ditadura de Salazar.

⁸⁵

⁸⁵RODRIGUES, 2004:55.

A editora Difusão Européia, citada por Urbano Rodrigues, teve em seus quadros, Vítor Cunha Rego⁸⁶ e Fernando Correa da Silva⁸⁷, o primeiro membro o Partido Socialista Português (PSP) que criou, a editora Felman-Rêgo. A editora propunha justamente editar livros que não conseguiam ser editado em Portugal, e divulgar aos brasileiros a luta nas colônias portuguesas⁸⁸.

Vítor Cunha Rego, apesar de fazer parte da luta antissalazarista, não era muito próximo ao PCP, como Urbano Rodrigues expõe em seu livro de memórias, que diz ainda que era um “franco atirador”.⁸⁹ Todavia, apesar de sua distância do PCP e do *Portugal – Democrático*, Vítor Rego, em seus primeiros trabalhos editou *A resistência em Portugal*, de Amílcar Gomes Duarte, ligado ao PCP, o livro tratava de breves textos sobre a luta do povo português contra o salazarismo⁹⁰.

Além dos livros de luta de Portugal, a Felman – Rêgo editou *Angola Através dos Textos*, que era uma antologia de textos com o intuito de ampliar o conhecimento sobre as atrocidades cometidas pelos portugueses em Angola. O livro que tem capa de Fernando Lemos⁹¹, artista plástico português, que lutou contra o salazarismo e fez parte do *Portugal – Democrático*, que desde daquela época reside em São Paulo. A capa tem o rosto de duas crianças negras com um olhar enigmático, e na orelha do livro um poema de Agostinho Neto.

“Sons de grilhetas nas estradas cantos de pássaros
Sob a verduras úmida das florestas
frescura na sinfonia adocicada
dos coqueirais

⁸⁶ . A profa. Maria Herminia Tavares aponta que Vítor Rego foi editorialista do *OESP* no período da década de 1960. Entrevista concedida por e-mail 24/03/2009.

⁸⁷ Depoimento Fernando Mourão em sua residência Caucaia do Alto, 28/02/2010.

⁸⁸ Sobre a criação da editora Felmam – Rêgo é baseado no depoimento de Fernando Albuquerque Mourão. Entrevista concedida em sua casa, 29/05/2009. e no livro de RODRIGUES,2004:55.

⁸⁹ Vítor assumira uma posição esquerdista de contornos pouco claros. Não ligava a qualquer organização maoísta, mas perante as grandes questões internacionais definia-se antes de mais por um anit-sovietico cuja fundamentações teórica provinha sobretudo das teses chinesas. RODRIGUES, 2004:56.

⁹⁰ Em relação ao livro Urbano Rodrigues evidencia que no Brasil poucos deram conta que o autor ocultava sob um pseudônimo; os três pronomes eram os nomes que na clandestinidade usavam Sérgio Vilarigues, Pires Jorge e Álvaro Cunhal. Somente alguns anos mais tarde, já em plena ditadura dos generais, foi revelado no Brasil que o autor do trabalho fora o escultor José Dias Coelho, assassinado pela PIDE. RODRIGUES, 2004:56.

⁹¹ Registra-se que Fernando Lemos juntamente com Fernando Correa da Silva e um almirante Alfredo Moraes Filho do clube positivista do Rio de Janeiro e o Noémio Weniger vieram a montar uma editora infantil denominada Giroflé. Depoimento Fernando Mourão em sua residência Caucaia do Alto, 28/02/2010.

fogo
fogo no capim
fogo sobre o quente das
chapas de cayatte.
Caminhos largos
cheios de gente, cheios de gente
cheios de gente
em êxodo de toda a parte
caminhos largos para horizontes
fechados
mas caminhos
caminhos abertos por cima
da impossibilidade de braços.
Do poema “Fogo e Ritmo”⁹²

Os textos do livro incluem reportagens que, primeiramente, foram exibidas em periódicos tais como: *Portugal – Democrático*, *Le Monde*, *The Washington Post*, *Tribuna Livre*; entrevista de líderes como Agostinho Neto, Mário Pinto de Andrade e Viriato da Cruz; trechos de livros; exemplos do livro de José Honório Rodrigues, *Brasil e África* (1961), de Basil Davidson, *O Despertar da África* e *The New Statesman*, ambos de 1961, entre outros jornais e livros. Não obstante, havia documentos do MPLA, como seu programa para o ano de 1961 que tinha como uma de suas metas, a imediata e completa independência de Portugal.⁹³

A pretensão do livro foi de informar ao público brasileiro, o que acontecia além mar; seus organizadores selecionaram variados textos da imprensa nacional e internacional, além do MPLA. O trabalho de 223 páginas na realidade era uma introdução ao público leigo, que muitas vezes nem sabia qual era a língua falada em Angola.

As décadas de 1960 e 1970 não dissociavam arte e política, a arte menos engajada possível na época era mesmo assim política como aportam vários livros que pesquisam sobre a época, autores como Elio Gaspari (2003) e Zuenir Ventura(1989), que já mencionei no trabalho. Ao longo dessa pesquisa nota-se que os participantes do MABLA e colaboradores, em grande parte são escritores, arquitetos, artista plásticos, atores entre outros.

A editora Felman – Rêgo, que tanto apoiou a divulgação, por meio de suas edições, sobre a Guerra Anticolonial promovida pelo colonialismo

⁹² REGO, e MORAIS.1962.

⁹³ REGO, e MORAIS.1962:75

português não deixou também de editar livros sobre literatura. O poeta, artista plástico e arquiteto e hoje deputado em Angola, Fernando da Costa Andrade, que fora várias vezes mencionado nesse trabalho como membro do MABLA teve seu trabalho de poesia editado por Vítor Cunha Rego.

O livro *Tempo em Itália*, de 1963 reuniu vários poemas do período que Costa Andrade esteve exilado na Itália. Os poemas que são “odes” a independência de sua terra:

Não acredito
Que este povo que venera a Resistência
Seja contra a liberdade
(A liberdade não conhece a geografia do fascismo
a liberdade não conhece franco e salazar)
A liberdade é a raiz da Resistência:
Resistência italiana
cubana
ou argelina.
A Resistência de Angola.
Este povo está connosco (sic) eu sei
Mas não basta que eu o saiba.
Confirmem-no os que podem claro e forte.
A vocação africana apregoada
Será depois uma verdade
Estreitando as nossas mãos.⁹⁴

O poema de Costa Andrade convoca o povo à “Resistência” em maiúsculo e dizendo justamente que a vontade de liberdade era maior que os regimes de cunho totalitário mencionados, como franquismo, fascismo que a Espanha sofreu até década de 1970 e Itália sofreu até meados da década de 1940 e o salazarismo, cujo regime Costa Andrade conhecia bem e expressava em seus poemas.

A noite não é a mesma em toda a parte
Todos sabemos disso
Em Itália durou mais de vinte anos
em Angola, bem diferente, dura há quinhentos anos.

Hoje a noite
Aqui também é outra
Não tem Kissanges chorando
Nem incursões fascistas
Nem besugo contra angolano
(besugo à noite tem medo
de dia tem bombas napalm)

⁹⁴ ANDRADE, Costa, 1963:73.

pelotões de tortura
Capitães eichman
Besugo é como o rafeito).⁹⁵

Nesse poema, Costa Andrade fala dos 20 anos de fascismo que a Itália teve quando refere-se à duração da noite nesse país. Agora quando chama atenção sobre Angola é mais agravante, pois não fala somente do salazarismo que vem desde 1928, refere-se a todo período de colonização dos portugueses, em África.

Período que passou por vários regimes políticos e acontecimentos históricos. Se pegamos os parâmetros europeus de história passou do período de transição para Idade Moderna, para Moderna propriamente dita inteira, a Revolução Francesa, que seria a Idade Contemporânea, Primeira e Segunda – Guerra Mundial.

Levando em conta o regime político inicialmente Monarquia, período de ocupação francesa de Napoleão Bonaparte, Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em que Angola foi comandada do Brasil, retorno da Monarquia em Portugal, República e regime de exceção denominada Salazarismo, até 24 de abril de 1974, com a Revolução dos Cravos, a noite colonial foi longa.

O poema de Costa Andrade, apesar de curto, carrega em seus versos quinhentos anos de exploração, o poema vislumbra ainda os efeitos do napalm, as bombas jogadas em território angolano que mataram milhares de pessoas, além das torturas cometidas.

O ponto de vista explorado por Costa Andrade chama atenção para duas visões do processo colonial, uma que enfatiza que o “inimigo” era salazarismo e não o povo português e outra corrente se contrapunha ao Estado português, englobando todo período da colonização. Livros recentes de história de Angola enfatizam que a reação ao colonialismo não é um fenômeno recente mais que se assinala, em vários momentos em século passados.

A orelha desse livro foi escrita pelo prof. Fernando Mourão, que discorre sobre as qualidades artísticas que Costa Andrade demonstra desde aquele período de aluno secundarista em Angola quando participou de movimentos culturais foi alunos da Escola de Belas Artes de Lisboa, e no final da orelha, faz um pedido: *Formulo um pedido ao poeta e ao amigo: ao abandonares o Brasil*

⁹⁵ Id. Ibid, 1963:55.

– agora para ti terra de exílio – e antes que cantes o Grande Dia, não deixes de escrever *Tempos Angolanos no Brasil*.⁹⁶

Em 1964 com o golpe Civil-Militar a editora Felman - Rêgo acabou fechando, Vítor Cunha Rego saiu do país. Urbano Rodrigues narra que estava traduzindo um livro do francês para o português de Lenine, *O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo* para editora, mas como Victor fora visto antes com uma delegação chinesa andando pela editora, temia ser preso.⁹⁷

A despeito das editoras, a Arquimedes edições editou, no Brasil, o livro *Viragem* (1967), do escritor Castro Soromenho⁹⁸, na contracapa tem a foto do autor e a frase “É preciso dar este livro a ler a muita gente, é urgente conhecer as relações humanas de que êle traça um quadro inteiramente verossímil”. A capa tem uma foto de uma mulher negra com seios despido e com um colar.⁹⁹

A orelha é escrita pelo Prof. Fernando Mourão, que corteja a obra como uma grande contribuição para literatura africana. Castro Soromenho é

⁹⁶ Id. Ibid, 1963.

⁹⁷ RODRIGUES, 2004:56.

⁹⁸ Nascido, em 1910, em Vila de Chinde, Zambézia, Moçambique era filho de Artur Ernesto de Castro Soromenho, antigo Governador dos Distritos de Congo, Huíla e Moxico e Governador de Luanda (Angola) e de Stella Fernançole de Leça Monteiro de Castro Soromenho, de família Caboverdiana. Em 1960, sua atividade de oposição ao regime político levou-o a escolher o exílio e a instar-se em Paris, de onde partiu para os Estados Unidos a convite da Universidade de Wisconsin, em 1961. Naquela Universidade fez parte da comissão encarregada da seleção de material para curso de Língua Portuguesa e Literatura Luso-Brasileira, e regeu o curso de Literatura Portuguesa durante a ausência do catedrático, Professor Machado Rosa, autor do convite.

Depois de seis meses nos Estados Unidos, Castro Soromenho regressou a França em agosto de 1961, passando por Barcelona. Foi leitor de português e espanhol da casa editora Gallimard e colaborou na revista *Présence Africaine* e *Révolution* de Paris, dedicando-se também à investigação da literatura científica portuguesa a secção da África do Museu o Homem, em Paris sob orientação de Michel Leiris, investigador do Centre National de La Recherche Scientifique.

Em dezembro de 1965 parte para São Paulo – Brasil. Na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras da Universidade de São Paulo e no Centro de Estudos Africanos, regeu os cursos de Introdução à Sociologia da África Negra, em 1966; Sociologia da África Negra, em 1967 e 1968, bem como um curso livre de Sociologia Negra na Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras de Araraquara, durante um semestre. (Sobre a vinda de Castro Soromenho, o Prof. Fernando Mourão relatou que sua vinda para o Brasil teve a colaboração de dois portugueses exilado no Brasil, Adolfo Casais Monteiro e o ex- capitão João Sarmento Pimentel, que conseguiram uma permissão especial de visto para Castro Soromenho e sua família de Paris para o Brasil por meio do Chefe da Casa Civil do Presidente Castello Branco, Luis Viana Filho. Entrevista em sua residência, 01/03/2010, Caucaia do Alto SP).

Castro Soromenho faleceu em São Paulo a 18 de junho de 1968 no Brasil publicou um romance, *A chaga*, publicada posteriormente pela Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1970, 189 páginas, segundo de uma trilogia começa com *Viragem* e que ficou por terminar. Mourão, 1978: 123.

⁹⁹ Foto colhida no Dumentário do livro *A Maravilhosa Viagem* de Castro Soromenho, publicado em Portugal. Cf. SOROMENHO, 1967.

analisado em sua dissertação de mestrado em sociologia, na Universidade de São Paulo, que virou livro *A Sociedade Angolana Através da Literatura* (1978).

A obra desmistifica a construção que o colonizador fizera sobre as colônias e as limitações da ação dos brancos, trazendo a “África real”. Mourão escreveu na orelha:

(...) O homem negro, esse grande desconhecido da maioria do público europeu, é apresentado ao leitor como um ser com a sua própria cultura com as suas riquezas e misérias. O negro e a África não são cenários na obra de Castro Soromenho. Pelo contrário são o fulcro de toda a sua obra. – Mas Castro Soromenho não é um negro? Exclamou um dia o poeta Leopold Segnhor. Para o presidente – poeta era lhe difícil aceitar a idéia que o autor da *Terra Morta* e de tantas outras obras fosse um branco!

Murique, êsse filho do Cuango conservou a sua personalidade de negro e acaba endoidecendo. O desespero por vezes toma Paulina e o Alves. Sós e isolados, todos eles num meio inóspito. Inóspito para brancos e mesmo para os negros agora incapazes de o dominar como outrora quando eram senhores da terra que os “germinava” e alimentava, essa terra de que soba Calendende levava “a saudade de seu país perdido”. (...) ¹⁰⁰

A obra de Soromeho traz diversas discussões que não serão alongadas aqui, pois não são propostas da pesquisa, mas merecem considerações. A desconstrução da imagem que o colonizador português criou sobre os benefícios, que trazia aos povos colonizados “o fado do homem branco”, que teve o apoio já mencionado das idéias do lusotropicalismo de Gilberto Freyre.

Outro ponto importante dessa obra é questionar o Eldorado para os brancos portugueses, que Fernando Mourão deixa claro que era um lugar inóspito para brancos e negros. Pode-se inferir que o próprio processo de colonização de cinco séculos deixou a terra inóspita para todos.

Assim como o espanto do poeta Leopold Senghor, ao saber que Castro Soromenho era branco ficam patentes às tensões daquele período que anos de colonização fizeram. Ao falamos de apartheid lembramos somente de África do Sul, mas foi um regime que grande parte do continente africanos sofreu até o processo de descolonização, que iniciou com final da Segunda Guerra, gerando conflitos étnicos e raciais.

¹⁰⁰ SOROMENHO, 1967.(orelha do livro).

Ainda a participação de grandes editoras como a Civilização Brasileira e Brasiliense. A primeira teve a edição de um dos clássicos dos estudos sobre Brasil e África, o livro de José Honório Rodrigues, que serve até hoje como base para os estudos sobre o continente africano.

Pela mesma editora, há o livro do médico angolano, Américo Boavida, *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesa* (1967). Américo Boavida que como exposto nesse trabalho morreu no campo de batalha¹⁰¹, em vida contribuiu com a luta anticolonial, Deolinda Rodrigues, relatou que quando aluna secundarista, em Luanda teve a presença dele para palestra na organização da Juventude Protestante, em Angola, sobre os males do colonialismo. Boaviada foi organizador do Corpo Voluntário Angolano de Ajuda aos Refugiados (CVAAR) com a colaboração de outros médicos, entre eles João Viera Lopes, Edmundo Rocha e tantos outros, que acolheram os refugiados angolanos, no Congo e serviu de inspiração para o Comitê Brasileiro de Ajuda a Refugiados Angolanos (CBARA).

O livro como o próprio título coloca é uma denúncia aos cinco séculos de exploração, em que aborda assunto relacionado a questões econômicas, políticas e sociais entre Angola e Portugal. O prefácio feito por Urbano Rodrigues¹⁰², exalta a falta de conhecimento dos brasileiros sobre África.

¹⁰¹ No dia 25 de Setembro de 1968 três helicópteros da Força Aérea Portuguesa metralharam durante quase duas horas um acampamento do MPLA no Moxico destruindo com tapetes de bombas as instalações hospitalares dessa base. Cf. RODRIGUES, 2004:65

¹⁰² Em seu livro Urbano Rodrigues descreve o episódio: Na época em que o MPLA tinha o quartel-general em Leopodville eu mantivera correspondência com Américo, um dos responsáveis pelos serviços médicos da MPLA.

Situações complexas, ligadas a problemas que o Movimento enfrentou pouco depois, atiram o jovem médico angolano – irmão do futuro ministro Diógenes Boavida – para Barcelona. Quando, após um intermezzo em Rabat, entrou em Angola clandestinamente para reintegrar na luta descobrimos ambos que o sentimento nascido do diário epistolar evoluíra. Éramos amigos

Um dia recebi um manuscrito seu, acompanhado de um pergunta: haveria alguma possibilidade de aquilo aparecer em livro no Brasil? A resposta não tardou muito. O trabalho, com prefácio meu, foi editado pela Civilização Brasileira e apresentado em São Paulo numa sessão que em que embaixadores de três países africanos – Argélia, a Síria e o Egito - autografaram exemplares em nome do autor, que se batia, alugares, nas savanas de Angola, contra o colonialismo português denunciado nas páginas da sua obra.

As comunicações eram morosas. Passaram meses antes que recebesse uma carta comovia de Américo. Era muito diferentes das anteriores. Ele informava que recebera na Zâmbia, após longa viagem meia dúzia de exemplares do seu livro num dia em que trabalhavam ali com Agostinho Neto. A alegria e a surpresa foram tamanhas que improvisaram uma dança. Id. Ibid, 2004:63

A orelha feita por Edson Carneiro,¹⁰³ elencou diversos fatos, que denunciam o anacronismo do colonialismo português, como o artigo 106, da constituição portuguesa, que o Estado pode forçar os “indígenas” a trabalhar em serviços públicos de interesse geral da coletividade. Também denuncia a administração angolana por “arrebanhar”, nas aldeias, negros fisicamente aptos para trabalhar nas minas da Rodésia e da África do Sul, segundo ele em torno de 160 000 por ano. (1967). Importa mencionar ainda o extermínio, com *napalm*, que matou mais de 300 000 angolanos naquele período.

O prefácio e a orelha do livro permitem inferir o conteúdo de denúncia do regime salazarista que o autor pretende desenvolver em sua obra. Na época teve repercussão, na imprensa portuguesa, segundo Urbano Rodrigues, o autor e sua obra foram injuriados, pela *Voz de Portugal* e o *Mundo Português*, que faziam apologia ao regime salazarista.¹⁰⁴

A Brasiliense, editora do historiador e intelectual brasileiro Caio Prado Junior editou livros relacionados sobre África. Urbano Rodrigues aponta um livro *A Guerra em Angola*, de Mário Moutinho de Pádua, em suas palavras “(...) o primeiro e pungente relato dos crimes cometidos pelo exército português no norte de Angola no ano de 1961.”¹⁰⁵ A repercussão do livro no meio estudantil foi de choque, pois o livro trazia em minúcias os horrores da Guerra.

Urbano Rodrigues, em seu livro relatou que ficou próximo de Enio Silveira, dono da Civilização Brasileira e Caio Graco filho, mais velho de Caio Prado Junior. Das várias iniciativas de edições de livros percorridas por Urbano Rodrigues, conta de uma que não deu certo, Basil Davidson escreveu um livro sobre a luta em Guiné-Bissau, após viagem feita por esse autor pelas selvas dessa então colônia.

Urbano Rodrigues conta que a obra agradou tanto que escreveu a Amílcar Cabral e Basil Davidson sugerindo sua publicação, no Brasil, após negociações e pagamento antecipado de 1000 mil dólares do PAIGC pela edição brasileira, que assegurava ficar com um número x de exemplares. Enio da Silveira escreve uma carta ao Urbano Rodrigues, que diz: “*Não esqueço o*

¹⁰³ Edson Carneiro é citado por Marcelo Bittencourt como membro do comitê de solidariedade ao povo angolano. BITTECOURT, 2006:101. In: MACEDO [et al]. E também num documento da Secretária de Relações Exteriores, que vai ser trabalhado no segundo capítulo deste trabalho.

¹⁰⁴ RODRIGUES, 2004:63.

¹⁰⁵ Id. Ibid, 2004:57.

choque e a amargura sentido quando recebi a carta de Enio da Silveira, impregnada de tristeza e vergonha, informando que a edição inteira, impressa em São Paulo na gráfica da Brasiliense, havia sido destruída".¹⁰⁶

O filho mais novo de Caio Prado ao folhear o livro, em uma decisão repentina mandou picotar todos os exemplares. Urbano Rodrigues relata a intensificação da repressão do regime Civil-Militar, todavia diz a que era ainda dúvida. Embora censurasse obras contra o regime brasileiro, tolerava escritos do anti-colonialismo.¹⁰⁷

Destaca-se sobre as publicações desse período, o embaixador negro, que vai para Gana, Raymundo Souza Dantas, que escreve pela editora Leitura S.A, o livro, *África Difícil* (1965). O livro aborda o período de dois anos como embaixador em Gana, por meio de seu diário expõe suas impressões sobre o continente.

As publicações de órgãos do Estado não eram novidades. Antes de Raymundo Dantas, o Instituto Brasileiro de Estudo Afro-Asiáticos (IBEAA), órgão ligado a presidência da República, na década de 1960, sobre o instituto propriamente vai ser melhor desenvolvido depois. Por ora vale ressaltar que o IBEAA publicou uma serie de livros a respeito de África.

Moacir Werneck de Castro escreveu *Dois Caminhos da Revolução Africana* (1962), o livro foi editado pelo IBEAA. Werneck de Castro que era membro do Instituto escreveu essa obra quando foi à África a serviço do jornal *Última Hora* do Rio de Janeiro, onde trabalhava como redator-chefe. Ele dedica a obra ao Mário de Andrade, líder do MPLA e a Mário de Andrade escritor brasileiro.

À Mário de Andrade, intelectual e combatente pela liberdade de Angola, terra irmã.

À memória de Mario de Andrade, o brasileiro, a quem um dia se fez sentir o "vento violento/ que arreventa dos grotões da terra humana/ exigindo céu, paz e alguma primavera".

¹⁰⁶ Id. Ibid, 2004:60.

¹⁰⁷ Cumpre observar que Urbano Rodrigues diz que a causa real da destruição do livro de Davidson fora uma crise de doença mental, ainda mal diagnosticada, de que o moço sofria. Cf. Id. Ibid, 2004:61.

A viagem que fez para África, onde participou do vôo inaugural da linha Panair do Brasil para o Cairo, Werneck de Castro conta que pensava passar por Senegal, Guiné, Gana, Nigéria e Congo. Quando estava em Dakar, em Agosto de 1961, Jânio Quadros renunciou fato que interrompe a viagem.

A renúncia pegou todos de surpresa, pois o presidente Quadros estava implementando a política de aproximação do continente africano e criado o IBEEA, onde Werneck de Castro editou sua obra. Todavia, durante esse período entrevistou os principais líderes africanos que estavam fazendo a independência ou haviam alcançado. Entrevistou Gamal Nasser, líder e depois chefe do Egito, Mamadou Dia, que foi primeiro – ministro de Senegal, Kwame Nkrumah, presidente de Gana e Mário Pinto de Andrade, líder do MPLA .

Na entrevista feita com Mário Pinto de Andrade, líder na época do MPLA suas atividades como secretário da *Présence Africaine, Revue culturelle du monde noir*, editada em Paris, onde usando o pseudônimo Buanga Flê, escreveu “Que é o Lusotropicalismo?” Onde aponta a segregação e assimilação como formulas políticas pela qual a colonização assegura seus privilégios contra a legítima vitalidade dos povos colonizados.

Entrevista “profética”, haja visto que Mário Pinto de Andrade acreditava que o conflito poderia tomar contornos internacionais, principalmente porque países como África do Sul, Estados Unidos¹⁰⁸, Grã-bretanha esses dois últimos ligados à OTAN tinham, interesses geo - econômicos em Portugal e suas colônias. Fatores que se precipitavam logo após.

Dentre outras edições realizadas pelo IBEEA, tem-se *Senghor em dialogo*. (1965), editado logo após o golpe Civil – Militar do Brasil. A publicação vem em decorrência de um debate promovido pelo IBEEA ocorrido na

¹⁰⁸ Os Estados Unidos tinha interesse no arquipélago dos Açores, como Kenneth Maxwell discorre em seu livro (...) tornar-se crucial para a guerra naval no Atlântico durante a Segunda Guerra Mundial, e Salazar manobrou em proveito de Portugal a necessidade que os Aliados tinham de conseguir permissão para que eles, e não os alemães usassem o local como base militar[trata-se de uma base área militar]. Durante a guerra, os britânicos, invocando os antigos tratados anglo-portugueses, haviam tentado estabelecer instalações militares no arquipélago para combater a atividade naval alemã no Atlântico, e estavam dispostos a tomar os Açores caso Salazar persistisse em negar-lhes um base ali. Churchill chegou a dar um ultimato a Salazar. Finalmente as negociações, boa parte delas conduzidas por Humberto Delgado pelo lado português, foram bem sucedidas e Salazar aquiesceu em agosto de 1943. “os americanos conseguiram acesso às instalações dos Açores sob a égide da aliança britânico-portuguesa, mas nas negociações chefiadas por Geroge Kennann, *Charge d'affaires* em Lisboa. Salazar obteve uma crucial compensação de Washington: o compromisso de que, em troca do acesso à base açoriana, os Estados Unidos respeitariam a integridade territorial das colônias portuguesa. MAXWELL,2006:76-77.

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1964.

A mesa contava com a presença além do presidente do Senegal, o senador Afonso Arinos, que no período do presidente Jânio Quadros foi Ministro das Relações Exteriores, Pr. Fernando B, de Ávila e o professor Cândido Mendes, que depois veio fundar a Universidade Cândido Mendes.

O debate circundou, sobretudo, a respeito dos desafios que países de terceiro mundo sofriam e as necessidades de justamente dessas nações unirem-se. A mensagem deixada pelo IBEEA era em suas palavras: “(...) *está certo de, no exercício de suas específicas finalidades nos quadros das instituições oficiais do país, trazer a público um autêntico diálogo, aberto à nova perspectiva históricas, africana e brasileira*”.¹⁰⁹

Os livros destacados nessa pesquisa têm por intuito apresentar um panorama do que fora editado, acerca do assunto. Mostrando também que além da imprensa, as editoras cumpriram um papel significativo, na informação aos brasileiros do que era África, pelo menos a parte dela representadas por seus colaboradores africanos e portugueses que vieram para o Brasil, assim como os brasileiros que apoiaram essas manifestações.

Sobre a criação dos institutos de estudos do continente africano e afro-brasileiro, o prof.^a Jose Maria Nunes fez uma dissertação de mestrado, realizada na Universidade de São Paulo, “Os estudos africanos no Brasil e as Relações com a África” (1991). Na dissertação, o prof. José Maria faz o registro de tais instituições, demonstrando sua importância na época para o conhecimento e divulgação do continente africano¹¹⁰.

¹⁰⁹ .ARINOS, [et. al], 1965.[s.n].

¹¹⁰ . Importa lembrar que antes desses centros de estudos houve pensadores que se preocuparam-se com o estudo do negro e África, o Prof. José Maria menciona(...) o pioneirismo de Nina Rodrigues e seu discípulo Artur Ramos. Procuramos investigar o que levou um professor de medicina legal da Faculdade de Medicina da Bahia, como era Nina Rodrigues, a se preocupar com que ele chamava estudo da África. Tanto Nina Rodrigues quanto Arthur Ramos, embora os separassem mais de 30 anos de diferença e recursos teóricos diversos, tinham o mesmo objetivo: “o problema “o negro” no Brasil”. No entanto, segundo Prof. José Maria, quem vai ser um divisor de água é Gilberto Freyre: (...) Encontramos este autor Gilberto Freyre, em dois livros pouco conhecidos em meio a sua obra geral: *Aventura e rotina* e *Um brasileiro em terras portuguesas*, que ele dedicou à ampliação, na África portuguesa, de sua teoria do lusotropicalismo. Cumpre observar que a obra deu-se em decorrência de um viagem que Gilberto Freyre fez as cinco colônias portuguesas em África, Segundo Prof. José Maria foi o estudo mais extenso até então feita por um brasileiro. CONCEIÇÃO, 1991:4-5.

O primeiro centro foi criado na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em setembro de 1959, antes da política de aproximação do continente africanos, do Presidente Jânio Quadros. Em 1959, surgem novos Estados africanos, tanto que foi considerado o “ano da África”, mais 17 países vieram juntarem-se as eles. Prof. José Maria tece:

O CEAO, embora tenha sido lançado num ambiente de cumplicidade com o colonialismo português, tomou, desde logo, um rumo em direção a uma África descolonizada e a uma interação com a comunidade negra da Bahia. A sua atuação pioneira vai se fazer sentir, principalmente, a partir do governo Jânio Quadros.¹¹¹

A oportunidade da criação do centro surgiu quando da realização do IV Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, tendo como animador da idéia o professor português Agostinho da Silva, desde há muito afeito às realidades africanos. A composição do Centro de Estudos Afro-Orientais (CEAO), teve a frente o reitor da UFBA, Edgar Rego dos Santos e depois, Prof. Agostinho da Silva passou a dirigi-lo, onde teve como colaborador Waldir Freitas de Oliveira, Guilherme Souza Castro, Yeda Pessoa de Castro e Vivaldo Costa Lima.

Embora tenha surgido anteriormente à política de Jânio Quadros foi usada estrategicamente na vinda de estudantes africanos ao Brasil. Como aponta, Prof. José Maria:

Incentivado pela política africana dos governos Jânio Quadros e João Goulart, o CEAO foi pioneiro em vários aspectos no exercício da cooperação do Brasil com a África. A ele coube acolher os dois primeiros grupos de bolsistas africanos, chegados ao Brasil através de um programa de intercambio iniciado no governo Quadros, e ministrar cursos intensivos de língua portuguesa e cultura brasileira.¹¹²

Sendo assim, o CEAO foi importante para política estabelecida por Jânio Quadros, o primeiro grupo de estudos africanos era composto por grupos de 15 estudantes, chegados 1961, vindo de países da África Ocidental. Destaca-se o camaronês Paul Étame Ewane, que foi estudar logo depois na USP até obter o

¹¹¹ CONCEIÇÃO, 1991:84.

¹¹² Id Ibid, Op. Cit:87.

grau de mestre em sociologia¹¹³, e o guineense Fidélis Cabral D`Almada, que formou-se em direito pela Universidade de São Paulo.

Ambos contribuíram para a formação junto com o Prof. Fernando Mourão, entre outros no Centro de Estudos Africanos (CEA). Com o governo Jânio Quadros, teve a criação do Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA) Instituto ligado diretamente à presidência da República (4 de abril de 1961 pelo decreto 50.456). Para Eduardo Portela, que foi o primeiro diretor do Instituto, seu objetivo era conhecer melhor o continente africano, que o governo Quadros deseja estreitar as relações. Segundo o Prof. José Maria, o Instituto foi criado na inspiração da Conferência de Bandung e tinha a função de colaborar com o Itamaraty no planejamento das relações culturais entre Brasil e os países da África e Ásia.

Outro diretor do IBEAA foi o atual reitor da UCAM, Cândido Mendes, que permaneceu no cargo até implementação da ditadura Civil-Militar. O Prof. José Maria escreve que por causa do lobby português as intenções do Instituto esmoreceram.¹¹⁴

Dentro das perspectivas de ampliação de estudos sobre o continente africano tem-se o Centro de Estudos Africanos (CEA), criado na Universidade de São Paulo por etapas. Prof. Fernando Mourão com apoio dos Professores Ruy Coelho e Eurípides de Paula contando com ajuda inicial de africanos que estudavam na USP criaram o CEA.¹¹⁵

A primeira etapa, em 1965, com o nome de Centro de Estudos e Culturas Africanas (CECA), ligados à cadeira de Sociologia II, do Prof. Ruy Coelho. Sendo somente em 1968, que adquiriu o atual nome de Centro de Estudos Africanos (CEA). Em 1972, com o estreitamento das relações entre o regime Civil-Militar e o continente africano, por meio da visita do ministro das relações exteriores Mário Gibson Barboza, surgiu um certo interesse pelo continente africano.¹¹⁶

¹¹³ Segundo Prof. Fernando Mourão, na realidade ele estudou na Escola de Política e Sociologia de São Paulo. Depoimento 19/01/2010. Caucia do Alto -SP

¹¹⁴ Id Ibid, Op. Cit:86.

¹¹⁵ Cf. Id Ibid, Op. Cit:84.

¹¹⁶ Id Ibid, Op.cit.

Por último, a criação em 1973¹¹⁷, do Centro Afro-Asiático (CEAA), nas palavras do Prof. José Maria, o Centro na realidade foi uma retomada do IBEEA interrompido pelo regime Civil-Militar, em 1964. O CEAA foi criado na época Centro Universitário Cândido Mendes, por Cândido Mendes e José Maria Nunes Pereira da Conceição. Cândido Mendes, que como transcrito em linhas anteriores fez parte do IBEEA, onde atuou com assessor técnico do presidente Jânio Quadros e foi enviado para vários países africanos, tendo contato com Leopold Senghor, Kwame N`Krumah e Julius Nyrere. Esses contatos foram de suma importância para o desenvolvimento das relações posteriores do CEAA.

O breve histórico dos institutos de estudos africanos, justifica-se no intuito de demonstrar a proximidade que esses institutos tiveram com as mobilizações pró-independências das colônias africanas. Fundadores dos centros de estudos Agostinho Silva, Eduardo Portela, Cândido Mendes, Fernando Mourão e José Maria Nunes, entre outros são constantemente mencionados nesta pesquisa como representantes civis ou institucionais na luta de conscientização da necessidade de independência das colônias africanas.

Percebe-se a linha tênue que separa esses centros de uma militância pró – independência. Os centros existiram naquele momento para contribuir não só para um conhecimento maior do desconhecido continente africano, mas também foram aglutinadores de pessoas inconformadas com o jugo colonial europeu, em especial português em África.¹¹⁸

¹¹⁷ O Professor José Maria aponta ainda que na década de 1970 houve o Núcleo de Estudos Afro-Asiático da Universidade de Londrina, segundo o professor de reduzida atuação acadêmica por falta de recursos. CONCEIÇÃO, 1991:10.

¹¹⁸ Sobre o estudo sobre África é interessante expõe o que o embaixador e africanista Alberto da Costa e Silva escreve: É necessário e urgente que se estude, no Brasil, a África – pregava, incansável, na metade do século XX, mestre Agostinho da Silva. Foi sob seu acicate que se criou o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade da Bahia, a cuja sombra se moveu uma geração de interessados na África e em sua história, alguns dos quais atravessaram o oceano e foram estudar e lecionar em Dacar, Ibadan, Ifé, Kinshasa. Cito alguns nomes Yeda Pessoa de Castro, Julio Santana Braga, Pedro Moacyr Maia, Guilherme Castro, Vivaldo Costa Lima e Paulo Fernando de Moraes Farias. O último há uns trinta anos fora do Brasil, abrigado na Universidade de Birmingham e escrevendo quase sempre em inglês, tornou-se um dos mais conceituados especialistas na história do Saara e da savana sudanesa.

Ao Centro baiano seguiram-se o Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiático da Universidade Cândido Mendes. Nas revistas dessas três instituições Afro-Ásia, África e Estudos Afro-Asiáticos, predominam, contudo, sobre os estudos de história africana, os trabalhos sobre as influências africanas no Brasil, sobre as relações

ATOS DE SOLIDARIEDADE A ANGOLA

Mesmo com seus poderes limitados, o presidente Goulart deu continuidade às políticas da PEI¹¹⁹. Segundo o historiador Marcelo Bittencourt, membros do MABLA, por meio do Ministro Darci Ribeiro, entraram em contato com a primeira Dama, Tereza Goulart que conseguiu um navio para levar alimentos e medicamentos para o MPLA, embora a embarcação nunca tenha zarpado do Brasil para Angola.

Atitudes como a da primeira Dama, não foram isolados, como mencionamos aqui. Além das atitudes de Jânio Quadros; houve apoio à causa angolana entre deputados como Cid Franco; ministro como Darci Ribeiro. Houve também, por parte da primeira Dama Maria Prestes Maia da Cidade de São Paulo, na década de 1960, interferências para conseguir remédios a serem enviados por meio de uma embarcação que, infelizmente também não foram efetivados, sendo doados a outras instituições no Brasil.¹²⁰

entre nosso país e a África ou sobre problemas de política contemporânea. SILVA, Alberto da Costa: 2003:238-239.

¹¹⁹ Política Externa Independente iniciada por Jânio Quadros.

¹²⁰ Em São Paulo a receptividade às iniciativas de solidariedade aumentou. Um apelo para obter medicamentos destinados ao MPLA teve uma resposta que excedeu as melhores previsões. Cito apenas um caso: Maria Prestes, a mulher do Prefeito de São Paulo, uma antifascista de origem portuguesa, conseguiu, através de contactos pessoais com alguns grandes laboratórios, ofertas que pelo seu volume e valor no colocaram perante um problema que não pudemos resolver. Durante meses, mais cem quilos de produtos farmacêuticos – desde antibióticos a analgésicos – acumularam-se numa arrecadação da minha casa, aguardando que fosse resolvido o problema do transporte para Angola, via Zâmbia ou Argélia. Não foi. Os donativos da campanha acabaram doados a instituições brasileiras. D. Maria nunca foi informada do nosso fracasso. RODRIGUES, 2004: 74.

Sobre essa ação registra-se a campanha feita pelo MABLA no Jornal *Portugal – Democrático*: O Movimento Afro-Brasileiro Pró-Libertação de Angola em meado de dezembro findo o seguinte comunicado:

“O Corpo Voluntariado Angolano de Assistência aos Refugiados, organismo com sede em Leopoldville, acaba de endereçar aos povos de numerosos países anticonialistas apelos em favor das vítimas da campanha de genocídio empreendida em Angola pelo governo português. O apelo dirigido ao povo do Brasil, recebido de Leopoldville e feito por intermédio do MABLA, é o seguinte teor:

“Na luta que ora se tratava em Angola entre o nacionalismo de um povo oprimido e uma força colonial retrograda, a vitória será incontestavelmente assegurada por aqueles que combatem pelo triunfo de um ideal justo e humano.

Força desiguais, sem dúvida – aparelho de repressão e afinado pelo diapasão facista e nazi – de um lado povos desarmados e depauperados pela prática odienta. Trabalho forçado de outro lado!(...)

O Corpo Voluntário Angolano da Assistência aos Refugiados (C.V.A.A.R.) é uma organização filantrópica, apolítica, fundada por africanos originários de Angola, contanto já no seu ativo seis médicos angolanos e trinta enfermeiros angolanos e que tem por objetivos principais: 1) assistência médica aos refugiados angolanos; 2) combate contra o analfabetismo entre os

Ações de ajuda a Angola contou com colaborações particulares, como da estudante de pós graduação de medicina da Universidade de São Paulo, na época Yara de Oliveira, que pode ser apontada como uma colaboradora do MABLA e em outras fases do movimento Anticolonialista. Registra-se que a época vendeu um piano de calda alemão visando obter fundos para o movimento. Nessa ocasião colaborou com Costa Andrade, José Lima de Azevedo, entre outros.¹²¹

Além do MABLA, o Professor Mourão relata que havia o Comitê Brasileiro de Auxilio aos Refugiados Angolanos (CBARA), inspirado no Corpo Voluntariado Angolano de Ajuda aos Refugiados¹²². A formação de uma nova sigla teve como intenção atrair pessoas que não viam com bons olhos, a atuação do MABLA, tendo em vista que, por contarem com grande apoio da esquerda, militantes com outras inserções políticas tinham reservas em ajudar o MABLA.

No entanto, com o CBARA ficava mais fácil, pois o discurso era mais de solidariedade aos refugiados sem quaisquer perspectivas de intervenção junto ao Estado brasileiro. Os membros que compunham este comitê foram variados, embora, perceba-se pelos nomes das pessoas ligadas ao movimento alguns de setores de elites da sociedade de São Paulo. O presidente foi Dr. Paulo Duarte, Secretário Dr. Noémio Weniger, tesoureiro Luiz Carlos Mesquita. Comissão de hora: Professores Florestan Fernandes, Sergio Buarque de Hollanda, Lourival Gomes Machado, Samuel Pessoa, Aníbal Silveira, Ruy Andrada Coelho, Antonio Candido de Mello e Souza, Luiz Henrique Jacy Monteiro, Fernando

refugiados; 30 instituição de medidas para obtenção de meios de assistência para os refugiados nas diferentes zonas onde se encontrem.

O C.V.A.A.R. trabalha em colaboração estreita com todas as instituições internacionais de assistência que encontram em Leopoldville e com a Cruz Vermelha do Congo.

Povo brasileiro! Democratas brasileiros! O C.V.A.A.R conta com a nossa solidariedade ativa”

Não sendo possível enviar diretamente quaisquer donativos, o MABLA secundário este apelo, esclarece que na sede da Revista Anhemi, rua Marconi, 53, 9º se recebem medicamentos e dinheiro que serão encaminhados ao presidente do C.V.A.A.R., Dr. Américo Boavinda. *Portugal – Democrático*, janeiro de 1962.

¹²¹ . Entrevista fornecida pelo Prof. Fernando Mourão. 01/03/2010. Caucia do Alto.

¹²² O CVAAR foi organizado por um grupo de seis médicos angolanos, que após o Congresso Constitutivo da UGEAN (União Geral dos Estudantes de Angola) decidiram criar o grupo para ajudar os estudantes angolanos que fugiram de Portugal. O CVAAR ficava no Congo-Leopoldville e durou 1961 a 1963, após essa dada acabou esvaziando porque os refugiados, em sua maioria estudantes dispersaram-se por vários países europeus para concluir seus cursos interrompidos pela fuga. Cf.. ROCHA,2002:215.

Henrique Cardoso, Laerte Ramos de Carvalho, Mário Shemberg, Octavio Iani, Oliveiros S. Ferreira, Eládio Antunha, Luiz Lisanti Filho, Douglas Teixeira Monteiro, Álvaro Marchi, Luiz Hildebrando Barbosa. Jornalista Júlio de Mesquita Neto, Ruy Mesquita. Cláudio Abramo, Paulo Hecker Filho. Drs. Luiz Aguiar Magano, Isaias Melshon. Almirante Alfredo de Moraes Filho.¹²³

Nomes como da família Mesquita proprietária do Jornal *O Estado de S. Paulo*, evidencia o intuito dos membros do MABLA, como narrou Professor Mourão em sua entrevista de buscar apoio no Estado brasileiro, seja no governo ou na sociedade civil. Não podemos também deixar de falar do seletivo grupo de professores, jornalista e até membros das Forças Armadas que davam legitimidade para o comitê.

O Secretário do CBARA, o médico psiquiatra Noémio Weniger, discípulo do Prof. Aníbal Silveira psiquiatra e neurologista de prestígio, teve um consultório na Rua Marconi em São Paulo, com grandes nomes da psiquiatria que era positivista.¹²⁴ Na comemoração aos inícios das atividades do MABLA fez um discurso no Sindicato dos Gráficos de São Paulo, que apesar de extenso merece ser colocado na íntegra para perceber a influência do pensamento positivista e a opinião do médico sobre o salazarismo.

Senhoras e Senhores:

A data que hoje se comemora não é festiva nem de luto desesperador é uma convocação de forças e de apoio para atender os reclamos de liberdade de um povo oprimido, asfixiado e sangrando implacavelmente pelo egoísmo estreito do salazarismo. Pode parecer a alguns, que o sistema colonialista do governo que há mais de trinta anos espesinha o povo português é apenas a continuação de um longo passado, semelhantes a outros impérios coloniais. Entretanto, não é esta realidade.

O colonialismo salazarista é, efetivamente, o mais nefasto dentre todos os existentes, porquanto, sendo a expressão fascista do despotismo que oprime, sem tréguas, a nação portuguesa, lança mão da opressão externa a fim de consolidar a tirania interna.

É impossível verificar, através do noticiário, a existência de uma opinião portuguesa contrária ao colonialismo. Estranha

¹²³ Os nomes foram extraídos de documento avulso com o logotipo do MABLA, em que consta com o endereço de Rua Maria Antonia, 254 – C.P 8105 – SP, Segundo Professor Mourão a caixa postal e do departamento de Filosofia da USP até hoje. Nessa mesma Folha, temos endereço do CBARA, Rua Apa, 190 – São Paulo. Documento concedido pelo Professor Mourão.

¹²⁴ Cf. prof. Fernando Mourão, depoimento em sua residência 08/09/2009, Caucaia do Alto - SP.

unanimidade de opiniões essa que o governo português veicula pelo mundo afora, como constituindo a expressão absoluta, unívoca e indisputável da totalidade do povo e das forças armadas da nação portuguesa. Entretanto, bem o sabemos que vale essa unanimidade de opinião pública portuguesa que as “sentinelas do muro da burrice” (na feliz expressão de Arnaldo Pedrosa D’Horta) consegue obter através de diligente atuação da PIDE o interior das suas masmorras, ou melhor, nessa prisão em que Salazar transformou Portugal.

Dizíamos que o colonialismo salazarista é o mais nefasto dos que se conhece, e isso pode facilmente ser verificado por acaso já se viu qualquer país colonialista nos áureos tempos desse sistema indigno e degradante, apresentar qualquer dos seus cidadãos que dele não partilhasse como simples traidor da pátria? Basta lembrar, em França, Condorcet, Augusto Comte e todos os seus discípulos, os quais, invariavelmente, já há mais de um século se vem batendo, até hoje, pela imediata extinção do colonialismo. Já em 1852 Augusto Comte escrevia: “Em relação ao mais imoral desses expedientes, ousou proclamar aqui, em nome dos verdadeiros positivistas, para que os Árabes expulsos energeticamente os franceses da Argélia, si estes não souberam restituir dignamente àqueles.”

No entanto, nem na França nem na Inglaterra, jamais alguém ousou apresentar os positivistas como traidores da pátria.

Quando um cidadão qualquer deseja que a sua pátria seja digna, não oprimido e explorando outros povos, será que está traíndo? O fascismo salazarista assim o entende.

Mas será que todo o povo, todo exército de Portugal pensam da mesma maneira o seu implacável tirano?

E porque então vários oficiais do exército português que são enviados à Angola para massacrar o seu povo, recusam-se a fazê-lo através da fuga ou do suicídio?

É evidente que o colonialismo salazarista tem os seus dias contados.

Nenhum obstáculo poderá opor-se ao povo angolano na sua luta por libertar-se da degradante opressão do mais nefasto e implacável colonialismo dos nossos dias¹²⁵

O discurso de Noémio Weniger procura sensibilizar a opinião pública brasileira para a causa angolana. Deixa patente seu posicionamento ideológico. Principalmente quando cita os nomes dos principais pensadores positivistas (Augusto Comte e Condorcet), expondo as opiniões de ambos sobre a colonização da Argélia e a postura de que tal nação fosse libertada do jugo francês. Discutindo a questão de fidelidade, quando refere-se à questão

¹²⁵ Documento gentilmente concedido pelo Prof Fernando Mourão, a data do documento é imprecisa esta entre 1962 ou 1963.

de traição, em que os pensadores, apesar de divergirem do pensamento do Estado francês, não foram tratados como traidores.

Tem-se também explicito que muitos jovens foram à guerra, mas não queriam lutar contra os povos das colônias e nas suas palavras acabam fugindo ou suicidando-se. Para dar exemplo, o hoje professor de Antropologia da Universidade de São Paulo, o angolano Carlos Serrano, em depoimento disse que acabou saindo de Portugal com receio de ser convocado para Guerra contra Angola.¹²⁶

O grupo de positivistas que apoiaram o MABLA era composto por médicos e membros das forças armadas. Sobre os positivistas, desde a proclamação da República teve influência no cenário político brasileiro, a Bandeira que representa o Estado brasileiro tem a frase “Ordem e Progresso”, na Igreja Positivista que fica no Rio de Janeiro em sua entrada a frase do positivista francês Auguste Comte: "O Amor por princípio e a Ordem por base; o Progresso por fim".

O Clube Positivista, no Rio de Janeiro, na Av. 13 de Maio, nas salas 1202 e 1203, que tinha um informativo denominado, Boletim Informativo do Clube Positivista. Em 1 de abril de 1963 o Boletim que informava sobre as atuações do Clube e da Igreja Positivista abria espaço para reflexões sobre questões que estavam acontecendo no momento. O Prof. Fernando Mourão relatou que escreveu para o Boletim.

No Boletim referido de 1 de abril de 1963, encontram-se várias notas de agradecimento às publicações que fazem alusões ao positivismo e seus pensadores, nele destaca-se para esta pesquisa:

“(...) Saude e Fraternidade” comenta a carta protesto contra o recuo presidencial na questão da libertação da Angola;II) de S. Paulo: a) a Revista de História, da Escola de Filosofia de S. Paulo, em artigo sobre a Independência de Angola o Sr. Fernando Mourão faz boas referências a A. Comte;(...)¹²⁷

¹²⁶ Carlos Serrano, depoimento em 16/10/2008, no Departamento de Antropologia da Universidade de São Paulo. Um livro que fala sobre as condições dos soldados portugueses em Angola é o romance *Os cus de Judas* (2003) de António Lobo Antunes.

¹²⁷ Boletim Informativo do Clube Positivista, Rio de Janeiro, 1 de abril de 1963.

A presença dos positivistas demonstra diversificações ideológicas do MABLA, por meio dele houve o contatos com membros das Forças Armadas, grupo que sempre esteve presente aos positivistas, principalmente no Exercito.

Tanto em São Paulo, como no Rio de Janeiro, segundo os relatos expostos percebemos que havia uma ampla rede de solidariedade, que incluía políticos influentes, como as primeiras Damas citadas, e que ia a outros setores, como a indústrias, que doaram os medicamentos.

Sylvio Band narrou que além de estudante de engenharia, fazia Artes Cênicas e tinha contato com importantes grupos de teatro, que hoje estão com seus nomes imortalizados na história, como o Teatro Oficina, como José Celso Martinez e o Teatro de Arena. Em depoimentos, Band relatou que antes das apresentações no teatro, ia ao palco para chamar a atenção do público sobre os problemas que o continente africano vinha enfrentando, em específico Angola, com a opressão do governo Salazarista reprimindo aquele povo e como o MPLA lutava por sua independência.

Além de manifestações no teatro, os integrantes do MABLA, segundo Band, fizeram apresentações de Jazz, no próprio Teatro Oficina, para arrecadar doações para o MABLA transferir para o MPLA. Band contou que a apresentação, em principio, tinha como justificativa a arrecadação para uma instituição de caridade, pois não podiam levantar suspeita sobre suas ações, mas o dinheiro foi para o MPLA. Como também o recolhido em leilão de quadros de pintores famosos, em prol da causa de Angola. Sobre as contribuições do mundo artístico, Rodrigues escreve:

O Teatro brasileiro atravessava então uma época dourada pela qualidade das peças, pela criatividade dos encenadores, pelo talento do interpretes. As minhas relações com as principais companhias – todas de esquerda – tornaram-se alguns casos intimas pela amizade que me ligava a diretores como Flávio Rangel, Gian Francesco Guanieri, José Celso Martinez Corrêa e outros.

Os teatros, do Arena ao Oficina, funcionavam como pólo de activismo político. Eram comuns espetáculos dedicados a uma luta, a um movimento. Recordo um no Oficina em cuja abertura foi feita pelo actor principal de uma peça de Clifford Odets, em texto inflamado que eu redigira, apelou à

solidariedade com o MPLA. O publico, de pé, aplaudiu com calor.¹²⁸

O relato de Rodrigues reforça os depoimentos de Band, sobre o apoio de parte da classe artística de São Paulo, que no momento estava muito sensível a causas sociais e políticas que lutassem por liberdades e independência. Os teatros mencionados também foram destaque na luta contra a ditadura militar, que logo após acabou implementada no Brasil, com presenças marcante de personalidades, como José Celso Martinez, por exemplo, ou em livros, como “1968 o ano que não terminou”, de Zuenir Ventura e “Ditadura Envergonha,” de Elio Gaspari , que menciona sua mobilização contra a opressão. Não por acaso, tanto Rodrigues como Band mencionam a ajuda dos grupos artísticos, evidenciando que as lutas estavam entrelaçadas num âmbito abrangente, visando também a formação de opinião publica pró-África.

Retornando às atividades de Band, que reforçam a abrangência da mobilização, importa mencionar que este chegou a sair do país, indo à Europa para fazer contatos com movimentos de esquerda que simpatizassem com a luta pró-independência dos países africanos. As redes de apoio que foi construindo tornam peculiar seu depoimento, em relação aos livros de memórias. Foi o único que afirmou ter saído para o exterior para arrecadar doações para o MPLA, juntos aos movimentos sociais europeus, tendo ido para Paris, Viena, Tchecoslováquia, em encontros com grupos que apoiavam o movimento de independência angolano a fim de angariar donativos, entre os quais, alimentos, remédios, e outros.

Em relação à atuação do MABLA no Brasil, percebemos que este estava ligado diretamente ao periódico *Portugal – Democrático* e seus articuladores. Rodrigues relatou que o movimento procurava contatos com diversos grupos da sociedade que pudesse contribuir para causa. A respeito do jornal *Portugal – Democrático*, relata ter sido um forte aliado do MABLA, abrindo espaço a todos escritos que fossem contrários ao colonialismo português. Neste periódico há duas entrevistas que merecem destaque e que foram dadas pelo

¹²⁸ Id. Ibid, 2004:70.

ex-presidente Jânio Quadros, em 1963, conforme Rodrigues discorre em seu livro de memória.

Uma situação inesperada em Março de 63 deu projecção internacional ao Portugal – Democrático. O nome do jornal dos antifascistas não tinham sequer conhecimento da sua existência.

Como e porquê?

Foi através de uma entrevista que lhe concedeu o ex-presidente Jânio Quadros.

A estória merece ser contada. Tudo começou em Portugal com uma manobra do Diário da Manhã ao afirmar que Jânio Quadros estava arrependido de não ter apoiado Salazar e praticamente a sua política colonialista. A imprensa brasileira reproduziu parágrafos da nota do Diário da Manhã. O ex-presidente reagiu enviando ao órgão do fascismo o seguinte telegrama: “Li em nossa imprensa que esse jornal me atribuiu declarações manifestações arrependimento pela minha conduta, quando na Presidência da República em relação a Portugal e seus interesses. Tais declarações inexistem. Não as fiz, nem as farei. Não tenho do que arrepender-me e só com que felicitar-me. Brasileiro, sou português também, e me repugnava repugna a ditadura cruel que afronta os portugueses e escraviza e explora numerosas e miseráveis comunidades africanas. Porque filho afectivo e espiritual de Portugal, combati e combato os seus tiranos”.¹²⁹

A figura controvertida do ex-presidente Jânio Quadros, emerge nesta passagem, sendo que em outro momento do texto, evidencia suas contradições. No entanto, na resposta ao periódico português (*Diário da Manhã*), o ex-presidente colocou claramente sua opinião, sem o histrionismo que marcou sua carreira política, principalmente com a sua renúncia até hoje pouco explicada.

Rodrigues comentou que foi feita uma reunião no jornal *Portugal – Democrático*, em que foi sugerida uma entrevista com o ex-presidente, para que falasse sobre colonialismo português. O contato com o ex-presidente Jânio Quadros coube a Bartolomeu dos Santos, Bartô, cabendo ressaltar o diálogo para a entrevista com Jânio Quadro:

Jânio foi cortes, mas manifestou escasso interesse quando lhe expus aquilo que os opositoristas portugueses

¹²⁹ Id. Ibid, 2004:83.

pretendiam, isto é um aprofundamento das críticas ao regime fascistas e colonialista de Salazar.

Comentou:

- Mas estou desinformado sobre o assunto....

Deixou, contudo, a porta aberta. No seu estilo populista, colocou a mão no ombro do Bartolomeu e, sorrindo, fez uma proposta:

-Vocês redijam um questionário e depois o Bartô, que é muito versado em assuntos internacionais, responde por mim, porque confio nele como num irmão. Depois tragam-me o texto e logo veremos...

O Bartô, que se sentia solidário com nossa luta, encontrou a solução quando deixamos o escritório de advocacia do ex-presidente:

-Você faz as perguntas e escreve as respostas.

E, parafraseando Jânio, acrescentou, sorrindo:

- Afinal, eu confio em você como irmão...

Na redação, o Vítor Ramos, o Barradas de Carvalho, o Augusto Aragão e eu discutimos, corrigimos e aprovamos o projecto de entrevista que iríamos submeter a Jânio.

Quando o Bartô, sozinho para o deixar mais à vontade, lhe levou o texto, Jânio deu uma leitura rápida, não fez emendas e teria comentado:

-Podem publicar, mas isto não vai dar em nada...

A previsão deu errada¹³⁰.

Segundo seu livro de memórias, Rodrigues relata que houve uma repercussão inesperada até para eles, do *Portugal – Democrático*. O conteúdo da entrevista discorria sobre a importância da independência das colônias portuguesas e qualificava de tímidas as estratégias de João Goulart contra as políticas abusivas do salazarismo. O efeito da entrevista, segundo Rodrigues:

A entrevista produziu um efeito explosivo nos meios políticos. Na manhã seguinte foi manchete da maioria dos diários. A *Gazeta de São Paulo*, a *Tribuna de Santos* e, posteriormente, o semanário *Novos Rumos*, do Partido Comunista Brasileiro, transcreveram-na na íntegra.

No EUA, França e em Inglaterra, influentes órgãos de comunicação publicaram extractos das declarações de Jânio transmitidos pelas agências.

Depois chegaram os comentários. Esquerda e direita tomaram posição. *O Estado de S. Paulo*, como porta-voz da grande burguesia, voltou a atacar Jânio como não o fazia desde a renúncia; apercebeu-se de que as declarações do ex-presidente extrapolaram a problemática portuguesa e reflectiam uma postura anti-imperialista. E isso era intolerável para a direita brasileira, sobretudo num momento de grandes tensões sociais.

¹³⁰ Id.Ibid, 2004:84.

A *Última Hora*, de Samuel Weiner elogiou, qualificando de documento político de maior relevância.¹³¹

Jânio Quadros agradeceu aos membros do *Portugal – Democrático*, pois segundo ele a repercussão foi grande: “...falasse de mim mais num só dia do que em todo o ano anterior”...(2004: 86). Em setembro, o *Portugal – Democrático* publica outra entrevista, esta relatada por Rodrigues:

(...) motivada por crítica da imprensa portuguesa que culpabilizava pela nova orientação que o Itamaraty vinha seguindo na sua política africana. Repetimos a fórmula e o acordo. Perguntas e respostas foram da nossa responsabilidade. Jânio foi ainda mais duro na condenação do fascismo e do colonialismo. “Algum mérito – declarou então – teve certamente o meu interesse pelo destino da África para que eu me torne hoje alvo de diatribes da imprensa de um ditador que, insensível à condenação universal, prossegue numa criminoso campanha de genocídio e se declara inimigo irreduzível da democracia representativa”.¹³²

Segundo o autor essa não teve tanto impacto como a primeira, pois no Brasil intensificavam-se os conflitos políticos e sociais internos. Dessa maneira, o espaço para questões internacionais ficaram a primeiro momento em segundo plano. Tempos depois, Jânio procurou o periódico *Portugal – Democrático* pedindo para que fosse entrevistado, todavia Rodrigues relata que o jornal: “não era janista; a sua razão era a luta contra o fascismo e o colonialismo”¹³³.

¹³¹ Id.Ibid, 2004:86

¹³² Id.Ibid, 2004:86

¹³³ Id. Ibid,2004:87

CAPITULO II

O MABLA, OS ANGOLANOS E A REPRESSÃO CIVIL-MILITAR.

Sobre atuação da PIDE no Brasil houve ampla divulgação na imprensa nacional, em que fica perceptível o posicionamento dos órgãos de imprensa pró e contra o salazarismo. Os relatórios da PIDE e dos órgãos policiais brasileiros, como a visão dos que foram detidos no período, acusados de atos “subversivos” de apoio ao comunismo e libertação de Angola, são trazido neste capítulo.

Antes de tratar da documentação e das prisões, importa esclarecer que a ação da PIDE foi anterior ao golpe Civil-Militar, no Brasil, conforme documentos encontrados na Torre do Tombo, em que ficaram registrados as ligações estreitas entre as polícias do Brasil e Portugal. Conforme relatório de início da década de 1960:

Associação Brasileira contra o colonialismo Português:

Convocada pelo Partido Socialista Brasileiro e patrocinado por organismos populares de carácter progressista, realizou-se no dia 4, no auditorium, uma palestra do Fidélis Cabral, como delegado do PAIGCV.

Durante o acto, por proposto do Professor Henrique Miranda, foi feita uma quete a favor do PAIGCV, a qual rendeu 55.000.00 cruzeiros. Por proposta também do referido Professor Miranda, foi encarregada a mesa directora dos trabalhadores, de lançar uma “Associação Brasileira Contra o Colonialismo Português”.¹

Vale reter que este documento não trata da atuação do MABLA ou do MPLA. Todavia, deixa claro uma vigilância constante em relação ao que era feito por parte das pessoas provenientes das denominadas “Províncias Ultramarinas” e de colaboradores brasileiros. Neste documento da PIDE, há o nome de um delegado que teve a incumbência de vigiar seus passos no Brasil.

Informação, 11 outubro 1960

Encontra-se em Portugal, a convite do Senhor Embaixador de Portugal no Brasil, o Senhor Alberto J. Soares, cidadão brasileiro, Inspector da Divisão de Policia Política e Social do Departamento Federal de Segurança Publica,

¹ Documento da Torre do Tombo. Relatório, 1ª Semana de Janeiro FPLN[1960] Concedido pelo Professor José Maria Nunes Pereira da Conceição.

individuo esse que tem naquee(sic) país fornecido uma preciosa colaboração à Embaixada de Portugal, especialmente em todos os incidentes levantados pelo ex - general Delgado(sic).

O inspetor Alberto J. Soares é portador de uma mensagem de portugueses residentes no(sic) Brasil, dirigida a SE o Presidente do Conselho, pelo que solicitava a honra de ser recebido por SE a fim de entregar em mão própria.

Ascendência portuguesa (Ponte do Lima – Minho)
Pessoa séria e correcta.

Colaborador activo do Senhor Embaixador Português no Brasil, neutralizando ou combatendo todas as dificuldades que ali êm (sic) surgido provocados pelo ex-General Delgado.

Amigo e colaborador devotado de todos os elementos da colónia portuguesa que apoiam (sic) o Governo Portugueuês(sic).²

Este documento não deixa duvidas sobre o estreito relacionamento entre as polícias de ambos os países, como também a ligação do Embaixador português, que patrocinava no Brasil investigações obscuras, pois o ex-general Humberto Delgado era exilado e, em principio, teria todas as garantias de uma pessoa nessa circunstância. Não obstante, infere-se que o delegado Alberto J. Soares não estaria contribuindo, com o governo salazarista, apenas por simpatia ou como colocado no documento pela sua ascendência portuguesa (Ponte do Lima – Minho). O documento relata que foi a Portugal a convite do embaixador de Portugal e, mesmo sendo um delegado, para sair do país tem que ter autorização de seus superiores. Qual teria sido a justificativa? Obviamente que para sua saída, seus superiores deveriam saber das razões ou ao menos desconfiar.

Como exposto pelo historiador Marcelo Bittencourt, em 1964 houve alteração na postura do regime político brasileiro o que reverberou para os movimentos pró - independência das “Províncias Ultramarinas”, resultando na detenção de alguns membros desses movimentos. Interessa trazer o relatório do ministro Milton Campos, assim como os depoimentos dos detidos.

O Meritíssimo Juiz da 9ª. Vara Criminal da Justiça do Estado da Guanabara transmitiu à Secretaria de Segurança Pública desse Estado cópias autenticas extraídas do processo referente ao IMP do Grupo Angolano, em que o Dr. Promotor Publico formula o pedido de expulsão de José Lima de Azevedo e Antonio Louro.

² Documento da Torre do Tombo: Policia Brasileira – PIDE/DGS, SC CI(2) 565 u.i. 7023.

2. Das referidas cópias consta, a respeito de José Lima de Azevedo, in verbis

José Lima de Azevedo – nacionalidade portuguesa, nascido em Angola (entrou no Brasil como bolsista. Possui carteira modelo 19).

I – Representante do MPLA (Movimento Pró Libertação de Angola) no Brasil, entidade política, como se vê pelos docs. De fls. 408 a 410, sem exigência regular no país. Sendo secretario dessa organização, recebia, nessa finalidade, grande quantidade de manifestos e relatórios, os quais eram distribuídos e publicados pelo indicado em diversos jornais, a exemplo de “Orla Marítima”, onde funciona uma célula do PCB. Fazia igualmente propaganda e distribuição desses mesmos manifestos entre personalidades políticas. Bem como nos meios estudantis, mormente na UNE (fls. 22 e 23).

II – Interessou-se pela aquisição de armas contrabandeadas nas fronteiras do Brasil que, segundo seu conhecimento, eram de fácil aquisição. Nesse sentido, chegou mesmo a escrever para dirigente do MPLA em Angola, a fim de saber do interesse da aquisição das referidas armas por guerrilheiros angolanos (fls.23).

III – Residindo algum tempo com o Padre Alípio sabia que o mesmo realizava reuniões políticas em sua residência, alegando, porém, que não participava (fls. 23). Foi encontrado em seu poder cautelas de armas que lhe teriam sido entregues por um primo do Padre Alípio, de nome João Antonio Rodrigues, pretendendo negociá-las ou ficar com as armas para sua defesa pessoal. Tais armas eram porttáteis, pertenciam à Marinha de Guerra do Brasil, e se encontravam na Embaixada do México (fls. 24 e 199). É referido, em um documento de fls. 24, de seu amigo correligionário José Maria Nunes, também implicado da revolução de 1 de abril de 1964 (fls. 86).

IV - Além dos contactos e gestões exercidas nos meios políticos estudantis, tinha grande penetração nos meios sindicais, em Santos. Chegando ao ponto de instigar o boicote de mantimentos (feijão proveniente de Angola) para evitar o seu descarregamento, bem como no sentido de evitar a remessa de fundo para Portugal, por parte de portugueses residentes no Brasil (fls. 22, 23 e 204).

V – Também foi encontrado e apreendido em seu poder material subversivo: “Manifesto do PCB” (fls. 24.).³

O relatório do Ministro Milton Campos refere-se a expulsão do Brasil do angolano José Lima de Azevedo, quando este foi preso. Os motivos alegados para sua expulsão foram de estar realizando atos políticos no Brasil, desviando-se das atividades de estudante bolsista para concluir a graduação em economia que iniciara em Porto e pedira transferência para Universidade

³ . Relatório do Sr. Ministro Milton Campos (fls. 104/109).DIJ/DAP/SE/P 41.566/64 – EM 18/3/65 Concedido pelo Prof. José Maria Nunes da Conceição.

da Bahia, embora, como consta no documento, estivesse residindo no Rio de Janeiro.

José Lima de Azevedo era bolsista africano no Brasil, do tempo dos governos Jânio Quadros e João Goulart, que implementaram bolsas de estudo a alunos do continente africano. Azevedo fazia parte de movimentos, no sentido de aproximação com o continente africano resultando na chegada de militantes pró-independência das “Províncias Ultramarinas” ao Brasil. Todavia, o pedido de expulsão do país para Azevedo, chama atenção pois fora detido em 1964, primeiro ano do golpe, quando ainda não havia sido iniciada a caça aos comunistas de maneira radical. O regime ditatorial ficou mais agressivo, nesse sentido, a partir de 1968; no primeiro ano os direitos políticos eram caçados, mas havia o *habeas corpus*.

Não obstante, José Lima de Azevedo realizava campanha a favor da independência de Angola e a não ser o material do PCB, que a polícia disse estar supostamente com ele, poucas são as evidências que o colocam como uma ameaça ao Brasil. O fato mais relevante, que caiu sobre José Lima, foi justamente a arma que portava, por ser ilegal. Dentre os detidos, foi o único expulso do Brasil.

Mas este documento evidencia a ligação estreita com o hoje Prof. José Maria e o Padre Alípio, inclusive era antigo conhecido. Em depoimento a revista da FGV (2007) Prof. José Maria conta que o padre veio ao Brasil a convite de seu pai, para ser pároco de imigrantes portugueses em São Luis do Maranhão, quando acabou juntando-se à luta camponesa com Francisco Julião, das Ligas Camponesas⁴. Em seu depoimento à revista, o professor relembrou:

Em julho de 1962 chega José de Lima, com o pretexto explícito de estudar no Brasil e, embutido nesse pretexto, o de tentar legalizar um *bureau* de representação do MPLA. Ele vai para minha casa e ali começa uma outra fase importante da minha vida pessoal que é auxiliar o *bureau* político do MPLA aqui no Brasil (...) ⁵.

O intuito de José Lima de Azevedo era realmente a luta contra o imperialismo lusitano, aproveitando do momento propício em que o governo do

⁴ Id.Ibid.,2007:127.

⁵ Id.Ibid.,2007:127.

Brasil começara implementar bolsas de estudo para estudantes africanos, em contexto de uma política autônoma para África.

Com exceção de Costa Andrade que fora detido em São Paulo, os outros foram presos na residência do Prof. José Maria Nunes Pereira, que vinha de uma longa experiência de engajamento contra o salazarismo e, principalmente, por solidarizar-se com as independências das colônias portuguesas em África.

Por ser solidário à causa da libertação das “Províncias Ultramarinas”, chegou a sair de Portugal, pois havia a possibilidade de ser preso, em 1961. Sobre este episódio, o Prof. José Maria Nunes Pereira relata:

(...) eu estava envolvido no processo de organizar de fugas para brancos que quisessem desertar da guerra de Angola. Eu já na semiclandestinidade, e meu padrinho, Serafim Tavares, um português comerciante amigo de papai, junto com nosso cônsul no Porto, me botou num cargueiro Inglês para o Brasil (...).

As eleições seriam no dia 12 de novembro de 1961, dia em que seria preso, e embarquei no cargueiro inglês que partiu, graças a Deus, no dia 11. Partiu depois – eu não sabia disso – do meu grupo assaltar um avião do Marrocos para Lisboa. Foi o primeiro seqüestro de avião. Então, claro: “Zé Maria, do grupo do Porto”. Outros tinham seqüestrado o navio Santa Maria, também em 1961. Ou eu ia para fora ou seria preso. Só que deixei a noiva lá. Voltei seis meses depois para me casar, e outra vez foi necessária uma proteção grande da embaixada.

Cheguei ao Maranhão em dezembro de 1961, e em janeiro de 1962 estava na União de Estudante, no Rio de Janeiro, nomeado assessor *ad hoc* para assuntos internacionais do Aldo Arantes. Meu endereço: Praia do Flamengo, 132, Morava em um hotel e ali era o endereço que eu tinha.⁶

Em seu depoimento, expõe que se casou com uma angolana, Constância Filomena. Sua militância não era acompanhada somente pelo órgãos de repressão brasileiro, mas a PIDE também acompanhava sua rotina. Há um documento da PIDE que discorre sobre o acompanhamento de sua família:

Há tempos, a nacional de raça negra Maria Bento da Paixão Ramos da Cruz casada com Manuel Ramos da Cruz,

⁶ Id.Ibid., 2007:126.

funcionário dos Serviços de Fazenda e Contabilidade do Distrito do Cuanza-Norte, solicitou a concessão de passaporte ordinário para se deslocar ao Brasil a fim de visitar sua filha, Constância Filomena da Paixão Ramos da Cruz, casada com o súbdito brasileiro, José Maria Nunes Pereira da Conceição.

Tencionava, segundo me constou, passar dois anos na companhia da filha e do genro e convencê-los a virem residir para esta Província.

Soube agora que Maria da Paixão Franco Ramos da Cruz ainda não se resolveu a embarcar para o Brasil e não virá a fazer tão depressa, em virtude do seu genro se encontrar detido pelas autoridades brasileiras, por actividades subversivas.

Foi detido após a deposição do ex-presidente João Goulart.

[exige apreensão do passaporte]⁷

O monitoramento dos passos daqueles que faziam parte do movimento (MABLA) era constante. A penetração, da PIDE em Angola, conforme exposto no documento acima, mostra o monitoramento dos passos da mãe de Constância Filomena, esposa do Prof. José Maria que estava interessada em vir ao Brasil.

Atuações da PIDE, como percebemos, parecem ter sido mais intensa no Rio de Janeiro, embora as atividades do MABLA, pela pesquisa e relatos dos ex-membros, tenham sido maior em São Paulo. No entanto nessa ocasião Fernando Mourão foi intimado a prestar depoimento e não fora detido e Fernando Costa Andrade, preso, em São Paulo e levado para o Rio de Janeiro.

Costa Andrade era poeta e estudante de arquitetura. Veio a São Paulo com o intuito de terminar seus estudos. Além de integrar o MABLA, desenvolvia palestras e participara do movimento para libertação de Angola. Seu livro de memórias, *Adobes de Memória "Chegadas"*, narra muitos momentos desse período que merecem destaque, como os contatos que fez em São Paulo em sua trajetória. Narrando sua chegada, destacou:

A chegada a S. Paulo, significa de fato o começo de uma vida nova. Inicialmente, a luta pela legalização da minha presença no Brasil, a procura de trabalho, o estabelecimento de contactos para actividade política, em nome do MPLA. Neste âmbito é justo referir os nomes do Victor Cunha Rego, do João Manuel Tito de Moraes e do Miguel Urbano Tavares Rodrigues. O primeiro proprietário da Editora Felman – Rego, em

⁷ Brasil – PIDE/DGS, Del A Dinf 11.32.D/4 u.i 1862/ *To Pide Post Salzar from Chefe do Posto Pide Luanda, 28 July, 1964*. Documento cedido pelo Prof. José Maria Nunes Pereira da Conceição.

sociedade com a esposa, e o segundo, seu colaborador ambos na área ligado ao partido comunista deram-me a ajuda inicial para o arranque da actividade. O Miguel, jornalista do “*Estado de S. Paulo*”, militante do partido comunista, tinha sido um dos homens que acompanharam Henrique Galvão no assalto e tomada do Santa Maria. Ele tinha estado em Conakry onde entrevistou Amílcar Cabral, Mario de Andrade e Sekou Touré. A aventura do Santa Maria foi durante muito tempo considerada mola propulsora do 4 de fevereiro, por causa da intenção anunciada de trazê-lo para Luanda. Essa notícia reuniu na nossa capital um grande número de jornalista de todo o mundo, a primeira vez, criando uma oportunidade única para divulgar-se a terrível condição que o colonialismo fascista impunha a Angola.⁸

Costa Andrade também veio ao Brasil como deixa evidente em seu relato para ajudar na luta contra o colonialismo português. Em África era conhecido de Miguel Urbano, no caso do Navio Santa Maria que, na época teve grande repercussão internacional, pois o intuito era chegar a Luanda, mas acabou chegando ao Brasil, que depois o entregou as autoridades portuguesas⁹.

Victor Cunha Rego citado nas memórias de Costa Andrade, foi dono de uma editora que contribuiu para divulgação de livros que denunciavam as arbitrariedades do Estado Salazarista tanto em Portugal como em África.

Importa chamar atenção que surpreende, nas memórias de Costa Andrade sua versão sobre a formação do MABLA, pois encontramos outra que torna o tema ainda mais controverso:

⁸ ANDRADE, 2002:167.

⁹ O General Henrique Galvão que chegou a ser deputado em Angola rompeu com o Estado Novo português e acabou exilando-se na Venezuela onde com apoio de revolucionários espanhóis no exílio, protagonizou o seqüestro do navio Santa Maria, a chamada Operação Dulcinea. Na madrugada de 22/01/1961, o navio Santa Maria foi tomado de assalto em águas internacionais, nas Caraíbas, pelo comando do Diretório Revolucionário Ibérico de Libertação (DRIL), uma organização de resistência antifascista estruturada para a ação direta dos combatentes Espanhóis e do Movimento Nacional Independente (Grupo ligado ao general Humberto Delgado). O plano consistia no desvio de um navio para ocupação da ilha Fernando Pó, de onde se partiria para Luanda, desencadeando um levante internacional contra as ditaduras ibéricas. Cf. Ramos, 2004:124-125. Cumpre observar, segundo Prof. Fernando Mourão que a intenção era ir a Ilha de Fernando Pó destinava-se a ocupar duas canhoneiras (pequena vaso de guerra da marinha da Espanha) e rumar para Luanda. Depoimento em sua residência 20/01/2010. Caucaia do Alto.

Regresso à chegada a S. Paulo, possivelmente aquela que maior impacto teve na minha vida, pelas conseqüências dela decorridas.

O Miguel Urbano tornou-se um grande amigo meu conselheiro e apoio, nos momentos difíceis.

Naquele quadro criamos, o Mourão e eu, e mais dois ou três companheiro, o MABLA, no qual integramos o camaronês Pierre Etammé Ewané [Paul Étame Ewane], e outros. O MABLA, Movimento afro-brasileiro de libertação de Angola, tinha o objetivo de canalizar as ajudas, uma vez que as primeiras recebidas, antes de minha chegada, pelo Paulo Matoso, estavam a ser usadas em proveito próprios dele, facto que desmobilizava a solidariedade de vários brasileiros que nos informaram o facto, que era confirmado pelo Raimundo Sousa e Santos, outro angolano que se encontrava em S. Paulo. Do Sousa e família fiquei amigo e companheiro até sua morte há anos. No Rio de Janeiro estavam o Lima de Azevedo, o camarada que também ficou no Porto com o Patito e eu quando a grande leva fugiu de Portugal; estava o Zé Maria Nunes Pereira brasileiro da Casa dos Estudantes do Império casado com a Filomena Ramos da Cruz, a irrequieta benguelense, já então mãe do primeiro filho do casal. Estavam também no Rio o Zé Português/Zé Angolano, hoje brilhante correspondente jornalista e analista político na África do Sul, doutorando em Economia, de seu verdadeiro nome José Manuel Gonçalves e ainda o Fidélis Cabral [São Paulo], da Guiné- Bissau (...).¹⁰

Neste trecho, Costa Andrade relembra sua atuação no Brasil para libertação de Angola, relatando a formação do MABLA, no periódico *Portugal – Democrático*, como foi apresentado nesse texto. Destacou Paulo Matoso como membro do MABLA e, em anúncio do periódico, de 1961, Costa Andrade veio para o Brasil em 1962. Portanto, antes de sua chegada o MABLA já estava em atividade.¹¹

Todavia, o Prof. Fernando Mourão em entrevista a Casa das Áfricas de São Paulo, em 2007, discorrendo sobre uma célula do MPLA no Brasil, denominada Ahmed Ben Bella, informou que era conhecida de poucos, tendo que contando com a participação de um camaronês, questões confirmadas conforme depoimento posterior¹².

¹⁰ ANDRADE, 2002:167

¹¹ No capítulo anterior, a militante Deolinda Rodrigues tece elogios ao MABLA, em carta a Francisco Santos Sousa, datada de 1961. Outro argumento para mostrar que o MABLA já existia.

¹² Nas palavras do Professor Mourão, o Ahmed Ben Bella seria um petit comité. Embora aprovado e do conhecimento do MPLA e de aprovado por seu presidente Mário Pinto de Andrade. O grupo não se consideravam como uma célula formal do MPLA no sentido pleno do

Quando se comunicou ao presidente, em exercício do MPLA, Mário Pinto de Andrade, sobre a criação da célula esse sugeriu colocar o nome do antigo líder da União das Populações dos Camarões (UPC), Felix Roland Moumié e o Prof. Fernando Mourão sugeriu o nome Amed Ben Bella, que foi líder da Frente Nacional de Libertação da Argélia (FNL).

Tendo em vista que o MABLA era composto por pessoas e mesmo organizações com orientações diversas havia que concatenar diretrizes que centrassem toda a ação política no quadro da luta anticolonial do MPLA. Como o MABLA não era um partido e nem organização fechada, mas um aglomerado de pessoas e movimentos, não havia como impor diretivas a todos seus membros. Fernando Mourão anteriormente cita o eng. Sylvio Band pelo seu tato, que ajudou a concatenar não só várias ações como posições diferentes.

Um pequeno grupo se reunia de tempos em tempos nomeadamente: Noémio Weniger, Fernando Albuquerque Augusto Mourão, Fernando Costa de Andrade, Paul Étame Ewane (camaronês), Mohamend Kelli (argelino), Orlando Dourado (moçambicano), David Costa Lopes (angolano), Mário Shemberg. Posteriormente Carlos Serrano entre outros.

O grupo abrangia diversos temas debatidos; por vezes eram convidados outras pessoas (que não faziam parte do grupo) a participar do debate reflexivo conforme o assunto. Neste sentido, pode ser que Costa Andrade estivesse referindo-se a este outro comitê, Ahmed Ben Bella, o que não que dizer que não participou do MABLA, Sylvio Band afirma que muitos assinavam documentos do MABLA, inclusive, o hoje governador José Serra, de São Paulo, que na época era presidente da UEE, em cuja sede também instalou-se o MABLA. A participação de Serra foi efêmera, mais de apoio do que na militância.

Em relação a Paulo Matoso, que Silvio Band lembra como um homem negro que trajava um belo terno, sabia se comunicar bem, veio ao Brasil com apoio da Igreja Metodista. Nos depoimentos de um modo geral, os depoentes deixaram escapar que Matoso, apesar de bem intencionado, tinha um caráter duvidoso. Sendo assim, o que Costa Andrade revela, em suas memórias,

termo uma vez que as comunicações com a direção do MPLA era extremamente difíceis. Entrevista concedida em sua casa. 11 de fevereiro de 2009. Caucaia do Alto.

acaba dando voz a outros membros que não verbalizaram o que Costa Andrade registra em seu livro.

Ainda sobre Paulo Matoso, que Costa Andrade não via com bons olhos, a militante angolana Deolinda, em carta para Kanhamena, em 24 de Abril de 1959, portanto fortalece a idéia que Paulo já era integrante do MABLA. Nessa carta escreve que tanto Paulo Matoso, como Francisco Raimundo de Santos Sousa, que apesar de serem adultos as suas maneiras de se comportarem lembravam de duas crianças. Deolinda expõe que os valores são *“mesuras e honrarias por parte dos conterrâneos, sobretudo em relação às mulheres, não foi para isso que viemos ao Brasil”*.¹³

As formas de atuação de Costa Andrade, no Brasil, revestem-se de fatos interessantes, em que seu livro expõe:

No âmbito das ações do MABLA recolheu-se a ajuda, proferi algumas conferências, sendo a mais concorrida, no Centro Republicano Espanhol de S. Paulo. Já casado com Charo desloquei-me ao Rio, para coordenar com o Lima a nossa actividade e pedi uma audiência ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil.

Talvez a forma um tanto apologética e sentimental da minha carta ao Ministro tenha ditado às conseqüências. O facto, porém é que uma manhã de fevereiro (63) fui recebido no Itamaraty por duas personalidades da mais alta hierarquia brasileira: Dr. Hermes Lima, se a memória me não trai era naquele momento Juiz do Supremo Tribunal, e pelo Dr. San Tiago Dantas, o Ministro.

Pequeno de estatura, jovem de 27 anos de idade ostentando um fato – terno – como se diz no Brasil, que me tinha sido oferecido em segunda – mão na Itália entrei com as pernas trémulas, naquele belo e importante salão, em que dois mais - velhos me recebiam e me colocaram de imediato, à vontade.¹⁴

O interessante desse encontro é revelar que existiam aproximações entre o MABLA e o governo federal. O periódico *Portugal – Democrático*, como exposto em uma nota de congratulação ao Presidente da República à época, João Goulart, menciona ações do MABLA na luta anticolonialista. Tal atitude não era gratuita, evidenciando a postura que colocava o Governo brasileiro contrário ao colonialismo português. Ainda conforme este relato, a cidade do

¹³ Nesta mesma correspondência alerta para que *“Oxalá não esteja fazendo o meter-te com raparigas e a namoros aqui e ali como o Chico e o Paulo, Namoro não é o que nos trouxe aqui. Não deves cometer asneira porque todos nós pagamos cuidado”*Cf. Rodrigues, Deolinda, 2004:60.

¹⁴ ANDRADE:2002:169.

Rio de Janeiro foi palco de ações por ser onde ficava o Itamaraty, que só posteriormente foi transferido para Brasília¹⁵. Por conseguinte, foi o local de procura de diálogos com a diplomacia brasileira, que teve bastante influência nas decisões externas do governo brasileiro.

Um ponto que merece destaque foram ações da diplomacia brasileira em solo africano. O *Memorandum* para o chefe da Divisão Política, datado, de 2 de junho de 1961, intitulado “*Movimento Popular para Libertação de Angola*” refere-se encontro em Conakry com a Missão Especial Brasileira. Registra-se que a Missão Especial recebeu um telefonema do Dr. Hugo de Meneses, que em nome do Comitê Executivo do MPLA, solicitava uma entrevista com a referida Missão, Sizinho Pontes Nogueira, após consultar o chefe da missão, o Deputado J. P. de Souza, deu sinal positivo. Segundo Pontes Nogueira, o grupo era composto: Senhor Menezes que fazia acompanhar dos doutores Eduardo Santos, Américo Boavida, bem como Sr. Miguel Trovoada representante do Comitê de Libertação de São Tomé, e Sr. Luiz Azevedo Junior, “enfermeiro analista”.

O Dr. Eduardo Santos foi quem falou em nome do grupo, discorrendo sobre a exploração da força de trabalho, que o governo salazarista exercia em Angola, sobre os nativos. Mencionou fazer parte do Comitê Executivo do MPLA, que tinha na direção Mário Pinto de Andrade, que segundo Santos não compareceu, pois já havia assumido outro compromisso.

Pontes Nogueira, em seu *memorandum* destaca que o Dr. Eduardo Santos argumentou que o MPLA encontrava-se com mais de 100 graduados em nível universitário, número superior ao que tinha Congo-Leopoldville após a independência. Declarando que o MPLA tinha um numero superior a 50 mil militantes, expressão numérica que Pontes Nogueira achou demasiado exagerado. Importa expor que o Dr. Eduardo Santos afirmou ter contatos com movimentos de Moçambique, Guiné, São Tomé e Príncipe, esse último com a presença do Sr. Trovoada.

O motivo da entrevista com a Missão Especial Brasileira foi pedir apoio para formação de quadros. Pedindo assistência, como Pontes Nogueira relatou, o MPLA não rejeitava ajuda de nenhum país, mas que em primeiro

¹⁵ A partir de 1972, o Ministério de Relações Exteriores foi transferido para Brasília. Cf. PENNA, 1999:117.

lugar queria a contribuição do Brasil. Ressaltou que no governo do presidente Juscelino Kubitschek via o Brasil com reserva, devido as ligações com o governo salazarista. Mas que Jânio Quadros, ao assumir a presidência, deu novo animo para o MPLA. O documento expõe a vontade do MPLA em enviar representantes ao Brasil:

Como medida inicial desejavam enviar ao Brasil um membro do Comitê, afim de entrar em contato com simpatizantes do movimento angolano. A propósito, citaram o comitê recentemente fundado em São Paulo, intitulado Movimento Afro-brasileiro e do qual participariam, dentre outros os Senhores Carlos Thiré, Florestan Fernandes, Sérgio Milliet e Edson Carneiro.¹⁶

O grupo ainda expôs ceticismo em relação à oposição do general Humberto Delgado, pois acreditavam que a saída do general de Portugal fez com que perdesse a influência política. No final, Pontes Nogueira relatou a intenção do grupo MPLA de combinar um encontro com a Missão Brasileira com o presidente do movimento Mário Pinto de Andrade.

Esse documento deixa patentes as intenções do governo Quadros em aproximar do continente africano em especial das colônias portuguesas. Importa registrar a menção ao MABLA, no *memorandum* na pagina três, onde há um risco de lado quando o mencionado o nome Movimento Afro-brasileiro. O documento fornecido pelo historiador Pio Penna declarou que tirou copia do original. Portanto pode-se inferir que o Chefe de Divisão Política achou pertinente o assunto, pois o mesmo documento foi enviado ao ministro das Relações Exteriores, na época Afonso Arinos.

Como apontado, no livro *A pesquisa histórica no Itamaraty*, o historiador Pio Penna chama atenção a metodologia de leitura de um documento do Itamaraty. No caso do documento citado é pertinente destacar, o que o historiador escreve sobre o memorando:

Nos Memorandos, encontram-se as discussões internas, nas variadas instancias do Ministério das Relações

¹⁶ Memorandum enviado pelo diplomata Sizinho Pontes Nogueira ao chefe da Divisão Política do da Secretaria de Relações Exteriores. Intitulado "Movimento Popular de Libertação de Angola. Encontro em Conakry com a Missão Brasileira. Classificado como confidencial. 02 de junho de 1961. Gentilmente cedido pelo Historiador Pio Penna.

Exteriores, que levam às decisões na política externa brasileira apresentando as questões mais sensíveis que foram tratadas no âmbito do MRE. Os memorandos constituem uma excelente demonstração do processo decisório interno do Itamaraty, contento assuntos meramente administrativos ou pontos altamente sensíveis, como a análise política da conjuntura internacional, avaliações sobre países e assuntos correntes da agenda internacional ou planejamento para o relacionamento bilateral. Em alguns casos, é possível acompanhar toda a trajetória de um determinado assunto, desde a elaboração da questão eventualmente tratada por um Secretário e enviado ao seu superior, o parecer e a recomendação deste o visto e a decisão final do Ministro de Estado.¹⁷

O documento citado passou por todas instancias até chegar ao Ministro das Relações Exteriores, Afonso Arinos. Inferimos que a administração do ministério delega aos seus subordinados a maioria dos ônus, pois seria humanamente impossível tomar ciência de tudo. Sendo assim o documento naquele momento tinha total importância ao ponto de chegar a instancia final, ao próprio Ministro das Relações Exteriores. Os nomes de Edson Carneiro, Florestan Fernandes, Carlos Thiré, Sérgio Millet, levados como membros do MABLA demonstram que o MPLA e o Itamaraty sabiam de sua existência, ao ponto de referi-se a esse no sentido de aproximações e contato com o movimento pró-independência.

O MABLA, visto sob o ângulo destes relatos, procurou se utilizar da facilidade dessas aproximações dos diplomatas brasileiros, apesar de o grupo favorável ao continente africano ser diminuto no Itamaraty. O embaixador Costa e Silva, em seu depoimento, declara que fazia parte, mas não era maioria, embora essa minoria tenha contribuído, realizando intermediações com o poder executivo, como acompanhamos nos relatos de Costa Andrade, que dialogou com o então Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas.

Aquele diálogo, com Dr.San Tiago Dantas e Hermes Lima, era fruto dessas aproximações, em que Costa Andrade expôs reivindicações: solicitou apoio ao Chefe da Casa Civil e Ex-Reitor da Universidade de Brasília (UNB), Darcy Ribeiro, para a vinda, ao Brasil, do Presidente da MPLA, Dr. Antonio Agostinho Neto, mesmo que sem cerimônia pública, em companhia do Dr.

¹⁷ PENNA, 1999:117-119.

Mário Pinto de Andrade, Secretário para Relações Exteriores do MPLA e do Engenheiro Amílcar Cabral, Secretário-Geral do PAIGC. Informou que, para tanto, contaria com apoio do Dr. Enio Silveira, em segundo lugar, entregaria uma carta à primeira Dama, Dona Teresa Goulart, que era presidente da Liga Brasileira de Assistência, Mas Costa Andrade solicitou, sobretudo, ajuda as crianças angolanas através de diversos materiais: sanitários, bolsas de estudos, e outros, solicitando o envio para Ponta-Negra, pois seria muito caro o envio por mala – postal.

Dentro do que foi escrito sobre as relações entre Brasil e Portugal, as reivindicações feitas por Costa Andrade com certeza levariam a constrangimentos no Itamaraty. No entanto, importa notar a retórica desse jovem, quando os representantes brasileiros intervieram justamente para dizer que eram difíceis suas reivindicações:

- Excelências! Eu não vim pedir nada contra Portugal. Eu vim pedir apenas a vossa ajuda a Angola, o meu país. E creiam-me Excelência, se as crianças angolanas aprenderem a ler através das cartilhas e cadernos brasileiros será o nome do Brasil, que ficará gravado com gratidão nas suas memórias.¹⁸

A reação dos representantes brasileiros foi de espanto frente aquele rapaz com apenas 27 anos, ao dizer dos benefícios que o Brasil teria com esse apoio à Angola, principalmente do material didático que seria usado pelas crianças e seria proveniente do Brasil. Vale acompanhar as palavras do Dr. Hermes Lima, nas lembranças de Costa Andrade:

- Mas o senhor já é um grande diplomata! Os meus parabéns! Não dúvida que Angola conquiste brevemente a sua independência, tal como aconteceu com o Brasil, fortalecendo depois laços de amizade com Portugal.

- A ajuda do Brasil, para que isso aconteça, é fundamental, Excelência. Muito obrigado pelas palavras que proferiu sobre a minha pessoa. Tenho consciência de não merecê – las.

O Dr. San Tiago Dantas disse: Pois faremos o que for possível e dar-lhe-emos conhecimentos através do Professor Hildebrando Barbosa que nos recomendou recebê-lo.

Relativamente aos seus estudos, ele também nos falou da possibilidade do senhor e sua esposa irem para Brasília, ou permanecerem em São Paulo. Façam-me saber, por intermédio dele, a vossa decisão e nós veremos o que

¹⁸ ANDRADE, 2002: 171.

podermos fazer. Relativamente à vinda do Dr. Mário de Andrade e das outras personalidades estamos considerando a melhor hipótese, através de outros contactos que já nos foram feitos, de Paris. Desejamos que tenha muito sucesso no Brasil e sempre que esteja dentro das nossas possibilidades, pode contar o nosso apoio”.¹⁹

Após tal conversa, Costa Andrade regressou a São Paulo, onde comunicou-se com Prof. Fernando Mourão sobre a reunião e agradeceu o apoio do Dr. Arne Enge e da Dra. Izabel, irmã do Professor Hildebrando²⁰ Barbosa. Na mesma noite escreveu um relatório que mandou pelo correio, para “o Camarada Luiz Azevedo Júnior”, com endereçamento recomendado pelo “Presidente Agostinha Neto”. Vemos que suas ligações estabeleciam-se com o alto escalão do MPLA, diretamente com o Presidente do MPLA, Agostinho Neto, informando os representantes das ações do grupo no Brasil. Logo após, Costa Andrade foi a Brasília, para entrar em contato com Darcy Ribeiro:

Em Brasília, contactei com professor Darcy Ribeiro a quem entreguei a carta para Tereza Goulart, primeira Dama do Brasil, de quem a *Manchete* ou o *Cruzeiro*, naqueles dias dizia ser tão bela como a Miss Brasil do ano: Ieda Maria Vargas. Eu estava internamente de acordo.²¹

A carta, que foi entregue para a Primeira Dama da República, vem a ser justamente a que Prof. Marcelo Bittencourt refere-se em sua tese de doutorado, resultando na ajuda com suprimentos para as tropas do MPLA, que não cegou a ser concluído. Este caminho foi atravessado pelo 1 de abril quando o golpe Civil–Militar postergou o sonho de liberdade para Angola com o apoio do governo brasileiro. O sonho ficou “hibernando em berço esplendido”. Costa Andrade foi o único a ser preso em São Paulo naquele período conforme sua própria narrativa:

Havia felicidade simples, por isso muito felizes no que éramos, até à tarde de 1 de abril de 64, quando o DOPS, Departamento de Ordem Pública e Social de S. Paulo surgiu e me algemou, à porta do meu “Jotaka”, na Rua Maria Antónia virou do avesso o

¹⁹ Id. Ibid, 2002:171-172.

²⁰ Cumpramos observar que o Prof. Hildebrando Barbosa era membro do CBARA. CF documento cedido pelo Professor Fernando Mourão. Evidência também a importância dos positivistas ao processo de libertação de Angola, tendo em vista que o Prof. Hildebrando foi integrante.

²¹ ADRADE, Costa: 2002:172.

minúsculo apartamento e me levou para prisão da Estação da Luz. Houvera denuncia do Consulado de Portugal na cidade, contra “perigoso comunista que tinha vindo subverter o Brasil” Éramos em S. Paulo: Raimundo Sousa e Santos e eu; no Rio: Lima de Azevedo, o Zé Gonçalves, o Louro, o Zé Maria, que por ser brasileiro ficou para mais tarde. Juntaram-nos o Fidélis da Guiné, solto por ser senegalês na circunstância. O Paulo Matoso denunciou ao DOPS que “os verdadeiros comunista, responsáveis por tudo, eram o Lima e eu”. Os outros, nem por isso. Ele ficou preso vinte e quatro horas, ou nem tanto.²²

Sua prisão remete à declaração de Paulo Matoso, embora Costa Andrade, em linhas anteriores, já houvesse dito que Paulo Matoso não era de confiança e que por isso os brasileiros estavam vendo o movimento com receio. As atuações quase automáticas da policia, em sua prisão e de seus companheiros, já que o golpe Civil–Militar tinha sido na madrugada de 1 de abril e, pela tarde, a policia já estava em sua residência, permitem entender, pela prisão dos “angolanos”, que tudo estava arquitetado.²³

O Prof. Fernando Mourão e Noémio, que moravam no andar superior a de Costa Andrade quando ficaram sabendo imediatamente levaram a noticia ao *O Estado de S Paulo*:

O Mourão levou a noticia ao *Estadão*, onde juntamente com o Miguel Urbano, falaram com o Julio Mesquita Filho, proprietário e director do “Estado de S. Paulo”. Julio Mesquita era abertamente contra Goulart e numa primeira fase apoiou o movimento militar, mas tinha sido toda a vida, um liberal, que fugido da ditadura de Getulio Vargas foi muito maltratado por Salazar em Portugal. Em consequência disso era solidário com os anti-salazaristas, explicando-se desse modo a ajuda e emprego que deu a numerosos portugueses anti-fascistas, que procuravam. Miguel Urbano incluiu na correspondência para “Le Monde” de Paris a noticia da minha prisão, que dois dias depois era conhecida pelos camaradas em Brazzaville. De

²² Id.Ibid.: 2002:28.

²³ Além da prisão de militantes ligados aos movimentos de pró-libertação de Angola, o Embaixador Ovídio de Melo narra o episódio da prisão de membros da Frelimo no Rio de Janeiro, após o golpe Civil-Militar. (...) Em 1963, justamente para dar a conhecer ao público brasileiro o drama da guerra anticolonial, a Frelimo havia aberto um escritório no Rio. Aquela representação diplomática oficiosa de um país ainda não independente correspondia em sentido inverso, à representação diplomática formal que agora queríamos abrir num país cuja independência ainda não estava completa. Mas em 1964, o escritório da Frelimo no Rio foi varejado pela policia, e seus funcionários presos e seviciados. Mais foram ameaçados de expulsão para Portugal, onde iriam cair nas masmorras da PIDE. E tão desastrosa expulsão só não se consumou porque Leopold Senghor, Presidente do Senegal, intercedeu junto ao Brasil, em favor da Frelimo. (...) MELO, 2009:112.

Brazza, de Itália, de Inglaterra, de França chegaram exigindo a minha libertação. Entre eles, que cito por inesperado, havia o de Holden Roberto. Na mesma noite não sabendo uns dos outros também foram detidos o Raimundo Sousa e Santos e o Paulo Matoso, em São Paulo, bem como Zé Lima de Azevedo, o Zé Gonçalves, e creio que Soares Louro, português, que foi, depois do 25 de abril, director da RTP, muito ligado a nós no Rio O Zé Maria Pereira seria preso uns dias mais tarde.

A surpresa significativa, no entanto surgiu no dia seguinte, com a libertação do Paulo Matoso. Ele tinha dito à policia que não tinha nada mais a ver com Angola. Até estava casado com uma brasileira e tinha filhos brasileiros. Nos sim, éramos perigosos revolucionários.²⁴

As considerações de Costa Andrade sobre as possíveis “declarações” de Matoso são interessantes, pois lembra que o mesmo chegou a ser preso, assim como o Raimundo Sousa e Santos. Ambos não estão incluídos em outros escritos sobre a detenção de angolanos no Brasil pelo menos no que levantei até então, em relação ao que foi escrito sobre o assunto.²⁵

Além dos relatos das testemunhas que vivenciaram aqueles acontecimentos e de outros documentos, os meios pelos quais podemos ter informações desse período histórico, encontram-se na imprensa, principalmente quando aproxima-nos do presente percebendo como cada órgão de imprensa expressa uma visão diferente dos fatos.

LIGAÇÕES POLÍTICAS DOS ANGOLANOS: CONTROVÉRSIAS NA IMPRENSA.

Em 24 de setembro de 1964, o jornal *O Globo* fez uma reportagem especial sobre o angolano José Lima de Azevedo. Por meio de documentos cedidos pelo Centro de Informações da Marinha – CENIMAR, o jornal traçou um perfil de Lima, em que expôs suas ações, como boicote a produtos portugueses, possíveis

²⁴ ANDRADE, Costa: 2002:174.

²⁵ Sobre as prisões de grupos que ajudaram a independência de Angola, Marcelo Bittencourt (2002) discorre em sua tese, denominando os membros que foram presos, no entanto sua tese não se deteve sobre esse assunto, dedicando-se a formação do MPLA, em Angola. Outro pesquisador que vai escrever sobre este questão, foi Marcio Moreira Alves, (1966) jornalista e ex-deputado federal que foi caçado pelo regime e escreve sobre as Tortura da Ditadura Civil – Militar. ALVES, 1966.

contrabandos de armas, contatos nos meios políticos e intelectuais e sua penetração na imprensa.

Através de manchete intitulada *“Angolano prêso na Marinha é agitador internacional e representa o MPLA no Brasil”*, O Globo 24/09/1964 situou Lima como principal agitador do MPLA no Brasil. Na introdução da reportagem, o jornal expõe em as diversas ligações de Lima.

Os documentos em poder das autoridades navais que apuram as atividades subversivas de estrangeiros em território brasileiro apontam o angolano José Lima de Azevedo, prêso (sic) no Centro de Informação da Marinha para averiguações. Como um agitador internacional filiado à linha chinesa do Partido Comunista. Veio para o Brasil como representante do “Movimento Popular de Libertação de Angola”, passando a atuar de preferência nos meios estudantis e sindicatos, em busca de apoio para o MPLA, insuflando o boicote às relações comerciais entre o Brasil e Portugal, entrando em conatato com contrabandistas de armas e aliciando elementos nacionais para o movimento de guerrilhas em território africano.

José Lima de Azevedo entrou ao Brasil como “estudante” angolano, a 8 de março de 1962, procedente de Gana, depois de ter escapado de Portugal, através da França, por onde transitou com passaporte falso, ocultando sua verdadeira identidade sob o nome de Kwesi Amoab, uma vez que a policia francesa também andava à sua procura, por causa de sua ligações com terroristas de diversas nacionalidades que estavam inquietando a vida do país²⁶.

O resumo, que o jornal fez de José Lima de Azevedo, definiu-o como terrorista, que veio ao Brasil não somente para procurar ajuda da sociedade brasileira, mas também por exercer atos “subversivos”. Chama atenção que o jornal noticiou que, possivelmente, estava atrelado ao Partido Comunista Chinês. Todavia, desde 1962, o MPLA procurava descolar sua imagem do comunismo ou de qualquer outra ideologia, pois o movimento caracterizava-se como a primeira experiência dos “Não Alinhados”, conforme postura dos países que saíram da Conferência de Bandung (1955), sem se alinharem aos blocos ideologias que acabaram predominando, após 1945: capitalismo e comunismo, com advento da Guerra – Fria.

²⁶ O Globo, 24/09/1964.

Não obstante, todos os movimentos, em Angola e em outras regiões africanas, atrelaram-se entre uma parte ideológica da Guerra – Fria. Como exposto em linhas anteriores, o MPLA inicialmente recebeu apoio da União Soviética e de Cuba. A China, que também era comunista, porém não seguia as diretrizes soviéticas aquele momento, apoiou outro movimento em Angola, inicialmente a FNLA e depois a UNITA.

A notícia do jornal parece não ter procurado outras fontes para construção de sua matéria, no que se refere ao apoio internacional ao MPLA, pelo menos no que foram analisados por vários pesquisadores.²⁷ No entanto, essas análises foram feitas muito tempo depois dos acontecimentos, sendo que no momento percebe-se, nos noticiários, que comunismo não tinha distinção. Mesmo que Mao Tse Tung, na década de 1950, já houvesse anunciado sua separação dos comandos da União Soviética, um jornal de credibilidade poderia, naquele momento, ter desenvolvido análises que diferenciasses esses dois “comunismos” o da URSS e o Chinês.

A reportagem deteve-se nas ligações que José Lima articulou assim que chegou ao Brasil, no dia 4 de abril de 1962. Um mês após estar no país, enviou um relatório, ao “Comitê Diretor” do MPLA, com sede na cidade de Leopoldville, no Congo.

O conteúdo da carta, segundo o jornal (*Globo*) foi redigido com membros da esquerda brasileira, como o ex-deputado Osvaldo Pacheco da Silva, do então Partido Comunista, e que era presidente da Federação Nacional dos Trabalhadores e dirigente do CGT; Rafael Martinelli, presidente dos Trabalhadores Ferroviários e dirigente do CGT; Paulo Shilling, elemento de confiança do ex-deputado Leonel Brizola na organização dos “Grupos dos 11” e na chefia dos “movimentos de invasões de terra” no Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Baixada Fluminense; Marcos Jamovich, conhecido agitador comunista internacional; Temístocles Alves Cardoso, presidente da União dos Portuários do Brasil; universitários como Luis Antonio Alves Soares, todos militantes comunistas²⁸.

²⁷ . Sobre os apoios dados aos Movimentos de Libertação ver (Bittencourt, 2002) (*Op. Cit.* 1996).

²⁸ .Jornal *O Globo*, 1964.

A lista de nomes que o jornal revelou, colocou José Lima como um importante membro do MPLA, pois tão logo chegou ao Brasil conseguiu fazer contato com um leque amplo de grupos representantes de vários seguimentos da sociedade, ligados a movimentos pró-ocupações de terras, lideranças sindicais e estudantis. Lima, como demonstrou seu relatório, participou de várias ações, só alcançando êxito, justamente, entre os setores que o jornal apontou que Lima fizera ligações: ferrovias, portos, terra, universitários, entre outros.

O relatório do ministro Miguel Campos, sobre a sua expulsão, no item IV, onde discorre justamente em torno da mobilização para impedir o descarregamento de feijão vindo de Angola, só poderia ser feito com o apoio de representantes sindicais dos portos. Neste item pode-se pensar, também, que setores empresariais veriam com “bons olhos” o não desembarque de feijão de seu “concorrente” angolano.

O processo de independência angolano, mesmo o embaixador Costa e Silva considerando que o interesse do Brasil no comércio com Angola, fosse pequeno, permite pensar que produtores de feijão brasileiros aderissem ao não desembarque de um “concorrente”, mesmo sendo Angola.

Os nomes de Leonel Brizola (mesmo que indireto), Osvaldo Pacheco e representantes sindicais, que sempre foram apontados como influentes na história da política brasileira, assim como a ótica do presidente Jânio Quadros por uma política mais autônoma em relação ao continente africano, não foi um mero “devaneio”. Representando outros anseios políticos, embora de vertentes opostas a Leonel Brizola e Osvaldo Pacheco, o primeiro de linha mais nacionalista e outro mais a esquerda, tais questões²⁹ permitem surpreender meandros da complexidade dos subterrâneos das questões geopolíticas e sóciopolíticas em contenda naqueles tumultuadas e decisivos anos que gestaram as relações do atual universo da globalização.

Em outra parte da reportagem, *O Globo* cita o relatório que Lima teria escrito para o Sr. Graça da Silva Tavares, 1º secretário do MPLA, enviando à caixa postal 720, em Leopoldville, com um resumo das atividades executadas em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em síntese, a carta dizia que Lima tinha o

²⁹ .Jânio Quadros condecorou o guerrilheiro argentino herói da revolução cubana Che Guevara.

intuito de realizar um boicote nacional aos produtos vindos de Portugal e “Províncias Ultramarinas”, em todos os portos brasileiros; ainda agradece aos contatos que foram fornecidos pelo presidente da MPLA, Agostinho Neto, onde fornece os endereços dos sindicatos e os seus representantes, além de relatar ida aos sindicatos dos bancários, em São Paulo, para pedir o impedimento do envio de dinheiro por imigrantes portugueses para Portugal.³⁰

Hoje, tais atitudes parecem absurdas, pois não conseguiríamos imaginar alguém dirigir-se aos sindicatos dos bancários de São Paulo, pedindo para que os bancos não negociem com a China, pois o regime político naquele país explora a força de trabalho e não respeita os direitos humanos. Em meados do século XX, no entanto, o mundo passava por transformações tão intensas que um pedido hoje visto como “absurdo”, parecia plausível tão variados e diversos pareciam ser os fatores que levavam pessoas a tomarem atitudes às vezes difíceis de hoje serem entendidas.

No caso daquela reportagem, as ações de José Lima de Azevedo poucos efeitos alcançaram, mas ao longo do decorrido pode-se perceber o quanto Lima esteve articulado. Para além de políticos e sindicalistas, procurou a diplomacia brasileira, conforme relato exposto no jornal *O Globo*:

Os contatos com o Chanceler anteriormente foram interrompido em consequência das crises políticas. No entanto, tive um ligeiro encontro com Afonso Arinos, que me convidou a procurá-lo outra vez. A crise política voltou a interromper tudo. Pretendia arrancar-lhe pelo menos autorização para a utilização da Força Aérea Brasileira, que faz o serviço de transporte para ONU, no Congo. Quanto à remessa de medicamentos para nossos homens, este assunto não tem progredido, tanto era meu desejo, porque toda a nossa atividade foi dirigida no sentido de conseguirmos que o Ministério das Relações Exteriores nos concedesse facilidade na FAB. No entanto, o Fernando Mourão conseguiu de um almirante transporte gratuito até Gana, pois o Brasil já mantém carreira de navegação com esse país. Daqui em diante contamos com a colaboração do embaixador ganes no Rio. (*Globo*, 24/09/1964).

Em outro ponto da reportagem, o mesmo relatório dizia que além de medicamentos, José Lima havia feito contatos com contrabandistas de armas da Bahia e que iria enviar os armamentos junto aos medicamentos. A respeito

³⁰ . *Jornal O Globo*, 24/09/1964.

do contato com o diplomata Afonso Arinos, em que procurava obter transporte e apoio a causa, houve ligações com outros diplomatas e intelectuais.

Contatos Intelectuais

Depois de historiar os contatos que tem tido com elementos de ação prática, o angolano passa a falar sobre os contatos, já realizados com meios intelectuais brasileiros favoráveis à “causa dos povos subdesenvolvidos”, incluindo entre eles os professores San Tiago Dantas, Álvaro Lins, Eduardo Portela diretor do Instituto Brasileiro Afro-asiático; Agostinho da Silva, português naturalizado brasileiro, fundador do Instituto Afro-Oriental da Universidade da Bahia; Vivaldo Costa Lima que em Acra prometera bolsas de estudos para estudantes angolanos. Em seu relatório, o “estudante” angolano faz questão de frisar que inclinação do Sr. Jânio Quadros, quando governo, pró – África, nunca foi sincera “e sim, fruto da pressão dos nossos amigos que atuaram nos jornais nacionalistas”. (Globo, 24/09/1964).

Conforme mencionado por meio de outros depoentes, o apoio de intelectuais, tanto ao MABLA, como a outros grupos pró-independências dos países africanos foi intenso. Álvaro Lins³¹ e San Tiago Dantas são conhecidos, historicamente, por desenvolverem dentro de suas atuações políticas, quando diplomatas, posturas contra o colonialismo português. Ainda sobre a postura contrária ao colonialismo português, o diplomata Afonso Arinos, em seu livro de memórias, relata o lobby português na política brasileira e na imprensa:

Era uma fatalidade – comenta Arinos nas memórias – que tínhamos de enfrentar, fatalidade agravada pelos interesses de dinheiro, que mobilizavam contra nos grandes órgãos de imprensa carioca, ligados ao poder econômico da “colônia”; pela rotina do sentimentalismo congratulatório, que propicia a elementos de nossa festas, viagens e condecorações; e, também, pela ação enérgica, multiforme, eficaz, da diplomacia portuguesa (muito superior à nossa em vários aspectos), diplomatas orientada inflexivelmente pelo velho ditador lusitano. Só o que tive de sofrer em matéria de ataque, perfídias e incompreensões, a propósito de nossa política com Portugal (que não era senão um reflexo inevitável dos nossos pontos de vista sobre a África) daria para amargar um homem

³¹ Quando seu falecimento na década de 1970 o jornal *Portugal – Democrático* dedicou a Manchete “Álvaro Lins, Nosso Companheiro” no primeiro parágrafo dizia: Com Álvaro Lins não morreu apenas um grande brasileiro. Desapareceu também um homem que amava e compreendia Portugal como poucos portugueses. Passarão os anos mudarão os governantes e a lembranças de Álvaro Lins permanecerá sempre viva no coração do povo de Portugal como a de alguém que num sombrio momento histórico sobre encarnar contra o fascismo de Salazar a dignidade de Portugal. Junho/Agosto de 1970.

menos confiante na suas idéias e com menor capacidade de desdém. Agressões desabridas do governador Carlos Lacerda contra o seu ainda então amigo, floridos e copiosos arrazoados de João Neves (ex-embaixador em Lisboa, que tinha da diplomacia uma visão *belle époque*) contra o seu também amigo, isto sem falar nas verrinas pagas de foliculários nacionais (um deles foi-me pedir subvenção em dólar para a sua empresa, agastando-se com minha inevitável negativa), nem nas notas de cronistas mundanos, notoriamente insignificantes mas, quem sabe se por isto mesmo, de largo transito em certas rodas diplomática. Elegantes e conservadores.³²

Em relação à imprensa, importa reter, através de *O Globo*, a análise formulada por José Lima de Azevedo sobre a própria Imprensa:

(...)José Lima de Azevedo passa a analisar a posição da imprensa brasileira, principalmente do Rio e São Paulo, dizendo: “Os grandes jornais estão todos sob a influência dos milionários portugueses, apesar de haver dentro deles elementos nacionalistas que nos são úteis”. Faz em seguida a apologia dos jornais “Orla Marítima” da Guanabara; “Estiva Unida” da União dos Portuários do Brasil; “Novos Rumos” e “Semanário”, como “órgãos vibrantes que refletem o pensamento das classes evoluídas do Brasil.” Em outra Carta esta dirigida a um amigo de nome Fret [José Lao Shong de São Tomé e Príncipe] em Rabat Marrocos, diz o seguinte: “É possível que um dia vos apareça por Rabat um jornalista brasileiro a querer saber coisas das colônias portuguesa. É ele filho do proprietário do jornal “O Estado de São Paulo” é responsável pela seção dos assuntos exteriores Embora o jornal seja direitista e o pai uma espécie de salazarista a verdade é que o jornal tem-nos dado uma cobertura espantosa. O jornal tem influencia na política brasileira e pelo seu barulho assim se orientam os homens do Governo . Trata-se do quarto jornal do mundo.. O tal jornalista, filho do proprietário do jornal, chama-se Rui Mesquita, formado em sociologia. Ele não deixa enganar, e, noutros tempos foi socialista à brasileira e revolucionário falhado. Por este motivo é que ele tem admiração por tudo que seja revolucionário, embora não o mostre. Ele será portador de uma carta nossa. Convém mesmo que o Marçalino lhe dedique certa atenção”.³³

Segundo o jornal, José Lima de Azevedo escreveu sobre o lobby português, que na imprensa era pesado. O próprio jornal *O Globo* tinha uma coluna em que fazia apologia à Portugal e suas colônias, exaltando suas

³² FRANCO, 2001:199

³³ Jornal *O Globo*, 24/09/1964.

belezas, como notas de agradecimento da colônia portuguesa e a recíproca, da colônia ao jornal, pelos serviços prestados.

Os periódicos citados pelo *O Globo: Orla Marítima, Estiva Unida, União dos Portuários do Brasil*, faziam parte da imprensa de classes que atingiam setores pontuais da sociedade, tendo pouca penetração para além desses espaços. Principalmente se pensarmos que seus leitores eram de grupos operários da sociedade brasileira, com ação diminuta no sentido de expandirem idéias ali colocadas, mesmo porque, sindicatos, apesar de terem uma forte influência política, geralmente lutam por melhores condições de trabalho para sua categoria. Escrevendo assim, parece até uma maneira de subestimar sua capacidade de formação de opinião, principalmente quando hoje o presidente da República do Brasil, é um ex-sindicalista (Luis Inácio Lula da Silva). Todavia até hoje, poucos foram os periódicos dessa representação que tiveram público mais amplo.

Ao contrário do jornal *O Estado de S. Paulo*, que no período tinha forte influência na formação de opinião entre elites brasileiras, e como mencionado na reportagem, era o quarto jornal mais influente no mundo naquele momento, além de um jornal que vinha, desde o Brasil Império, de propriedade familiar dos Mesquitas.

José Lima de Azevedo, em seu relato, teceu comentários sobre dois membros da família Mesquita: o primeiro, a Júlio de Mesquita Filho, proprietário do jornal *O Estado de S. Paulo* na época, de quem desconfiara de suas afirmações, pois considerava além de conservador, salazarista.

O fato de Julio de Mesquita ser liberal é conhecido de todos, bem como também sua aversão ao regime salazarista, haja vista, no livro de memórias de Miguel Urbano, a menção ao seu exílio no período da ditadura de Getulio Vargas, em Portugal e por conseqüente, ter sido maltratado pelo regime salazarista.

Esse contra tempo fez com que se tornasse ferrenho crítico da política salazarista, por sua formação liberal. Daí, as críticas atribuídas ao José Lima de Azevedo levarem a indagar: por que um angolano próximo a jornalistas da *OESP*, como Fernando Mourão e Miguel Urbano, que sustentam apesar deste jornal ser “conservador”, emitir opiniões contrárias ao salazarismo e à

permanência de Portugal em África, era assinado em baixo pelo “Velho”³⁴ (Júlio de Mesquita Filho)? Pode-se inferir na autenticidade da carta ou no momento que escreveu a carta, ainda não teria conhecimento desses fatos.

O *Globo* fez uma reportagem com o relatório do CENIMAR, mas em nenhum momento realizou uma apuração dos fatos expostos, ou mesmo propôs-se a ouvir o outro lado. Conforme entrevista com José Lima de Azevedo, a leitura da reportagem deixa impressão que Lima é um terrorista perigoso, não havendo outra saída além da sua expulsão.

Dois anos anteriores à sua prisão, José Lima de Azeredo dera uma entrevista ao periódico *OESP*, no dia 15 de março de 1962, com o título “Entrevista de líder angolano”, onde relata os motivos que o fizeram sair de Portugal, ir para Gana e quais seus reais motivos para chegar ao Brasil. Nesta, Lima discorre claramente que sua intenção era terminar seu curso de economia e criar um “*Bureau*” do MPLA no Rio de Janeiro. Sobre o movimento, comenta uma reunião que ocorreu em Casablanca, no Marrocos, em 1960, congregando todos os movimentos empenhados na libertação das colônias portuguesas, onde ficara decidido que haveria a união de todos para que obtivessem maiores resultados, sendo que o escritório central ficaria em Rabat, capital do Marrocos.³⁵

Sobre Angola, José Lima comentou que, por ser o local de maiores recursos para exploração do colonizador, ficava mais difícil a resistência, visto que os colonizadores empenhavam mais forças, a ponto de já terem morrido mais de 50 mil pessoas tendo 200 mil refugiados em Leopoldville/ Brazzaville, por causa da opressão portuguesa em Angola. Ainda abordou na entrevista, que, mediante esses fatos, a população angolana mobilizava-se procurando armar-se contra a violência portuguesa, não obstante Portugal enviar mais de 30 mil soldados, fortemente armados para Angola. Assim, evidenciava a luta desigual entre o colonizador e a colônia.

A respeito de sua fuga, interessa o que ainda narra.

³⁴ Nome que em seu livro de memórias, Miguel Urbano às vezes chama o proprietário de O Estado de S. Paulo, Julio de Mesquita Filho e que também, em depoimento, Fernando Mourão também mencionou . 9 de fevereiro de 2009.

³⁵ O encontro que ocorreu em Casablanca, em Rabat no Marrocos foi a Conferência das Organizações Nacionais das Colônias Portuguesas (CONCP), que substituiu a Frente Revolucionária Africana para Independência Nacional (FRAIN). História do MPLA, 2008:28.

Fuga de Portugal

(angolanos)...são destratados e vexados, culminando os fatos, não faz muito, com a ameaça de prisão em Portugal. Viram-se, por isso obrigados, há alguns meses, a fugirem do país em massa, organizando um plano que levou através da Espanha, mediante os seus próprios meios e o auxílio de uma instituição de ajuda a refugiados [CIMADE] a França. Foi uma longa peripécia, inçada de obstáculos, mas que culminou com a fuga de 64 estudante das colônias, que realizavam cursos em Lisboa, Porto e Coimbra. A situação foi tão embaraçosa para PIDE, que obrigou Portugal a forjar – segundo o Sr. José de Lima de Azevedo - uma “nota oficial”, publicada no Boletim da Agencia Geral de Ultramar, a procurar entendimento com o governo francês pedindo o repatriamento e sugerindo a troca de fugitivos por adeptos do general Salan refugiados em Portugal. Isso obrigou os estudantes a escapar para Bonn e posteriormente para Ghana.³⁶

O *Estado de S. Paulo*, que apoiou a luta anticolonialista, entrevistou José Lima de Azevedo quando de sua chegada ao Brasil. Tendencioso ou não, quando iniciou a guerra em Angola contra o jugo português, diversos estudantes das “Províncias Ultramarinas” tiveram que fugir e, provavelmente, não usaram seus nomes verdadeiros, como o jornal *O Globo* relatou que José Lima de Azevedo adotou o nome Kwesi Amoab, quando estava na França e tinha ligações com grupos terrorista locais. No *OESP*, relata que foram mais de 64 refugiados o que deixou a PIDE envergonhada, segundo José Lima, fazendo acordo com o governo francês, para sua procura, levando a que fugissem para Gana.

Apesar da distancia entre as duas reportagens -*OESP* e *O Globo*- chama atenção que, no primeiro jornal, há toda a historização de problemáticas vividas pelos povos das colônias, como o número de mortes, o número de refugiados da colônia e a ida de tropas portuguesas para Angola. Essas informações, omitidas, podem simplesmente fazer com que a opinião do leitor sobre José Lima fosse parcial, não demonstrando suas motivações para vinda

³⁶ Jornal *OESP*, 15/03/1962. A organização CIMADE, Segundo Prof. Fernando Mourão era ligado a Igreja Protestante estadunidense, que auxiliava grupos perseguidos, principalmente os países do leste europeu. Alguns dos estudantes angolanos que fugiram de Portugal alegaram que cabia se dirigir de o mais rapidamente possível para as capitais africanas de países que apoiaram o MPLA, não só como meio de se integrar a luta e também evitarem interferências do CIMADE . Depoimento 09de maio de 2009. Caucaia do Alto.

ao Brasil e sua atuação política, em que procurava colaboração para a independência angolana, sem passar somente a idéia de ser um subversivo, promotor da ideologia comunista.

Outra questão que chama atenção na reportagem de *O Globo* refere-se à omissão sobre a atuação da PIDE no Brasil, que outros jornais colocaram em primeira página, visto que ao longo da reportagem, *O Globo* traça todos os passos de José Lima, sem mencionar sua atuação através dos documentos apresentados, em OESP.

A Última Hora, mesmo exibindo a manchete “*Agente de Salazar Está Caçando Portugueses no Brasil*” (28/07/1964), pelo anúncio deixa nítida a atuação da PIDE e o conhecimento da imprensa. O texto em questão é do jornalista Samuel Weiner, que solidarizara-se com a causa angolana, bem como contra o salazarismo, fazendo a denúncia da atuação de órgão estrangeiro repressor no Brasil.

Agentes da “PIDE” (Policia salazarista) estão em plena atividade no Brasil participando de diligências de que tem resultados a prisão de elementos ligados ao movimento nacional de libertação das colônias portuguesas da África.

A denuncia acaba de ser feita pelos advogados José Borges e Modesto Silveira, que chamam a atenção para o fato de estar o nosso Governo alienado, com tal permissão, a própria soberania do País. (28/07/1964).

A notícia chama atenção para um fato, que *O Globo* não menciona: a atuação da PIDE, no Brasil, também era ilegal, pois a reportagem apenas detinha-se na ilegalidade de Lima em promover atos políticos no país. Não obstante, *UH* discorre a respeito da parceria entre a PIDE e o DOPS.

O Agente Passos.

Ao mesmo tempo em que identificam como o “agente Passos”, o representante da “PIDE” que vem agindo junto às autoridades militares e ao DOPS revelam os dois advogados ter sido detido, por ultimo, o estudante angolano José Lima Azevedo, que estava na ocasião, trabalhando normalmente no centro da cidade.

Os Primeiros.

São os Srs. José Borges e Modesto Silveira defensores do estudante José Maria Nunes Pereira da Conceição do jornalista angolano Eloi dos Santos, do asilado José Manuel Gonçalves Rosa, também de Angola, e do jornalista português

Antonio Loro[Louro], presos sob a acusação de “atividades subversivas”.

Esposa Protesta.

Recolhido, no dia 21 de junho ultimo embora sem culpa formada, ao xadrez do DOPS, está o estudante José Maria Nunes Pereira da Conceição impossibilitado de dar assistência à esposa Sra. Filomena Cruz da Conceição, que é natural de Angola e com quem se casou quando estudava em Portugal. Tem o casal um filhinho de 10 meses, estando a mulher em véspera de ter outro. Protesta ela contra a invasão de seu domicilio pela Policia Política, acompanhados do “agente Passos”.

Apelo Veemente.

Ante a situação em que se encontra presentemente, no Brasil decidiu a Sra. Filomena Cruz da Conceição lançar, através de UH, veemente apelo ao novo presidente da Comissão Geral de Investigações e ao Ministério da Marinha, no sentido da libertação imediata do marido que se encontra, agora, incomunicável na Ilha das Cobras. Adverte, se mesmo tempo, que estará dentro de pouco tempo, sem recursos até para a alimentação do filho.

Clima de terror

“Não sei – disse ela – o que será de mim, se meu filho nascer prematuramente, como prevêem os médicos, devido ao clima de terror que estou vivendo, envolvida pela policia, que me quer obrigar a delatar revolucionários africanos que as mãos é sempre violada. Só espero, agora, que libertem o meu marido. Nada mais peço”.³⁷

O jornal *Última Hora* dá o espaço para que os militantes nacionalistas angolanos possam trazer sua versão dos fatos e acuação do Estado e seu envolvimento com a PIDE. A forma como é noticiada a prisão dos militantes da independência angolana relata um perfil mais “intimista” tendo a maneira como expõe a situação da Sra. Filomena, esposa do brasileiro José Maria, que comove o leitor ao refletir sobre o que passa uma mulher com uma criança de colo (10 meses) e outra por via de nascer. Nem precisa ser médico para inferir os males que ela passou e que poderia levar a um parto prematuro, bem como suas condições financeiras para cuidar dessas crianças.

A atuação do “agente Passos”, denunciada pelo jornal (*UH*), agente da PIDE que vem ao Brasil para participar justamente do processo de investigação dos militantes, gerara, um mês antes dessa reportagem no mesmo jornal a

³⁷ Jornal *UH* 28/07/1964.

outra reportagem, intitulada: “PIDE de Salazar ajudou DOPS a Interrogar Quatros Presos”.

Agentes da Policia Internacional de Defesa do Estado a PIDE de Salazar, estão orientando os Interrogatórios a que são submetidos dois cidadãos brasileiros e dois portugueses presos pelo DOPS da Guanabara, que não preocupa em inquiri-los sobre política interna brasileira, mas somente acerca de suas eventuais ligações com os movimentos de libertação de Angola e outras colônias de Portugal na África. (22/06/64)

Os detidos anunciados são os mesmo da outra reportagem José Maria, José Manuel, Eloi dos Santos e Antonio Louro-. As observações da reportagem são pertinentes, pois se foram presos no Brasil por atos subversivos porque não foram feitas perguntas acerca da atuação política aqui no Brasil, apenas restringindo-se atuação fora do país, bem como a denuncia da ação dos agentes da PIDE. A reportagem também escreve a respeito da situação da Sra. Filomena, que é ameaçada de cooperar com a policia, entregando as correspondências vindas de Portugal e Angola, caso contrário não veria mais o marido. Mesmo estando grávida e com um filho de colo.

Todavia ao longo do trabalho pouco foi escrito sobre as atuações e materiais “subversivos” do grupo em solo brasileiro, com exceção de José Lima, onde trazemos parte do relatório de expulsão, elencando suas atuações no Brasil. Em relação aos outros militantes, o texto pouco menciona. Contudo, há reportagem, do *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro, que corrobora neste sentido, procurando responder a essa pergunta, como se os leitores dos periódicos quisessem saber, quais eram esses atos (“subversivos”)?

Independência.

Dispomos agora de elementos que permitem apreciar mais de perto o chamado caso dos angolanos: seus motivos, os métodos empregados, a colaboração de estrangeiros.

Em primeira linha, não se trata de uma angolanos, mas de três: José Lima de Azeredo, Antonio Lauro[Louro] e José Manuel Gonçalves. O Segundo e o terceiro de cuja expulsão do país também se cogita nunca são mencionados. Pois os motivos de acusação contra eles são tão fracos que nem sequer administrativamente foram presos, mas estão

envolvidos no mesmo IPM de José Lima de Azeredo; e com ele serão expulsos.

Depois o “farto material subversivo”. Trata-se de uma coleção de livro sobre África: material de divulgação sobre o festival de Arte Negra de Dacar, organizado no país cujo presidente, o Sr. Senghor, foi oficialmente recebido no Brasil; a documentação oficial sobre a *Présence Africaine*, proprietário do poeta negro francês Aimé Césaire e deixado de empréstimo no Brasil e dos originais de um livro que o angolano[brasileiro] Antonio Lauro[Louro] da publicar em São Paulo. Todo esse “material subversivo” foi entregue à PIDE, a polícia política portuguesa, que participara no Brasil das investigações, e levou[o material apreendido] para Portugal.

Enfim a acusação consta das conclusões (fls. 297, 310 a 317) do IPM. “Examinando atentamente o presente IPM, verifica se elementos portugueses se instalaram no Brasil com a finalidade de intensificar à campanha a favor da Independência das “colônias portuguesas” da África, contando para isso com a colaboração de brasileiros”

* * *

É isto que o ministro Milton Campos e o coronel Gustavo Borges consideram como crime, punível com expulsão do país. Deveriam expulsar do Brasil os descendentes de todos os brasileiros e portugueses, inclusive da Casa dos Bragança, que em 1822 “intensificaram a campanha a favor da independência das colônias portuguesa” na América³⁸.

O periódico *Correio da Manhã* versa na sua reportagem a respeito do material apreendido, na casa do Sr. José Maria, que o material mais parece servir para um maior conhecimento sobre o continente africano, no qual Prof. José Maria estava habituado desde Porto, quando morou na Casa dos Estudantes do Império. Eram livros sobre África, material sobre o Festival de Dacar, revista *Présence Africaine*, além do amplo conhecimento que proporcionou aos seus leitores em muito pouco contribuiriam para ações “terroristas”, no Brasil.

Dois dias depois, a reportagem do *Correio da Manhã* discorreu sobre o processo de expulsão de Lima, em que relata parte das acusações atribuídas ao angolano e sobre o pedido de extradição, expedido pelo Senegal.

Xerifado

Do Sr. Milton Campos declarou ao embaixador no Brasil, Sr. Herry Senghor, que o caso do estudante angolano, cuja extradição foi pedida por Portugal será resolvida pela sua

³⁸ Jornal *CM*, 17/02/1965.

expulsão do país. Assim, o Brasil poupa-se de cometer um ignomia que geraria estupefação e revolta em todo mundo. Mas comete outra.

O estudante angolano não cometeu crime algum que merecesse a expulsão. O que há contra ele, a única prova até aqui encontrada, limitou-se ao pedido de extradição formulada pelo governo português. Como o pedido não se justifica, pois o estudante não responde por crime comum de qualquer natureza, resolveram as autoridades do atual governo expulsá-lo, mas sem explicar as razões de tal atitude. Certo, o estudante angolano é talvez o maior interessado em ser expulso das celas do DOPS. Depois de tanto tempo de prisão, qualquer porta que lhe abra o cárcere será abençoada por ele. Mas o Brasil não é um xerifado de faroeste. Tem leis e regulamentos, tem compromissos internacionais e morais. Não pode expulsar um cidadão estrangeiro sem que seja formada sua culpa. O fato de o estudante angolano ser indesejável a Portugal não constitui motivo bastante nem para sua prisão nem para sua expulsão. (CM, 4/02/1965)

As prisões levaram à expulsão somente de José Lima; os outros militantes angolanos acabaram saindo do país por conta própria, obviamente receosos das opressões do novo regime, mesmo porque o Brasil não era mais um terreno fértil para atuações que pressionassem o governo brasileiro a corroborar com a independência angolana, embora posteriormente, a participação do Brasil tenha sido inédita na independência angolana.

REPRESSÃO CONTRA MILITANTES PRÓ-INDEPENDENCIA DE ANGOLA

Mesmo com a saída dos estrangeiros aqui mencionados, a atuação do MABLA continuou ainda que não mais aparecesse na imprensa. Após analisar a atuação do MABLA, da PIDE, do governo brasileiro, e do lobby português apoiado por políticos brasileiros cooptados por esse lobby, enfocamos outras fontes, priorizando memórias do ex-deputado e jornalista recentemente falecido, Márcio Moreira Alves. Escreveu obra peculiar, onde denunciou maus tratos nas prisões brasileiros, em que estavam incluídos angolanos e brasileiros que apoiaram a causa da independência angolana.

Os mencionados maus tratos constituem eufemismo para as torturas, que não só angolanos sofreram, no Brasil. Embora quando distanciados; procedimentos ocorridos vão perdendo espaço na memória social, permitindo as ideologias que outrora pareceram enterradas, voltem a fazer parte de ações

e atitudes de setores da sociedade, ao redor do mundo ainda ouvem-se gritos invocando absurdos cometidos por pessoas comprometidas, com nazismo, apartheid e outras expressões de racismo.

Em recente editorial da *Folha de S. Paulo* foi escrito que a ditadura no Brasil foi uma “ditabranda”³⁹, comparado a outros regimes ditatoriais. Mesmo que não tenham morrido tantos opositores no Brasil, em comparação a Argentina, por exemplo, qualquer atitude de violências de órgãos do Estado é condenável e infelizmente, até hoje vive-se com abusos do aparato institucional, construído em nome do Estado Nação. O trabalho de Márcio Alves denuncia, justamente, abusos do regime civil-militar, ocorridos nos porões da ditadura brasileira.

Segundo Alves, o governo Castelo Branco, para escapar da condenação internacional, fez um simulacro de democracia. Em relação à imprensa, permitiu que os jornais divulgassem notícias internacionais de maneira livre, com a alegação perante o mundo democrático de liberdade de imprensa, enquanto aqui os jornais sofriam com a censura, sendo que rádios e canais de TV mais ainda, visto ter sido o meio que mais abrangências, perante a população, alcançou, no período ainda que os jornais opositores tivessem uma tiragem de 300 mil exemplares, numa população de 40 milhões.⁴⁰

Contudo, mesmo com essa noção da pouca abrangência da imprensa escrita, Alves analisou que o jornal *Correio da Manhã*, que trabalhava a denunciar os abusos do regime ditatorial, embora chamasse atenção para a banalização destes atos, pouco acabou influenciando.

Tratávamos as denúncias de torturas com certo automatismo de rotina. Eram tantas as descrições, tão pavorosos os sofrimentos que arrolavam, que não nos conseguiam mais indignar.⁴¹

Não obstante, Alves escreveu que somente houve reação à anestesia quando recebeu uma carta:

³⁹ Editorial do dia 17 de fevereiro de 2009.

⁴⁰ ALVES, 1966:38.

⁴¹ Id.Ibid., 1966:39

A reação contra esta anestesia pelo horrível veio ao fim do mês, em uma noite de trabalho normal. Estávamos à volta da mesa de reuniões dos editorialista, decidindo sobre que assuntos que opinaríamos no dia seguinte, quando um servente trouxe carta de um estudante angolano, encarcerado no Presídio Naval da Ilha das Cobras pelo crime de, amparado pelo chão livre do Brasil, procurar lutar pela independência de sua terra. Contava José Lima de Azevedo o que sofrera nas mãos dos inquisidores do CENIMAR e dos investigadores da PIDE, polícia política de Salazar, a quem as autoridades brasileiras haviam “gentilmente” permitido que o interrogassem. Sua prisão era ilegal e Lima Azevedo estava sofrendo da vista em virtude do sabão em pó que lhe atiraram nos olhos. O assunto foi molemente proposto como tema do editorial principal. Alguém observou que os leitores já estavam cansados de relatos de torturas, talvez fosse melhor outro assunto.

Pesou sobre nós um silêncio tenso. Percebemos que a colocação em palavras diretas do que todos inconscientemente sentiam nos salvara da insensibilidade. Cansar-nos era o que de melhor os torturadores poderiam desejar. Jogavam, precisamente, uma cartada dupla – a dificuldade que sempre exista em provar o flagelamento de presos políticos e a quase impossibilidade de homens normais, entregues a seus afazeres de rotina, acreditarem por muito tempo que outros homens incluam, em sua também rotineira vida diária, a tortura de seus indefesos prisioneiros.⁴²

A redação farta de noticiar as torturas, por nada acontecer, começou a não dar importância a esse assunto. Alves percebeu junto com os amigos da redação o quão absurdo tornara-se, pois era justamente o que os órgãos repressores queriam. Portanto, iniciaram campanha contra as torturas, em que, segundo ele, teve alguns ganhos no Recife, onde houve uma diminuição. O problema era no Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, entretanto, o sucesso foi menor. Conseguimos despertar a opinião pública para os atentados cometidos pela polícia do Sr. Carlos Lacerda. Apontamos ao nojo de seus semelhantes os chefes, SS Gustavo Borges e Cecil Borer e alguns de seus instrumentos como Sérgio Alex Toledo, Solimar, Boneschi e da Marinha Darci Benedito. Mas as torturas não cessaram. Ainda hoje são empregadas pelo DOPS, apesar de empossado um governador que em campanha prometeu acabar com as torturas.⁴³

⁴² Id.Ibid., 1966:39

⁴³ ALVES:1966:40

Pelos relatos dos militantes da independência de Angola, foi justamente o então governador Carlos Lacerda, quem permitiu a entrada da PIDE no país e as torturas por eles eram realizadas. Dessa maneira não admira que Lacerda não tenha interferido nas ações de torturas, contribuindo até mesmo para sua impunidade.

Segundo Alves, o sistema de torturas montado no Rio de Janeiro foi o mais amplo e sistematizado do Brasil na época, nomeando os locais de tortura que, segundo ele, ocorreram na Aeronáutica, no quartel da Polícia do Exército, no Centro de Informações da Marinha. Alves, quando refere-se ao DOPS, discorre da seguinte maneira em relação às torturas “(...)principalmente, na Divisão de Ordem Política do Social do Sr. Carlos Lacerda”, dando a entender que era o local onde mais havia torturas.⁴⁴

Em relação ao CENIMAR, onde ficou o grupo angolano, escreveu que o período de maior tortura foi em meados de 16 de julho de 1964, quando assumiu o comandante Paranhos, no lugar de Teixeira, que entrou de férias.⁴⁵

Alves abriu a série de depoimentos de seu livro com Isa Quintãs, que foi detida em São Paulo, no dia 11 de junho de 1964, segundo ela pelos oficiais Paranhos Varezza, da Marinha de Guerra. Em depoimento, relata sobre várias pessoas que conheceu no CENIMAR, no momento que anunciam que ia ser transferida para Ilha das Cobras, por recusar ficar em silêncio sobre o que vira, dizendo:

Eu já havia visto demais - das suas brigas, esquemas de funcionamento, divisões de grupos, seus preconceitos de cor e de classe, seus métodos de interrogatório. Era um perigo a sua segurança – havia visto o tratamento dado ao chamado grupo angolano: José Maria Nunes, José Lima de Azevedo, José Manuel, reduzidos a estado lastimável após cada vinda do Presídio Naval e cada interrogatório conduzido pelo tenente Petestrello Feijó.⁴⁶

O depoimento de Quintãs, no livro de Alves, revela que todos os membros do grupo dos angolanos sofreram algum tipo de coação. No livro há o depoimento de José Lima de Azevedo:

⁴⁴ Id.Ibid, 1966:143

⁴⁵ Id.Ibid, 1966:143

⁴⁶ Id.Ibid., 1966:151

Declaração de

José Lima de Azevedo estudante angolano.

Fui torturado no dia 24 de julho de 1964, a partir de 18 horas em dependências do CENIMAR (Centro de Informação da Marinha), no 5º andar do Ministério da Marinha. As torturas foram determinadas pelo tenente Perestrello Feijó, responsável pelas investigações em torno dos patriotas angolanos no Brasil. O referido oficial declarou-me que seria torturado a menos que prestasse as informações desejadas. Tal fato aconteceu após as primeiras torturas sofridas. Fui desnudado e algemado a uma cadeira pelo agente do DOPS, Solimar que ameaçou lançar-me na baía. Em seguida o agente Sérgio Alex tentou estrangular-me, aplicando-me, logo após, socos no fígado, estomago e peito. Dois outros agentes encarregaram-se de colocar sabão em meus olhos, obrigando-me em seguida a olhar de frente uma forte luz. Também sofri a tortura chamada de telefone.

DOPS, Rio de Janeiro, 3 de setembro de 1964.

(a) José Lima de Azevedo.⁴⁷

As torturas cometidas contra Lima de Azevedo foram amplamente denunciadas pela imprensa, a ponto do Governador Carlos Lacerda, ir visitá-lo e vendo sua condição acabou ordenando sua soltura, após oito meses.⁴⁸

José Lima de Azevedo com o apoio do embaixador do Senegal, Henri Senghor conseguiu exílio e partiu para Dacar, atitude que outros membros detidos fizeram também. O Brasil da ditadura civil-militar já não era propício para as manifestações pró-independências coloniais.

Embora, como vamos ver no próximo capítulo, o período da ditadura civil-militar, que *a priori* agiu de forma violenta contra os movimentos pró - independências de África portuguesa, altera-se sua postura ao longo do regime ditatorial. Membros do MABLA, como o Prof. Fernando Mourão, Sylvio Band entre outros afirmam que ações de ajuda a independência de Angola continuaram.

Após o golpe de 1964 na historiografia tem-se o registro de parte da diplomacia brasileira como Mario Gibson Barboza, Alberto da Costa e Silva, Ítalo Zappa, Francisco Silveira de Azevedo, Ovídio de Andrade Melo e outros articuladores a uma reaproximação do Brasil à África de Língua portuguesa.

⁴⁷ ALVES, 1966:158.

⁴⁸ ANDRADE,2002:176.

CAPITULO III

CONTRADIÇÕES DO REGIME CIVIL-MILITAR BRASILEIRO: RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA

O terceiro capítulo diferencia-se dos dois outros. Apesar de ainda mostrar atuações do MABLA, tendo em vista que depoentes como Prof. Fernando Mourão, o engenheiro Sylvio Band e Prof. José Maria Nunes afirmam que foram registradas atuações pró-independências dos países africanos notadamente, Angola. Embora o nome MABLA vá perdendo força, os membros que faziam parte continuam atuando, agora dentro de instituições como na USP, por meio do Centro de Estudos Africanos (CEA) e a UCAM por meio do Centro de Estudo Afro-Asiático (CEAA), embora de forma indireta. O principal enfoque trata, fundamentalmente, do governo Civil-Militar e do Itamaraty.

Denúncias dos abusos que continuavam nas colônias portuguesas em África são publicadas no *Portugal – Democrático*, que continuou a denunciar. Mas agora começa aparecer, com mais vigor, a atuação de participantes do regime Civil-Militar como articuladores do apoio à independência aos países africanos. Entre esses articuladores destaca-se Mário Gibson Barboza, Alberto da Costa e Silva, Ítalo Zappa, Ovídio de Melo Andrade, Antônio Francisco Azeredo da Silveira, todos membros do Ministério das Relações Exteriores, e do Presidente, general Ernesto Geisel, destacado aqui, por assinar reconhecimento da independência de Angola.

Dessa maneira, esse capítulo relaciona a atuação de membros do MABLA e o Estado brasileiro, por meio de sua representação diplomática e executiva. Todavia, o apoio não foi unânime, houve grupos contrários que tiveram no general Sylvio Frota seu baluarte.

No início do governo ditatorial automaticamente houve o distanciamento da política de aproximação ao continente africano. O presidente Castello Branco ligou-se rapidamente a política estadunidense, como foram abrandadas ações controversas ao governo salazarista. Algumas dessas posições da

política externas brasileiras atribuem-se às ideias da Geopolítica, que o general Golbery do Couto e Silva defendia.

Em seu livro, *Geopolítica do Brasil* (1967), o general doravante Couto e Silva defende a tese que o Brasil necessita ter uma política externa que tenha como prioridade a defesa das fronteiras brasileiras da ameaça “comunista”. O continente africano, principalmente na região austral seria uma dessas “fronteiras”. Como algumas colônias de países africanos que estavam em processo de independências como Angola que aproximavam-se de países como URSS, China e Cuba; o Brasil teria que se acautelar.

AÇÕES DE DENÚNCIA NO PORTUGAL-DEMOCRÁTICO APÓS O GOLPE DE 1964

O governo salazarista cada vez mais enfraquecido buscava apoio no governo brasileiro para sustentar seu regime ao ponto de prometer ao governo brasileiro privilégios nos portos em África. O jornal *Portugal – Democrático* relata essas intenções:

Brasil e África

O fascismo português alimenta há muito o sonho de comprometer o Brasil com a sua política colonial. É uma velha esperança de Salazar e todos sabem que o projecto ditador não é homem para desistir facilmente. Não é de estranhar assim que as mínimas oportunidades sirvam às autoridades fascistas e aos agentes brasileiros que aqui as representam para tentar envolver o Brasil levando-o a dar passos que... o tornaria alvo da hostilidade de três dezenas de republicas africanas. Até agora, esses esforços falharam. Embora usando de uma linguagem extremamente moderada e denotando a preocupação de não ser desagradável ao governo de Lisboa, o Chefe do governo brasileiro, marechal Castelo Branco, deu a resposta indirecta a Salazar durante a visita de Senghor, vincando no comunicado conjunto que Brasil era contrário a todas as formas de colonialismo.

Posteriormente, Salazar lançou mão de novos métodos. Inventou a historia dos “portos livres”, oferecendo tentadora miragem para entrar em África. A repercussão da iniciativa foi, contudo mínima, apesar dos esforços desenvolvidos a seu favor pelos propagandistas do fascismo salazarista neste país. (...)¹

¹ *Portugal - Democrático*, Junho de 1966.

A notícia mostra em primeiro lugar que após o golpe o periódico continuou a denunciar o regime salazarista como mencionado no capítulo I, pois não sofreu censura previa dos órgãos de repressão brasileiro. Miguel Urbano Rodrigues, que teve um filho torturado pela ditadura brasileira², continuou a atuar no período.

A reportagem levanta pontos pertinentes relativos à tentativa de aproximação do governo de Salazar, que durante o governo de Jânio Quadros e João Goulart se distanciam. O governo de Salazar oferece “portos livres” para o Brasil. A pressão, inicialmente, produziu efeito, com o rompimento da PEI³ e a repressão dos movimentos pró - independências dos países africanos.

Em relação ao, salazarismo a postura demonstrou-se dúbia, como apontado, no *Portugal - Democrático*. No momento da visita do presidente do Senegal, Leopold Senghor, registra-se que tal visita realizou no governo Civil-Militar foi em atendimento ao convite do então presidente João Goulart⁴.

A visita de Leopold Senghor foi muito aproveitada pelos apoiadores da luta anticolonial, como se viu no capítulo I, na passagem onde o presidente Senghor participa de um seminário na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, editada pelo Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiático IBEEA, instituto ligado ao governo federal, criado no governo Jânio Quadros.

Em São Paulo, o grupo ligado à União Democrática Portuguesa e ao jornal *Portugal – Democrático*, tiveram um encontro, com o Presidente Leopold Senghor que, ao desembarcar, já anunciava ser favorável às independências

² (...) o meu filho foi preso e submetido a prolongadas sessões de tortura. Contou-me o que sentia na cadeira do dragão, com eléctrodos ligados ao sexo, à boca, aos ouvidos recebendo simultaneamente jactos de água. Olhava para os braços e as pernas, deformados, sentia os dentes chocando-se, prestes a desprenderem-se das gengivas, tinha a impressão de que as veias, azuladas, salientes iam rebentar – e interrogava-se sobre o lugar, imaginando-se personagem de uma galáxia remotíssima. Aquilo era pior do que o inferno imaginado pelos cristãos.

Não falou. Mas não via mérito nisso, porque não tinha respostas para as perguntas que os torcionários lhe faziam(...). CF. RODRIGUES, 2004:178.

³ . Castello Branco fez, em 31 de julho, pronunciamento para os formandos do Instituto Rio Branco em que criticou a “política da independência” vigente no governo anterior. Afirmou que a expressão “política da independência sendo “deturpada” e perdera “utilidade descritiva” e que essa independência fora “apresentada como inelutável inovação, desconhecendo que o conceito de independência só era “operacional dentro de determinadas condicionantes práticas”. (...). CF. BARRETO, 2006:36-37.

⁴ (...) O convite formulado por João Goulart para visitar o Brasil em de 1964, segundo a chancelaria, haveria reciprocidade para visita de Senghor no mesmo ano. Mas o compromisso internacional de receber Senghor ficou mantido pelo governo Castello Branco. SARIAVA:1996:106.

das colônias portuguesa em África. A delegação oposicionista portuguesa era composta por Joaquim Barradas de Carvalho, Alexandre Pereira, Ricca Gonçalves, Victor Ramos, Joaquim Lopes Mendes e Urbano Rodrigues.⁵

O Portugal – Democrático colocou como destaque em suas páginas *Leopold Senghor e favorável à Independências das colônias Portuguesas*:

Durante a visita que realizou ao Brasil na segunda quinzena de setembro, o presidente Leopold Senghor, do Senegal, abordou em quase todos os discursos que pronunciou o problema do colonialismo português, deixando transparecer que a luta pela autonomia e pela independência de Angola, de Moçambique e da Guiné e Cabo Verde é hoje, para ele como para todos os estadistas responsáveis da África, uma preocupação constante e absorvente.

Logo ao pôr pé em território brasileiro, no dia 19, respondendo ao governador da Guanabara, o presidente Senghor pôs a questão com clareza: “celebrais hoje o bom êxito de um civilização forjada não na sujeição mas na independência em face de uma metrópole de que rechaçastes a tutela sem lhe renegar a cultura: deveis desejar, para nos mesmos, os mesmos bons êxitos exemplares. E citando concretamente os casos de Angola, Moçambique e da Guiné dita Portuguesa defendeu o direito dos seus povos à autodeterminação.(...)”⁶

A respeito do presidente Senghor, Fernando Mourão comentou que era amigo desde da década de 1950 e teve dois encontros com o presidente senegalês. No encontro de caráter reservado, o Prof. Fernando Mourão fez um relato sobre o que vinha fazendo no Brasil no campo do anticolonialismo de apoio ao MPLA e outros movimentos de colônias portuguesas, abordando outros assuntos, mormente advertindo para a impraticabilidade das correntes favoráveis a autonomia e a possível criação nesse momento de um arranjo entre áreas de língua portuguesa.⁷

A visita do presidente Leopold Senghor⁸ foi aproveitada para discussão em torno do colonialismo. O Senegal, país que Leopold Senghor era

⁵ CF. RODRIGUES, 2004:119.

⁶ *Portugal – Democrático*, outubro de 1964.

⁷ Entrevista em sua residência em Caucaia do Alto – SP. 01/03/2010.

⁸ A presença de Senghor provocou alguma repercussão na opinião pública. Nas cidades visitadas – Rio de Janeiro, Salvador, Brasília e São Paulo -, jornais locais e nacionais divulgaram a visita oficial do primeiro mandatário africano ao solo brasileiro. Parte das manifestações mostrava os efeitos da política de aproximação empreendida pelos governos

presidente, havia a pouco tempo conseguido a independência da França. Chama atenção no discurso do presidente do Senegal, que diz apoiar a independência dos países africanos que são dominados por Portugal, a maneira como se refere ao Brasil:

Prosseguindo na troca de impressões, insistiu na importância que a seus olhos teria uma ação diplomática do Brasil mais intensa em relação ao problema do colonialismo português, pois nenhum outro país lhe parece mais qualificado para levar o governo de Salazar a compreender a impossibilidade de evitar independência das nações africanas por ele subjugadas.⁹

Quando o presidente Senghor fez essa referência, fica patente a alusão ao Brasil que foi colônia de Portugal e que no século XIX obteve sua independência. Portanto, a justificativa de manter essas colônias pelo regime salazarista não se sustentavam e também convoca o Estado Brasileiro a manifestar-se a favor dessas colônias, visto que passaram pelo mesmo processo. Todavia, o Brasil servia de exemplo de como a colonização portuguesa contribuiu para o processo da nação brasileira, ideias defendidas por Gilberto Freyre no denominado, Lusotropicalismo.

Acerca da colonização, o presidente Castello Branco pensava:

(...) Para o Presidente, a política brasileira era “anticolonial”, mas se defrontava com o “problema dos laços afetivos e políticos” que uniam o país a Portugal. Conjeturou que “talvez a solução residisse na formação gradual de uma comunidade afro-luso-brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema.” Concluiu que “qualquer política realista de descolonização” não poderia “desconhecer, nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente”.¹⁰

Quadros e Goulart. Esses governos haviam sido responsáveis, ao trazer à cena interna as matérias internacionais, pela ampliação de interesse da opinião pública por tais assuntos. CF. SARAIVA, 1996: 108.

⁹ Id.Ibid

¹⁰ Luis Vianna Filho, O governo Castello Branco, 439. Apud: BARRETO, 2006:54.

Na fala do presidente Castelo Branco notam-se dubiedades, pois afirma que o Brasil é um país anticolonial, no entanto não podiam ser desconsiderados os laços afetivos que envolviam Brasil e Portugal.

Como apontado, o pensamento da Geopolítica, de Couto e Silva ocupa espaço na política externa brasileira. Outro fator importante refere-se a sua aproximação do pensamento ocidentalizante. Na realidade uma política mais próxima aos Estados Unidos no âmbito da Guerra-Fria.

Em síntese, o governo Castelo Branco queria aproveitar da conjuntura de Guerra-Fria, para um posicionamento, no qual pudesse beneficiar-se do desespero do governo salazarista que por meio dos tratados que tinha com o Brasil, procurou estreitar os seus laços. Importa lembrar dos receios de uma maior influência comunista em África, pelos Estados Unidos, e da posição de Couto e Silva.

Sobre a influência do lobby salazarista, o periódico *Portugal – Democrático* fez a menção:

(...) Agora apareceu por aqui um missão comercial portuguesa cujos membros falaram muito e assinaram uns papéis sem valor que não passam de uma vaga declaração de intenções de entidades privadas. O Chefe dessa missão, o eng. Carlos Alves é uma espécie de caixeiro-viajante do fascismo e os disparates que debilitou nas suas arengas retóricas não merecem que se lhes dediques qualquer atenção. Alias por motivo que não cabe aqui expor, a tão propalada intensificação do intercambio comercial luso-brasileiro (inexistente) permanecerá por ora no terreno das coisas irrealizadas.¹¹

O periódico denuncia as intenções do Estado português, em estreitar o comércio com o Brasil. No trabalho de Willians Gonçalves¹² aponta que o comércio, entre os dois países, sempre foi precário e, nos acordos, Portugal levava vantagens. O Tratado de Amizade e Consulta de 1953, nas Notas Interpretativas deixava claro que as províncias Ultramarinas não estavam incluídas.

¹¹ *Portugal – Democrático*, junho de 1966.

¹² *Realismo da Fraternidade as relações Brasil – Portugal no Governo Kubitschek*. São Paulo, 1994. (Tese de doutorado orientado por Prof. Fernando Mourão.).

Como mencionado no jornal, a relação era abrangida por uma comunidade Luso-Brasileiro. Essa noção altera-se para uma comunidade Luso-Afro-Brasileira. Em outubro de 1964, o presidente Castello Branco faz a seguinte declaração:

O Brasil, ao ratificar sua posição na questão da autodeterminação, sublinhará sua convicção que Portugal [sic] saberá como solucionar seus problemas no espírito das suas tradições históricas... A confiança do Brasil na missão civilizatória de Portugal deriva da ...história.¹³

Segundo Sombra Saraiva, o argumento do regime Civil – Militar à política externa para África abrangia dois campos: o primeiro, a África independente e o segundo nas regiões onde a presença portuguesa estava presente. Sombra Saraiva aponta ainda uma terceira, a África do Sul, formando assim no Atlântico uma relação triangular (Brasília – Lisboa- Pretoria) importante para a tese da Geopolítica.¹⁴

A construção de uma política estreita com as “Províncias Ultramarinas” foi proposta pelos Estados Unidos, no governo João Goulart, em que o Brasil seria o mediador e líder natural da formação de uma comunidade Afro-Luso-Brasileira.¹⁵

Alberto Franco Nogueira, chanceler de António Oliveira Salazar, em junho de 1965 e setembro de 1966 procurou ampliação do Tratado de 1953¹⁶. O chanceler sempre estava nas páginas do *Portugal – Democrático*:

Franco Nogueira em Luanda

No momento de encerramos esta edição do nosso jornal, estava prestes a partir para Angola o ministro dos Negócios Estrangeiros. Aquele agitado porta voz das teses colonialistas do velho ditador desloca-se a Luanda a fim de pronunciar no Palácio do Comercio uma conferencia comemorativa do centenário da Associação Comercial de Angola, que lhe servirá de pretexto para as suas habituais

¹³ J.O. de Meiraop.cit.,p.146 Apud. SARAIVA:1996:118.

¹⁴ CF. SARAIVA: 1996:118

¹⁵ CF, Op Cit.

¹⁶ CF, Op Cit:119.

diatribes contra as nações africanas que defendem o direito à autodeterminação e independência do povo angolano.¹⁷

A política do governo Civil – Militar do marechal Castello Branco muito influenciado pelas ideias da Geopolítica de Couto e Silva, resultou em aproximação dos Estados Unidos, na conjuntura da Guerra-Fria, face ao aumento do lobby salazarista, que era constantemente denunciado no periódico *Portugal – Democrático*, deixa claro que a política tanto interna - que *a priori* expulsou ou coibiu manifestações de grupos pró - independência dos países africanos - e a política externa – que condenou a Política Independente implementada por Jânio Quadros, preferiu um eixo ocidentalizante.

Essa escolha política dentro daquela conjuntura era vista em como anacrônica, visto que Portugal mantinha um regime que toda a Europa já havia abdicado, contraditório com sua historia tendo em vista que constitucionalmente no Brasil todos eram iguais “negros e brancos”. E o regime salazarista mantinha um sistema de “castas”, em que branco, principalmente vindo da metrópole tinha privilégios, e a África do Sul com o regime racista, do apartheid, onde colocava a maioria dos negros sobre o poder de uma minoria de brancos.

Mesmo com o regime de censura da época a imprensa logo começou a manifestar-se:

O jornal do *Correio da Manhã*, por meio de um de seus mais ativos colaboradores, o jornalista Amílcar Alencastre, prevenia a sociedade e o governo Castelo Branco dos riscos de uma política pró-Portugal e pro - África do Sul. Ele expunha a seus leitores o receio da perda de apoio para o Brasil nos foros internacionais, por suas posições quase isoladas de apoio a Portugal e a África do Sul. Para Alencastre, o Brasil já havia perdido o respeito de “cerca de cinquenta nações afro-asiáticas”.¹⁸

E não somente a imprensa, o IBEAA, criticou a iniciativa do governo brasileiro classificando de desastrosa. A revista *Realidade*, que começou a circular em 1966, entrevistou Raimundo de Sousa Dantas, que foi embaixador

¹⁷ *Portugal – Democrático*, outubro de 1964.

¹⁸ Ver artigos de Amílcar Alencastre na sua coluna do *Correio da Manhã*, fevereiro de 1965, bem como James Brever, op.cit.,p27. *Apud.* SARAIVA, 1996:119.

em Gana, que na entrevista criticou abertamente a política da geopolítica e o racismo no Brasil.¹⁹

O presidente Castello Branco que também foi criticado pela imprensa, e países africanos, a visita do presidente Leopold Senghor reverteu numa crítica a política externa, que reverberou no governo antecessor do presidente Artur da Costa e Silva, em 1967 o Brasil começa a rever sua postura.

MUDANÇAS NA POLÍTICA EXTERNA EM ÁFRICA - A INFLUÊNCIA DA DIPLOMACIA E SEUS COLABORADORES

O embaixador Alberto da Costa Silva relata que, após o término do governo de Castello Branco, muitos dos acordos com o governo português, tendo como objetivo o apoio a Portugal, foram desfeitos. Dentro da conjuntura da Guerra-Fria²⁰ o Brasil começa a rever sua postura de subordinação aos interesses estadunidense.

O presidente general Costa e Silva pertencia ao grupo, dos militares denominados de linha dura. Além do forte anticomunismo primavam por uma política nacionalista e autônoma. Dentro desse contexto, houve distanciamento do pensamento promovido pelo governo anterior. A Geopolítica, que pensava a África de forma geoestratégica alterou-se para um pensamento político e econômico de expansão da economia brasileira²¹.

Essas mudanças foram feitas de maneira paulatina. O Itamaraty, no final de 1967, em relação às questões africanas pautou o posicionamento do Brasil: “pela firme tradição anticolonialista e anti-racista”. Segundo Barreto, para veracidade dessa afirmação limitou-se a dar como exemplo e apoiar as

¹⁹ CF. SARAIVA, 1996: 119-120.

²⁰ O Itamaraty torna-se condutor dos objetivos da diplomacia da prosperidade. O ministro, com o endosso da área militar instalada no Palácio do Planalto, iniciou ofensiva discursiva e prática contra o *status quo* da balança de poder mundial que colocava os Estados Unidos e a União Soviética no mesmo patamar. CF. Id. Ibid: 126-127.

²¹ Segundo Sombra Saraiva, a dimensão do atlântico na política externa brasileira teve cinco características: um projeto do nacional-desenvolvimentismo, em segundo lugar, a política africana, que alimenta pela busca de novos mercados e suprimento de petróleo africano; terceiro lugar, redirecionamento das percepções geopolíticas, quarto reiterou algumas das ilusões confeccionadas pelo discurso culturalista de 1961 e quinto lugar, o fim da proposta do afro-luso-brasileira. Ib.Ibid:128.

resoluções em favor da observância do princípio da autodeterminação dos povos, além de designar junto aos governos da Etiópia e Quênia, embaixadores.²²

O governo brasileiro manteve contatos com regimes segregacionistas. Houve a visita, não oficial em março de 1967, do ministro do Exterior da África do Sul, Hilgard Muller. O intuito da vinda foi à criação de um eixo de cooperação entre Pretoria, Brasília e Lisboa, com argumento de criar uma oposição à influência Soviética no Atlântico Sul. Porém, o governo brasileiro logo enviou carta à Comissão Especial das Nações Unidas negando a criação do Pacto.²³

Em 8 de maio de 1968, o governo brasileiro pretendeu votar contra a condenação de regimes colonialistas, em particular o de Lisboa. No momento em que percebeu que seria o único a fazê-lo, absteve-se da votação. Ainda no mesmo ano, em novembro, o Brasil votou ao lado de Portugal e África do Sul, contra a resolução das Nações Unidas, que condenava todo o tipo de colonialismo. Segundo Sombra Saraiva: *Esses fatos, ocorridos em 1968, acompanharam a ratificação dos acordos de cooperação com Portugal e o voto favorável a Portugal na conferência mundial sobre os Direitos Humanos de Teerã.*²⁴ Em 1969, na IV Assembléia da ONU, a delegação brasileira absteve da condenação da Rodesia do Sul e não participou dos debates sobre os territórios africanos sob administração portuguesa.²⁵

Segundo o Prof. Fernando Mourão, um dos sonhos dos defensores da política do apartheid era poder criar uma África Austral de influência branca, ou mesmo de dominação branca incluindo para além da África do Sul, nos pequenos países encravados nelas da Namíbia, além da Rodésia do Sul (atual Zimbábue), a esse grupo se acrescentaria Angola e Moçambique, sobre dominação Portuguesa a partir da independência desses territórios coordenados por brancos.²⁶

²² Cf. BARRETO, 2006: 126.

²³ Cf. Id. Ibid: 127.

²⁴ Cf. SARAIVA. Op. Cit: 129.

²⁵ Cf. BARRETO Op. Cit: 148

²⁶ Cf. entrevista em sua residência, Caucaia do Alto 01/03/2010.

RETORNO A UMA POLÍTICA EXTERNA MAIS AUTONOMA

Com o término do governo do presidente Costa e Silva veio a sucedê-lo o presidente general Garrastazu Médici (1969-1974). Seu período é classificado pelos estudiosos como o período de alteração da política brasileira para o continente africano²⁷. A viagem feita pelo seu Ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza ao continente africano, marca a retomada da política em que os interesses do Brasil prevaleciam, em detrimentos das questões ideológicas. No entanto, Sombra Saraiva expôs, que na realidade essa política tenha sido a retomada da PEI realizada pelo ministro Afonso Arinos no governo do presidente Jânio Quadros.²⁸ O que Sombra Saraiva chama de retomada pode ser entendido como uma reaproximação de ideias centrais da Política Externa Independente, essa designação já não era usada no momento.

No livro de memórias, *Na Diplomacia, o Traço Todo da Vida* (2007), Gibson Barboza narrou que foi Chefe de Gabinete do ministro Afonso Arinos, na década de 1960. Gibson Barboza relatou que para uma política de aproximação com o continente africano naquela época (início da década de 1960) enfrentou o *lobby* português, a própria simpatia de parte do Itamaraty que tinha no Estado de Portugal uma “pátria mãe” entre outros problemas.

Nove anos mais tarde ao assumir o Ministério das Relações Exteriores, Gibson Barboza relatou que teve que deparar novamente com o ônus do colonialismo portugueses. Em dezembro de 1971 propôs uma nova linha de política externa:

Dizia eu na exposição “Pais Atlântico”, o Brasil tenderá, num futuro que se aproxima com rapidez, a ter crescentes interesses e responsabilidades no outro lado do oceano que banha nossas costas. Conviria por isso que, desde já, procurássemos aumentar, dentro de nossas possibilidades e recursos, a presença brasileira naquela parte da África que

²⁷ Ver. SARAIVA Op. Cit: 129.

²⁸ Id. Ibid.

chamaremos de atlântica. Os países que formam não são apenas nossos co-riberinhos. Deles proveio a esmagadora maioria do continente negro de nossa formação. Da área situada entre o rio Volta e o rio dos Óleos vieram instituições e costumes que impuseram como algumas das matrizes de nosso comportamento social. Com essa região mantivemos, durante o Império, intenso e permanente contato, de que ainda sobram reminiscências, nos simples bairros brasileiros de Acra, de Lagos e de toda a costa do Daomé e do Togo, bem como nas famílias que conservam nomes de origem portuguesa e reclamam com orgulho a condição de descendentes de brasileiros.²⁹

Dos argumentos do ministro Gibson Barboza, sobre uma política próxima do continente africano, infere-se de sua experiência no governo Jânio Quadros. Em suas justificativas fica claro seu conhecimento a respeito do continente africano, tanto em termos estratégicos como históricos. Ao logo desse relato chamou atenção para a importância de países como a Costa do Marfim, Nigéria e Gana. Alega que esses países cada vez mais influenciam nas decisões sobre África nos organismos internacionais, em que o continente africano torna-se mais numeroso.

A respeito dos motivos para que o Brasil estreitasse as relações com os países africanos, Gibson Barboza relatou:

“(...) por razões econômicas, como Costa do Marfim, Gana, Nigéria, Camarões e Zaire, quer por seu relevo político, como Senegal, a Costa do Marfim, Gana e Nigéria, quer por as influentes presença cultural em toda a África, como o Senegal, quer pela relevância dos laços que mantiveram com o Brasil no passado e que ali continuam vivos, como Togo, o Doamé (sic) e Nigéria”.

E concluía: “Dessa forma, se Vossa Excelência houve ver por bem assim autorizar-me aceitarei o convite que me fizeram a Costa do Marfim e o Senegal para visitar aqueles países, no ano próximo de 1972, e estenderei a viagem a Gana ao Togo, ao Doamé,(sic), à Nigéria, aos Camarões e ao Zaire, com os objetivos de:

- (1) revigorar a presença brasileira na área;
- (2) examinar os interesses comuns no Atlântico Sul e as possibilidades de uma política coerente de mar territorial;

²⁹ BARBOZA, 2007:346-347.

- (3) ampliar os mecanismos de consulta e colaboração sobre produtos primários;
- (4) estimular a criação de correntes efetivas de comércio;
- (5) estabelecer novos modelos de cooperação cultural e de assistência técnica.³⁰

A viagem, além dos pontos destacados pelo ministro teve a intenção de melhorar a imagem do Brasil tão desgastada pelo seu apoio quase incondicional ao salazarismo. Segundo Gibson Barboza, o presidente Médici aprovou sem modificações a visita aos países africanos.

Todavia, Gibson Barboza registra que o *lobby* português no Brasil iniciou uma campanha intensa na imprensa contra a viagem receosos que o Estado brasileiro ameaçasse o *statu quo* do colonialismo lusitano. Gibson Barboza escreve que quanto mais aproximava da data para a missão maior foram os ataques na imprensa. Ele mesmo pediu para que não houvesse censura nos meios de comunicações, no que se referisse às relações externa, a fim de saber qual era a opinião pública sobre os novos caminhos da política externa.

O ministro mencionou o episódio que teve com o embaixador de Portugal e em relação aos ataques a sua viagem ao continente africano, percebeu que reportagens eram realizadas por pessoas ligadas ao governo português Gibson Barboza narrou o fato:

(...)Decidi, então, agir diretamente junto ao Embaixador de Portugal. Convoquei-o ao meu gabinete e, com os vários recortes de jornal espalhados sobre a mesa à nossa frente, perguntei-lhe diretamente e se rebufou:

- Embaixador, esses artigos foram escritos pelo senhor?

Ele espantou-se:

- Como, Ministro?

Vossa Excelência está-me a dizer algo da maior gravidade. Eu seria incapaz de escrever artigos como esses, jamais os escreveria!

- Bem, Embaixador, não posso contestar sua negativa. Aceito que o senhor não escreveu os artigos e editoriais. Mas foram escritos por alguém de sua Embaixada?

- Não, em hipótese alguma!

- Está bem, Embaixador, mais uma vez não posso desmentir o que o senhor me diz. Mas quem os escreveu é certamente alguém chegado ao senhor e de nacionalidade portuguesa.

³⁰ Ib. Ibid: 348.

- Por quê?
- Porque esses editoriais e artigos contêm lusitanismo que não usam no Brasil. Foram obviamente escritos por um português. No Brasil não usamos, por exemplo... e apontei-lhe várias expressões. – Então, Embaixador, convença-se e convença ao seu governo de que vou à África.³¹

A insatisfação com a política adotada pelo ministro Gibson Barboza teve dentro do próprio poder executivo, manifestações de inconformidades, como a do ministro da Fazenda, Antônio Delfin Netto, que por meio da acessória política internacional do Ministério da Fazenda, o diplomata Vilar de Queirós, declarou aos jornalistas que o Brasil deveria penetrar no continente africano através das “Províncias Ultramarinas” Portuguesas. Essa declaração confirmava a política planejada pelo Ministro das Relações Exteriores, podendo comprometer a sua viagem à África.

Gibson Barboza esperou alguns dias para que a acessória do Ministério da Fazenda retificasse sua declaração, o que não aconteceu. Mediante a negativa, chamou o embaixador Jorge de Carvalho e Silva, no intuito de convocar a imprensa para dizer que a política externa adotada pelo Itamaraty não condizia com a declaração do Ministério da Fazenda e que declarações, como aquela, poderiam comprometer a política exterior.

O *affair* entre os dois ministros não agradou o presidente general Médici, que teve o seguinte diálogo com o ministro Gibson Barboza:

- (...)
- Desejo falar-lhe sobre um assunto que me desagradou muito. Não gostei nada do que o Jorge disse...
- Eu o interrompi no meio da frase:
- Presidente, o senhor está se referindo à declaração lida pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Jorge de Carvalho e Silva?
- É
- Então, preciso esclarecer-lhe que sua crítica a Jorge de Carvalho e Silva tem endereço errado. Aquela declaração é minha. Qualquer coisa que o senhor queira dizer será a mim. Se o senhor não está satisfeito com alguém, é comigo. Não com ele. (...)
- Então, é com o senhor mesmo que eu quero falar. Não gostei.

³¹ lb. Ibid:351

- O Senhor não gostou por quê, Presidente?
- Porque, com isso, o senhor trouxe a público uma grave divergência entre dois ministros, dois membros do meu gabinete. Há um presidente que dá unidade ao governo, e, no meu governo, o ministério não tem divergências.
- Presidente, o senhor está falando sério?
- Estou.
- Não há outra coisa no seu governo senão divergências.
- Mas como?!
- Evidentemente. Então o senhor acha que nós todos pensamos do mesmo modo? Isso não existe. O senhor pode ter a unidade de comando no governo, e quem não quiser ficar não fica, mas que existem divergências, existem. E existem mais. Existe que o governo um superministro, que é o Ministro Delfim Netto.
- Não tenho nenhum superministro, todos os ministros são iguais(...).³²

O diálogo entre o ministro Gibson Barboza e o presidente general Médici seguiu, com o presidente dando razão ao Ministro, que deu prosseguimento ao plano de viagem pra África. O ministro relatou que teve outros problemas com representantes do executivo, o ministro da Fazenda, Delfim Netto. Esteve envolvido, com presidente da Petrobrás na época, o general Ernesto Geisel:

Os desafios e dificuldade para levar avante essa política de aproximação com a África eram agravados – ainda que sem intenção política e com objetivos puramente econômicos e comerciais – por obstáculos de outra natureza.

Assim, tive que contrariar o reiterado desejo do então presidente da Petrobrás, General Ernesto Geisel, no sentido de que o Brasil se associasse a Portugal na exploração de Angola.

Eram duas perspectivas divergentes, a dele e a minha, cada um de nós na defesa do que acreditava ser o interesse nacional. Para o Presidente da Petrobrás aquela associação era vantajosa para poderosa empresa, que ele dirigia com autoridade, dedicação e competência. Para mim o problema se colocava dentro de um contexto de política internacional num certo momento histórico em que me parecia imperioso preservar a atuação diplomática atual do Brasil.

Argumentei com o Presidente Médici, dizendo – lhe que atrás de interesses aparentemente comerciais, na defesa destes e de outros interesses políticos, vem muitas vezes a atuação das forças militares. Era perigoso entrarmos nessa ligação com Portugal, que tinha obvio interesse em vincular o Brasil ao seu domínio sobre as “províncias ultramarinas”. E precisamente em algo tão politicamente sensível como

³² Ib. Ibid:351

exploração de petróleo. Assinalei a Médici que, na minha avaliação, a África portuguesa em breve se tornaria independente e que, então, o Brasil teria de expiar o grave erro de se haver associado à exploração econômica colonial portuguesa na África.

Cabia a Médici arbitrar. E ele decidiu a favor da minha posição, consciente de que ela se inseria na linha de política externa que eu lhe propusera e que aprovara sem reserva.

Mas Geisel continuava a insistir. Finalmente, em reunião convocada pelo Presidente Médici, com a participação dos presidentes do Conselho Nacional de Petróleo e da Petrobrás, dos Chefes da Casa Civil, Casa Militar e do SNI, dos Ministros da Fazenda e das Minas e Energia e de mim, para tratar primordialmente do problema dos contratos de risco para exploração do nosso petróleo, defendeu ele, mais uma vez, antes que se entrasse no assunto principal, a conveniência de nos associarmos a Portugal na exploração do petróleo de Angola. Depois de ouvi – lo, Médici passou – me a palavra e expus então, novamente, meus argumentos contrários à posição do Presidente da Petrobrás.

- Dou razão ao Ministro das Relações Exteriores. Este assunto não será mais tratado – decidiu Médici.³³

Dentro dos problemas que teve que enfrentar refere-se também, às Força Armadas. A Marinha de Guerra do Brasil havia feito acordo com a Marinha portuguesa para realizar manobras navais no arquipélago de Cabo Verde. Para evitar manifestações da comunidade africana, conseguiu que a manobra não fosse realizada.³⁴

³³ . BARBOZA, 2007:353-35.

³⁴ Em relação à manobra importa registrar todo o percurso feito para seu cancelamento: Assim, logo no início de minha gestão no Itamaraty, em fins de 1969, quando me vi confrontado pelo perigo que representavam, para linha de política externa que me propunha formular e submeter ao Presidente da República, as já acertadas manobras navais luso-brasileiras em costas africanas, ao largo do arquipélago de Cabo Verde, nas vizinhanças de uma zona em plena hostilidade militar, apresentou-se para mim o problema em toda a sua dramaticidade e urgência: dentro de seis meses seriam realizadas as manobras navais. Dada a antecedência com que é obrigatoriamente montada uma ação conjunta militar desse porte, entre as duas Marinhas, já estava tudo combinado, em todos seus pormenores, tais como a escolha das respectivas unidades navais e tripulações, requisição de armamentos, de combustível etc. Para completar minha surpresa, apurei que essas segundas manobras navais conjuntas haviam sido acertadas diretamente entre a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro e o Ministro da Marinha, e não através do Itamaraty. Referi-me a “segundas manobras”, pois no ano anterior haviam sido realizadas as primeiras, nas costas do Brasil contra elas objetara o Itamaraty, na ocasião, mas por fim haviam sido aprovadas pelo Presidente Costa e Silva, que cedera ao especioso argumento de que não teriam conteúdo político, por se encontrarem ligadas às comemorações do quinto centenário de nascimento de Pedro Alves Cabral, argumento reforçado pela alegação de que seriam efetuadas em costas brasileiras. Assim, as de agora seriam uma espécie de continuação das primeiras; só que, desta vez, nas costas de colônias africanas de Portugal.

Não quero entrar no território subjetivo de interpretar se tratava de tentativa de procurar envolver o Brasil no problema político-militar de Portugal na África. De resto, tal consideração é

No ano 1972, que o Brasil realizou a Missão Comercial ao continente africano houve a declaração do “Ano da Comunidade Luso-Brasileira”. A declaração teve como intuito celebração do aniversário de 150 anos da Independência do Brasil. Chama atenção que foram assinados novos acordos com empresários brasileiros viabilizando sua participação no comércio das colônias portuguesas, em África. Além da perspectivas do Brasil se beneficiar do comércio com a Comunidade Econômica Européia.³⁵ O interesse era minar aproximações que o ministro Gibson Barboza pretendia fazer com a viagem à África.

A data escolhida para a celebração de novos acordos entre Brasil e Portugal não foi somente coincidência, a data foi escolhida para dar resposta à Missão que ia para África. O embaixador Alberto da Costa e Silva³⁶, em seu depoimento disse que a Missão foi ao continente africano, na comemoração da independência do Brasil com um recado claro de mostrar ao continente africano que a política externa brasileira havia mudado. Alberto da Costa e Silva comentou que o recado não foi percebido pela imprensa brasileira que

secundaria, pois a realidade é que, intencional ou não, essa consequência ou, pelo menos, essa aparência perante a comunidade internacional, era inevitável.

Imediatamente procurei então meu colega, o Ministro da Marinha, almirante Adalberto de Barros Nunes, e solicitei-lhe o cancelamento das manobras, expondo-lhe as razões superiores de ordem política que aconselhavam a tal. Ele me ouviu com sua com sua cortesia habitual, um traço de sua personalidade que aprendi a apreciar nos anos em que trabalhamos juntos no mesmo governo. Mas, delicadamente, ponderou-me que, àquela altura, não podia mais deixar de cumprir o compromisso com a Marinha portuguesa.

Disse-lhe eu então que iria levar o assunto formalmente à decisão do Presidente da República, a quem solicitaria determinar o cancelamento. Ainda o convidei a assinar comigo uma exposição de motivos ao Presidente nesse sentido, mas declinou do convite.

O Presidente Médici, de posse de minha exposição de motivo, ouviu, sucessivamente, a Marinha, o Estado Maior das Forças Armadas e a Secretaria do Conselho de Segurança Nacional; esta última, conforme verifiquei depois, foi o único órgão que apoiou minha posição.

Finalmente, recebi a visita do Ministro da Marinha que veio comunicar-me haver o Presidente mandado cancelar as manobras navais conjuntas com Portugal, atendendo às minhas ponderações. Ele Almirante Barros Nunes, solicitara ao Presidente ser o portador da decisão. Cavalheirescamente, felicitou-me e acrescentou que, no meu lugar, também não teria concordado com as manobras. Id. Ibid:370-372.

³⁵ Ver. PINHEIRO, 2007:90.

³⁶ A respeito do embaixador Alberto da Costa importa lembrar o que o ministro Gibson Barboza relatou: Em todos os aspectos dessa importante iniciativa de política externa que foi a abertura para a África devo destacar o competente, inspirado e entusiástica colaboração que recebi de Alberto da Costa e Silva, então meu oficial de gabinete especialista e estudioso das culturas e civilizações africanas. BARBOZA, 2007: 399.

pouco mencionou essa relação, mas os países visitados evidenciaram o recado.³⁷

A viagem, apesar de excluir do roteiro as “Província Ultramarinas,” circundou países vizinhos, como mencionado no início deste capítulo. No mesmo período, o coral da Universidade de São Paulo foi para África e fez trajetos semelhantes à Missão Brasileira, liderada pelo Ministro Gibson Barboza. Contribuiu para o êxito da viagem do Coral, o reitor na época Dr. Orlando de Paiva, que deu início a novos contatos de cooperação acadêmica. O Prof. Fernando Mourão havia viajado antes do coral a vários países a serem percorridos pelo coral e pelo ministro. Quando a Missão do Ministro Gibson Barboza passou por Dakar o mesmo trocou idéias sobre a viagem com o diplomata Rubens Ricupero, integrante da missão ministerial³⁸.

Num encontro promovido pela Câmara dos Deputados, em junho de 1986, Rubens Ricupero comenta sobre seu contato com o continente africano:

Em 1971 e 1972, faz-se uma experiência de retorno à África com a viagem do então Chanceler Mário Gibson Barboza a nove países da África Ocidental. Particpei intimamente dessa experiência. Fui membro da missão percussora que montou o itinerário numa época em que tínhamos enormes dificuldades, pois na maioria dos países nem sequer tínhamos representação diplomática, em alguns tínhamos representações antigas, mas quase desativadas. Foi uma experiência quase pioneira. Estive nessa missão lado do Embaixador Paulo Tarso Flexa de Lima e do Embaixador André Mesquita. Meses depois voltei para negociar acordos culturais e de cooperação técnica. Finalmente acompanhei o Chanceler na sua viagem que durou um mês, de outubro a novembro de 1972. Portanto, em 1972, passei um total de três a quatro meses em contato intenso com as chancelarias africanas. Ao mesmo tempo, como minha função no Brasil era Chefe da Divisão Cultural do Itamaraty, coube-me, em parte, a tarefa de organizar a contrapartida brasileira a esse esforço, isto é, estudar como cumprir esses acordos culturais, determinar as universidades que se engajariam nesses programas e estabelecer o tipo de programa de cooperação técnica que ofereceríamos.³⁹

³⁷ Depoimento em sua residência, 15/01/2009. Rio de Janeiro.

³⁸ Entrevista fornecida ao autor em sua residência, 01/03/2010. Caucaia do Alto - SP

³⁹ *Simpósio Relações Brasil-África: Uma Nova Perspectiva: Anais do Simpósio Relações Brasil-África: Uma Nova Perspectiva* – Brasília: Câmara dos Deputados, coordenações de Publicações, 1986. p97.

Cabem algumas considerações sobre a atuação dos Centros de Estudos criados, após o golpe Civil-Militar: o Centro de Estudos Africanos (CEA) da Universidade de São Paulo e o Centro de Estudos Afro-Asiáticos (CEAA), ligado a Universidade Cândido Mendes. À frente aos Centros estavam o Prof. Fernando Mourão e Prof. José Maria Pereira Nunes respectivamente

Os centros corroboram no sentido de manter uma ligação com o continente africano. O CEA, em 1968 sofre alterações em decorrências de suas atividades; antes era uma instituição particular torna-se um órgão integrado a USP, nos anos de 1970 e 1972 transforma-se em centro interdepartamental. Realizou convênio de cooperação com o Ministério de Relações Exteriores, no intuito de oferecer serviços a este órgão e com ele relacionando-se em assuntos comuns. No plano exterior realizou convênio com instituições africanas e européias como a Universidade de Dakar, Universidade da Costa do Marfim, Benin (Togo), Lagos, Ifé e Guiné-Bissau, etc.⁴⁰

Desses dados aqui infere-se a que membros que compunham o CEA foram ao continente africano permitindo com isso um intenso intercambio com nações africanas. Cumpre observar, segundo o Prof. Fernando Mourão, que renomados professores africanos, como o Prof. Kabengele Munanga, hoje professor de Antropologia da USP, e o Prof. Kazadi Wa Mukuna, ligado a Kent University (EUA)⁴¹, ambos do Congo, interagiram nestes encontros, fizeram seus cursos de pós-graduação na Universidade de São Paulo, por meio do convênio afirmado entre o USP e os governos e instituições africanas. Nas palavras do Prof. Fernando Mourão no conjunto habitacional destinados a estudantes na cidade universitária da USP, o CRUSP havia uma ala somente para estudantes africanos.

Registra-se que Fernando Mourão participou desta nova fase de aproximação do continente africano, tendo viajado repetidas vezes para África. Em levantamento de anais do Itamaraty, consta que o mesmo recebeu várias

⁴⁰ Dados retirados do Estatuto do Centro de Estudos Africanos da Universidade de São Paulo.

⁴¹ O Professor Fernando Mourão relatou que conheceu os professores em uma conferência, na década de 1970, no Zaire, atual Congo. Lembra ainda sobre a questão da denominação da cor de pele que modificava em cada lugar que fazia conferência, nos países que foram colônias francesas, em alguns lugares a denominação era noir em outros lugares nègre; Prof. Fernando Mourão narra que o então estudante Kabengele Munanga advertiu de ter usado a terminologia equivocada para o Zaire embora em Dakar consertasse; daí começou uma longa amizade. 19/01/2010.

condecorações desse Ministério, sendo, neste mesmo período, condecorado por vários países do continente africano.⁴²

O Prof. José Maria Nunes Pereira da Conceição, enquanto diretor do Centro de Estudos Afro-Asiático esteve não só ligado a várias ações no continente africano, atuando também como consultor de diversas empresas que queriam estabelecer-se em África⁴³.

A Missão Brasileira percorreu: Camarões, Costa do Marfim, Daomé, Gabão, Gana, Nigéria Senegal, Togo, Zaire. Essa foi à ordem que o Ministro decidiu fazer, seu argumento era que, mesmo fazendo zigzagues, os fatores políticos foram preponderantes:

Queria abrir e encerrar a missão por dois países politicamente moderados e mais próximos do Brasil. A Costa do Marfim, nossa primeira escala, era um país, por exemplo, que advogava uma posição de negociação com Portugal, em relação ao problema colonial semelhantes à do Brasil; e ao mesmo tempo, era bastante ativa na Organização da União Africana.⁴⁴

Durante a viagem, ouviu acusações de Gana contra a política colonialista que fazia junto com Portugal e acordo proposta pela África do Sul. O ministro negou ambos. Todavia foi na Nigéria, por meio do Ministro do Exterior Arikpo que evidenciou forte ressentimento:

⁴² Premiações concedidas pelo Itamaraty e países africanos ao Prof. Fernando Mourão: Oficial da Ordem do Mérito da Costa do Marfim, 1973; Oficial da Ordem do Rio Branco, 1974; Hóspede de honra da cidade de Lomé, Togo, agosto de 1977; Comendador da Ordem do Rio Branco, 1980; Ordem Nacional do Leão, Ministério das Relações Exteriores do Senegal, 1983; Grau de Grande Oficial da Ordem do Rio Branco, 1987; Medalha Avicennae, UNESCO 1980.

⁴³ Sobre o Prof. José Maria que foi preso no início do Civil-Militar, em 1964, na década de 1970 forma o CEEA, pesquisadora Karin San't Kossling, em sua dissertação "As Lutas Anti-Racistas de Afro-Descentntes sob Vigilância do DEO/OS (1964-1983) (2007)registra: O SNI remeteu ao DEOPS/SP informações, de 26 de maio de 1973, obtida por Órgãos de Seguranças portuguesa que interceptaram e enviaram às autoridades brasileiras cartas envidas do Centro de Informação e Documento Anti-Colonial (CIDAC) para o Centro de Estudos Afro-Asiático (CEAA) e para o José Maria Nunes Pereira da Conceição. Nestas cartas, em francês, encontrou-se em anexo e enfatiza: "a luta continua" constam também em anexo ao dossiê, trechos de conferência do comandante do MPLA, Neto Alves, de 8 de maio de 1975. KOSSILING, 2007:126. Registra-se que o Prof. José Maria Nunes Pereira recebeu o premio: Homenagem aos fundadores dos estudos africanos no Brasil, Fernando Augusto Albuquerque Mourão, José Maria Nunes Pereira e Maria Aparecida Santilli, durante o III Encontro de Professores de Literaturas Africanas, Rio de Janeiro, UFRJ-UFF, 23/11/2007.

⁴⁴ Id. Ibid: 401.

Essa adversidade tinha se agravado em razão do apoio que Lisboa teria dado a Biafra através de territórios portugueses, principalmente por São Tomé e Príncipe. Para Gibson, conserva Arikpo um “forte ressentimento” contra Portugal e o seu regime colonial na África, só era comparável ao sentimento em relação à França, que interveio abertamente no conflito(...) ⁴⁵

De uma maneira geral, o Ministro Gibson Barboza considerou que a viagem não teve fortes oposições, sendo um passo importante para aproximações com o continente.

O periódico *Opinião* ⁴⁶, de oposição ao regime estabelecido no Brasil, publicou artigo intitulado *A África que Gibson não viu*, de autoria de Arlindo Munglioli, evidenciando uma posição que apesar de critica a viagem, não fez parte do lobby português. Destaca-se o seguinte trecho:

O demorado circuito africano do Chanceler Mário Gibson Barboza que terminou na semana passada já resultou ao menos, numa lição diplomática: o Ministro das Relações Exteriores do Brasil conseguiu fazer novos inimigos de seus amigos. Ao visitar oito países da África Ocidental, ele

* Sobre o ressentimento, o Prof. Fernando Mourão faz a seguinte explanação: Apesar da maritimidade da fronteira atlântica brasileira, país que teve uma grande esquadra no Império, o Brasil tem tido cuidado com as propostas que, direta ou indiretamente, visam militarizar o Atlântico Sul: a recusa brasileira à proposta da África do Sul, ao tempo do apartheid, da criação de um Pacto do Atlântico Sul – ao que o Brasil respondeu com a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico sul (ZOPACAS) – iniciativa brasileira aprovada pelas Nações Unidas (Resolução 41/11), até à nova proposta da África do Sul democrática, da criação de um acordo Brasil - União Sul Africana - apresentada na presidência Fernando Henrique, e que o Itamaraty cuidadosamente transformou em um acordo – SADC (*Southern African Development Community*).

As relações com a África do Sul, em matéria de acordos, em certas matérias, tem passado pelo quadro do regionalismo: com a *Southern African Customs Union* (SACU), com a Índia e África do Sul (IBAS) e com a Rússia, Índia, China e África do Sul (BRICS). Entrevista em sua residência, 01/03/2010. Caucaia do Alto.

⁴⁵ BARRETO, 2006:187-188.

⁴⁶ O periódico *Opinião* nasceu em outubro de 1972 em meio a efervescência da ditadura militar brasileira, durante o mandato do general Emilio Garrastazu Médici. Resultado de investimentos de empresários, jornalistas e intelectuais, mesmo sem divulgação o jornal em seus primeiros números, ganhou prestígio e vendeu mais de 25 mil exemplares. No entanto, devido a pressões políticas foi fechado em abril de 1977. Tinha formato de tablóide e contava com 24 páginas, o elemento gráfico estava integrado ao texto. Apresentava uma seção de assuntos nacionais que se constituía de várias seções que versavam sobre economia, política, educação e artes em geral. Os assuntos internacionais contavam com edições brasileiras do diário francês *Le Monde*, além de artigos de órgãos de sólida reputação internacional, como *Le Nouvel Observateur*, *The Washington Post*, *The Guardian*, *The New York Review of Books* e *New Statesman*. Teve como diretor Fernando Gasparian e como editor Raimundo Pereira, possuindo um corpo de redatores permanentes e um conselho de colaboradores. Cf. http://www.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/opiniao.html. Acessado no dia 10/02/2010.

conquistou fronteiras culturais abriu perspectivas comerciais e não tropeçou uma única vez na palavra *colonialismo*, obstáculo que soube ignorar no seu itinerário cuidadosamente planejado.

Ao visitar o Zaire nem lhe parecia possível que alguns quilômetros dali junto à fronteira com a Angola, já se sentissem os efeitos de uma guerra de libertação nacional, com centenas de refugiados à procura de abrigo. Nem seus anfitriões conseguiram introduzir esse tema nas proveitosas conversações, durante as quais se esperava ou se almejava que o Brasil surgisse como possível mediador entre os rebeldes angolense e o colonizador Portugal. Em Gana, Costa do Marfim, Togo, Daomé, Gabão, Nigéria e Senegal. Gibson resistiu sem ferir, a todas as pressões no mesmo sentido. Os países independentes da África Negra procuram, solidários, uma saída para aqueles que continuam a viver sob o peso da palavra ignorada: *colonialismo*.

Mais de 150 mil soldados portugueses garantem em Moçambique, Angola, Guiné e na Ilhas de Cabo Verde, São Tomé e Príncipe a hegemonia colonial portuguesa. A manutenção dessa tropa exige 40% do orçamento de Portugal, uma das maiores receitas militares do mundo, guardadas as devidas proporções. E grande parte desse orçamento vem das rendas obtidas nas colônias africanas depois de repartido o bolo com seus associados: os alemães exploram o minério, por exemplo, e os americanos extraem o petróleo. Os soldados portugueses são treinados pela OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) recebem armamentos modernos utilizados no Vietnã e estão preparados para rechaçar qualquer ameaça dos vizinhos independentes, que juntos não representam um décimo dessa força militar.⁴⁷

O artigo, de Arlindo Mungiolli deixa patente a omissão da Missão Brasileira que não tocou em assuntos ligados ao *colonialismo*, ficando evidente sua relação ao colonialismo português. Seu artigo demonstra dados importantes da mobilização lusitana, no sentido de coibir as forças *rebeldes* das colônias portuguesas e seus “patrocinadores”. Exemplo das empresas americanas e alemães que exploram as riquezas minerais de Angola e a OTAN.

O título do artigo, *A África que Gibson não viu*, por si só denuncia a falta de empenho, ou melhor, a intenção da Missão Brasileira de não intervenção no assunto ligado ao colonialismo português; preocupando-se apenas em estreitar o relacionamento com os países independentes. Arlindo Mungiolli alerta que o Brasil, além do estabelecimento de relações comerciais com a África Ocidental,

⁴⁷ *Opinião* n°3 20 a 27 de novembro de 1972. p. 2

neste momento tinha condições de assumir o papel de Portugal na influência juntos aos países ocupados. E ao não fazê-lo perderia a oportunidade de sair na frente, embora, o artigo chame atenção para outro fator importante, a crise de petróleo, que fez os países do Oriente Próximo restringirem sua produção. A Nigéria, grande produtor desse produto, despertava o interesse da Missão Brasileira, visto que Angola sofria forte controle de sua produção de petróleo por parte dos Estados Unidos, no enclave de Cabinda pertencente a Angola.

O artigo de Arlindo Mungioli tem que se lido mais como opinião estrita do autor. O artigo deixa claro que o autor não estava a par dos objetivos do chanceler Mário Gibson Barboza de estabelecer aberturas em relação à política africana em geral e específico as colônias portuguesas. Objetivos comerciais não foram levados em conta e se foram apenas em termos prospectivos.

Como podemos ver no seu próprio livro de memórias, o diplomata Mário Gibson Barboza discorda da vontade do então ministro de aproximação dos países ocupados pelos portugueses. Todavia, o ministro enfrentava oposição de setores do próprio governo brasileiro, como o lobby português⁴⁸ que naquele momento ainda sobrevivia.

É inegável que o posicionamento do Brasil nesse momento foi positivo para os acontecimentos que ocorreram na década de 1970, como a crise do petróleo e a Revolução dos Cravos, de abril de 1974.

A Revolução dos Cravos foi outro fator que influenciou na mudança na postura do governo brasileiro. Se antes da Revolução o Brasil aproximava-se

⁴⁸ A respeito do Lobby o jornalista Elio Gaspari faz a seguinte consideração: Em 1965 o governo Castelo Branco não disse uma única palavra quando Arajaryr Moreira de Campos foi assassinada perto da fronteira espanhola junto com seu companheiro, o general Humberto Delgado, último candidato opositor à presidência de Portugal. A polícia política portuguesa operava no Rio, e o ministro do exército português ofereceu estágios de guerra antiinsurrecional a oficiais brasileiros (Para a ação da PIDE, artigo de Hermano Alves no Correio da Manhã de 22 de junho de 1964 denunciando a invasão da casa de um jornalista angolano. Para os estágios, carta do embaixador brasileiro em Lisboa, Boulitreau Fragoso, ao general Ernesto Geisel, de 16 de setembro de 1964. APGS/HF). Fez isso também por conta do poder de pressão da pequena e decadente plutocracia portuguesa do Rio de Janeiro. Esse foi o caso de políticos como Juscelino Kubitschek e Carlos Lacerda, que tinham amigos em Lisboa. Tanto os Diários Associados como *O Globo* e *Jornal do Brasil*, embora em graus variáveis, eram militares da guerra portuguesa. A indústria bélica brasileira contrabandeava armas para as tropas coloniais em Angola (122 Antonio Delfim Netto, julho de 1988. Delfim afirmou que o Itamaraty fazia de conta que não via. “Eles estavam fartos de saber que havia [venda de armas], mas a gente respondia dizendo que não contava nada a esse respeito, e o assunto se encerrava”). A conexão se sustentava ainda num romantismo utilitário. Rendera ao presidente Médici os ossos de d. Pedro I para enfeitar a festa do Sesquicentenário da Independência. GASPARI,2003: 365-366.

dos países africanos de língua portuguesa doravante seria muito mais rápida, já os militares que assumiram o poder em Portugal eram contrários a política anacrônica imposta pelo regime salazarista. A independência das colônias portuguesas era questão de tempo.

O jornalista Miguel Urbano Rodrigues, militante anti-salazarista que vivia no Brasil há mais de 17 anos escreveu o artigo: “Os caminhos da esperança”, no periódico *Opinião* considerando questões a respeito das colônias portuguesas:

O general Spínola é um homem culto e sabe que o seu conceito de nação carece de fundamentos científicos. Angola, Moçambique e a Guiné-bissau nunca fizeram nem farão parte da nação portuguesa. São colônias, subjugadas há séculos (como São Tomé, Timor e Macau), e nenhum artifício semântico poderá ocultar essa realidade. Para muitos observadores, essa afirmativa do manifesto traduz um propósito claro do presidente e da junta: captar o apoio mínimo indispensável à concretização do seu projeto de uma federação de Estados que englobaria Portugal e as suas atuais colônias. Tal interpretação seria confirmada por declarações posteriores do general, esclarecendo que a Junta não tem intenção, por ora, de iniciar negociações com os movimentos libertadores.⁴⁹

Inicialmente o governo que assumiu Portugal não tinha interesse em entregar o poder ao povo das colônias durante séculos que eram a principal fonte de recursos financeiros, mesmo que grupos que apoiaram a Revolução dos Cravos tenham sido contra as continuidades da colonização. Havia outros grupos que vislumbravam vantagens, como apontado por Urbano Rodrigues:

(...) É sintomático que o magnata da siderurgia portuguesa, Antonio Champalimaud tenha exposto recentemente na assembléia geral do Banco Pinto e Sotto Mayor, idéias de “abertura” africana, aludindo, numa perspectiva neocolonialista, aos perigos e problemas de uma “área fascinante que encerra potenciais energéticos fabulosos”.⁵⁰

Os dados apresentados por Urbano Rodrigues apontam para um quadro complexo, que as colônias portuguesas enfrentariam, visto que os interesses

⁴⁹ *Opinião* 06 de maio de 1974. p8.

⁵⁰ Id. Ibid.

econômicos na região africana eram importantes, o ponto do jornalista prever o que poderia ocorrer doravante:

Tudo indica que o desfecho da primeira fase do processo será em grande parte condicionado pelo encaminhamento do debate em torno do problema colonial. A persistência das ilusões neocolonialismo só pode contribuir para transformar uma grande esperança numa grande frustração. A questão colonial continua sendo a chave do problema português. E ali que a participação pessoal do general Spínola na história adquire uma importância que não deve ser subestimada. O “ultramar” é para ele um “requisito de sobrevivência” de Portugal como “nação livre e independente”. Sem os territórios africanos –escreveu em seu livro- “o país ficaria reduzido a um canto sem expressão numa Europa que se agiganta”. Cabe lembrar uma verdade eterna. Nenhum povo pode ser verdadeiramente livre se o preço da sua liberdade aparente for o jugo imposto a outros. O general esquece que não é somente a dimensão geográfica que confere uma dimensão de grandeza a um país. Portugal não desapareceu quando o Brasil se tornou independente. (...) ⁵¹

O cenário que se desenvolveu, nas ex-colônias portuguesas, em África ganhou dimensões globais e étnicas. Além de Portugal estavam envolvidos outros agentes históricos.

O RECONHECIMENTO DA INDEPENDÊNCIA ANGOLANA PELO GOVERNO BRASILEIRO, O PREÇO PAGO PELOS AUTORES DO INEDITISMO

Nessa conjuntura, o então presidente da Petrobrás, general Ernesto Geisel, na gestão do Presidente Garrastazu Médici, que fora a favor de um acordo com Portugal para exploração de petróleo anos antes, em Angola, em 15 de março de 1974 assumiu como Presidente da República. Seu mandato foi conhecido pelo “Pragmatismo Responsável” ⁵², uma política externa que procurou pautar-se por maior autonomia. Como Ministro das Relações Exteriores assumiu a pasta Antonio Francisco Azevedo Silveira.

⁵¹ Id. Ibid

⁵² O termo foi explicado pelo Ministro das Relações Exteriores Antonio Francisco Azevedo da Silveira, em setembro de 1974 na Assembleia da ONU: “o emprego desses termos que a política era “pragmática”, na medida em que o Brasil buscava “eficácia” e estava disposto a procurar, onde quer que se movessem, “os interesses nacionais brasileiros, as áreas de convergência e as faixas de coincidência com os interesses nacionais de outros povos”. Afirmou que era “responsável” porque agia o país “sempre na moldura do ético e exclusivamente em função de objetivos claramente identificados e aceitos pelo povo brasileiro”. Cf. BARRETO, 2007:244.

Logo após a Guerra do Yom Kipur, no Oriente Médio, entre árabes e israelense, 1973⁵³, o preço do barril do petróleo aumentou a preços astronômicos e a Organização dos Países Produtores de Petróleos (OPEP), em grande parte ligada aos países árabes e do norte da África fizeram pressões junto aos países ocidentais dependentes do combustível fóssil. Recomendou igualmente restrições em relação com Israel e países de regimes como apartheid e salazarismo.

A conjuntura acentuou questões, para que o regime brasileiro tomasse uma postura mais agressiva em relação à política externa. Doravante tornou-se mais direta, no que referisse à Portugal. Em um diálogo com o Ministro Azeredo da Silveira, o Presidente Ernesto Geisel⁵⁴ deixou evidente a nova postura da política externa:

(...) ao embaixador Azeredo da Silveira quando o convidou para o ministério, e insistiu dias depois, ao receber dele um projeto de político gradualista. Preparando-o para as conversações que haveria de ter com o chanceler português Rui Patrício, foi claro: “Ele não terá ilusão. Nós temos que mostrar para Portugal que a política mudou”.

Silveira justificou-se “O problema de Portugal é muito emocional no Brasil. Então, a gente tem que botar uma azeitona na empata. [...]”.

Geisel foi duro. Disse-lhe que trouxe um documento “muito fraco” e repetiu o recado que tinha para diplomacia portuguesa: “Olha, não conte mais conosco”. (134. Reunião com Azeredo da Silveira, 28 de fevereiro de 1974. APGS/HF).⁵⁵

⁵³ O general Presidente Ernesto Geisel só se transformou num adversário do colonialismo lusitano depois da crise do petróleo de 1973. Pressionado pelos americanos, o governo de Lisboa permitiu que ponte aérea destinada a garantir o suprimento de armas para Israel se reabastecesse nos Açores. Os países árabes responderam embargando as exportações de petróleo para Portugal. GASPARI: 2003,366.

⁵⁴ Em outro diálogo com o ministro do Exército, Dale Coutinho, mostrou seu pensamento sobre a postura de Portugal: Eu tenho a impressão de que está na hora da gente dizer para Portugal: Nós somos amigos, nós somos parentes, somos irmãos, mas esse troço vocês têm que evoluir, vocês têm que estudar a maneira de dar liberdade a esses países. O inglês não deu, o francês não deu? [...] Eles vêm com o negócio que aquilo não é colonialismo, que eles são províncias, mas isso é tapeação. [...] Mas eu acho que a nossa política em relação a Portugal tem que mudar. Eu tenho informações de que a mocidade de Portugal toda está contra. Já não quer prestar o serviço militar, o número de mutilados moços que voltam a Portugal, que se vê nas ruas, já é muito grande. E os comunas esperando. Já estão infiltrados, esperando as coisas lá dentro. Aquela posição monolítica que havia antigamente em Portugal, no tempo do Salazar, hoje em dia já não tem mais. (128. Reunião de Geisel com Dale Coutinho, 16, de fevereiro de 1974. APOGCS/HF). GASPARI, 2003: 367

⁵⁵ GASPARI: 2003,368- 369

Preocupado com os rumos da economia brasileira, o regime Civil-Militar posicionou-se à procura de novos mercados; o “Milagre Econômico” começara a fracassar⁵⁶. O continente africano⁵⁷ foi, devido à conjuntura, o local natural para a procura de expansão do comércio brasileiro e uma alternativa para amenizar a crise do petróleo.

Segundo Prof. Fernando Mourão, o Ministério Relações de Exteriores partiu do princípio da necessidade de criar laços políticos com os países do continente, africano, mormente as ex-colônias portuguesa, e não de natureza econômica, até porque nessa época não haveria condições de incrementar esse comércio. Em várias passagens – vide contradições entre o Ministério das Relações Exteriores *versus* o Ministério da Fazenda, no início da década 1970, a posição do general Geisel quanto o presidente da Petrobrás assumir outro sentido.⁵⁸

A Organização da Unidade Africana (OUA) fez contato com o governo brasileiro, no intuito que o Brasil fizesse parte do processo de independência das colônias portuguesa, em África. No início do governo Geisel, o Itamaraty divulgou, em 7 de junho de 1974, nota que aquela entidade pedia ao Brasil para interceder na independência de Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Em

⁵⁶ O aumento vertiginoso do preço do petróleo no final de 1973 atingiu o Brasil de forma avassaladora, não apenas em suas contas externas, mas no próprio cerne do projeto de desenvolvimento. Os governos militares haviam negligenciado o transporte ferroviário e hidroviário, e o público do individual, o que favorecia as indústrias automobilísticas transnacionais e implicava crescente consumo de petróleo importado. Apesar de Geisel haver herdado um PIB de 133 bilhões de dólares um inflação anual de 18,7% e uma dívida externa de 12,5 bilhões de dólares, o “milagre” legara-lhe problemas estruturais, pois apostaria em um modelo que empregava energia importada barata dependia do afluxo de investimento de capitais estrangeiros e da utilização de tecnologia também importada. CF. VIZENTINI, 2006 :151.

⁵⁷ A respeito do posicionamento do Brasil perante o continente africano cumpre observar, o que a pesquisadora Letícia Pinheiro coloca: “Em virtude de sua dependência em cerca de 80% de petróleo importando, o aumento do preço do óleo impactatos de forma brutal no crescimento econômico do Brasil, em função de seus efeitos sobre a balança de pagamentos e o programa antiinflacionário. Além disso, o acordo feito entre países africanos e árabes, de trocar o apoio dos primeiros ao isolamento de Israel pela interrupção no fornecimento do petróleo dos países árabes à África do Sul, Portugal e seus aliados – para não dizer nada sobre o fornecimento de óleo da Nigéria, então uma importante fonte para o Brasil -, tornava muito provável a inclusão do país no planejado boicote dos países árabes. De fato, em 24 de novembro de 1973, uma resolução assinada por 17 países da África incluindo o Brasil no rol dos seis países contra os quais sanções econômicas e diplomáticas seriam feitas caso não retirassem imediatamente seu apoio ao governo de minoria branca da África do Sul (Selcher, 1976:37 e 43). Assim o Brasil decidiu uma linguagem mais incisiva ao se referir em público sobre o colonialismo na África e moderar seu apoio a Portugal na ONU. PINHEIRO, 2007:92.

⁵⁸ Depoimento em sua residência, 01/03/2010. Caucaia do Alto.

resposta, o governo brasileiro disse que não aspirava “a exercer a mediação”, embora desse toda a colaboração que fosse pedida, com o argumento dos laços históricos.⁵⁹

Com a aproximação do governo brasileiro ao continente africano foi criado o Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty⁶⁰. O diplomata Ítalo Zappa foi, escolhido como chefe do departamento, sendo que o jornalista Elio Gaspari discorreu sobre a escolha:

Ítalo Zappa era filho de um imigrante italiano que vendia livros e jornais em Barra do Piraí. O chanceler Azevedo da Silveira entregara-lhe a chefia do Departamento da África, Ásia e Oceania do Itamaraty. Aos 49 anos, tinha a maior jurisdição geográfica da Casa, e nenhuma importância. Silveira não indicou pelo que pensasse. Levava o nome como segunda hipótese para o cargo. (37. Dez folhas, encaminhadas por Silveira a Geisel em fevereiro de 1973. APGS/HF. Outro nome listado era o do ministro Paulo Cotrim.). Zappa trabalhava com um pé na disciplina e outro na esquerda. Dava a impressão de que cabia no mundinho de um chefe de seção. Era impessoal, franzino e mal vestido. Seus hábitos modestos escondiam um homem valente. Anos antes, como chefe - de - gabinete do ministro, tivera uma funcionária presa por conexões com a AP.(...)⁶¹

Ítalo Zappa assumiu o Departamento de uma região que o próprio Itamaraty pouco conhecia. O relatório que havia enviado ao Presidente Geisel no final do ano anterior (1974)⁶². Sombra Saraiva considera que o relatório alterou a política brasileira na questão angolana.⁶³ Em janeiro de 1975, o Brasil cria uma Representação Especial em Angola chefiada pelo ministro Ovídio de Melo Andrade⁶⁴.

⁵⁹ Cf. BARRETOS, 2007:281

⁶⁰ Cf. GASPARI, 2004 :137

⁶¹ Id. Ibid.

⁶² (...) Ítalo Zappa, um dos mais qualificados do Itamaraty nos assuntos africanos e chefes do novo Departamento da África, Ásia e Oceania, foi mandado para Tanzânia, Zâmbia e Etiópia para conversar com os exilados angolanos e moçambicanos. Zappa argumentava que o Brasil estava convencido de que as relações do poder tinham que ser alteradas na África Austral, criticou o apartheid e defendeu a inflexão da política africana do Brasil para África negra. Seu relatório foi mandado para o presidente Geisel no início de 1975. SARIIVA, 1996:1975.

⁶³ Id. Ibid

⁶⁴ A respeito de Ovídio de Melo Andrade, o jornalista Elio Gaspari discorre:

Zappa obtivera a nomeação do ministro Ovídio de Andrade Melo, seu amigo e colega de colégio, para chefia de uma representação brasileira junto ao governo de transição. Teria o título de cônsul-geral em Luanda e seria reconhecido pelos três movimentos, mantendo em relação a eles uma posição de neutralidade. Famoso entre os colegas por esquerdista e pela contundência de suas observação, Ovídio recebeu o posto nevrálgico sem contestação.

A Representação Especial em Angola teve como objetivo estar próximos aos três movimentos (FNLA, MPLA E UNITA). Após a Revolução dos Cravos, das negociações da independência de Angola, os três movimentos, que sempre tiveram problemas entre si, aumentaram suas fraturas. Houve vários acordos ao longo do ano de 1975. Dentre eles registra-se o de Alvor⁶⁵, que o embaixador Ovídio Melo relatou:

(...) Com nossa simples presença antecipada e neutra, dávamos maior credibilidade internacional aos Acordos de Alvor. Ajudávamos, assim, Portugal se desvencilhar das colônias. E ajudávamos as colônias a se desvencilhar de Portugal – o que satisfazia a Deus e ao Diabo na Terra do Sol.⁶⁶

Ovídio Melo considerou que a fixação de uma Representação Especial em Angola, nesse período, não foi fácil, visto que os três movimentos intensificaram um conflito que envolveu Angola no bojo da Guerra-Fria. O representante especial contou como foi complicado aparelhar a representação brasileira:

Eu tive que montar a Embaixada, fui comprar os móveis, ia aos armazéns, que já não eram do português que estava lá, comprava do segurança que ficou cuidando, importei um telex da França no meio de uma guerra para instalar na embaixada. No local da Embaixada não tinha caixa d'água instalei duas, pois houve momentos em que a cidade era bombardeada e

Cumpria-se uma escrita do Itamaraty segundo a qual as convicções políticas dos diplomatas se tornam irrelevantes quando se trata de preencher posições fora do eixo Roma – Paris – Londres - Nova York. Ele troca Londres por Luanda, nas terras do fim do mundo. Antes de seguir para o posto, procurara aprender alguma coisa sobre Angola enfiando-se nos arquivos do Itamaraty. Afora livros de referências, encontrou apenas telegramas que refletiram décadas de apoio ao colonialismo português e desprezo pela luta dos nativos". (47. Ovídio de Melo, dezembro de 1975.) CF.GASPARI, 2004: 139-140.

⁶⁵ Importa registrar que a Organização da Unidade Africana (QUA) que em momentos diferentes reconheceu a FNLA e o MPLA como único porta-voz nacionalista legítimo de Angola, agora estendia o reconhecimento de última hora a Jonas Savimbi, da UNITA. No início de 1975 os três líderes nacionalistas, Roberto, Neto e Savimbi, reuniram-se sob a presidência de Jomo Kenyatta em Mombasa. Concordaram com o reconhecimento mútuo e com a rápida abertura de negociações sobre a independência angolana com o governo português. Em 10 de janeiro as negociações foram transferidas para o Algrave, em Portugal. Os líderes dos três movimentos e suas delegações reuniram-se com o governo português no Hotel Pennina, protegido por rigorosas medidas de segurança, e, a duras penas, em janeiro de 1975 firmaram um acordo delicadamente equilibrado e muito precário. Chefiavam o lado português o general Spínola como presidente provisório de Portugal, Mário Soares como ministro dos Negócios Estrangeiros, o major Melo Antunes e o alto comissário, almirantes Rosa Coutinho. O acordo, que ficou conhecido como Acordo de Alvor, marcou para 11 de novembro de 1975 a data da independência de Angola. Cf. MAXWELL, 2006:147-148.

⁶⁶ MELO, 2000:81.

ficávamos sem água. Sem ter ninguém para perguntar pus duas caixas d'água em cima sem saber se o prédio tinha estrutura.⁶⁷

A declaração demonstra, em primeiro lugar as precariedades que a representação brasileira enfrentou para instar-se em plena guerra civil, mas deixa evidente que a política externa brasileira havia acentuado suas atenções para África. Mesmo face às precariedades, o governo brasileiro manteve firme seus propósitos.

Fernando Luís da Câmara Cascudo (o seu pai Luís da Câmara Cascudo foi um renomado folclorista) foi enviado pelo jornal *O Globo*, passando a colaborar em Luanda, com o periódico *A Província de Angola*, que apoiava o FNLA. Ovídio Melo falou sobre o encontro entre os dois em Angola:

Ele foi pra lá mandado pelo *O Globo* para dirigir e orientar o único jornal que tinha em Angola, o título era *Província de Angola*. (...). Nós ficamos no mesmo hotel, mas não podíamos ser visto juntos, (...) Nosso primeiro encontro disse claramente com todas as letras... ele não acreditava na neutralidade brasileira, ele dizia que o MPLA era comunista e não era uma frente ampla. Ele dizia que o Brasil não podia apoiar o MPLA, ele tinha uma visão simplória, simples sobre o assunto.⁶⁸

Ovídio Melo relatou que Fernando Luís da Câmara Cascudo⁶⁹ foi para Angola não somente para auxiliar o periódico *Província de Angola*, que era de orientação da antiga metrópole portuguesa, bem como também para ser assessor político de Holden Roberto (FNLA). Câmara Cascudo acabou tendo que sair às pressas de Angola quando a FNLA foi expulsa da capital, em agosto de 1975.⁷⁰

⁶⁷ Entrevista concedida ao autor em sua residência, Rio de Janeiro, no dia 23/10/2009.

⁶⁸ Id. Ibid.

⁶⁹ A respeito de Fernando Câmara Cascudo registra-se conforme Elio Gaspari. Em Luanda, vivia o filho do grande folclorista nordestino Câmara Cascudo, Fernando, que chefiara o escritório da Agência Nacional no Recife nos primeiros dias do regime. "Chegara à cidade como orientador do jornal da FNLA, que adaptaria à guerra angolana um dos mais conhecidos slogans da ditadura brasileira: Angola, ame-a ou deixe-a". (55. Ovídio de Melo, O reconhecimento da Angola pelo Brasil e 1975, manuscrito p.37. AA.). Cf. GASPARI:2004, 141

⁷⁰ MELO, 2000: 82-83.

O relato do hoje embaixador Ovídio Melo deixa evidente que havia setores do Brasil que apoiaram o *Lobby* português e tinham em Angola outras predileções, como a FNLA.⁷¹ O ex-agente da CIA, John Stockwell, em seu livro *A CIA Contra Angola* (1979), onde escreveu sobre o período em que serviu a CIA em Angola afirma que tinha como missão apoiar movimento que coibisse a influência comunista, registrou que a FNLA contou com a colaboração de dois brasileiros. Um com a denominação de Falstaff que o recebera, o então agente da CIA, John Stockwell, para ir a um campo de treinamento da FNLA. Stockwell, curioso por saber mais daquele, homem consultou os computadores da CIA e descobriu que na realidade Falstaff era um jornalista brasileiro, que esteve na folha de pagamento da CIA. O outro era um major brasileiro, aparentemente na qualidade de observador.⁷²

Em outro trecho de seu livro faz a pergunta:

(...) E que estavam Falstaff e um major brasileiro a fazer no Ambriz? Falstaff conseguiu esquivar-se a esta pergunta mudando de assunto. Mas a resposta era evidente. O Brasil não estava desinteressado do desfecho do problema Angolano.⁷³

Enquanto não se levantar quem era o major se ele estava na reserva ou na ativa não há condições de se entender o que de fato representou a presença do referido militar em Angola.

Ovídio Melo fez contatos com três movimentos, alguns públicos outros não. Em abril de 1975, os três representantes dos movimentos Holden Roberto, Jonas Savimbi e Agostinho Netto vieram ao Brasil, a convite do governo; o encontro rendeu a Angola ajuda humanitária. Em maio de 1975, um avião da Força Aérea Brasileira levou ao país gêneros alimentícios, medicamentos e roupas para as pessoas atingidas pela guerra civil.⁷⁴ Observa-se que ação do

⁷¹ A respeito de brasileiro que apoiavam outros grupos havia também Carlos Lacerda conforme Elio Gaspari: Lacerda sugeria algum tipo de apoio a uma aliança da FNLA e da UNITA contra o MPLA. Juntos, seriam mais fortes, tanto numa eleição como numa guerra. GASPARI:2004, 141.

⁷² STOCKWELL, 1979:133-139.

⁷³ Id. Ibid:139.

⁷⁴ BARRETO, 2006: 283.

governo Civil-Militar foi semelhante a ação que o MABLA tentou realizar no início da década de 1960.

A representação brasileira sofria pressões dos movimentos para tomar um posicionamento perante eles. Países como África do Sul, Estados Unidos, bem como OUA e os países comunistas, como União Soviética, China e Cuba, faziam de Angola um lugar que potencializava as tensões entre os três movimentos.

O processo de independência de Angola deixou outros países vizinhos que exerciam sistemas de privilégios a minorias, como apartheid da África do Sul, ressabiados das repercussões. O que os levou a entrar na disputa. Ovídio Melo faz uma análise sobre os líderes dos movimentos e seus apoiadores. Em relação à frase “era o *MPLA ou Tirar o time de Campo*”⁷⁵, tal como aparece no livro de Elio Gaspari, Ovídio Melo comenta:

Essa frase está fora de contexto, o que eu disse foi num momento em que o MPLA tinha dominado Luanda e expulsado os outros movimentos [UNITA e FNLA]. O importante era o Brasil ficar longe dos portugueses, o nosso propósito era de ter relações com qualquer dos movimentos e com Angola livre, (...)

Eu podia simpatizar pessoalmente com Agostinho Neto ou Jonas Savimbi, que era um primário. Quando ia conversar com Savimbi ele ficava anotando tudo o que falávamos, era um cretino, um ambicioso. Savimbi estudou na Suíça e passou um telegrama para MPLA: “quero um posto no alto comando do partido porque agora sou formado na Suíça” (risos). Agostinho Neto dizia: “era louco altura ninguém entra no alto comando do partido assim, só por que era formado na Suíça” e aí passou um outro telegrama para Holden Roberto, e ele disse: “então venha participar do alto comando do partido”. Então, para Savimbi qualquer coisa servia. Virou Ministro das Relações Exteriores do Holden Roberto. Jonas Savimbi falava francês e alemão, as línguas dos suíços. Mas depois eles rompem, mas na realidade os dois eram a mesma coisa.⁷⁶

⁷⁵ GASPARI: 2004, 142.

⁷⁶ Entrevista concedida ao autor em sua residência, Rio de Janeiro. 23/10/2009.

As considerações trazidas pelo ministro Ovídio Melo a respeito do líderes dos movimentos pode-se inferir que o mais preparado, para assumir fosse Agostinho Neto do MPLA. Em outro trecho discorre a respeito de Holden Roberto:

Holden Roberto [líder da Frente Nacional de Libertação de Angola - FNLA] era megalomaniaco. Eu vi muitos tratados em que havia toda uma discussão, arruma aqui, arruma ali, mas Holden Roberto no tratado de Alvor levava embaixo do braço e dizia “eu fiz sozinho, eu fiz sozinho [o tratado]”. Ele não fez sozinho, estavam o Savimbi, os portugueses, Agostinho Neto e todos deram palpite.⁷⁷

A respeito da África do Sul, trouxe argumento importante para este país entrasse no conflito angolano:

Angola era a carapaça para África do Sul, Angola era mais preocupante, pois servia de proteção à África. Moçambique não tinha importância econômica, o seu principal produto era o amendoim, diferente de Angola que tem um grande potencial.⁷⁸

Em 1975, a África do Sul sofria pressões tanto internas como externas do seu regime. Com o processo de independência das colônias portuguesas, o regime racista da África do Sul decidiu apoiar a UNITA, pois tinha o receio que se Angola caísse nas mãos dos outros movimentos, como a do MPLA ou FNLA, que empalhassem a ideia de igualdade influenciando a comunidade negra da África do Sul a romper com o regime vigente na época. A UNITA chegou a admitir a divisão de Angola em duas partes: o norte ficaria com o FNLA e o Sul, com a UNITA. Há quem fale numa possível divisão de Angola de forma diferente o norte com o MPLA e o centro sul com a UNITA. Segundo o Prof. Fernando Mourão, o fato de Habib Bourguiba, da Tunísia, grande apoiador de Holden Roberto recomendasse que o FNLA nunca se aproximasse da África do Sul pela sua política do apartheid, constituiu importante argumento.⁷⁹

⁷⁷ Id. Ibid.

⁷⁸ Id. Ibid.

⁷⁹ Depoimento em sua residência, 01/03/2010.

Os Estados Unidos, que apoiavam a FNLA, chegou a pedir ajuda ao governo brasileiro no sentido envio de tropas para Angola:

Os Estados Unidos tinham todas as razões para supor que o Brasil acompanharia sua política em Angola. Chegara a mandar um emissário a Brasília, solicitando algum tipo de cooperação militar. Queriam sargentos negros, pois tinham da falar português. Geisel recusava o pedido. (58. Entrevista de John Stocwell a José Antonio Nascimento Brito, “O espião desiludido”, em jornal do Brasil de 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p.3. Ernesto Geisel., abril de 1995) Stocweell recordou esse dias:

O que o Brasil estava nos dizendo, essencialmente, era que simpatizava com o nosso programa, com a FNLA e com a nossa solução para Angola. Ao mesmo tempo, o côsul-geral brasileiro em Luanda era claramente favorável ao MPLA e nós – a – CIA – estávamos pressionando o governo brasileiro e o Departamento de Estado para que pressionassem o côsul brasileiro ou o retirassem, colocando alguém que cooperasse conosco. (59. Entrevista de John Stocwell a José Antonio Nascimento Brito, “O espião desiludido”, em jornal do Brasil de 20 de agosto de 1978, Caderno Especial, p.3.).⁸⁰

O assunto de menor relevo diplomático e controverso, em livro recente: *Kissenger e o Brasil* (2009), o pesquisador Matias Spektor, afirma que ao contrário do que muitos argumentam, o Brasil, a partir do governo do presidente Geisel rompeu com o atrelamento automático com os Estados Unidos, na política. A grosso modo, Spektor argumentou que por intermédio do chanceler estadunidense, Henry Kissenger teria chegado a propor ao chanceler brasileiro, Antonio Azeredo da Silveira a hipótese que o Brasil liderasse a América latina. Como aponta o livro de Spektor:

(...). Sob a égide da imprecisa noção de *delegação*, Kissenger acreditava que o Brasil poderia ser uma fonte útil de apoio e legitimidade para promover a ordem na América do Sul e projetar a influência dos Estados Unidos no continente. E naquela conjuntura a região era um problema.⁸¹

⁸⁰ GASPARI:2004, 142.

⁸¹ Spektor, 2009: 35.

Registra-se os contatos da diplomacia estadunidense e brasileira sempre foram habituais. Dada a posição chave dos EUA no cenário mundial e a importância relativa do Brasil no contexto hemisférico é natural tais contatos sempre tenha ocorrido, o que é diferente de registrar pontos de desacordo.

As pressões dos Estados Unidos parece que, em alguns momentos, interferiram na política de Representação Especial em Angola. Em agosto de 1975, Ovídio Melo fora chamado ao Brasil para consulta. Sobre o episódio, o embaixador comenta que Ítalo Zappa foi a Kampala, em Uganda, para uma conferência aproveitando para viajar a Angola, encontrando os brasileiros que ali estavam muitos “macerados e emagrecidos” devido às privações que passavam numa área de conflito e pelo excesso de trabalho.

O embaixador Ítalo Zappa espantado com a situação que viu, no momento que foi encontrar-se com o representante do governo de transição, com o então primeiro ministro da UNITA, N´Dele, alertou para o risco iminente de um grande conflito, Ovídio Melo acrescenta que durante a noite que passou em Angola (em torno de 18h) houve tiroteio, que deixou o chefe do Departamento de África e Oceania espantado. No dia seguinte Ítalo Zappa declarou à Ovídio de Andrade que recomendaria a retirada da Representação Especial de Angola, Ovídio de Andrade manifestou-se contrariamente.⁸²

Tempos depois, Ovídio de Andrade tomou conhecimento por intermédio do pesquisador estadunidense, Jerry Davila, que estava estagiando na PUCRJ e pesquisando na Fundação Getulio Vargas (RJ), de um telegrama de Ítalo Zappa, pedindo para que o ministro Azeredo da Silveira terminasse com a Representação Especial Brasileira em Angola.

Telegrama:

De Representação Especial em Luanda em 5/8/75

Secreto Exclusivo Urgentíssimo.

Particular Para o Ministro de Estado.

Transmito: “Em cumprimento aa missão recebida, cheguei hoje a Luanda a fim de pessoalmente fazer uma avaliação da situação local PT a cidade estah tranqüila na aparência PT comparada com a que vi em dezembro passado vg eh irreconhecível: Lixo nas ruas, trafego escasso, ausencia de policiamento ostensivo, sinais, enfim, de que vive num intervalo da luta PT esta, pelo que observei foi intensa e

⁸² MELO, 2009:125-126.

indiscriminada PT estou convencido de que a qualquer momento a luta será reiniciada, desta vez com caráter muito mais grave, por que antecedida de período para preparação logística nos dois lados: MPLA e FNLA PT em companhia do Ministro Ovídio Melo, acabo de entrevistar-me com o primeiro Ministro José Ndele PT decorridos três dias desde nossa última entrevista, realizada em KAMPLA, encontrei-o desta vez num estado de espírito que não hesito em classificar de desesperado e desesperador PT não me ficou a menor dúvida de que José Ndele quis avisar ser iminente ou mesmo já ter ocorrido decisão da UNITA de somar-se à FNLA, esta já proscrita virtualmente do governo e afastada da cidade PT aconselhou reiteradamente a evacuação do corpo consular e disse ter reformado seu parecer sobre a retirada da população portuguesa, pois “não se pode pedir das pessoas sacrifícios dessa natureza”. Contra a opinião do Ministro Ovídio Melo, sou levado, por tudo quanto vi ouvi, a solicitar a vossência considerar a decisão de ordenar a imediata retirada dos três funcionários do Itamaraty que permanecem neste posto PT sua permanência aqui já não serviria a nenhum objetivo, pois está claramente desbordada a situação constitucional que a justificava PT ao contrário, poderia essa permanência ser contraproducente a partir do momento em que pudesse ser interpretada como apoio a um dos movimentos, não equidistância em relação aos três PT repito que foi o representante máximo de um dos três movimentos que reiteradamente aconselhou a evacuação do pessoal do corpo diplomático PT hoje de manhã cerca de três mil postulantes de visto colocaram-se, em desespero, frente ao consulado a fim de exigir concessão de vistos PT o ministro Ovídio Melo acalmou-os com vagas palavras sobre a cooperação do Brasil com Angola PT a tendência é que essa pressão sobre o consulado aumente e que venha a ocasionar incidentes de consequências imprevisíveis PT se o consulado ficar provisoriamente confiado à guarda de funcionários locais, mais facilmente poderão estes opor-se à pressão de todo o tipo, pois se tornar mais compreensível que a decisão não é do cônsul ou do representante especial, mas das autoridades competentes do governo brasileiro PT Zappa.

Ovídio Melo.⁸³

Ovídio Melo relatou que o pesquisador americano encontrou também a resposta do Ministro Azeredo da Silveira:

MINUTA TELEGRAMA
Representação Especial em Luanda
Caráter secreto-exclusivo (Urgentíssimo)

PARTICULAR PARA O MINISTRO ITALO ZAPPA.

⁸³ Transcrição do documento que foi concedido gentilmente pelo embaixador Ovídio de Andrade Melo.

Em resposta ao seu particular de hoje, devo dizer a você, em primeiro lugar, que nunca tive dúvida de que deveríamos, eventualmente, pagar um preço por termos criado a Representação Especial junto ao Governo de Transição de Angola. Esse ato político consciente que praticamos leva-me, e o digo com absoluta franqueza, a concordar com a posição de Ovídio. Nossa posição de estreita não-intervenção nos assuntos internos de Angola, posição que mantemos, não nos levará a qualquer apoio ostensivo a qualquer dos três movimentos, mas não impede tampouco de acreditar que, seja para o Brasil, seja para o universo ocidental a que pertencemos, uma eventual derrocada do MPLA no confronto com a aliança FNAL/UNITA seja uma solução melhor do que o prevaecimento puro do MPLA, de notória orientação marxista. Nada disso quer dizer que o Ovídio poderá deixar de contar, a qualquer momento e em qualquer circunstância, com o meu apoio integral. Estão sendo estudados, com a Marinha e a Aeronáutica, esquemas de emergência. Por outro lado, além de se guiar pelos termos do despacho-telegráfico n°220, especialmente sua parte final, que contem as instruções gerais, disponho-me a, de imediato, de modo a caracterizar a posição que antes esbocei, enviar funcionário diplomático, em serviço provisório, para substituir o Cyro e reforçar, com dois agentes de segurança, a parte de proteção física do Chefe da Representação Especial, no entendimento de que aí permaneciam apenas tais funcionários, uma vez já devem ter sido evacuados os familiares de brasileiros lotados na Representação Especial. Creio que tanto você, quando Ovídio, me concedem o credito de ser um chefe acima de tudo humano. O que acabo de dizer representa, pois, o somatório de minhas convicções honestas de minha avaliação do quadro, olhado quer do pondo de vista do interesse nacional brasileiro, quer de considerações essencialmente humanas. Leia e destrua este telegrama, inclusive a fita respectiva. Um abraço muito afetuoso para Cyro, Ovídio e você do
SILVEIRA.⁸⁴

Ovídio Melo assinala algumas inferências teriam contribuindo para a mudança de postura seu amigo de infância, o embaixador Ítalo Zappa:

Ele foi a Angola e passou 18 horas nem foi 24 horas e veio com essa história de fechar a Representação. Então eu

⁸⁴ Transcrição do documento que concedido gentilmente pelo embaixador Ovídio de Andrade Melo.

disse a ele que não ia fechar! Porque se fechar agora quando chegar 11 de novembro, não teríamos condições de reconhecer [a independência de Angola].⁸⁵

O ministro tenha ficado do lado do Embaixador Ovídio Melo, no caso da Representação, mas naquele momento também nada estava definido. Para entendimento melhor cumpre expor trecho de Andrade Melo sobre os telegramas:

Enfim, anos depois de troca de telegramas entre Zappa e Silveira, devo dizer que a atitude de Zappa não me espantou, nem me decepcionou, porque nós ambos, desde o início da aventura, muito bem sabíamos que a direita militar brasileira e a imprensa lusófona ficariam atentas aos acontecimentos do outro lado do Atlântico e dificultariam o reconhecimento brasileiro ao novo governo africano, se fosse um governo do MPLA.

Silveira em seu telegrama a Zappa também manifestou tais receios, quando disse “nunca tive dúvida de que deveríamos pagar um preço por termos criado a Representação Especial”.⁸⁶

Um fato que aguçou polêmica naquele momento foi o envio de tropas cubanas ao conflito em Angola para apoiar o MPLA. Poderia se pensar na conjuntura da Guerra-Fria que fato faria com que o Brasil imediatamente tirasse a Representação Especial. Todavia a política externa brasileira tinha outros contornos. Na bibliografia⁸⁷ sobre o assunto das tropas cubanas, em Angola muitos autores dizem que o governo do general Geisel não sabia de tropas cubanas e que Ovídio Melo sabia e encobriu. No entanto, ambos comentam sobre o assunto, para o General Ernesto Geisel:

Já se sabia [presença cubana]. Mas havia outros interesses. Em primeiro lugar, tratava-se de uma fronteira marítima nossa e, em segundo lugar, os angolanos falavam, a nossa língua. Já disse que éramos a favor das colônias portuguesas que se emancipavam de Portugal nesse terreno tinha que mudar, inclusive porque somos anticolonialista. Reconhecemos todos os países da

⁸⁵ Entrevista concedida ao autor em sua residência. Rio de Janeiro, 23/10/2009.

⁸⁶ MELO, 2009:156.

⁸⁷ Ver GASPARI, 2004, PINHEIRO, 2007, SARAIVA, 1996.

costa oeste leste, Moçambique. E o importante é que em Angola há petróleo! (...).⁸⁸

O depoimento do presidente general Ernesto Geisel, posterior, mostra que já fora informado sobre a presença de tropas cubanas em Angola. Aparentemente, faz um “discurso culturalista” de que Angola falava a mesma língua que os brasileiros e que o Brasil era contrario ao colonialismo, mas refere-se a presença de petróleo em Angola.

Sobre a controvérsia com os Estados Unidos a respeito das divergências declara:

Em Angola, eles [EUA] estiveram insuflando a guerra. Falaram tanto em paz, mas insuflam a guerra. O que é a UNITA? É uma tribo de Angola que faz a guerra contra o governo angolano, apoiada com armas, com dinheiro, com técnicas, com tudo, pelos americanos.⁸⁹

Ovídio Melo, em entrevista comentou sobre sua ida ao Brasil para “consulta” no Itamaraty e a ligação entre Azeredo da Silveira e Henry Kissinger, bem como sobre suposto conhecimento das tropas cubanas:

Quem chamou para consulta foi o Zappa que queria me tirar de lá, por problemas particulares, Silveira não. Apesar de estar preocupado com minha saúde, eu acho que o Silveira naquela época sabia de alguma coisa; sabia da invasão da África do Sul por meio do [Henry] Kissinger. Ele me dizia: “Ovídio cuidado em Angola, que pode chover”, eu dizia para ele que era época de verão, neste momento não chove, mas ele dizia: “cuidado!”, mas não completava [a frase]. Todavia o que ele queria dizer é que ia chover bomba, mas essas coisas só se sentem no diálogo, e isso foi em setembro [1975], não havia nenhum cubano em Angola. (...) Eu era neutro, tinha que tratar bem, pois eu não sabia quem ia ganhar. Eu tinha que ser neutro e não podia ofender os portugueses e não tinha por que fazer isso, eu tinha a Embaixada. Chegamos a dar 5 mil vistos a familiares portugueses ao mês, eu tinha que controlar o pânico dessas pessoas, confortá-las⁹⁰

⁸⁸ ARAUJO e CASTRO, 1997: 344-345.

⁸⁹ Id. Ibid:344.

⁹⁰ Entrevista concedida ao autor em sua residência. Rio de Janeiro, 23/10/2009.

Em relação às tropas cubanas em seu livro de memórias, Ovídio Melo escreve:

Respondi ao Itamaraty que eu e meus colaboradores há vários dias não fazíamos outra coisa senão comparecer a festas em praças públicas, em meio às autoridades, ou perambulávamos por toda a cidade rememorando as lutas havidas durante o ano, mas não tínhamos visto cubanos algum em parte alguma ninguém que sequer falasse espanhol. E não podia deixar de lembrar que durante todo o ano, sempre que o MPLA conseguiu alguma vitória sobre o FNLA e a UNITA, tal vitória era impreterivelmente atribuída à presença em Angola de russos, cubanos, alemães orientais, nunca ao próprio MPLA. Assim, a denuncia de Kissinger podia ser recebida com alguma dúvida. Talvez fosse uma escalada do mesmo tipo de desinformação publicitária que se espalhara pelo mundo durante o ano inteiro, agora destinada especificamente a travar os reconhecimentos que o novo Governo em Angola ia recebendo. Em todo caso, redobraríamos em Luanda nossa vigilância perambulatória, especificamente em busca da presença de cubanos, prontos a imediatamente informar o que pudéssemos descobrir a respeito.

Intrigava-me demais a denúncias de Kissinger. A CIA então não vira, perceberá os deslocamentos de tropas cubanas de Havana até Angola? Só teria localizado cubanos, como se fossem fantasmas materializados em Angola, agora quando, pela primeira vez, os sul-africanos tinham sido vencidos, nas arrancada final para chegar à Capital? E o Itamaraty, que tem postos no Caribe, nos países socialistas, em Portugal, nos países vizinhos da África, a despeito de seus reduzidos recursos, também ele não pressentira coisa alguma, não percebera, mesmo de longe, os cubanos a caminho de Angola? Aliás, como os cubanos poderiam ter vindo? Como poderiam ter desembarcado em Angola, se todos os portos e aeroportos do país estavam em mãos do sul-africanos, da FNLA e da UNITA, em Luanda, as últimas tropas portuguesas saíram à meia-noite do dia 10 de novembro, junto com Alto Comissário? Poderíamos acreditar que os próprios portugueses tivessem dado entrada em Luanda aos cubanos, antes da Independência, a tempo e hora para que defrontassem, longe da capital, a arrancada final dos sul-africanos de Holden? Tudo isso me parecia incoerente, inconcebível, inacreditável. Mas as denuncias de Kissinger perduravam. E pouco a pouco a presença de tropas cubanas em Angola ia começando a se admitida, primeiro por Cuba, depois pelos países socialistas, finalmente por meus interlocutores do MPLA. E até hoje as circunstâncias e o momento exato do desembarque cubano em Angola continuam cercado de mistério.

Um diplomata brasileiro colaborador do “Jornal do Brasil” informou solenemente ao público brasileiro, em artigo publicado em 26/09/1991, que “os cubanos desembarcaram em Angola três dias depois da data da Independência”. Quanto

a mim, só três anos depois dos acontecimentos, ouvi de fonte segura a explicação do mistério. No momento em que o Alto Comissário português embarcava sem despedidas no porto às escuras, no exato da meia-noite quando, em praça pública, Agostino Neto proclamava a Independência e assunto o poder para o MPLA, aviões cubanos desembarcavam armas e soldados, um batalhão de seiscentos homens, nas base militar aérea de Grafanil*, que fica nas imediações do aeroporto civil.(...)⁹¹

Pelos argumentos expostos Ovídio de Melo relatou a falta de conhecimentos sobre a presença de tropas cubanas, antes da independência de Angola verifica-se que por meio de informações do próprio Itamaraty tomou conhecimento depois de três anos da presença de tropas cubas que chegaram no dia da independência.

Mas, Ovídio Melo enfrentou outras privações e situações complicadas. Relatou que foi procurado por membros da PIDE para obterem asilo no Brasil, mas o Itamaraty deu ordens expressas de proibir a entrada de pessoas ligadas a PIDE:

(...), os membros da PIDE que estavam em Angola foram pedir asilo no Brasil, o Itamaraty enviou ordens expressas que eu não liberasse, tanto que fui à Varig e pedi a lista de passageiros e disse que os nomes que estavam colocados lá não poderiam ir ao Brasil e que já havia mandado a lista para o Itamaraty e que, se aqueles nomes desembarcassem no Brasil, a empresa sofreria punições. O Elio Gaspari me disse que eles desembarcaram, aí eu perguntei “como?”. Ele disse que pegaram um avião na África do Sul e de lá para Argentina e atravessaram a fronteira para o Brasil. Não devo ser bem visto por esse pessoal da PIDE.⁹²

Diversos foram os ônus, enfrentados pela Representação Especial Brasileira na sua ação de contribuir com a luta de fim de guerra anticolonial. Com a independência verificou ser o MPLA o movimento que estaria à frente. Nos dias que se aproximaram da independência, a ansiedade aumentava. Ovídio Melo esperou pela decisão do Itamaraty, que somente dois dias antes informou que reconheceria a independência. O momento do pronunciamento do governo brasileiro aconteceu no dia 10 de novembro as oito horas da noite

* Segundo Prof. Fernando Mourão era um quartelamento de tropas portuguesas não tinha pista de aviação. Entrevista em sua residência Caucaia do Alto, 01/03/2010.

⁹¹ MELO, 2009: 133 a 135.

⁹² Entrevista concedida ao autor em sua residência. Rio de Janeiro, 23/10/2009.

horário de Brasília, pelo fusos seria meia noite em Angola do dia 11 de novembro, coincidindo exatamente com a nascimento da pátria angolana.

O reconhecimento foi imediato como exposto, porém a transformação da Representação Brasileira em Embaixada não teve a mesma agilidade. Andrade Melo traz à tona que o Itamaraty havia discordado dos termos angolanos. A proposta era de transformar a Representação em Embaixada por meio de uma “Declaração Conjunta” entre os dois países (Brasil e Angola).

Sobre o episódio Ovídio Melo escreve:

A prática mais tradicional do Direito Internacional adotada pelo Brasil era outra, menos formal: também o reconhecimento não acarretava, automaticamente, abertura de Embaixadas. Mas o simples ato do reconhecimento, para o Brasil, já trazia implícita a opção da abertura de Embaixada. E para isso bastava um decreto do Governo que iria abrir uma missão no país que já reconhecera como membro da comunidade internacional. Por isso, conforme me fora comunicado pelo Itamaraty, às vésperas do reconhecimento pelo Brasil, naquela mesma ocasião do reconhecimento seria assinado o decreto brasileiro que abria a Embaixada em Angola. E também por isso a Embaixada do Brasil depois da Independência fora aberta, com tabuleta na porta, com papel timbrado, enquanto o Itamaraty passou oficialmente a me designar como “Encarregado de Negócios” o que era, repitamos, absurdo, depois que eu fora apresentado a Angola como Embaixador. Por conversas que tive com um recém-designado diplomata angolano, previ e adiantei ao Itamaraty que o Brasil também seria convidado a assinar em futuro próximo, uma Declaração conjunta, nos moldes daqueles sumários documentos diplomáticos que os jornais locais iam publicando a cada dia. E então, para minha total surpresa, no Itamaraty se desencadeou uma tempestade em copo d`água. Silveira me passou um longo e desaforado telegrama particular. Alegava que o Brasil não usava fazer declarações conjuntas com aquela finalidade (o que era inexato, pois sempre as fez com todos os países socialistas com que travou relações); que ele, Silveira, estava sob fortes pressões no Brasil pela atitude que tomara no reconhecimento de Angola; que o Decreto brasileiro abrindo a Embaixada em Luanda ainda não fora sequer levado à assinatura do Presidente Geisel (o de que o Decreto seria assinado no mesmo dia do reconhecimento); que eu, com “essa invenção de Declaração Conjunta” estava atrapalhando as relações com Angola; que eu deveria imobilizar-me em Angola, não ver ninguém – nem mesmo se chamado pelo Ministro das Relações Exteriores deveria comparecer – o que era de todo incrível, pois o novo

Ministro das Relações Exteriores que havia assumido dias antes era José Eduardo dos Santos (político de grande prestígio que depois veio a ser o Presidente de Angola com a morte de Agostinho Neto) e naquela época convidando a entrevistas, rotineiramente, todos os representantes estrangeiros em Luanda, para conhece-los e também para sugerir a publicações das tais Declarações conjuntas.⁹³

Registra-se que o novo cargo foi rejeitado, pois achava absurdo assumir um cargo de qualquer coisa que fosse sem a legalização da Embaixada:

(...) Ademais, como poderia o Itamaraty intitular-se Encarregado de Negócio se a Embaixada era ainda oficialmente inexistente? Teria o Itamaraty o intuito de ludibriar-me, pretendendo fazer-me representante oficioso em uma Embaixada ainda não criada? Quando às pressões que ele, Silveira, vinha enfrentando no Brasil exortava-o a defrontá-las com a mesma disposição com que eu enfrentara um ano de guerra em Angola. Pois, segundo diziam os angolanos, as relações com Moçambique e até a África dependiam da atitude firme que o Brasil agora tivesse na sustentação do reconhecimento de Angola independente.⁹⁴

As previsões de Ovídio de Melo acerca das relações com Moçambique ocorreram. O primeiro governo moçambicano pós-independência resistiu a uma postura de relações diplomática do Brasil⁹⁵. O governo brasileiro oficializou a embaixada na virada do ano de 1975 para 1976. O reconhecimento foi mencionado no discurso de final do ano pelo presidente da República Ernesto Geisel estendendo o princípio a todas as outras ex – colônias portuguesas.

A postura do hoje embaixador Ovídio Melo⁹⁶ custou caro a sua carreira logo após a independência de Angola, a imprensa brasileira trouxe artigos e

⁹³ MELO, 2009: 138-139.

⁹⁴ MELO, 2009: 140.

⁹⁵ A respeito dos ônus que o governo brasileiro enfrentou registra-se o que Elio Gasperi discorre: Machel não convidou o governo brasileiro para as cerimônias da independência e, para deixar as coisas mais claras, recebeu com honras o ex-governador pernambucano Miguel Arraes, que viveu exilado na Argélia.

No dia da independência de Angola, Yony Melo, mulher de Ovídio testemunhara o tamanho do contencioso africano com o Brasil. Chegara a uma cerimônia e soubera que ficaria ao lado da viúva da Amílcar Cabral, o chefe do movimento pela libertação da Guiné-Bissau, assassinado a tiros na porta de sua casa, em 1973. Quando a senhora percebeu que teria a companhia da mulher do representante brasileiro, levantou-se praguejou e foi embora: “Odeio essa gente”. GASPARI, 2004: 150.

⁹⁶ Somente com a redemocratização do Brasil e que Ovídio de Melo passou a ser Ministro de 1º Classe, com título de Embaixador. “(...) Minha promoção, feita a pedido de Ulysses Guimarães, foi a primeira no Itamaraty, após a democracia restaurada, o que enfeita melhor o meu curriculum vitae. Assim também, num gesto generoso, a Comissão de Relações Exteriores

reportagens, onde a independência de Angola teria sido feita de maneira isolada, pelo então Embaixador, como relembra:

Às vésperas do Natal de 75 quando eu ainda estava em Luanda, um artigo publicado por Carlos Chagas no “Estado de São Paulo”[*O Estado de S Paulo*], fundado apenas em rumores provenientes de Brasília, provavelmente originados no Itamaraty (conforme Zappa depois informou-me), atribuía o reconhecimento de Angola à minha pura e simples iniciativa e alta recreação. Tal artigo logo transcrito e amplamente divulgado por jornais do Rio de Janeiro e de Brasília. E a acusação que trazia, mais que absurda – pois o reconhecimento fora feito por declaração do Itamaraty diretamente à própria imprensa brasileira, em 10 de novembro, era acintosa para nossa Chancelaria por conter implícita a noção de que sequer controlava seus funcionários no exterior, mesmo na tomada de decisões dessa magnitude.⁹⁷

Segundo, Ovídio de Melo a defesa do Itamaraty em relação às acusações que sofreu da imprensa foi tímida. Posteriormente:

(...) Depois de Angola, servi como Embaixador comissionado na Tailândia e na Jamaica, postos confortáveis, de atrativos turísticos, mas certamente de menor importância para o Brasil. Em ambas as designações, o Itamaraty, nas gestões Silveira e Guerreiro, procurou isentar-me do comparecimento à Comissão de Relações Exteriores do Senado, para que eu não fosse submetido à chamada “sabatina” que precede à aprovação senatorial dos Embaixadores. Dou aqui a palavra ao Assessor Parlamentar do Gabinete de Silveira, que em artigo no “Jornal do Brasil”, em 08/10/91, revelou; muito francamente, os motivos pelos quais Silveira se deu a esse trabalho:

“A pedido do Chanceler Silveira combinei com o Senador Krieger evitar que Ovídio de Melo fosse sabatinado. Sempre que havia um tema quente nas sessões secretas da Comissão de Relações Exteriores do Senado, informações acabavam chegando aos jornais. Ora, eventual sabatina de Ovídio ia começar pela Tailândia e terminaria em Angola. Com prováveis danos para o Governo Geisel, para o Itamaraty e para o próprio diplomata. (...)”⁹⁸

da Câmara dos Deputados numa sessão solene homenageou a mim e a Ítalo Zappa, com placas comemorativas em que destaca os bons serviços que prestamos ao Brasil.”MELO, 2009:160.

⁹⁷ Id. Ibid:142.

⁹⁸ Id. Ibid:147.

Apesar do triunfal reconhecimento de Angola importantes setores do governo do General Geisel não estavam de acordo com tal procedimento. O Ministro da Guerra, o General Sylvio Frota, foi o exemplo da falta de sintonia com atitude do Estado brasileiro no reconhecimento angolano. Como expõe:

Ninguém se opõe, e seria inexplicável ocorresse isto, que o Brasil procure relações comerciais, as mais amplas possíveis, com as nações; no entanto, realizá-las nas condições em que fizemos com a China comunista, aceitando imposições deprimentes deste país, e com Angola – ocupada e dominada pelos cubanos e soviéticos – abandonando – se os princípios que o próprio governo brasileiro defendeu em Quito e San José, não pode merecer aplauso, mas sim acerba repulsa dos verdadeiros brasileiros.⁹⁹

A declaração do general Sylvio Frota demonstra como foi complexa a denominada política pragmática, do presidente general Geisel. O seu Ministro da Guerra estava de desacordo com as atitudes tomadas pelo Itamaraty e mesmo pelo governo Civil-Militar. Ovídio de Andrade Melo sobre a postura de Silveira após a independência de Angola e a relação entre os ministérios, escreve:

Mais adiante, Silveira também vacilou quando, por ocasião da independência verificou que talvez pela primeira vez na História do Brasil, o Itamaraty e o Ministério da Guerra então ocupado por Sylvio Frota, discordavam sobre Angola. Foi isso que fez Zappa e Silveria esquecerem-se de criar a nova Embaixada no mesmo dia do reconhecimento, como me haviam informado antes da Independência. E formalmente me ludibriaram, quando passaram a me intitular de “Encarregado de Negócios” de uma Embaixada que não existe. Assim também, mais adiante, depois da Independência, Silveira insistiu para que eu ficasse em Angola sem ter contato com o Governo. Respondi-lhe que achava isso totalmente absurdo e que, se quisesse, me removesse de Angola (...).

Por tudo que precede, creio que foi o Presidente Geisel quem, com sua conhecida firmeza exigiu de Silveira e de Zappa uma posição mais destemida com relação ao reconhecimento de Angola, mesmo depois que os cubanos desembarcaram, exatamente na noite em que Agostinho Neto proclamou a Independência.

Afinal, coragem é a qualidade essencial do militar. Diplomatas caracterizam-se pela prudência. (...)¹⁰⁰

⁹⁹ FROTA, 2006: 189.

¹⁰⁰ MELO, 2009:156.

O reconhecimento da independência de Angola é um ponto interessante para pensar na política brasileira no período da ditadura Civil-Militar. A reflexão muitas vezes feita sobre o período procura homogeneizar o Regime. No entanto, percebe-se que a ação política não foi monolítica, e haviam posicionamentos divergentes. Ovídio Melo faz as seguinte consideração:

O Geisel, você sabe, não tinha apoio de todo o regime. O grupo do Sylvio Frota que era contrário e, veja, é uma das poucas vezes na história, que o chefe de Estado depõe um Ministro da Guerra [isto] e só em 1978. É, isso pode colocar em sua tese: a diplomacia sempre fica do lado das forças armadas e nunca do Rei, mas dessa vez foi ao contrário, ficamos do lado do Rei.¹⁰¹

¹⁰¹ Entrevista concedida ao autor em sua residência. Rio de Janeiro, 23/10/2009.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES.

A análise histórica do Movimento Afro-brasileiro Pró-Libertação de Angola (MABLA), pela pesquisa apresentada foi um movimento que não se situou dentro dos parâmetros estabelecidos no período da Guerra-Fria. Acompanhamos, nos grupos que compuseram esse movimento, várias tendências ideológicas, chamando atenção para um momento de tais conflitos. Como puderam coexistir dentro de uma mesma sigla?

A pesquisa permiti que possamos justamente pensar nos paradigmas colocados sobre o período da Guerra-Fria e não só, sobre os maniqueísmos entre a esquerda e a direita, que colocou como possibilidade dois pólos: Estados Unidos e União Soviética. O MABLA, nesse sentido, mostrou como tornou-se possível arregimentar do mesmo lado, positivistas, protestantes, católicos, comunistas, portugueses anti-salazarista, angolanos, entre outras nacionalidades africanas, além de judeus, nacionalistas, liberais entre outros em prol de uma causa. Ressalta que a causa desta mobilização foi a luta pela independência de um país africano, que apesar dos laços históricos com o Brasil, os protagonistas do movimento, em grande parte não tinham qualquer familiaridade com esse país.

A frase do Embaixador Alberto da Costa e Silva: “História e diferente de Memória” faz com que seja possível refletir sobre o quanto é perigoso olharmos para o passado, como a visão do presente e como as memórias dos agentes históricos que viveram aquele momento muitas vezes se confundem. O cruzamento das fontes orais e documentos demonstram que ambos têm seus problemas de leitura e análise, mas que muitas vezes completam-se para trazer, ao presente os processos que ocorreram, fatos que muitas vezes poderiam ficar enterrado pela “pá de terra do passado”. Se não fosse, justamente, a colaboração de depoimentos orais que fuscilham e exercitam memórias não seria possível essa análise histórica.

O desenvolvimento desse trabalho só foi possível com a colaboração de pessoas que foram protagonistas desse momento e que auxiliaram para amplia o campo e o tema dessa pesquisa, pois documentos escritos são quase inexistentes. Documentos do movimento propriamente dito não foram

encontrados; a maioria dos registros escritos foram encontrados em periódicos, em sua grande parte no *Portugal – Democrático*, *O Estado de S Paulo* e *Última Hora*.

A pesquisa trouxe contribuições para melhor compreensão das relações entre Brasil e Angola numa época complexa. Percebe-se que o processo de independência envolveu três continentes que procuraram influenciar a independência de Angola. Portugal, que a qualquer custo tentou manter seus poderes nas colônias; Brasil, que nos quase oito meses de governo do presidente Jânio Quadros quebrou com uma política externa a séculos ligada com Portugal, aproximando do continente africano, alterando a política brasileira externa com avanços e recuos até a independência dos países africanos de língua portuguesa. Os Estados Unidos e União Soviética que procuraram influenciar a independência e que vemos o quanto deixar mais complexa seu processo.

Naquele momento surgiram pensadores que refletiram e expressaram lutas ao processo de independência do continente africano. Nas obras de Frantz Fanon, Amié Césaire, Jean-Paul Sartre, Georges Banlandier, manifesta-se indignações por anos de colonização européia em África. Suas obras, por muitas vezes não foram somente de análise do momento, mas manifestos convocando os povos colonizados a rebelarem-se. Como a obra de Frantz Fanon, *Os Condenados da Terra*, que legitima o ato de violência contra o colonizador e acredita que o processo de independência tem que ser realizado por aqueles que foram colonizados e não esperar nada do seu colonizador.

Nas disputas entre União Soviética e Estados Unidos por hegemonia cultural e política entre os povos de África que não se sentiam incluídos. A Conferência de Bandung registra insatisfações, bem como desejo das nações recém independentes de não participar aquela disputa declarando-se “Não Alinhado”. Georges Bandalier criou a denominação “Terceiro Mundo”, para países que eram pobres de mais para participarem do Primeiro Mundo (EUA e Europa Ocidental) ou distante ideologicamente para participar do Segundo Mundo (União Soviética, Europa Oriental, China e Cuba).

O Terceiro Mundo deveria encontrar sua própria saída, pois para os países ditos desenvolvidos o que lhe importava era somente a exploração dos subdesenvolvidos. Essas idéias influenciaram os líderes dos movimentos de

independência, como Agostinho Netto, Mário Pinto de Andrade, Amílcar Cabral, Holden Roberto, Samora Machel entre outros. No entanto, a conjuntura internacional fez que os movimentos de libertações alinhassem ideologicamente com um ou com outro.

O MABLA, apesar de sua notória ligação com o MPLA e pessoas ligadas à esquerda como os membros do PCP, PCB, POLOP, entre outros, foi um “Amplio Movimento” não muito distante também do próprio MPLA, visto na historiografia como um movimento ligado a Cuba e a União Soviética, tendo em seus quadros grupos de tendências variados, pessoas ligados a Igreja Metodista, por exemplo. Tanto que, após ruir a União Soviética, Angola diferentemente de Cuba entrou no mercado global.

A preocupação, como objetivo principal de obter o apoio do Estado brasileiro as pretensões do MPLA visando a independência de Angola, caracterizam outro grupo de integrante do MABLA. A relação entre esses dois grupos, pelo que conseguimos apurar, embora com estilos diferentes foi extremamente cordial. Registra-se que na estrutura do MABLA não encontramos indícios da existência de qualquer natureza monolítica, que dizer não registramos um presidente ou secretário geral do MABLA ou qualquer outra designação. As estruturas de apoio ao MABLA e que tinham formalmente um quadro de direção.

Este segundo grupo, que visava através de entendimento e outras formulações influenciar e obter o apoio do Estado brasileiro, por vezes também aparece como responsável por algumas ações diretas ou, seus integrantes aparecem por vezes participando de ações programadas pelo primeiro grupo. Por sua vez entre ações do grupo do jornal *Portugal - Democrático* registraram-se atuações importantes que visavam igualmente obter o apoio político de setores do governo brasileiro.

Os dois grupos tinham os mesmos objetivos seus estilos de atuações diferenciam, enquanto o primeiro grupo alguns objetivos se inscreve num duplo cenário o anticolonialismo e o anti-salazarismo, as ações do segundo grupo se concentra no anticolonialismo, de raiz africana.

Em relação ao Itamaraty, o posicionamento voluntarista de alguns diplomatas, ao longo do processo de independência, das colônias portuguesas africanas, aproveitando toda uma sucessão de fatos de natureza política e

internacional permitiu, dentro das normas da ação diplomática, o estabelecimento de uma relação vigente até hoje.

Com o golpe Civil-Militar de 1 de abril de 1964, que inicialmente caçou grupos que tinham ligações com a esquerda e movimentos pró-independências das colônias africanas, prejudicou a sigla MABLA que foi perdendo força, principalmente porque pessoas ligadas ao grupo foram presas.

Nessa altura saíram de cena, militantes “panfletária” para uma atuação de estratégia e bastidores, junto aos órgãos do governo brasileiro e instituições de ensino. O surgimento do Centro de Estudos Africanos (CEA) - USP e o Centro de Estudos Afro-Asiático (CEAA) - UCAM respectivamente coordenados por Fernando Mourão e José Maria Nunes Pereira da Conceição, possibilitaram a manutenção de contato com o Continente Africano, por meio de convênios acadêmicos. Infere-se que esses convênios contribuíram para a manutenção de contatos com lideranças dos movimentos de independência, mormente o MPLA.

O periódico *Portugal – Democrático*, na figura do hoje engenheiro Sylvio Band e do jornalista Miguel Urbano Rodrigues, que publicou diversas reportagens e artigos feitos pelos membros do MABLA, foi um importante meio de discussões sobre questão colonial portuguesa na África. No período ditatorial continuou a publicar reportagens de denúncias do colonialismo português informando sobre o genocídio realizado em África pelo regime salazarista, embora o nome MABLA não fosse mais mencionado. E após a Revolução dos Cravos, 25 de abril de 1974, o periódico que era contra o salazarismo, com o regresso de muitos de seus colaboradores para Portugal, deixou de existir. Sua contribuição para a luta anti-colonial foi significativa, assim como para sua divulgação e atual compreensão. Sem seus registros esta pesquisa aqui realizada teria outros contornos, os quais perderiam em análises e fatos.

Na pesquisa, um fato a destacar foi o reconhecimento da independência de Angola pelo governo Civil-Militar. O fato em si teve como facilitador a conjuntura do momento, a Guerra-Fria passava por um período *détente*, o conflito no Oriente entre Israel e Árabes fazem o preço do petróleo subir ameaçando o “O Milagre Econômico” brasileiro, dependente desse mineral. Os países que faziam parte da OPEP, que tem entre seus membros, países

africanos favoráveis à independência das colônias portuguesa, em África fazem pressões para que o governo brasileiro apoiasse esse processo.

O Itamaraty na figura de diplomatas, como Mário Gibson Barboza, Ítalo Zappa, Rubens Ricupero, Antônio Francisco da Silveira Azeredo e Ovídio de Andrade Melo, que participaram ativamente do processo de independência de Angola persuadiram o governo Civil-Militar a tomar atitudes que facilitaram no processo de reaproximação. Registraram-se tentativas de aproximações ao regime salazarista, como no período do governo do Presidente general Médici na figura do Ministro da Fazenda Antonio Delfim Netto e o presidente da Petrobras, general Geisel.

Todavia, no governo do então Presidente, general Ernesto Geisel, houve acentuação de uma política independente. O estabelecimento de uma Representação Especial Brasileira em Angola, antes da independência, demonstrou de forma simbólica essa alteração.

O governo Civil-Militar, a essa altura, apesar de acentuar uma política independente no cenário externo, no plano interno continuou a reprimir duramente ações de livre expressão para o retorno à democracia. O caso do jornalista Vladimir Herzog, que contribuiu com a luta pró-independência de Angola, no ano de 1975 morto nos porões da ditadura, mostra suas dubiedades ou porque não dizer racionalidade, no mesmo ano que o governo brasileiro era o primeiro país do mundo a reconhecer a independência de angolana.

A morte do jornalista Vladimir Herzog trazido aqui nesse final, configura-se como tentativa para refletir sobre atuação do regime Civil-Militar registrando seu abuso de poder e ambiguidades como qualquer trabalho de pesquisa, apesar de suas paixões não pode eximir-se de registrar que esse mesmo governo foi o protagonista de uma aproximação real com o continente africano.

Ovídio Melo relatou que durante o período que esteve à frente da Representação Brasileira, em Angola, sofreu diversas pressões e em dados momentos seu amigo de infância o Embaixador Ítalo Zappa e o próprio Ministro das Relações Exteriores, Antônio Francisco Silveira de Azeredo, assinalaram para políticas de cautela com Angola. Segundo Ovídio Melo, a postura firme do presidente Ernesto Geisel foi determinante no desfecho que o Brasil teve na história de Angola contemporânea.

FONTES:

Depoimentos dado ao autor.

Alberto da Costa e Silva. 15/01/2009. Em sua residência no Rio de Janeiro.
(duração de cerca de 3 horas)

Carlos Serrano. 16/10/2008. No Departamento de Sociologia da USP. (duração de cerca de 2 horas)

Fernando Augusto Albuquerque Mourão. 11/02, 25/02,04/03, 17/04, 22/04, 09/05, 29/05, 17/06, 26/06 de 2009 e 18/01, 19/01 e 20/1 01/03 de 2010. Todos em sua residência Caucaia do Alto - SP. (duração de cerca de 100 horas)

José Maria Nunes Pereira da Conceição. 23/06/2008, 25/06/2008, 14/01/2009 16/01/2009,19/02/2009, 13/05/2009, 15/05/2009. Todos os encontros em sua residência no Rio de Janeiro. (duração de cerca de 30 horas)

José Manuel Gonçalves Rosas. 20/01/2009. Em sua residência no Rio de Janeiro. (duração de cerca de 1 horas)

Ildfonso Severino Garcia. 09/12/2008. Entrevista no Centro Cultural 25 de Abril. Na cidade de São Paulo. (duração de cerca de 2 horas)

Luis Botelho. 02/12/2008. Entrevista concedida no Clube Português de São Paulo. (duração de cerca de 1 hora)

Maria Herminia Tavares. 24/03/2009 Entrevista feita por e-mail.

Ovídio de Andrade Melo 23/10/2009. (duração de cerca de 3 horas)

Sylvio Band. 11 / 02 /2009,19/03/2009. Em sua residência em São Paulo. (duração de cerca de 6 horas)

PERIÓDICOS:

PORTUGAL-DEMOCRÁTICO, avulsos 1957 a 1975.

O ESTADO DE S. PAULO, avulsos 1961 a 1965.

ULTIMA HORA DE 1962, 1963, 1964 e 1965.

O GLOBO avulso 1961 a 1965.

CORREIO DA MANHÃ avulso 1964 a 1965.

DOCUMENTOS CONCEDIDOS PELO PROF. DR. JOSÉ MARIA PEREIRA NUNES DA CONCEIÇÃO.

Processo Principal.

M.J.N.I –S.C nº 41566/64. Cópia autênticas do proc. 24 445 (IPM do Grupo Angolano – 9ª. Vara Criminal).

Documentos diversos da Torre do Tombo sobre a ação da PIDE no Brasil.

DOCUMENTO CONCEDIDO PELO PROF.DR. PIO PENNA:

Memorandum enviado pelo diplomata Sizinho Pontes Nogueira ao chefe da Divisão Política da Secretaria de Relações Exteriores. Intitulado “Movimento Popular de Libertação de Angola. Encontro em Conakry com a Missão Brasileira. Classificado como confidencial. 02 de junho de 1961.

DOCUMENTOS CONCEDIDOS PELO MINISTRO OVIDIO DE ANDRADE MELO.

Telegrama Secreto Exclusivo Urgentíssimo.

Particular para Ministro de Estado

(Do Ministro Ítalo Zappa ao Ministro das Relações Exteriores Francisco de Azeredo da Silveira) 5/8/75.

Telegrama Secreto Exclusivo Urgentíssimo.

Particular para o Ministro Ítalo Zappa.

(Resposta ao primeiro telegrama) 05/08/75.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O Trato dos Viventes: Formação do Brasil no Atlântico Sul*. São Paulo: Companhia da Letras, 2000.

ALBURQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.) *Sessenta anos de Política Externa 1930-1990: O Desafio Geoestratégico*. São Paulo: Annablume/NUPRI/USP, 2000.

ALVES, Marcio Moreira. *Torturas e Torturados*. Rio de Janeiro: Idade Nova, 1966.

ANDRADE, Costa. *Adobes de Memória*. Tukayana. 1ºvol. Luanda. Chá Caxinde, 2002.

_____. *Adobes de Memória*. Chegadas. 2ºvol. Luanda. Chá Caxinde, 2002.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, imprensa e estado autoritário (1968-1978)*. Bauru: USC, 1999.

Arquidiocese de São Paulo (org.) *Brasil: Nunca Mais*. 4º ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ARINOS, FILHOS, Afonso. *Diplomacia – Um Legado de Afonso Arinos*. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

ARINOS, Afonso; ÁVILA, Fernando B. e MENDES, Candido. *Senghor em Dialogo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Ásiaticos, 1965.

BALANDIER, Georges. *Sociologie Actuelle de l’afrique noire*. Paris: Presses Universitaire de France, 1971.

BAHIA, Juarez. *Jornal, história técnica*. 4º Ed. São Paulo: Ática, 1990.

BARBORZA, Carlos Alberto Leite. *Desafio Inacabado: A política externa*. São Paulo: Atheneu, 2007.

BARBOZA, Mário Gibson. *Na diplomacia, o traço todo da vida*. Cap. 12 Portugal e África. Rio de Janeiro: Record, 1992. PP. 234 – 276.

.....3º edição. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 2007.

BARRETO, Fernando de Melo. *Os Sucessores do Barão 1964-1985*. Relações Exteriores do Brasil. 2ºV. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

BITTENCOURT, Marcelo P. *DOS JORNAIS ÀS ARMAS*: Trajetória da Contestação Angolana. Lisboa: Vega, 1999.

BOAVIDA, Américo. *Angola Cinco Séculos de Exploração Portuguesa*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1967.

BORIS, Fausto. *História do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1994.

BOSI, Eclea. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 5º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

BRUCAN, Silvio. *La disolucion del poder: Sociologia de las relaciones internacionales y políticas*. México: Siglo XXI, 1974.

CABAÇO, José Luis e CHAVES, Rita. *Frantz Fanon: colonialismo, violência e identidade cultural*. In: JUNIOR, Benjamin Abdala (org). *Margem da Cultura: mestiçagem, hibridismo e outras misturas*. São Paulo: Boitempo, 2004. (67-87p.).

SOUZA, Lynn Mario T. Meneses de. *Hibridismo e Tradução cultural em Bhabha*. In. _____ (113-135p.).

CASTRO, Moacir Werneck de. *Dois Caminhos da Revolução Africana*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Ásiáticos, 1962.

CERVO, Amado L. e BUENO, Clodoaldo. *História da Política Exterior do Brasil*. 3ºed. Brasília: UNB, 2002.

CÉSARIE, Aimé. *Discurso sobre el colonialismo*. Madrid: AKAL, 2006.

CHAUÍ, Marilena. *O que é Ideologia*. 15º ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.

CHAUVEAU, Agnès; TÉTART, Philippe. (Orgs.). *Questões para história do tempo presente*. Trad. Ilka Stein. Bauru: USC, 1999.

COSTA E SILVA, Alberto da. *UM RIO CHAMADO ATLÂNTICO: A África no Brasil e o Brasil na África*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2003.

DANTAS, Raimundo Souza. *África Difícil*. Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965

D`ARAÚJO, Marian Celina e Castro, Celso (org). *Ernesto Geisel*. 5ªed. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1997.

DUROSELLE, Jean Batiste. *Todo Império Perecerá*. Tradução Ane Luze Magalhães. Brasília: UNB. São Paulo: Imprensa do Estado, 2000.

FANON, Frantz. *Os Condenados da Terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.

FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaina. (Org.) *Usos e Abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

FERREIRA, Oliveiros S. *As crises na política externa: Autonomia ou subordinação?* Rio de Janeiro: Revan, 2001.

FRY, Peter (Org.) *Moçambique Ensaios*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2001.

FROTA, Sylvio. *Ideais Traídos: A mais Grave Crise dos Governos Militares narrada por um de seus protagonistas*. 2º ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

GASPARI, Elio. *Ditadura Envergonhada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. *Ditadura Escancarada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2002.

_____. *Ditadura Derrotada*. São Paulo: Companhia da Letras, 2003.

_____. *A Ditadura Encurralada: Sacerdote e o Feiticeiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

HALAMI, Serge. *Os novos cães de Guarda*. Petrópolis: Vozes, 1998

HISTÓRIA DO MPLA 1º volume (1940-1966). Luanda: Centro de Documentação e Investigação. História do Comitê Central do MPLA, 2008.

HOBSBAWM, Eric. *Era dos Extremos: Breve Século XX: 1914 -1991*. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

JUNIOR, Gelson F.; CASTRO, Sérgio Henrique Nabuco (Org.). *TEMAS POLÍTICA BRASILEIRA II*. Volume 2. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, São Paulo: Paz e Terra, 1994.

LUCA, Tânia Regina; MARTINS, Ana Luisa. *Cidade e Imprensa*: Unesp, 2006.

_____. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. In: PINSKY, Carla Bassanez. (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006. p. 111-153.

LECHINI, Gladys. *Argentina y África em el espejo de Brasil ¿Política por impulsos o construcción de uma política exterior?* – Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO, 2006.

LOPES, Carlos. Governabilidade na África: preocupação real ou falsa? O caso dos países de língua portuguesa. In: *Globalização regionalização e nacionalismo*. São Paulo: UNESP/FAPESP, 1999.

MARIZ, Vasco. *Temas da Política Internacional*. ensaios, palestra e recordações diplomáticas. Rio de Janeiro: Topbooks, 2008.

MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado*. Tradução Laura Texeira Motta. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

MELO, Ovídio de A. “O reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975”, *Comunicação & Política*, mai-ago, 2000, P.75-133.

_____. *Recordações de um Removedor de mofo no Itamaraty*. Relatos de política externa de 1948 à atualidade. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MENEZES, Solival. *Mamma Angola: Sociedade e Economia de um país nascente*. Prefácio de Paul Singer. São Paulo: Edusp; FAPESP, 2000.

MENEZES, A.J. Bezerra de. *Ásia, África e a política independente do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1961.

MIR, Luis. *A Revolução Impossível*. São Paulo: Best Seller, 1994.

MOURÃO, Fernando A.A. Continuidade e Descontinuidades de um Processo Colonial Através de um Leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano. São Paulo: Terceira Margem, 2006.

_____. *A Sociedade Angolana através da Literatura*. São Paulo: Ática, 1978.

NEVES, João Alves (org). *A Nova África*. São Paulo: Anhambi, [s.d]

KI-ZERBO, Joseph. *Para quando a África?* Entrevista com René Holenstein. Tradução de Carlos Aboim de Brito. Rio de Janeiro:Pallas, 2006.

REGO, Victor da Cunha e MORAIS, João M. Tito (org). *Angola Através dos textos*. São Paulo: Felman-Rego, 1962.

RÉMOND, R. *Por Uma História Política*. Trad. Dora Rocha. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

ROCHA, Edmundo. *Angola – Contribuição ao Estudo de Gênese do nacionalismo Moderno Angolano. (Período 1950 -1964)*. Testemunho e Estudo Documental Volume I; Lisboa: kilombelombe, 2002.

RODRIGUES, Deolinda. *Cartas Langidila e outros documentos*. Luanda: Nzila, 2004.

RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África outro horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

ROGRIGUES, Miguel Urbano. *O Tempo e o Espaço em que Vivi*. II – Revolução na América Latina. Lisboa: Campos da Letras, 2004.

SANTANA, Ivo de. *A Experiência Empresarial Brasileira na África (1970 a 1990)*. Salvador: Ponto e Virgula Publicações, 2004.

SARIVA, José Flavio S. e PANTOJA, Selma. (org). *Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, 1999.

_____. *O lugar da África: A dimensão atlântica da política externa brasileira(de 1946 a nossos dias)*. Brasília: UNB, 1996.

_____.(Org). *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasil: IBRI, 2001.

SARLO, Beatriz. *Paisagens Imaginárias*: Tradução: Rubia Prates Godoni e Sérgio Molina. São Paulo: EDUSP, 2005.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos*. São Paulo: Palamedia, 2004.

SILVA, Douglas Mansur. *A oposição ao Estado Novo no exílio brasileiro 1956-1974*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

SILVA, Golbery do Couto. *Geopolítica do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1967.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Castelo a Tancredo (1964-1985)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SODRÉ, Nelson. Wernneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

STOCKELL, John. *A CIA Contra Angola*. Lisboa: Ulmeiro e União dos Escritores Angolanos, 1979.

SPEKTOR, Matias. *Kissinger e o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Alternamani; ALBURQUERQUE, José Guilhon (org.). *A POLÍTICA EXTERNA NA VISÃO DOS SEUS PROTAGONISTAS*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2005.

OLSON, Mancur. *A Lógica da Ação*. Tradução. Fabio Fernandez – São Paulo: Edusp, 1999.

TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: O MPLA perante si próprio (1962-1977) – Ensaio de História Política – Vol.II: 1974-1977*. Tradução: Manuel Ruas. Luanda: NZILA, 2001.

VIZENTINI, Paulo G. Fangundes. *A política externa do regime militar brasileiro: multirralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964 – 1985)*. Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. *O REGIME MILITAR BRASILEIRO E SUA POLÍTICA EXTERNA*. In: MARTINS FILHO, João Roberto (org). *O Golpe de 1964 e o Regime Militar*. São Carlos: EDUFSCAR, 2006. P.143-159.

PERIÓDICOS CIENTÍFICOS, ARTIGOS DE REVISTA E OUTROS MATERIAIS

BITTECOURT, Marcelo. "A raiz da liberdade". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 4, nº39, dezembro 2008.

_____."A questão étnica e racial nas eleições angolanas". *Revista Estudos Afro-Asiáticos*, nº25, dezembro de 1993.

Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para Ensino de História e Cultura Afro – Brasileira e Africana. Brasília: MEC, 2004.

ENNES FERREIRA, Manuel. "A Política de Recuperação Econômica na R. P. de Angola". *Política Internacional*, vol. 1, nº 1, p. 107-131. 1990.

FERREIRA, E. de Sousa. "A Lógica da Consolidação da Economia de Mercado em Angola, 1930-1974". *Análise Social*, vol. XXI, nº 85, pp. 83-110. 1985.

MARTINHO, Francisco Palomares. "Um país Tropical na Guerra Fria". *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 2, nº19, abril 2007.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. "A comunidade dos Países de Língua Portuguesa: a base lingüística e a base material". *São Paulo em Perspectiva*. São Paulo: *Revista da Fundação SEADE*. Vol.9, nº 1, jan/mar.1995.

SANTOS, Arnaldo *A casa e eu*. In: BORGES, P; FREUDENTHAL, A.; PEDRO, H. *Mensagens*. Número especial 1994 – 1995. Lisboa: Associação Casa dos Estudantes do Império, 1997.

SANTOS, *Daniel*. *Economia, Democracia e Justiça em Angola: O Efêmero e o Permanente*. *Estud. afro-asiát.* Rio de Janeiro, v. 23, no.1, jan/jun. 2001.

SARAIVA, José Sombra. *África e o Brasil: Encontro e Encruzilhadas* 115-172p. In: *Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras: África Contemporânea: história, política e cultura*. Porto Alegre. Nº21 e 22/1998.

Simpósio Relações Brasil-África: Uma Nova Perspectiva: Anais do Simpósio, Relações Brasil-África: Uma Nova Perspectiva. Brasília: Câmara do Deputados, Coordenação de Publicações, 1986.

SVARTAMAN, Eduardo Munhoz. As Relações do Brasil com a África Lusófona nos anos 1970. *Historia: Debates e tendências*. Passo Fundo, v. 6, nº 1, p.5-21, 1º sem. 2006.

PINHEIRO, Letícia. “Ao Vencedor, as batatas”: o reconhecimento da independência de Angola. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n °39, janeiro – junho de 2007. P 83-120.

PINTO, João Alberto da Costa. Gilberto Freyre e os “Cães de Guarda” de Salazar: A Trajetória do Lusotropicalismo na Práticas Institucionais dos Ideólogos do colonialismo Português nas Décadas de 1940 – 1960. [Comunicação Coordenada] Associação Nacional de História – ANPUH – Rio de Janeiro, 2002.

PENNA, Pio. Brasil e África nos anos Kubitschek – 1956 -1961. In. DOPCKE, Wolfgang (Org.). *Crises e Reconstruções: Estudos Afro-Brasileiros, Africanos e Asiáticos*. Brasília: Linhas Gráfica, 1998. p.117 -127.

_____. “A pesquisa histórica nos arquivos do Itamaraty”. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 42/2, 1999,117-44.

PEREIRA, José Maria Nunes. *Entrevista a Verena Alberti e Almicar Araújo Pereira*. *REVISTA ESTUDOS HISTÓRICOS*: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, nº39, janeiro-junho de 2007, p.121-156.

PORTELLI, Alexandro. Forma na História Oral. *A PESQUISA COMO EXPERIMENTO EM IGUALDADE*. 7-25p. In: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo), fevereiro, nº14 São Paulo, 1997. P.1-279.

_____.O QUE FAZ A HISTÓRIA ORAL DIFERENTE.25-41.In:_____.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes .*A África (in)dependente/1945-89:processopolíticos, desenvolvimento e relações internacionais.*73-111. In: *Revista Ciências e Letras da Faculdade Porto-Alegrense de Educação, Ciências e Letras: África Contemporânea: história, política e cultura.* Porto Alegre. Nº21 e 22/1998.

LITERATURA, FICÇÃO E OUTROS.

ANDRADE, Costa. *Tempo angolano em Itália.* Poemas. São Paulo:Felman-Rego, 1963.

ANTUNES, António Lobo. *Os Cus de Judas.* Rio de Janeiro: Objetiva, 2003.

CASTRO, Soromenho. *Viragem.* São Paulo: Arquimedes, 1967.

MIGUEL, Salim (et al). *Cartas d` África e Algumas Poesia.* Rio de Janeiro, 2005.

PEPETALA. *Mayombe.* São Paulo: Ártica, 1982.

DISSERTAÇÕES E TESES

BITTENCOURT, Marcelo. “Estamos Juntos” O MPLA e a Luta Anticonial (1961 – 1974)”. 2002. Tese Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, Niterói RJ, 2002.

_____. “As linhas que formam o “EME”: Um estudo sobre a criação do Movimento Popular de liberdade de Angola”. Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 1996.

CASDOSO, Claudia Raquel Espinha. “Diáspora e Regresso: Os imigrantes Luso-angolanos no Brasil”. 2008. Dissertação de Mestrado do Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo.

CONCEIÇÃO, José Maria N. Pereira. “Angola: uma política externa contexto de crise (1975 – 1994)”. São Paulo, 1999. Tese de Doutorado, em Sociologia, Universidade de São Paulo.

_____. “Os ESTUDOS AFRICANOS NO BRASIL E AS RELAÇÕES COM A ÁFRICA – UM ESTUDO DE CASO: CEEA (1973-1986)”. São Paulo, 1991. Dissertação de Mestrado, em Sociologia. Universidade de São Paulo.

GONÇALVES, Willians. “O Realismo da Fraternidade as relações Brasil – Portugal no Governo Kubitschek”. São Paulo, 1994. Tese de Doutorado, em Sociologia, Universidade de São Paulo.

KOLLING, Karin San`t. “As Lutas Anti-Racistas de Afro-Descentes sob Vigilância do DEOPS/SP (1964-1983)”. São Paulo, 2007. Dissertação de Mestrado em História Social, Universidade de São Paulo.

MAKUÉDIA, João Sebastião. “Reflexões, sobre Políticas Sociais de Enfrentamento a Pobreza: O Caso de Angola”. São Paulo 2002. Dissertação de Mestrado em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PASSOS, Rodrigo Duarte F. "Pragmatismo Responsável" e política de poder: a política externa do Governo Geisel". São Paulo, 1998. Dissertação de Mestrado em Ciência Política. Universidade de Paulo.

RABIN, Sósia Goldenberg. "Relações Brasil-Angola. (Através da imprensa brasileira). 1930 -1975". São Paulo, 1978. Dissertação em Ciências Sociais, Universidade de São Paulo.

RAMOS, Ubirjara Bermini. "Portugal Democrático": Um Jornal de Resistência ao salazarismo publicado no Brasil". Dissertação de Mestrado defendida no programa de Pós-graduação de História Social da Pontifícia Universidade de São Paulo – PUCSP, 2004.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. Relações "Políticas-Comerciais Brasil-África. (1985-2006)". Tese de Doutorado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Política, do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.

_____. 'O Jornal o Estado de S. Paulo em Face da Política Africana dos Governos Jânio Quadros e João Goulart (1961-1964): Uma análise de percepção de atores políticos não estatais sobre e formulação da política externa brasileira para África". Dissertação de Mestrado apresentado na pós-graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciência Humana da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2002.

SITES

http://www.assis.unesp.br/cedap/cat_periodicos/popup3/opiniao.html

www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Comunicacoes/Pinto%20Joao%20Alberto%20da%20Costa.doc

www.uff.br/ichf/anpuhrio/Anais/2002/Comunicacoes/Pinto%20Joao%20Alberto%20da%20Costa.doc

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)